

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RENATA FERREIRA DA SILVEIRA

**Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN:**  
sobre uma geografia das e dos de baixo.

PORTO ALEGRE

2021

RENATA FERREIRA DA SILVEIRA

**Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN:**

sobre uma geografia das e dos de baixo.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Geografia.  
Orientador: Prof. Dr. Nelson Rego.

PORTO ALEGRE

2021

### CIP - Catalogação na Publicação

Silveira, Renata Ferreira da  
Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN:  
sobre uma geografia das e dos de baixo. / Renata  
Ferreira da Silveira. -- 2021.  
280 f.  
Orientador: Nelson Rego.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Zapatismo. 2. EZLN. 3. Geografia. 4. Autonomia.  
5. Decoloniedade. I. Rego, Nelson, orient. II.  
Titulo.

## AGRADECIMENTOS

Eu sempre pensei neste exato momento em que eu pararia, respiraria fundo e começaria a escrever os agradecimentos. Muito mais que um protocolo, os agradecimentos representam a expressão de homenagem às pessoas e/ou coisas e/ou entidades que, de alguma maneira, passaram pelo percurso desta caminhada chamada pesquisa e doutoramento. O fato é, que pela “a-linearidade” do espaço e do tempo, é impossível retomar todas as pessoas e/ou coisas e/ou entidades deste tempo de pesquisa (inclusive porque foi bastante tempo). Estas linhas esculhambadas, caóticas, harmônicas e conectadas formam percursos em espirais (que talvez se chamem vida) e, me permito parafrasear Milton Nascimento, afirmar que este foi um percurso de encontros e despedidas.

Vamos aos agradecimentos...

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e, por extensão, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por honrarem a missão de instituições públicas de ensino dando oportunidade a que esta, entre tantas outras pesquisas, tenha acolhida e possa acontecer. Ao CNPq, por permitir, com seu apoio, as condições para que este trabalho pudesse ser realizado e que siga, mesmo com toda as peleias, apoiando a pesquisa neste país.

Ao meu orientador, professor e, acima de tudo, meu querido amigo Nelson Rego, por não fugir de uma briga, por recuar e avançar e sempre me apoiar.

A todes amigues que, felizmente, não cabem em um parágrafo, mas que sempre estiveram perto como uma família: Renan, Évelin, Tiago... Pra gurizada da luta e da militância, que se organiza *abajo y la izquierda*... não alcançarei citar nominalmente neste momento, mas que com sua amizade e carinho foram sustentáculos fundamentais nessa caminhada. Agradecimento especial para a Diana, que acolheu a mim (e tantos outros e outras) e ofereceu caminhos sobre o zapatismo.

A todas e todos os familiares por serem quem são, por sermos as mesmas e os mesmos, como se o tempo não tivesse passado. E por falar em familiares, estendo às minhas queridas famílias “que eu peguei pra mim”: Aninha, Rubinho, Theo, Vovó Juca, Vovô Darcy. Ao meu primo, colega e também irmão, Diler, sempre uma inspiração e um abraço. Voltando à “a-linearidade”, nada mais representativo que ela, “meu pedaço”, minha irmã Aline e às crianças, por serem pura representação de amor e força.

Aos meus braços, abraços e amores Ignacio, Paco e Marcelo, meus encontros, o respiro que a vida me dá. Obrigada pela paciência e pelo amor.

À minha mãe Ana e meu pai Cilon, *in memoriam*, que deveriam estar aqui, que se tornaram minhas despedidas, mas que estão sempre no meu coração.

Às e aos zapatistas, que não nos deixam esquecer que um outro mundo é possível.

Enfim, “me dê um abraço, venha me apertar, tô chegando”.

## RESUMO

O Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN, movimento social mexicano de base indígena, de Chiapas, sudeste do México, veio a público em 1º de janeiro de 1994 sob as bandeiras da Liberdade, da Democracia e da Justiça, pautando nacionalmente e globalmente a necessidade do protagonismo indígena sobre suas terras e denunciando o avanço dos megaprojetos de infraestrutura cancelados pela globalização e pelo neoliberalismo. Através desse movimento, a presente tese de doutorado busca compreender as geografias que se constituíram e que se constituem desde a construção dos territórios autônomos zapatistas. Para isso, nos debruçamos na compreensão da genealogia do zapatismo a partir de sua constituição histórica pré-1994, com suas bases no período colonial, de independência, do agrarismo e da influência de Emiliano Zapata, percorrendo o período pós-constituição de 1917, o priismo e o período de clandestinidade do, já fundado, EZLN (1983). Segue-se após 1994 até o ano 2017, ano que elegemos como limite temporal para a análise.

Para construir essa genealogia, nossas bases teóricas e epistemológicas estarão assentadas no pensamento decolonial como fonte de literatura para compreensão da modernidade e da colonialidade como chaves destes processos de des-re-territorialização de grupos ou sujeitos que estão à margem no sistema mundo-moderno-colonial.

Trazemos também como embasamento desta tese, a realização de trabalhos de campo nos territórios zapatistas (em 2015, 2016 e 2017) ao longo dos quais foram realizadas entrevistas e pesquisas em documentos e arquivos locais. Para o último capítulo da tese, buscamos trazer a relação do zapatismo com a Geografia e as possibilidades de leituras em que esta, enquanto campo do saber, dialoga com as geo-grafias zapatistas, a partir de suas territorialidades, da autonomia e do autogoverno. Por fim, nas considerações finais, defendemos a ampliação do diálogo entre as ciências autonomamente instituídas, em seus diferentes campos do saber, com as diferentes racionalidades que buscam na autonomia dos territórios, nas relações com a Madre Tierra, de distintas cosmovisões, uma outra forma de se inscrever no espaço.

**Palavras-chave:** Zapatismo, EZLN, geografia, autonomia, decoloniedade.

## RESUMEN

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional - EZLN, un movimiento social mexicano de base indígena, nacido en Chiapas, sureste de México, se hizo público en el 1 de enero de 1994 bajo las consignas de Libertad, Democracia y Justicia, pautando a nivel nacional y mundial la necesidad del protagonismo indígena sobre sus tierras y denunciando el avance de los megaproyectos de infraestructura avalados por la globalización y el neoliberalismo. A través de este movimiento, la presente tesis doctoral busca comprender las geografías que se constituyeron y se constituyen a partir de la construcción de los territorios autónomos zapatistas. Para ello, nos enfocamos en comprender la genealogía del zapatismo desde su constitución histórica anterior a 1994, con sus bases en la colonia, la independencia, el agrarismo y la influencia de Emiliano Zapata, abarcando la pos constitución de 1917, el priismo y el período clandestino del ya fundado EZLN (1983). La tesis sigue después de 1994 hasta el año 2017, año que elegimos como límite temporal para el análisis.

Para construir esta genealogía, nuestras bases teóricas y epistemológicas se basarán en el pensamiento decolonial como fuente de literatura para entender la modernidad y la colonialidad como claves de estos procesos de des-re-territorialización de grupos o sujetos que se encuentran en los márgenes del sistema-mundo-moderno-colonial. También traemos como base para esta tesis, los trabajos de campo en los territorios zapatistas (en 2015, 2016 y 2017) durante los cuales se realizaron entrevistas e investigaciones en documentos y archivos locales. Para el último capítulo de la tesis, buscamos traer la relación entre zapatismo y geografía y las posibilidades de lecturas en las que esta, como campo de conocimiento, dialoga con las geo-grafías zapatistas, a partir de su territorialidad, autonomía y autogobierno. Finalmente, en las consideraciones finales, defendemos la ampliación del diálogo entre las ciencias autónomamente instituidas, en sus distintos campos del saber, con las distintas racionalidades que buscan en la autonomía de los territorios, en las relaciones con la Madre Tierra, desde distintas cosmovisiones, otro modo de hacerse en el espacio.

**Palabras-clave:** Zapatismo, EZLN, geografía autonomía, decoloniedad.

## ABSTRACT

The Zapatista Army of National Liberation - EZLN, a Mexican social movement with an indigenous base, borned in Chiapas, southeastern Mexico, became public on January 1, 1994 under the banners of Freedom, Democracy and Justice, advocating nationally and globally for the need of indigenous protagonism over their lands and denouncing the advance of infrastructure megaprojects endorsed by globalization and neoliberalism. Through this movement, the present doctoral thesis seeks to understand the geographies that were constituted and that are constituted since the construction of the autonomous Zapatista territories. For this, we focus on understanding the genealogy of zapatismo from its pre-1994 historical constitution, with its bases in the colonial period, independence, agrarianism and the influence of Emiliano Zapata, covering the post-constitution period of 1917, the priismo and the clandestine period of the already founded EZLN (1983). It follows after 1994 until the year 2017, the year we chose as the time limit for the analysis.

To build this genealogy, our theoretical and epistemological bases will be based on decolonial thought as a source of literature for understanding modernity and coloniality as keys to these processes of de-re-territorialization of groups or subjects that are on the margins of the world-modern-colonial-system.

We also bring as a basis for this thesis, the fieldworks realized in the Zapatista territories (in 2015, 2016 and 2017) during which interviews and research were carried out in local documents and archives. For the last chapter of the thesis, we seek to bring the relationship between zapatismo and geography and the possibilities of readings in which this, as a field of knowledge, dialogues with the zapatista geographies, based on their territoriality, autonomy and self-government. Finally, in the final considerations, we defend the expansion of the dialogue between the autonomously instituted sciences, in their different fields of knowledge, with the different rationalities that seek in the autonomy of the territories, in the relations with Mother Earth, from different cosmovisions, another form to being in space.

**Keywords:** Zapatismo, EZLN, geography, autonomy, decolonial.



## LISTA DE SIGLAS

APPO - Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca  
BAEZLN – Base de Apoio do Exército Zapatista de Libertação Nacional  
Brico - Brigadas Civiles de Observación  
CCRI - CG – Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comandancia General  
CDH FRAYBA - Centro de Direitos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas  
CDHFBLC - Centro de Direitos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas  
CG – Comandancia General  
CIDECI/UNITIERRA Centro Indígena de Capacitación Integral/Universidad De La Tierra  
CIEPAC – Centro de Investigaciones Económicas y Políticas de Acción Comunitárias  
CIOAC-H - Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos Histórica  
CNC - Confederação Nacional Campesina  
CND - Convenção Nacional Democrática  
CNI - Congresso Nacional Indígena  
CONAI - Comissão Nacional de Intermediação  
COCOPA - Comisión de Concordancia y Pacificación  
DSL - Declaração da Selva Lacandona  
ESZ - El Sueño Zapatista  
EFLP - El Fuego y La Palabra  
ESRAZ - Escuela Secundaria Rebelde Autónoma Zapatista.  
FMI – Fondo Monetário Internacional  
FNI - Foro Nacional Indígena  
FPDT - Frente de Pueblos en Defensa de la Tierra  
FRAYBA - Centro de Direitos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas  
FZLN - Frente Zapatista de Liberación Nacional  
ILC – International Land Coalition  
III GM - Terceira Guerra Mundial  
INEGI – Instituto Nacional de Estadística y Geografía (México)  
IV GM - Cuarta Guerra Mundial  
JBG – Junta de Bom Governo  
LTE - La Treceava Estela  
MAREZ - Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas  
NAFTA – North America Free Trade Agreement  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PAN - Partido da Ação Nacional  
PNR - Partido Nacional Revolucionário  
POCM - Partido Obrero-Campesino Mexicano  
PPP - Plan Puebla-Panamá  
PPS - Partido Popular Socialista  
PRI – Partido Revolucionário Institucional  
PRM - Partido da Revolução Mexicana  
SCI - Subcomandante Insurgente  
SEAZ - Sistema de Educação Autónomo Zapatista  
SIPAZ - Servicio Internacional para la Paz  
TLC – Tratado de Libre Comércio  
UGOCM - Unión General de Obreros y Campesinos de México

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do México .....	27
Figura 2 - Mapa de Chiapas .....	28
Figura 3 - Fotos de San Cristóbal de Las Casas .....	63
Figura 4 - Plano do CIDECI .....	65
Figura 5 Fotos do interior de alguns espaços do CIDECI.....	67
Figura 6 - Espaços externos do CIDECI.....	68
Figura 7 - Seminário Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista .....	70
Figura 8 - Mapa dos recursos estratégicos de Chiapas.....	91
Figura 9 - Foto de zapatistas em direção à tomada das cabeceiras.....	106
Figura 10 - Mapa das cabeceiras ocupadas pelo EZLN em 1994 .....	107
Figura 12 - Zapatistas em 1º de janeiro de 1994 .....	111
Figura 12 - Exército em enfrentamento contra o EZLN em 1º de janeiro de 1994 .....	111
Figura 13 - Foto da CND.....	120
Figura 14 - Foto da construção do primeiro Aguascalientes, em Guadalupe Tepeyac, 1994.....	122
Figura 15 - Mapa dos Marez (legenda referente ao quadro 5) .....	127
Figura 16 - Localização dos 5 Aguascalientes (1995) .....	133
Figura 17 - Foto das negociações dos Acordos de San Andrés .....	136
Figura 18 - Chegada do EZLN na praça do Zócalo, Cidade do México.....	146
Figura 19 - Comandanta Esther e Supcomandante Insurgente Marcos. ....	147
Figura 20 - Mapa dos Caracóis zapatistas em agosto de 2003. ....	152
Figura 21 – Placa de entrada do Caracol La Realidad .....	160
Figura 22 - Foto da sala do MAREZ Tierra y Libertad, Caracol La Realidad .....	161
Figura 23 - Juventude zapatista apresentando sua tela sobre o autogoverno zapatista durante o Comparte, em Morélia, em 2016.....	164
Figura 24 - Foto da fachada da Clínica 26 de octubre, em La Realidad. ....	164
Figura 25 - Parede do Centro de Español y Lenguas Mayas, em Oventik. ...	165
Figura 26 - Parede com arte sobre a <i>maíz</i> , Caracol Oventik. ....	166
Figura 27 - Imagens com os 7 princípios do Mandar Obedecendo (acervo pessoal).....	167

Figura 28 - Pintura em tela feita pela juventude zapatista representando os trabalhos coletivos durante o Comparte, no Caracol Morelia, em setembro de 2016. .....	168
Figura 29 - Foto da oficina (escritório) do Conselho Autônomo do MAREZ Magdalena de la Paz, no Caracol Oventik. ....	171
Figura 30 - Fotos do interior dos Caracóis.....	176
Figura 31 - Foto da escola autônoma primária fora do Caracol Oventik.....	181
Figura 32 - Foto da escola autônoma secundária no interior do Caracol Oventik .....	182
Figura 33 – Murais das escolas.....	182
Figura 34 - Fotos de dentro da clínica de saúde em Oventik.....	184
Figura 35 - Fotos de avisos dentro da clínica em Oventik .....	185
Figura 36 - Fachada em La Realidad representando Maestro Galeano .....	188
Figura 37 - Apresentação de teatro sobre as mulheres zapatistas na clandestinidade. ....	191
Figura 38 - Comandanta Ramona. ....	192
Figura 40 - Família zapatista em Oventik. ....	198
Figura 40 – Mulher zapatista “Tercia compa” durante o Comparte, em Morelia. .....	198
Figura 42 - Foto das mulheres comandantas assistindo as apresentações durante o Comparte, em Morélia.....	198
Figura 42 - Foto da mesa de apresentação das mulheres zapatistas de diferentes gerações, no Cideci, durante o Comparte. ....	198
Figura 43 - Fotos de uma cooperativa de mulheres, em La Realidad. ....	199
Figura 45 - Apresentação de jovens zapatistas durante o Comparte. ....	199
Figura 45 - Mulher miliciana, em Oventik.....	199
Figura 46 - Mulheres zapatistas.....	199
Figura 47 - Tela sobre a Hidra pintada por zapatistas. ....	209
Figura 48 - Mapa do projeto Plan Puebla-Panamá.....	211
Figura 49 - Fotos do Comparte no CIDECL.....	229
Figura 50 – Fotos do Comparte (CIDECL e Caracol Morélia).....	229
Figura 51 - Fotos do Comparte, em Oventik.....	232
Figura 52 - Fotos do Comparte, em La Realidad.....	233

Figura 53 - Zapatistas assistindo peças de teatro no Comparte, Caracol La Garrucha. ....	234
Figura 54 - Comparte, em Morélia .....	235
Figura 55 - Comparte, em Morélia. ....	236
Figura 56 - Turma de alunas e alunos zapatistas assistindo o Consciências, no CIDECI. ....	238
Figura 57 - Acampamento Brico. ....	241

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Divisão de terras em Chiapas entre 1917 e 1940

Quadro 2 – Sistema político-militar do CCRI-CG do EZLN

Quadro 3 – Leis Revolucionárias Zapatistas (resumido)

Quadro 4 – Pronunciamento da criação dos MAREZ

Quadro 5 - Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas em dezembro de 1994

Quadro 6 - Os Caracóis, as Juntas de Bom Governo, sedes e etnias em agosto de 2003

Quadro 7 – Sistema simplificado de organização do autogoverno.

Quadro 8 - Composição das Juntas de Bom Governo

Quadro 9 - Tarefas e funções das Juntas de Bom Governo

Quadro 10: Esquete teatral contra o mau governo

Quadro11 – Sistema simplificado do autogoverno zapatista a partir das JBG

Quadro 12 Lei Revolucionária das Mulheres Zapatistas

Quadro 13 – Hino Zapatista

Quadro 14 – Representação da Geograficidade do caracol

## SUMÁRIO (continua)

<b>SUMÁRIO (continua)</b> .....	14
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I - (DES)COLONIZAÇÃO DA GEOGRAFIA, A POTÊNCIA DO ESPAÇO E A DESAPRENDIZAGEM DA PESQUISA. ....	29
1.1. A perspectiva decolonial .....	31
1.1.2 Sistema-Mundo Moderno Colonial.....	32
1.1.3 Colonialismo interno .....	37
1.1.4 As e os de baixo, desde abajo y la izquierda.....	40
1.2 A potência do espaço .....	43
1.2.1 Colonialidade da Geografia .....	44
1.2.2 <i>Las grietas</i> da Geografia .....	47
1.2.3 Pista conceitual.....	49
1.3 Geograficidade, caminhar perguntando e metodologia da pesquisa.....	54
1.3.1 Sobre o fazer e os trabalhos de campo .....	59
1.3.2 Relato de campo: 1ª parte .....	61
CAPÍTULO 2 - “TIERRA Y LIBERTAD” E AS GUERRAS NOS CALENDÁRIOS E GEOGRAFIAS ZAPATISTAS .....	71
2.1. De Cortés à Revolução .....	72
2.2 De Emiliano Zapata aos movimentos antissistêmicos no México .....	79
2.3 Mudando a escala: a geografia desde Chiapas .....	88
CAPÍTULO 3 – EZLN E AS SUAS GEO-GRAFIAS .....	93
3.1 A clandestinidade como uma etapa da territorialização da memória ....	95
3.1.1 O CCRI-CG e o exército de 1300 combatentes.....	100
3.2 YA BASTA!.....	106
3.2.1 Os Aguascalientes: território dos lugares... “Son un chingo y un desmadre” .....	120
3.3 MAREZ: A re-territorialização da autonomia .....	123
3.3.1 Traição de Zedillo, III DSL e a COCOPA.....	129
3.3.2 Acordo de San Andrés e o Congresso Nacional Indígena.....	135
3.3.3 Contra-insurgência, Acteal e a morte dos Aguascalientes .....	138

3.4 os Caracóis, <i>el votán</i> zapatista.....	150
3.4.1 Um território .....	151
3.4.2 La Sexta, La Otra e Atenco.....	154
<b>CAPÍTULO 4 - SOBRE UMA GEO-GRAFIA DAS E DOS DE BAIXO .....</b>	<b>158</b>
4.1 Autonomia e autogoverno .....	158
4.2 Contra el olvido: memória como realização do espaço-tempo.....	160
4.3 O autogoverno zapatista: a territorialização da autonomia .....	166
4.3.1 MAREZ e a escala um por um.....	169
4.3.2 Caracóis e Juntas de Bom Governo: territorialidades do Mandar Obedecendo.....	172
4.3.3 Educação, saúde e justiça zapatista.....	179
4.4 As mulheres zapatistas .....	190
4.5 A razão e a força: a desmilitarização no processo democrático .....	200
4.6 Geo-política das e dos de baixo, ou mundo onde caibam outros mundos .....	204
4.6.1 IV Guerra Mundial, globalização e a Hidra de Lerna. ....	206
4.6.2 Geo-políticas de diferentes territórios, desde abajo y la izquierda: San Andrés, CNI, CIG e a Sexta. ....	216
4.6.3 Geo-políticas das redes de rebeldia e solidariedade .....	221
4.7 Relato de campo - 2ª parte.....	228
4.8 A Geograficidade, o Caracol e o Espelho como/contra o método. ....	245
4.8.1 As voltas do Caracol.....	247
4.8.2 Contra o método: o espelho .....	252
<b>CONCLUSÃO: “O tempo não para”, portanto, o espaço também não. ....</b>	<b>255</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>262</b>

“Esto es tan otro y tan grande que no cabe en la geografía de arriba”

Subcomandante Insurgente Marcos, sobre o EZLN, em 2006



## ↑ Poesía!

### ( Resistencia y rebeldía )

1 Resistencia y rebeldía es lo que vivimos día a día bajo los escombros del imperialismo por un gobierno capitalista.

2 Resistencia y rebeldía es un pueblo luchador que construye su autonomía

3 Resistencia y rebeldía forman colectivos con dignidad para construir una nueva sociedad

4 Resistencia y rebeldía derrumba muros de engaños formando ecos sin fronteras

5 Resistencia y rebeldía nos lleva a vivir con alegría como pies andantes viajeros que nos fortalecen e iluminan

6 Resistencia y rebeldía es lo que estaremos cada día hasta vivir por la patria o morir por la libertad

## Poema Sueños y pesadillas.

Sueños que hacen Realidades

1 - unen pensamiento rebelde,  
y van tejiendo geografía

2 - Sueños que desuelan palabra,  
que forman Torbellinos  
y se lucieron Cardales

3 - Sueños que desuelan justicia  
de vivir o morir buscando  
la democracia, combatiendo  
siempre por la libertad.

4 - Sueños de Corazón rebelde  
que lucha incansablemente  
por la vida, donde solo  
la vida de egoísmo fabrica  
la muerte.

5 - Terrible tormenta se aproxima  
ambición que fabrica muerte  
migajas que oculta lamento  
entre las adicciones del capitalista.  
Se derrama Sangre en nuestro suelo.

6 - Gobierno Capitalista buscan  
agrietando suelo, destruyendo vida  
formando guerra, matando al  
defensor.

7 - pesadillas que envuelven las  
noches, Sueños que inspiran  
pensamiento, que se vuelven  
realidad. vidas que anhelan  
libertad.

“Diz-se que diversos movimentos, tanto do México como de outras partes do mundo, viram no zapatismo um exemplo de luta e, inclusive, que alguns retomaram seus princípios para a construção de suas próprias resistências. Nós dizemos a eles: aos que seguem o exemplo, que não o sigam. Pensamos que cada qual tem que construir sua própria experiência e não repetir modelos. Neste sentido, o que o zapatismo lhes oferece é um espelho, mas um espelho não é você, somente o ajuda a ver como você se vê [...] dizemos a eles que vejam nossos erros e acertos, se é que existem, aquilo que possa servir para construir seus próprios processos, mas não se trata de exportar o zapatismo ou de importá-lo. Pensamos que o povo tem a valentia e a sabedoria para construir seu próprio processo e seu próprio movimento, porque tem sua própria história. Não só é preciso saudar isso, como é necessário propiciá-lo”

Subcomandante Insurgente Marcos, 2003.

## INTRODUÇÃO

Dotados de uma carga mítica, as e os zapatistas são mundialmente conhecidas e conhecidos. A imagem de uma mulher ou de um homem ornados com um *pasamontañas* e um *paliacate*<sup>1</sup> não é inédita no nosso imaginário e, quase sempre, remete a um movimento indígena mexicano lutando por território nos anos 90, em Chiapas. No campo ideológico da esquerda, as e os zapatistas foram e são referências no que diz respeito à luta social, ao sucesso logrado através de uma organização territorial autogovernada e autônoma e de um levante armado realizado em plena ascensão do neoliberalismo numa América Latina recém egressa da longa noite das ditaduras civis e militares, da turbulência das guerrilhas e das rebeliões, e em um contexto de pretensão hegemônica do Consenso de Washington, sob a liderança dos governos dos EUA e do Reino Unido. Em meio a esse cenário, alimentando os corações e mentes rebeldes do globo, irrompe-se um grupo que se apresentava como EZLN – Ejército Zapatista de Liberación Nacional.

Neste dia, em 1º de janeiro de 1994, a história do EZLN começava a ser contada publicamente ao mesmo tempo que ocorria o ingresso do México no Tratado de Livre Comércio da América do Norte. A década de 90 foi extremamente conturbada do ponto de vista político e econômico: o fim da Guerra Fria, com o consequente rearranjo e regionalização das políticas econômicas em blocos, o fim da União

---

<sup>1</sup> Pasamontaña ou balaclava: gorro de lã que cobre completamente a cabeça de quem o veste, deixando apenas os olhos descobertos. Paliacate: lenço ornamental de cor predominantemente vermelha, com motivos maias, utilizado sobre os ombros ou cobrindo o rosto.

Soviética, o avanço da globalização neoliberal e das políticas de austeridade fiscal, a abertura dos mercados internacionais, etc. Havia, assim, um rearranjo no papel político e econômico do Estado. No México, esse rearranjo estava (e está) diretamente ligado ao uso, sobretudo pelos megaprojetos de infraestrutura, das terras pertencentes às comunidades indígenas, conforme inscrito na constituição do país desde 1917.

O EZLN, ao fazer o levante de 94, teve o papel fundamental de recolocar a pauta indígena no cenário político mexicano, pauta esta que havia sido “cimentada” politicamente pela institucionalização da Revolução Agrária de 1910. Ao longo dos anos, desde sua formação na clandestinidade, as e os zapatistas passaram por períodos de guerrilha, de silêncio, de diálogo e, no tempo e no espaço, foram construindo suas geo-grafias. Analisá-las e compreendê-las para, a partir daí, reconhecer as potencialidades emancipatórias - e, inegavelmente, seus limites - desde as geo-grafias dos e das de baixo, foi a inspiração que guiou a relação que agora se converte nas páginas que se seguem.

Não deixemos de destacar que as e os de baixo são também parte de uma leitura conjuntural que foi se consolidando ao longo da caminhada dos zapatistas e da sua relação com os partidos, com o Estado e com as eleições. Longe de buscar ser ideológico e menos ainda doutrinário, no sentido que é um movimento que não busca lançar diretrizes disso ou daquilo, o zapatismo constrói uma identidade dos e das de baixo a partir da ideia do se reconhecer. Nisso, ampliam as limitações da concepção marxista de classe no que diz respeito às sociedades construídas a partir do processo colonial, estando, como os próprios porta-vozes do movimento afirmam, mais próximos das concepções anarquistas de crítica ao Estado e às estruturas hierárquicas que compõem a sociedade em que vivemos.

A aproximação a essa geo-grafia se deu através de uma concepção forjada na construção do movimento e não necessariamente condicionada à alguma bibliografia. Nosso olhar se voltou para a construção de r-existências, de como se construíram e se constroem as territorialidades zapatistas a partir de seus protagonistas e de suas r-existências, considerando que estas territorialidades fazem parte da luta pelo território e por tudo mais que possa estar imbricado nessas geo-grafias. Esses e essas protagonistas são dinâmicos e territorializados e é esta dinâmica - o movimento - que traz transformações na história (tempo) e na geografia (espaço). Essas transformações não ficam somente no plano social e temporal, mas “grafam”

fortemente no plano espacial, onde sua forma de gerir e articular são fundamentais para seu caráter de resistência. Dessa forma, o EZLN foi tomado como referência, por identificar-se na sua construção histórica, na memória da luta coletiva como re-existência, na despatriarcalização, nas acertadas leituras conjunturais, na auto-organização e na autonomia como chaves essenciais para a composição de suas territorialidades.

Essas chaves possibilitam ver conceitos tão caros à geografia a partir de *Otro mundo possible*. Elas nos trazem outro território, outra escala, outra geopolítica, outro lugar, outras redes, outros projetos de sociedade. Projetos estes que, por sua vez, são reflexos de geo-grafias traçadas a partir de outra lógica e de outra racionalidade que se engendram na relação com a terra, com a cultura, com as crenças, com “*las costumbres*”, na centralidade da mulher e da Madre Tierra como estruturantes nesses territórios rebeldes autônomos.

###

A geografia, enquanto ciência constituída, se constrói e se modifica de acordo com as mudanças sociais em diferentes espaços, diferentes tempos, nos aspectos político, econômico, cultural, simbólico, material, relacional, em diferentes calendários e geografias, como bem dizem as e os zapatistas. A ontologia e a epistemologia da geografia, do ser e de seus sentidos científicos e cientificizados, se move e se estabelece ao sabor das conjunturas das mais variadas escalas, contextos sociais e geopolíticos, ao mesmo tempo em que corrobora e legitima essas conjunturas a partir da produção do conhecimento acadêmico.

Consequentemente, a geografia do oceano Atlântico se faz marcada pelos traços da colonialidade. Antes mesmo de Ratzel e La Blache se debruçarem sobre uma geografia imperialista e expansionista, a desterritorialização imposta, principalmente, pelas coroas portuguesa e espanhola (entre outras) já deixava suas marcas na geografia (hoje) latino-americanas. No México, ao mesmo tempo em que extraíam riqueza das colônias, centenas de mundos eram exterminados. E extrair terra é extrair território, é extirpar uma relação que une sociedades e espaços em prol do apetite de outros.

Como em quase todas as colônias latino-americanas, a questão que leva aos conflitos no México também foi e é estruturalmente agrária, e daí a importância da questão da terra para a estruturação político-econômica dos países da América Latina. O México possui uma estrutura agrária complexa, dividida entre terras privadas

e públicas, o que aparentemente não tem nenhum diferencial de qualquer outro país do mundo. A estrutura de poder se consolidou em torno à propriedade fundiária e a partir da expropriação forçada, colocando a figura dos *terratenedores* como emblemática desse modelo. No outro lado do front, estava o sujeito agrário forjado nas territorialidades e ancestralidades indígenas, pluriétnicas e comunais, que remonta 20 mil anos atrás, desde os registros do período pré-hispânico quando se compunha entre aztecas, mayas, olmecas, teotihuacán, zapoteca, mixteca, entre outras inúmeras formas de se organizar e viver no espaço.

Porém, o caso mexicano elevou a questão agrária a um outro patamar, pois foi neste país que aconteceram dois dos mais emblemáticos fatos sociais do século XX: a Revolução Mexicana de 1910, e o já mencionado levante zapatista de 1994. A busca pela compreensão dos processos que levam à construção desses dois episódios cruciais da trajetória latino-americana passa, fundamentalmente, pela presença indígena como constituinte desse sujeito agrário mexicano.

De acordo com dados Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI, 2015), o país tem aproximadamente 120 milhões de habitantes, sendo cerca de 26 milhões de pessoas que se afirmam indígenas. A presença desse componente étnico racial associada à presença de seus idiomas, entendidos aqui como códigos de síntese da experiência e da memória, são essenciais para a compreensão desses e de outros episódios em que o indigenato mexicano, assumindo a condição de protagonista, colocou pontos de inflexão numa trajetória colonial que, não fossem eles, seria idêntica a dos demais países do continente.

Essas diferentes trajetórias e processos reuniram-se nas montanhas da Selva Lacandona, no Estado de Chiapas, para forjar esse movimento sobre o qual lancei o olhar ao longo da construção desta tese. Chiapas, no sudeste mexicano, é um Estado que simboliza as consequências da empresa colonial, um Estado de posição estratégica do ponto de vista do escoamento de produção - em especial do petróleo - e no qual a pobreza que aflige a maior parte da população convive permanentemente com o alarido dos megaprojetos que supostamente trarão o sempre adiado desenvolvimento.

Foi nesse Estado, e naquele cenário montanhoso da Selva Lacandona, que o EZLN se territorializou a partir da ampliação da sua rede de combatentes. Como foi apresentado durante esta tese, a Selva Lacandona é extremamente presente nas simbologias zapatistas porque foi nesta formação de montanhas que se iniciou seu

processo de (re)criação, onde os acordos se construíram em movimento na montanha sob o regime de clandestinidade. Se a região das montanhas da Selva Lacandona já era indígena, passava a também ser parte da territorialidade da memória rebelde zapatista.

###

Esta tese buscará, de forma análoga, imbricar-se nas trilhas abertas pelos e pelas zapatistas em meio às montanhas do sudeste mexicano. Seguindo seus passos, esperamos compreender a riqueza de caminhos abertos ou sugeridos por esses homens e mulheres que ousaram dizer *Ya Basta!*

Para a construção desta tese, partimos também da indissociabilidade entre sociedade(s) e espaço, e que, portanto, as e os zapatistas, ao longo de sua história e de sua memória, grafam no espaço sua leitura de mundo, sendo, assim, produtores de outras geo-grafias. E, reforça-se, é urgentemente necessário que se produza conhecimento a partir dessas geo-grafias traçadas pelas e pelos de baixo, que nos mostram que, ainda que o espaço geográfico se produza contraditoriamente, assim como as relações sociais que o engendram, ele também pode ser produzido por relações solidárias, comunitárias, harmônicas e complementares.

Destaque-se, igualmente, para que os objetivos desta tese não sejam confundidos, que o zapatismo não deve e não pode ser visto como um “fetiche de esquerda”, equívoco no qual incorrem frequentemente os setores habituados a acreditar em vanguardismos revolucionários. A trajetória zapatista é o resultado e processo de muitas lutas, de muitos conflitos, de muitas guerras e qualquer trabalho que se dedique a esse tema sem o real compromisso com aquelas e aqueles que entregam seus corpos à essa construção seria, no mínimo, leviano.

Em 2017 foi dado o limite de estudos para esta tese. Este recorte foi adotado aqui como limite temporal para a análise, uma vez que, neste ano, o movimento deu início a uma nova etapa junto ao Congresso Nacional Indígena, a partir da pré-candidatura de Maria de Jesús Patrício Martínez, conhecida como Marichuy, à presidência do país, assim como foram fundados novos Caracóis, fatos que não alteraram a configuração apresentada nesta pesquisa. Os desdobramentos desses fatos extrapolam as possibilidades desta tese, tanto pela dinâmica do EZLN, quanto pelas condições humanas que envolvem uma pesquisa e a pesquisadora. Um dos componentes de sua construção foi a realização de observações de campo realizadas

em diferentes oportunidades entre 2015, 2016 e 2017. Desta forma, a tese se estrutura nos capítulos descritos abaixo.

No primeiro capítulo, estão colocados alguns elementos conceituais e epistemológicos da ciência geográfica, ou seja, a carga teórica que vem da graduação e do mestrado e que dão a orientação teórica para este diálogo. Para além de trazer um referencial teórico protocolar, buscou-se colocar os desafios que a própria construção do conhecimento geográfico nos traz. São conceitos e geografias que foram se desenhando ao longo do período da pesquisa e que, de uma forma ou de outra, traçaram mais anseios e desafios, colocando seus limites, possibilidades e reflexões. Dialogando com esta perspectiva, trouxemos também o diálogo necessário com o pensamento decolonial, onde, neste capítulo, traçamos um breve histórico buscando apontar o corpo colonizado da geografia enquanto ciência, já que essa é uma das críticas e hipóteses que guiaram esta tese.

Na metodologia foram colocados os parâmetros que julgamos éticos para a construção de uma pesquisa científica socialmente comprometida e, mesmo com todos os limites que alguma metodologia possa inferir, que também pudessem abrir portas.

O segundo capítulo traz elementos históricos que nos auxiliam a compreender o zapatismo. Traçou-se, uma breve historiografia das conjunturas políticas no México com o objetivo de relatar como surge o agrarismo e como o zapatismo é parte deste processo, numa relação que destaca o quanto o elemento colonial foi determinante. Aqui também se evidenciam as diferenças nas relações com “os de cima”, das influências e suas relações nas diferentes escalas, e memórias que perpassam os 500 anos de colonização, nas imposições culturais, políticas e sociais que faziam, principalmente, fazem parte deste “pacote colonizador” imposto sobre terras que até então tinham uma geografia outra.

O terceiro capítulo acompanha o zapatismo desde a clandestinidade até a fundação dos Caracóis, e nos fala sobre este momento de fundamental importância. Ali busquei traçar, em continuação ao capítulo II, uma genealogia do EZLN, não com o objetivo de resumir essa história - esforço que não caberia nas páginas de uma tese - mas no sentido de destacar a importância dessa construção socioespacial que representa o autogoverno zapatista até os dias de hoje e que sintetiza a leitura zapatista de um outro mundo possível.



Para isso, realizou-se a pesquisa em torno de documentos e fontes que convergiam nestes fatos, sobretudo as declarações emitidas pelo EZLN e outras organizações de apoio tais como o Centro Indígena de Capacitación Integral – Universidad de La Tierra (CIDECI/Unitierra), o Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas (FRAYBA)<sup>2</sup>, o Centro de Documentação sobre o Zapatismo (CEDOZ), entre outros. Um elemento a se destacar neste capítulo são as citações de depoimentos das e dos zapatistas, em especial aqueles proporcionados pelo próprio movimento no riquíssimo material de formação para a Escuelita Zapatista, que foi escrito pelas e pelos zapatistas para apresentar como funciona o governo autônomo, suas resistências e o papel das mulheres, e se encontram nos referenciais bibliográficos.

O quarto capítulo traz a análise do EZLN e do zapatismo a partir da geografia, intermediado por categorias e conceitos como autonomia, autogoverno, geopolítica, lugar, assim como destacando a dimensão do matriarcado. É desse debate que emerge aquilo que chamei de Geograficidade do Caracol como uma sistematização desta geo-grafia das e dos de baixo, como e contra um método.

As conclusões da tese mostram a necessidade de pensar a geografia fora do centro do Estado, visto como parte do sistema-mundo moderno colonial, ou seja, a necessidade de se trazer a geo-grafia das e dos de baixo. Trata-se, sim, de uma geografia que já existe, e que sempre existiu, e que neste documento, procura enxergar e mostrar a partir das e dos zapatistas. É a partir dessas geo-grafias, acreditamos, que será possível pensarmos outro território, outro lugar, outra escala, outras paisagens, a partir de baixo.

Sobre os três trabalhos de campo, dividi ao longo da tese em duas partes, a primeira é a sequência do capítulo um e, a segunda parte, entre o final do capítulo quatro e a conclusão. Esta foi maneira que encontrei de adequar e contextualizar os relatos e impressões de campo ao longo da tese e da sequência que ela foi se construindo. Atento que os relatos de campo estão mais descritivos e em uma linguagem mais informal, porque “és *tan grande*” pessoalmente que dá vontade de contar como se estivesse falando, como se a formalidade que exige o trabalho acadêmico impedisse de expressar os sentimentos de desaprendizagem, o sentir

---

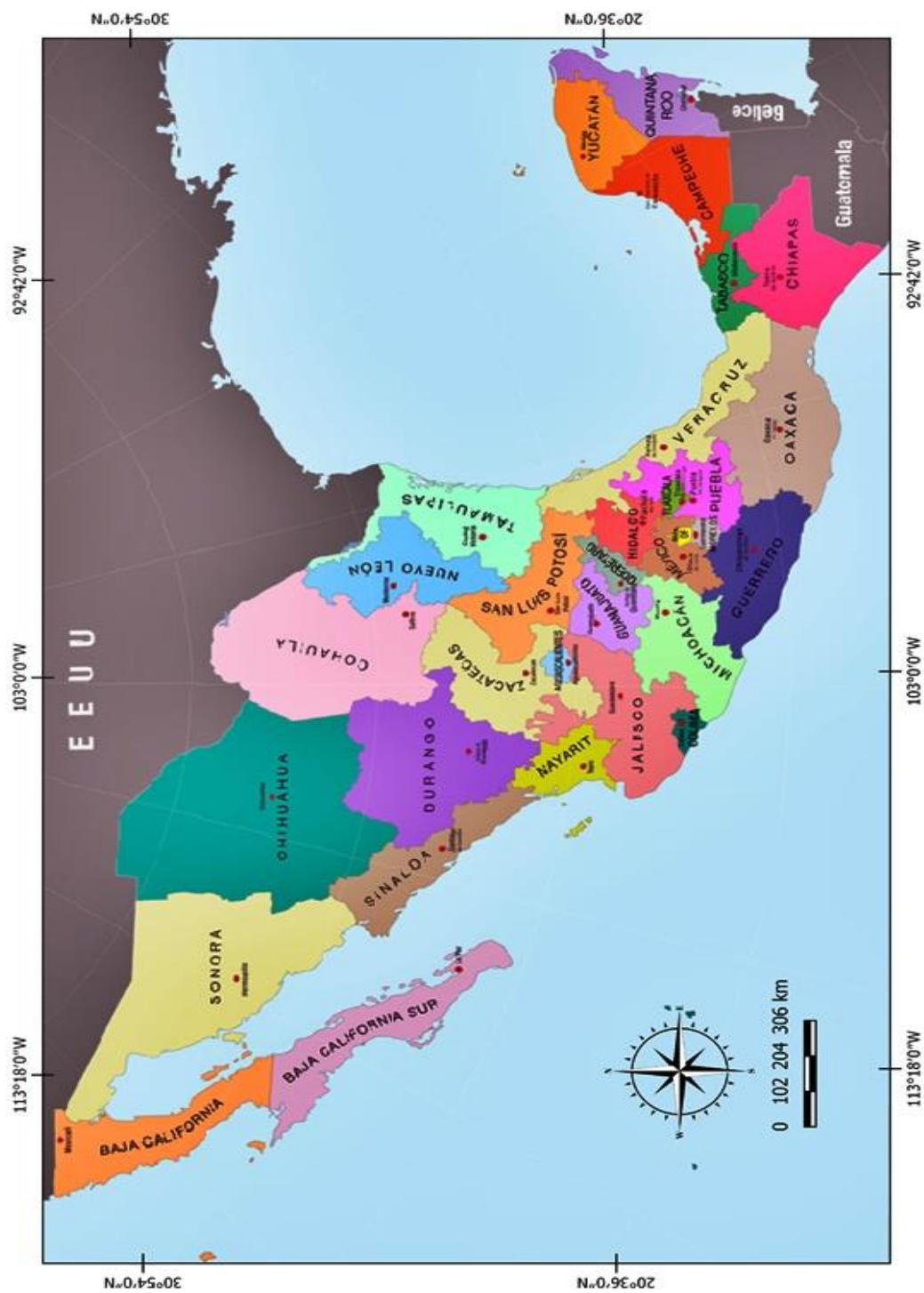
<sup>2</sup> A partir deste momento da tese vamos nos referir ao CIDECI/UNITIERRA Centro Indígena de Capacitación Integral/Universidad De La Tierra como “CIDECI”, e Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas, como “FRAYBA”.

pensar de toda a escala 1:1 que um trabalho de campo pode proporcionar. Ao passo que as informações coletadas, os fichamentos e leituras, entrevistas e demais registros estão diluídos ao longo da tese.

A vontade pessoal, sem dúvida nenhuma, era de inserir muitos registros fotográficos ao longo do texto, porque sei (por experiência própria) que os territórios zapatistas despertam muita curiosidade e as imagens são recursos e linguagens didáticas. Porém, mesmo sem conhecimento técnico sobre o assunto, tenho noção que o excesso de imagens intercalados no texto pode fazer com que a estrutura deste perca a “linha de raciocínio” da pesquisa em meio às imagens. Para tentar sanar este problema, coloquei algumas imagens ao longo do texto, todas autorais. Sobre os anexos, estão disponíveis, além das fotos, alguns registros de materiais, comunicados na íntegra.

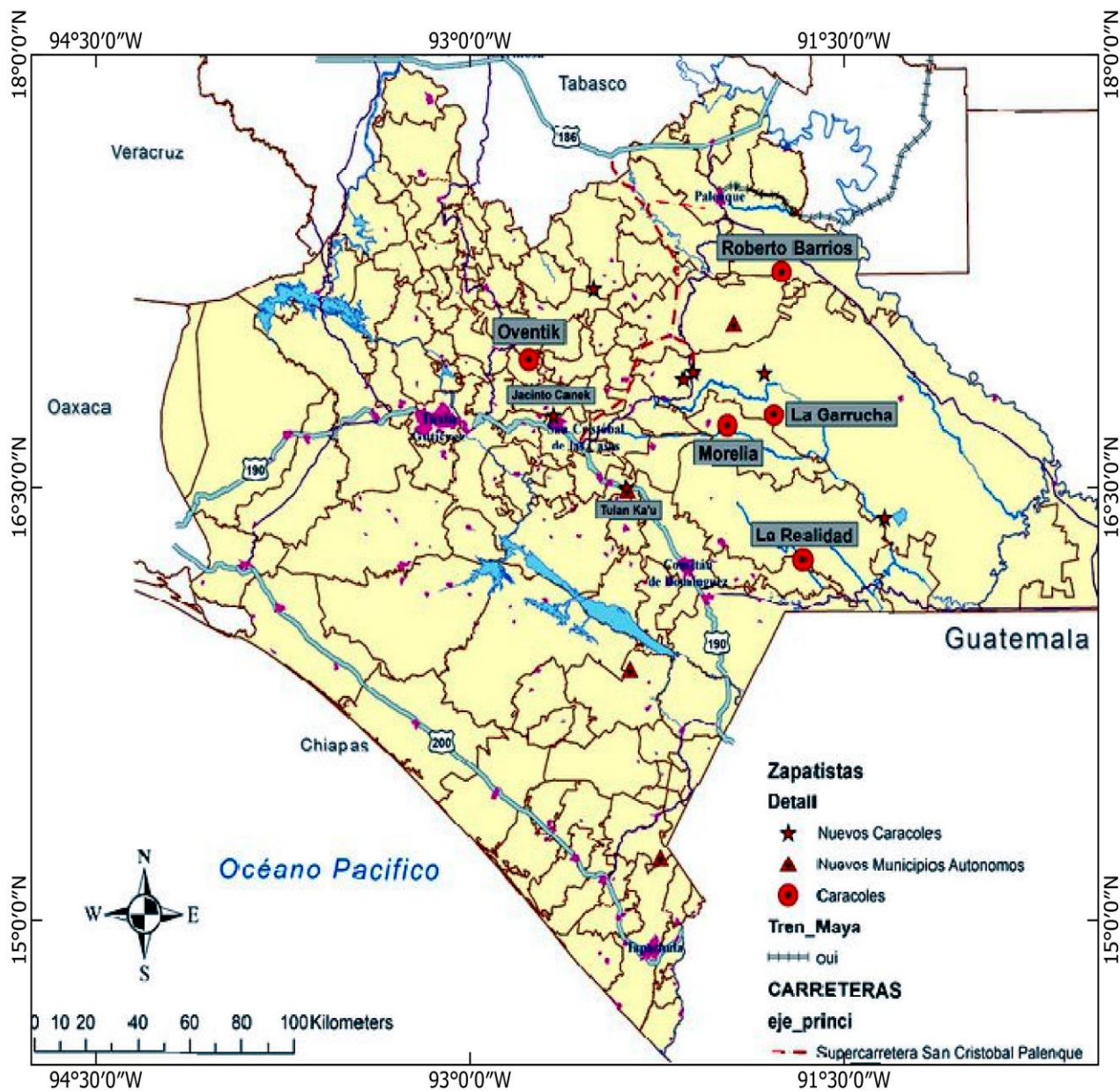
Sobre o referencial bibliográfico, optei por romper o protocolo e separar a bibliografia em duas partes: uma bibliografia que foi usada na tese através das citações e outra que chamei de “bibliografia zapatista”, onde referencio todos os materiais que foram citados pelas e pelos zapatistas, independente da sua função dentro do movimento. Destaca-se que, neste caso, as citações que atribuídas ao Subcomandante Insurgente Marcos, em entrevistas ou crônicas, são autorizadas como falas do EZLN, visto que este era/é seu porta voz, assim como Subcomandante Insurgente Moisés. Para situar a leitora e o leitor que desconhece o fato, o Subcomandante Insurgente Marcos desde 2014 se nomeou Subcomandante Insurgente Galeano, em um ato de “morte” simbólico para homenagear e manter viva a memória do Maestro Galeano, zapatista assassinado pela contra-insurgência paramilitar em 2014 e que será retomado ao longo do texto.

Figura 1 - Mapa do México



Fonte: Alaznegonzalez, Wikimedia Commons

Figura 2 - Mapa de Chiapas



Fonte: Luchas Muy Otras

La civilización antigua de México no desapareció sin dejar rastro alguno con la venida de los europeos; la espada del conquistador pudo destruir la existencia política de aquellos pueblos, derribar sus templos, aniquilar ídolos, pero no pudo abolir su espíritu, que ha continuado hasta hoy latente y vivaz, haciendo sentir su influencia aun a sobre las mismas doctrinas implantadas por los nuevos dominadores. (Hernando Alvarado Tezozómoc, historiador mexicano, 1888)

## **CAPÍTULO I - (DES)COLONIZAÇÃO DA GEOGRAFIA, A POTÊNCIA DO ESPAÇO E A DESAPRENDIZAGEM DA PESQUISA.**

A Geografia se constrói na problematização do espaço e das relações que o compõem a partir da constituição das sociedades ao longo do/s tempo/s. Portanto, é necessário pensar as sociedades como categorias em movimento (no espaço) e na sua materialidade, pois mulheres e homens não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo (PORTO-GONÇALVES, 2012), das bases de sobrevivência. Assim, na afirmativa de que a sociedade é espaço, é necessário pensar essa relação a partir de outras racionalidades, onde “toda sociedade é uma construção, uma constituição, uma criação de um mundo, de seu próprio mundo” (CASTORIADIS, 1987, p.241).

Portanto, pensar o espaço como instituído e instituinte torna-se também expressão das contradições do domínio e das resistências, confluindo em diferentes territorialidades na medida em que expande territorialmente essas contradições sobre os diferentes territórios. Devemos, então fazer algumas considerações:

- i) Se existem diferentes territórios, existem diferentes processos históricos ou, pelo menos, histórias não-lineares.
- ii) A linearidade e a uni-versalidade da história é contada como “oficial”, somente, por um lado. Daí é importante considerar a dimensão de uma única versão de quem – pretensamente – fez a história, ou de onde ela parte, ou seja, da lógica antropocêntrica, eurocêntrica e moderna na instituição da sociedade tal como ela é, inclusive nas suas contradições.
- iii) o tempo não se sobrepõe ao espaço, portanto, a linearidade da história não dá conta, não acompanha os diferentes mundos, relegando-os á pré-históricos, pré-hispânicos, pré-colombianos e a própria ideia de “anacrônico” ou atrasados. Ou seja, anula toda historicidade descentralizada e periférica.

iv) anular estes diferentes mundos/territórios da história e da geografia é ignorar territorialidades outras, sobre outras racionalidades, outras formas de viver, outras epistêmes. Ou seja, corrobora com o epistemicídio (SANTOS; MENESES, 2010), o apagamento de culturas e memórias (materiais e/ou simbólicas) e, reafirmando a intelectual mapuche Moira Millán (2021), o terricídio.

CLASTRES (2003) irá trazer a problemática da história, inclusive, negando que haja somente uma historicidade e questionando, sobretudo, o lugar destas sociedades “sem história” ou fora desta linearidade uni-versal, onde “a história dos povos que têm uma história é, diz-se, a história da luta de classes. A história dos povos sem história é, dir-se-á com ao menos tanta verdade, a história da sua luta contra o Estado”. Ou seja, mesmo fazendo o diálogo com a tese marxista da luta de classes, existe ainda uma periferização daquelas e daqueles que, sequer, se enquadram nesta categoria por não estar na “linearidade” capital-trabalho.

Assim, concomitantemente, os sujeitos/sociedades/coletividades que compunham os territórios dominados, de qualquer tempo/história, também resistem, criando e re-criando territorialidades. Essas resistências devem ser vistas pela lente da perspectiva da colonialidade e do patriarcado e, portanto, sua crítica deve ser elaborada por estas mesmas lentes.

Então, neste capítulo busca-se dar suporte, a partir de um panorama das abordagens teóricas, epistemológicas e metodológicas que “sulearam”<sup>3</sup> a pesquisa, à problematização em torno de quais as sociedades com que estamos dialogando para dar base à tese, tal como situar como se forjam as relações do/no espaço geográfico, mais precisamente na América Latina/Abya Ayala, ou no México, ou em Chiapas, ou, mais especificamente, onde se encontram os territórios autônomos zapatistas.

---

<sup>3</sup> A expressão “sulear” - em oposição ao “nortear”, de uso comum - tem ganhado presença como parte de um léxico político descolonizante. Ainda que no campo da Geografia esse seja um tema sobre o qual existe uma reflexão consistente a partir do questionamento do caráter eurocêntrico que determina as projeções cartográficas mais comumente adotadas como a de Mercator, podemos afirmar que, de um ponto de vista político mais amplo, a principal inspiração e referência sejam a obra do artista uruguaio Joaquín Torres-García (1874-1949) e o mapa “invertido” que ilustra sua proposta de uma Escuela del Sur. Nas palavras do artista: “He dicho Escuela del Sur; porque en realidad, nuestro norte es el Sur. No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo”. (TORRES-GARCÍA, 1935 apud COSTA, 2011).

## 1.1. A perspectiva decolonial

Para situar essa tese, é utilizado como recorte espaço-temporal o século XVI, no período chamado de colonização. Caracterizado na educação básica pelo período das Grandes Navegações, essa referência está diretamente ligada ao desenvolvimento da técnica e da tecnologia que permitiam, então, as bravatas e "conquistas" da península Ibérica sobre "novos" mares e oceanos em busca de riquezas e ampliação de relações mercantis.

Essa expansão, diferentemente das relações que estavam estabelecidas através do comércio realizado via mar Mediterrâneo, estabeleceu uma nova lógica para a organização do espaço mundial, agora em escala planetária, redefinindo e/ou suprimindo regiões e povos. Em termos de exploração é preciso compreender a colonização como um processo complexo que opera por duas frentes: uma é a necessidade do colonizador em adequar os territórios invadidos aos seus interesses na extração ou produção de "recursos naturais"<sup>4</sup> disponíveis, assim como toda a estrutura de logística (portanto a necessidade de tecnologia) para a expansão do mercado; a outra é o povoamento, seja pelo reordenamento territorial (obrigatório) da população nativa, quanto a criação de meios coercitivos de extração de "trabalho" para o colonizador (CÂMARA, 2012), onde tais comunidades representavam um recurso a mais a ser conquistado ou, em situações extremas, eliminado.

Esse processo cria uma nova ordem produtiva global, futuramente capitalista, baseada na acumulação de riqueza nas regiões centrais - as metrópoles - e na criação das regiões periféricas e das semiperiféricas - as colônias e os países estratégicos que se situam entre uns e outros, com suas devidas especificidades. Esse mesmo processo histórico não ocorre de forma linear e/ou natural, sendo repleto de interações - fundamentalmente de ordem geopolítica - que destaca Espanha e Portugal como detentoras do poder econômico e político e da (futura) identidade europeia ocidental (SANTOS, 2018), que resultaria como base histórica da formação dos sistemas periféricos, centrais e semiperiféricos.

---

<sup>4</sup> Ainda que seja um termo extremamente contraditório e que se insere em um universo de significações de matriz capitalista, faz-se uso eventual dessa terminologia pela inegável conexão com as relações que procuramos analisar. O debate em torno ao léxico adotado na necessária desconstrução dessas relações propõe termos como "bens comuns", cuja análise foge ao escopo deste momento do trabalho.

### 1.1.2 Sistema-Mundo Moderno Colonial

A colonização do que hoje chamamos de continente americano é o que vai definir a centralidade da Europa nas relações geopolíticas, sociais e econômicas, e a expansão global do capitalismo, da implantação de uma racionalidade científica e do sistema interestatal que vem caracterizando a história até hoje (RESTREPO; ROJAS, 2010). A partir de então se estabelecem novas relações, complexas e orgânicas em escala mundial sempre a partir da lógica eurocêntrica. Essas relações são analisadas aqui a partir da teoria do sistema-mundo moderno, cunhado e caracterizado por WALLERSTEIN (1974) como:

Um sistema-mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo a seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros. (WALLERSTEIN, 1974, p. 337)

A ideia de sistema-mundo, enquanto unidade básica de análise, deve ser considerada a partir da formação das sociedades-estado, as quais “fueron y son de hecho en primer lugar estructuras creadas por procesos de escala mundial y moldeadas como reacción a ellos” (WALLERSTEIN, 1998, p. 85). Nesta lógica, a dimensão da modernidade sobressai-se como componente fundamental desta análise e define o sistema-mundo moderno, que terá seu início com a invasão europeia no continente americano. Restrepo e Rojas (2010) explicam que, para Wallerstein, a dimensão da modernidade no sistema-mundo depende de cinco fenômenos relacionados entre si:

El primero de ellos es el **capitalismo como sistema económico**. El ‘descubrimiento’ de América implica una expansión de las áreas en las que funciona esta forma particular de economía (...) Es decir, es el primer momento en que se establece un vínculo económico a escala planetaria (una economía mundo).

- El segundo, se refiere al **florecimiento de la ciencia y la tecnología**, en parte asociado a las necesidades del capitalismo naciente, que requería aumentar la rentabilidad de los procesos económicos. (...)

- El tercero, tiene que ver con la **secularización** de la vida social o relegación de las instituciones religiosas a la vida privada. El fortalecimiento del capitalismo y los avances tecnológicos influyeron en las formas de ver el mundo en las sociedades de la época, dando más importancia a formas racionales de explicación de las cosas y reduciendo el papel de la religión en este sentido.

- El cuarto, es el **sistema de estados**. A pesar de la idea de los estados como algo que siempre ha existido, estos sólo son producto del proceso de constitución del sistema mundo moderno (finales del



siglo XV). (...) El lugar que ocuparon España y Portugal en el sistema, tiene especiales implicaciones para pensar las formas concretas en que se articuló América al sistema mundo durante la primera modernidad (siglo XV al XVIII).

- El quinto, es el **universalismo**, que es una idea según la cual todos los conocimientos, valores y derechos de una sociedad (las europeas en este caso) pertenecen a todas las personas. El universalismo en sí, (...) tenían el poder en aquel momento lo emplearon para imponer sus valores a las sociedades que sometían, en nombre de unos supuestos valores universales. (RESTREPO E ROJAS, 2010, p. 70, grifo meu)

A crítica à modernidade, como elemento fundamental de análise de qualquer estudo sobre e pela América Latina, está alinhada com Dussel (1994) quando este sustenta a crítica ao padrão da modernidade como paradigma da existência de toda a sociedade onde, antes, não havia pessoas e sim “raças” e nos coloca a modernidade, o capitalismo e a América com a mesma data de nascimento (PORTO-GONÇALVES, 2017)

Nesta concepção, “divide” a modernidade em dois momentos históricos, onde a primeira modernidade está vinculada à invasão e colonização da América e a segunda modernidade como produto do Iluminismo. Escobar complementa afirmando que “la segunda modernidad no reemplaza la primera, sino que se le superpone hasta el presente.” (ESCOBAR, 2003, p. 60).

América Latina fue la primera colonia de la Europa moderna - sin metáforas, ya que históricamente fue la primera “periferia” antes que África y el Asia -. La “colonización” de la vida cotidiana del indio, del esclavo africano poco después, fue el primer proceso “europeo” de “modernización”, de civilización, de “subsumir” (o alienar), al Otro como “lo Mismo”; pero ahora no ya como objeto de una praxis guerrera, de violencia pura – (como en el caso de Cortés contra los ejércitos aztecas, o de Pizarro contra los incas), sino de una praxis erótica, pedagógica, cultural, política, económica, es decir, del dominio de los cuerpos por el machismo sexual, de la cultura, de tipos de trabajos, de instituciones creadas por una nueva burocracia política, etc., dominación del Otro.

Es el comienzo de la domesticación, estructuración, colonización del “modo” como aquellas gentes vivían y reproducían su vida humana. Sobre el efecto de aquella “colonización” del mundo de la vida se construirá la América Latina posterior: una raza mestiza, una cultura sincrética, híbrida, un Estado colonial, una economía capitalista (primero mercantilista y después industrial) dependiente y periférica desde su inicio, desde el origen de la Modernidad (su “Otra-cara”: teixtli). El mundo de la vida cotidiana (Lebenswelt) conquistadora-europea “colonizará” el mundo de la vida del indio, de la india, de América. (DUSSEL, 1994, p. 50)

Se a imposição da modernidade (primeira ou segunda) como um “modelo” de civilização a ser seguido vem a partir da Europa Ocidental, é a partir da colonização da América, principalmente a partir da tomada da América Latina, que a centralidade

da Europa surgirá e perdurará (ainda hoje). Entramos, então, na dimensão do colonialismo e da colonialidade como elementos fundamentais de análise do que consideramos como categoria chave para a fundamentação teórica dessa tese, o Sistema-mundo moderno colonial.

Um sistema que se projetaria à escala global (Mundo) e que seria um dos pilares da Modernidade (Moderno), mas que se constituía em base para a colonização de territórios (Colonial): o Sistema-Mundo Moderno-Colonial, tendo como centro uma Europa que só a partir dali definia-se a si mesma dessa forma. Um sistema único no qual ambas as partes eram imprescindíveis à construção de uma identidade europeia a partir da alteridade constituída em relação ao outro que era incorporado como periferia. (CÂMARA, 2012, p. 45)

Assim, a existência da modernidade condicionada à colonização da América trará a constituição de saberes, de territorialidades antes inexistentes e terá seu ápice (e não seu início) no Iluminismo, fundamentalmente nos séculos XVIII e XIX, quando uma narrativa universal se apropria de todas as culturas, povos e territórios (LANDER, 2000) e, sobretudo, marca o início do Colonialismo. De acordo com Quijano (2005a)

O Colonialismo se refere estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada são detidos por outra de identidade diferente e cujas sedes centrais estão, ademais, em outra jurisdição territorial (QUIJANO, 2005a, p.381).

Essa estrutura de dominação e de controle de um mundo sobre o(s) outro(s) mundo(s), no caso do europeu e sobre as centenas de territorialidades distintas que viviam na América, vai acontecer inicialmente no sistema de exploração de riquezas da colônia para a metrópole. Porém, pela própria necessidade de perpetuar este controle e estrutura, o Colonialismo irá se projetar na Colonialidade, caracterizando nesta a imposição na intersubjetividade do mundo, de modo tão enraizado e prolongado (QUIJANO, 2005a) das diversas relações de exploração e desigualdade. Portanto, o Colonialismo, para além da caracterização de um momento passado específico da geopolítica mundial já superado, também foi a estrutura que constituiu os estados territoriais moderno-coloniais em todas as partes, inclusive - e especialmente - na Europa<sup>5</sup> (PORTO-GONÇALVES, 2017).

---

<sup>5</sup> Uma das características mais marcantes da Colonialidade do Poder é o fato de que o Estado Territorial Moderno, forma de gestão política das sociedades “exportada” com o Sistema Mundo Moderno-Colonial, traz em suas origens uma dimensão de colonialismo interno que é, não raramente, pouco destacada. Trabalhos como o de LAFONT (1971) e JÁUREGUI-BERECIARTU (1988) escrutinam as origens dessa forma de gestão política em solo europeu demonstrando como, também naquele continente, o surgimento dos Estados se deu através de mecanismos de dominação e

O Colonialismo deixa como legado a Colonialidade, como produto do processo de expansão territorial e manifestação da modernidade, entranhada nas mais subjetivas relações em diferentes escalas. Portanto, como defende Mignolo (2003), a modernidade e a colonialidade são dependentes entre si para existir, uma não existindo sem a outra, não só no passado, mas também no presente.

A Colonialidade se manifesta no sistema-mundo moderno colonial, como padrão de poder e dominação de relações em diferentes dimensões da vida, do trabalho, da cultura, do saber e, conseqüentemente, do espaço. Esse padrão de poder hierarquiza e classifica essas relações colocando o colonizador como referência daquilo que tem potencialidade de ser, e daquilo que, em contrapartida, não tem essa potencialidade (CÂMARA, 2012).

Para Quijano (2005b), a América Latina sempre foi um espaço privilegiado para o exercício da Colonialidade, a qual vai impor um padrão bem específico de poder que esse autor chamará de Colonialidade do Poder. Essa dimensão da Colonialidade reforça a modernidade como necessária para legitimar a dominação e a imposição de uma racionalidade vertical e única em escala global, como momento da modernização/desenvolvimento e horizonte a alcançar para os países periféricos. Sobretudo, impondo a dependência histórica da América Latina às estruturas de poder europeias a partir da expansão territorial, mas, também, de novas relações subjetivas e intersubjetivas que forjarão novas identidades (inclusive na Europa Ocidental) e a lógica de descendência biológica como “bandeira ou brasão” a ser cravado nos territórios onde estivessem estes portadores da identidade europeia e “baluartes” da modernização (QUIJANO, 2005b).

A própria ideia de “raça” surge como elemento dessa colonialidade, fundamentalmente a partir de uma hierarquização social construída sobre as distinções étnicas como relação de poder e ferramenta de exploração para acumulação de riquezas, centralidade econômica e (imposição) cultural para a Europa (sobretudo a ocidental). Essa racialidade vai se constituir a partir do que Quijano (2005a) caracteriza como a imposição de uma sistemática divisão racial do trabalho, onde a parte hispânica acabou com a escravidão indígena, mantendo-a sob o jugo de

---

opressão de povos e culturas, com conseqüências não sanadas que perduram até hoje. (Sardenha, Catalunha, País Basco, entre outros).

relações servis, e dando continuidade à escravidão das “raças inferiores” com o tráfico de população de países africanos para suas colônias.

No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante –os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus) – foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Conseqüentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial. (QUIJANO, 2005a, p. 119)

Ou seja, a expansão do capitalismo e a centralidade da Europa vão ocorrer somente e pela imposição de relações de exploração de mão-de-obra humana não-salarial na América Latina, visto que o sistema de raças (criado e imposto pela Europa Ocidental) permitia essa relação com os indígenas/servis e os negros/escravos. A mesma relação de exploração da natureza a partir da desterritorialização dos povos (tanto na América Latina, como na África), transformará saberes e outras racionalidades, por exemplo, tornando a terra, que tinha a função de base de reprodução da vida, em base da reprodução do capital, impondo, assim, a dimensão do saber e do ser como constituintes da Colonialidade.

Assim, passaremos a ver o mundo com a ideia eurocêntrica de conhecimento universal. O que se critica aqui não é a ideia de pensamento universal, mas, sim, a ideia de que há Um e somente Um pensamento universal, aquele produzido a partir de uma província específica do mundo, a Europa e, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII, aquele conhecimento produzido a partir de uma subprovíncia específica da Europa, a Europa de fala inglesa, francesa e alemã, enfim, **a Europa da segunda moderno-colonialidade, que teima em olvidar o conhecimento produzido na primeira moderno-colonialidade, aquela de fala espanhola ou portuguesa** (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 217, grifo meu).

Trazendo como exemplo o plano de investidura da exploração em terras latino-americanas, no início do século XX houve diversos conflitos de luta pela terra dos povos originários e reconhecimento constitucional das terras indígenas. De toda forma, mesmo que com diferentes resoluções, o ponto em destaque foi a ausência de reconhecimento do autogoverno e da reforma agrária que, de acordo com Del Popolo (2017), estão entre os fatores estão:

El indígena fue tratado como campesino, no se reconoció el carácter comunitario de la tierra, se adjudicaron terrenos poco fértiles y muy

alejados de los centros de comercio, y la reforma agraria no llegó a los indígenas de la Amazonía ni de las llamadas “tierras bajas”. A lo anterior se sumaron los procesos de colonización en la Amazonia y otras zonas consideradas “periféricas” que los Estados llevaron a cabo a mediados del siglo XX, dando lugar a un segundo ciclo de “desterritorialización”. Las demandas de tierras y territorios, así como de autogobierno, persisten hasta el presente, cuando se funden con la llamada “demanda madre”: el derecho a la autodeterminación. (DEL POPOLO, 2017, p. 85)

Denominado pela autora como “segundo ciclo de desterritorialização”, cabe aqui atentar que este “segundo ciclo” está diretamente ligado à luta pela terra e a autodeterminação e, uma vez negado, reproduz a lógica de domínio a partir da colonização do uso da terra, ou seja, essa “desterritorialização” é uma agenda atualizada de uma “nova roupagem” da colonização, de retirada de autonomia e autodeterminação e de não reconhecimento do sujeito indígena.

A contribuição do pensamento decolonial, trazido resumidamente, serve como orientação para a compreensão das relações no tempo e no espaço, que hoje resultam em diferentes e complexas escalas, contraditórias e excludentes, e que nos auxiliam a pensar a América Latina como parte do colonialismo e que se manifesta e se renova pelas relações de colonialidade nos territórios, não com as mesmas ferramentas de 1492, mas com as mesmas relações sociais e espaciais.

### 1.1.3 Colonialismo interno

Para conectar os elos entre a perspectiva do sistema-mundo moderno colonial e o que aqui se chama de geo-grafia desde baixo, insere-se a essa tese a categoria Colonialismo interno como mais uma chave que potencializa a mirada das r-existências das e dos de baixo, das e dos protagonistas.

Pablo González Casanova (2007) coloca o colonialismo interno a partir de relações de dominação de um grupo por outro, nas quais os Estados que estiveram sob a estrutura do colonialismo reproduzem as mesmas relações, misturando velhas e novas formas de dominação e apropriação, repaginando as novas classes de dominantes e de dominados.

Nesta repaginação, parte daqueles que estão sob o domínio passam a ser cada vez mais vinculados ao trabalho assalariado<sup>6</sup> e exclui parte considerável das etnias

---

<sup>6</sup> CASANOVA (2017) não exclui a classe trabalhadora assalariada (fundamentalmente fabril) do escopo dos que sofrem o Colonialismo Interno “A fortaleza dos centros de poder do capitalismo mundial também se baseia na articulação e combinação de suas próprias forças desde os complexos militares-empresariais e científicos, passando por suas redes financeiras, tecnológicas e comerciais,

colonizadas. Conseqüentemente, veremos que este setor assalariado se insere também no colonialismo interno, ao mesmo tempo em que o reproduz, sobretudo na hegemonia de uma concepção de esquerda (fundamentalmente marxista), que colocou o papel da luta de classes como central para abordar todos os debates e fenômenos sociais que aconteciam nesses países, principalmente na segunda metade do século XX.

Quase todos os líderes e ideólogos deram prioridade à luta contra o imperialismo e à luta de classes como base para rechaçar a luta das etnias, sem que estas pudessem romper as barreiras epistemológicas e táticas que levavam a desconhecer suas especificidades. Assim, o problema do colonialismo interno se expressou de maneira fragmentária e dispersa no pensamento marxista e revolucionário. (...) Classe e nação, socialismo e direitos das etnias, enfrentamentos e alianças, defenderam-se separadamente ou juntaram-se segundo os juízos conjunturais do partido sobre as 'situações concretas'. (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p.437)

Assim, torna-se imprescindível analisar o lugar de enunciação das e dos de baixo a partir de políticas nas quais foram amplamente negligenciados/as - inclusive por diferentes governos de esquerda<sup>7</sup> na América Latina - ou amparadas a partir de políticas indigenistas ou particularistas e renegando outras racionalidades, justamente por reproduzir a lógica do colonialismo.

É importante agregar que esta categoria é elaborada a partir de uma realidade mexicana, um território geopoliticamente complexo e com suas especificidades históricas e fronteiriças - o que não significa que a categoria Colonialismo interno possa ser "aplicada/identificada" somente no México, por óbvio - mas que é trazida

---

até a organização de complexos empresariais das chamadas companhias transnacionais e multinacionais que controlam a partir de seus próprios bancos passando por seus meios de publicidade até seus mercados de serviços, mercadorias, territórios e "consciências". Para a maximização do domínio e das utilidades, a articulação dos complexos militares-empresariais e políticos é fundamental. Todos eles trabalham em forma de sistema autorregulado, adaptativo e complexo que tende a dominar o sistema-mundo sem dominar as imensas contradições que gera. Dentro de suas políticas cabem os distintos tipos de colonialismo organizado que se combinam, complementam e articulam em projetos associados para a maximização de utilidades e do poder das empresas e dos estados que as apoiam." (González Casanova, 449, 2007)

<sup>7</sup> CASANOVA (2017) aponta Mariátegui como um caso a parte, ao escrever "Mariátegui indigenizou a luta de classes; indigenizou a luta anti-imperialista e colocou a necessidade de fazer outro tanto em qualquer país ou região onde houvesse populações colonizadas, etnias, povos oprimidos, minorias ou nacionalidades em condições dessa exploração, discriminação e dominação que distingue os trabalhadores das etnias dominantes, ou "assimilados", frente aos trabalhadores das etnias dominadas, discriminadas, excluídas. Em Mariátegui os espaços sociais e as particularidades da luta de classes e de libertação apareceram com relação a um determinado país, a um determinado Estado-nação, sem que esse autor precisasse os diferentes espaços de dominação e exploração no país nem as categorias coletivas distintas que podiam e deviam integrar-se ou associar-se à classe trabalhadora e suas frentes de luta."(González Casanova, 2007, p.443)

com exemplar didática ao narrar, como exemplo, como se constroem essas relações nos territórios, em diferentes escalas, e as estratégias de dominação.

A “guerra interna” como guerra mostra que a maioria dos Estados-nação e suas classes dominantes jogam predominantemente como cúmplices ou associados nas ações contra os povos, sem que por isso deixem de existir enfrentamentos entre os Estados-nação das grandes potências. As etnias vêm a unidade de seus opressores na preparação dos exércitos nacionais que vão às escolas metropolitanas, que recebem o treinamento de seus especialistas para usar as armas que esses países vendem aos ricos e poderosos do próprio país ou província na qual vivem. Descobrem como essa unidade estende-se aos paramilitares nativos que recebem treinamento e armamento de caciques, governos nacionais e estrangeiros, até formar verdadeiros complexos transnacionais, com suas hierarquias e autonomias relativas, convencionais e não convencionais. Com as guerras internas e as de baixa intensidade os povos adquirem uma consciência crescente do caráter internacional de suas lutas, e ainda que vejam a conveniência de se apoiar nos Estados que simpatizam com elas, seus referentes principais acham-se na sociedade civil dos pobres e empobrecidos, dos marginalizados e dos excluídos em seus movimentos e organizações. (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p.452)

O Colonialismo interno, como *modus operandi*, atua em diferentes escalas, mas mantendo a relação de poder político, social e militar ainda centrado no Estado, sendo esse diretamente subserviente às relações internacionais a partir de transações de empresas multi e transnacionais na exploração de “recursos naturais” e mão-de-obra. Ainda que a articulação dessas forças controle e reordene territórios, ela é percebida, cada vez mais, pelas etnias, nacionalidades e povos que enfrentam as oligarquias e burguesias locais, nacionais, internacionais (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007), caracterizando algumas singularidades: i) acontece no terreno econômico, político, social e cultural; ii) segue a linha de evolução do capitalismo e do Estado-nação; e iii) insere-se em uma “nova perspectiva” de movimentos sociais que buscam alternativas na construção de autonomias, onde:

(...) se relaciona com alternativas emergentes, sistêmicas e antissistêmicas, em particular as que concernem à “resistência” e à “construção de autonomias” dentro do Estado-nação, assim como à criação de vínculos (ou à ausência de vínculos) com os movimentos e forças nacionais e internacionais da democracia, da liberação e do socialismo. (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p.431)

Portanto, ao mesmo tempo em que o colonialismo interno auxilia no debate em torno das lutas das e dos de baixo, também nos coloca desafios entre pensar as diferenças e semelhanças que vão além do interesse imediato (e não menos importante) de determinado grupo social, mas que, por ser fruto de um mesmo processo excludente (forjado a partir do sistema-mundo moderno colonial), deve ser

pensado também como a dimensão do colonialismo e da colonialidade (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007). Essas relações não ficam somente no plano social e temporal, mas “grafam” fortemente no plano territorial, onde forjam territorialidades fundamentais para o caráter de resistência que emerge do fortalecimento dos territórios pelos povos e amplia a luta cotidiana em diferentes escalas (SILVEIRA, 2010) por diferentes tecidos sociais.

#### **1.1.4 As e os de baixo, desde abajo y la izquierda.**

Em 1915, Mauricio Azuela escreveu aquele que foi considerado o primeiro romance sobre a Revolução Mexicana, intitulado de “*Los de Abajo*”<sup>8</sup>, o que já traz uma pista da imbricação social do termo, uma vez que “los de abajo” serão aqueles que lutarão, no romance, ao lado dos Villistas. Outro elemento, é que tanto na língua espanhola como na língua portuguesa as e os “de abajo” ou “de baixo” são definidos como “En una situación social o jerárquica más baja”<sup>9</sup> e “Em posição ou situação inferior”<sup>10</sup>. Para além da questão semântica, a expressão de baixo não deve ser vista como depreciativa, como se fosse menor, menos importante.

As e os de baixo remete a uma concepção do “seu lugar” no mundo espacialmente, socialmente e historicamente forjado em relações de poder e de domínio, imposta pelas contradições dos diferentes processos de des-re-territorialização do sistema-mundo-moderno colonial. Dialogando com Castoriadis, “é a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo” (CASTORIADIS, 1995, p. 131) que define identidades, territorialidades e a compreensão de lugar como posicionamento e criação.

Sobre a carga social dessa expressão faz-se necessário, ao menos, uma tentativa de contextualização. Para ilustrar essa concepção, antecipa-se aqui alguns documentos oficiais elaborados pelo EZLN, e que serão tratados no capítulo 3 desta tese com o detalhamento necessário. Na Primeira Declaração da Selva Lacandona, em 1º de janeiro de 1994, é possível identificar essa concepção de “as e os de baixo” através do olhar da história e da memória em:

**Somos herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad**, los desposeídos, somos millones y llamamos a todos

---

<sup>8</sup> Maurício Azuela foi médico e escritor. Durante a Revolução Mexicana escreveu esta que seria sua maior obra, uma novela que se passa durante a revolução. Existem diferentes edições deste livro.

<sup>9</sup> Fonte: Real Academia Española. <https://dle.rae.es/abajo>



nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a grupos más conservadores y vendepatrias. (CCRI-CG do EZLN, 1994a, n.p., grifo meu)

Na Terceira Declaração da Selva Lacandona, em 1995, o campo das e dos de baixo se amplia para outros setores que serão diretamente atingidos pela ascensão do neoliberalismo no México, a ver:

Llamamos a los obreros de república, a los trabajadores del campo y de la ciudad, a los colonos, a los maestros y estudiantes de México, a las mujeres mexicanas, a los jóvenes de todo el país, a los artistas e intelectuales honestos, a los religiosos consecuentes, a los militantes de base de las diferentes organizaciones políticas a que, en su medio o en las formas de lucha que consideren posibles y necesarias (...). (CCRI-CG do EZLN, 1995a, n.p.)

Assim como no lançamento da *Otra Campaña*, quando o EZLN convida a população indígena e não-indígena, sem dividi-los e, pelo contrário, conformando-os como a parte explorada/dominada da população como um todo.

Y no sólo a nosotr@s como indígenas, sino a millones que no son indígenas: obreros, campesinos, empleados, pequeños comerciantes, ambulantes, trabajador@s sexuales, desempleados, migrantes, subempleados, trabajador@s de la calle, homosexuales, lesbianas, transgénero, mujeres, jóvenes, niñ@s y ancian@s. (CCRI-CG do EZLN, 2006, n.p.)

Para o EZLN, as e os de baixo se conformam a partir de uma leitura conjuntural que foi se consolidando como parte da formação da identidade indígena do México, perpassando por se reconhecerem dentro de uma história de lutas e de r-existência junto àquelas e àqueles que se identificam com as propostas de “um outro mundo possível” que trazem desde sua formação.

Sem dúvida alguma é uma expressão que ganhou maior amplitude no final do século XX, quando os movimentos de resistência e pela autonomia das etnias e dos povos oprimidos adquiriram uma importância mundial (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007) e se posicionaram contrários às pautas excludentes do neoliberalismo que avançavam sobre os países periféricos e semiperiféricos, idealizadas no Consenso de Washington, através da narrativa da Globalização.

Vale retomar que não se busca uma definição do que são as e os de baixo, da discussão de um sentido único da categoria movimento social ou de separar um do outro, visto que este sentido se dá na existência da luta que os povos estão inseridos, tendo como eixo as relações de opressão e de exclusão em diferentes dimensões da vida, diferentes formas de organização e organicidade, diferentes relações com o

Estado, táticas e estratégias, durabilidade, autonomia, etc. Raúl Zibechi (2020) problematiza a relação entre a categoria movimento social e a América Latina, e passa a adotar a categoria de *pueblos en movimiento* (ZIBECHI, 2020) justamente pela dominação colonial e pela democracia tardia que constituíram as diferentes sociedades latino-americanas, criando e recriando relações de colonialismo interno e formações heterogêneas nas suas relações de opressão.

En América Latina existen muchos movimientos sociales pero, junto a ellos, superpuestos, entrelazados y combinados de formas complejas, tenemos sociedades otras que se mueven no sólo para reclamar o hacer valer sus derechos ante el Estado, sino que construyen realidades distintas a las hegemónicas (ancladas en relaciones sociales heterogéneas frente a la homogeneidad sistémica), que abarcan todos los aspectos de la vida, desde la sobrevivencia hasta la educación y la salud. Esto ha sido posible porque los pueblos organizados han recuperado tierras y espacios y en ellos se han territorializado, que es una de las principales diferencias respecto a lo que sucede en otras partes del mundo, de modo muy particular en el Norte. (ZIBECHI, 2017, p. 76)

Dentro do recorte de “homogeneidad sistémica”, é prudente trazer como suporte ao conceito de Movimentos Antissistêmicos, cunhado por Wallerstein na década de 70, como chave para compreender as relações entre dois campos dos movimentos sociais que se desenvolveram no século 19: um campo referente aos movimentos sociais de base socialista que se desenvolveram nos países centrais e semiperiféricos; e o outro nos movimentos nacionalistas, anticolonialistas e de liberação nacional que se desenvolveram nos países periféricos (AGUIRRE ROJAS, 2013) caracterizados principalmente pelos movimentos de libertação nacional, insurgências proletárias, resistências e desafios civilizacionais, contraculturas, revigoração de religiosidades” (WALLERSTEIN, 1998, p.587). Carvalho (2008) convida a pensar os movimentos antissistêmicos principalmente a partir do contexto de pós-guerra fria - onde acontecerá um rearranjo geopolítico nas antigas repúblicas socialistas/comunistas - no qual se destacam movimentos e manifestações tais como as antiglobalização de Seattle, em 1999, ou o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, entre 2001 e 2005, entre outros, e que repercutiram mundialmente influenciando os movimentos sociais das mais diferentes vertentes e trazendo para o bojo dos debates das agendas de esquerda temas como a democratização dos meios de comunicação, a visibilidade global da organização social, assim como a indissociabilidade entre autonomia e democracia.

Assim, o movimento desde “abajo”, os movimentos antissistêmicos, o movimento social, as “sociedades en movimiento” (ZIBECHI, 2017), povos e nações, reivindicam espaço ao mesmo tempo em que denunciam uma lógica desigual do espaço gerada pelos próprios sistemas de poder em suas diferentes configurações, denunciando, portanto, as diferentes relações de poder que lhe são inerentes. Essas relações de poder engendram e significam os territórios, lugares, escalas, redes. Esses movimentos mostram a contradição do espaço geográfico tecendo autonomias (por vezes), em outros tempos, outras territorialidades, outras racionalidades. E este é o ponto de recorte que se caracteriza aqui. As e os de baixo:

- i) representam as contradições do sistema-mundo moderno colonial;
- ii) não necessariamente estão inseridos em organizações forjadas na esquerda institucional, de base europeia, sobretudo com o sujeito proletário.
- iii) podem estar organizados em algum tipo de movimento social, coletivo, associação, etc., sobretudo em movimentos antissistêmicos, contra hegemônicos e emancipatórios.
- iv) muitas vezes existe o limite da autoconsciência enquanto “de baixo”, enquanto oprimido, reproduzindo as relações impostas pelo colonialismo interno.
- iv) é parte das mais diversas relações de opressão, étnica, racial, de gênero, de classe, de moradia, de luta pela terra, etc.
- v) abre as possibilidades de uniões de etnias e grupos oprimidos, mas também colocam um projeto simultâneo de luta pela vida digna.

Aqui se refere a esta “geo-geografia de baixo” como parte das territorialidades que as e os zapatistas forjaram ao longo de sua história de lutas, da memória “de baixo” que vem desde 1492, que se estende pelo colonialismo, que tem a identidade de Emiliano Zapata e da Revolução Mexicana de 1910, que retorna clandestinamente em 1983 e que ressurgiu publicamente em 1994.

## **1.2 A potência do espaço**

Seguindo a proposta do primeiro capítulo desta tese, passamos para um “olhar mais interno” a partir daquela que é a “lente” deste trabalho, a Geografia. É evidente que não há como abordar a amplitude daquilo que a ciência do espaço oferece como ferramentas e categorias de análise para se dialogar a partir de uma perspectiva crítica e decolonial, mas aqui organizou-se essa exposição a partir de duas partes: a primeira para trazer algumas linhas que evocam e localizam a geografia como uma ciência

forjada na colonialidade, sustentada pela própria potência da categoria território e que, justamente por essa potência, sempre esteve alocada como área de conhecimento “chave” para o sustentáculo de relações de domínio dos Estado-nação e, portanto, reproduzindo a colonialidade. A segunda parte trata-se de abordar e apresentar alguns conceitos e categorias que são utilizadas nesta tese como ferramentas teóricas que poderão, julgamos, nos aproximar desta geo-grafia das e dos de baixo construída pelo EZLN.

Faz-se presente aqui a importância das r-existências como expressão de enfrentamento e de alternativas aos/dos limites a que chegamos nessa encruzilhada civilizatória. Por r-existências entendemos, mais do que uma forma de redação, uma categoria de análise que traz o protagonismo da ação de povos e comunidades que, com a preservação de suas formas de existência, resistem ao avanço predatório do capitalismo, apontam para as formas com que outros caminhos são abertos a partir da encruzilhada na qual nos encontramos, com suas lutas e enfrentamentos, sem esquecer das ferramentas e estratégias de apoio e fortalecimento.

### **1.2.1 Colonialidade da Geografia**

Da perspectiva epistemológica, a Geografia se forma sob o guarda-chuva do Iluminismo, portanto, sob a perspectiva da construção do pensamento científico com base eurocêntrica e sob a égide da modernidade em/no tempo histórico das sociedades ocidentais e ocidentalizadas. A construção do pensamento científico da Geografia já caracteriza a ciência das dualidades, da “relação homem x meio”, da confrontação, da dicotomização sociedade e espaço (PORTO-GONÇALVES, 2015)

Da concepção metafísica, a Geografia herda a ideia de “que a natureza e, a partir dela, a construção do mundo decorrem de forças externas, derivam de um projeto, de um objetivo, portanto, recebemos a natureza/mundo prontos” (SUERTEGARAY, 2005, p.11), em uma perspectiva que influenciará a corrente cartesiana e desembocará no positivismo de Augusto Comte e, em contraposição da perspectiva metafísica, a corrente dialética retorna com Hegel e posteriormente, sob a ótica do materialismo, com Marx, ainda com embates com Proudhon e Bakunin no campo político e ideológico libertário.

Lander (2000), a partir da crítica à modernidade, aponta esse contexto histórico-cultural como fundante na construção das ciências sociais modernas, e ilustra a partir de quatro dimensões básicas:

- i) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos e continentes e experiências históricas);
- ii) “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista;
- iii) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade;
- iv) e a necessária superioridade dos saberes que produzem (“ciência”) sobre outro saber. (LANDER, 2000, p. 54)

Enquanto ciência instituída como saber a parte, como suas metodologias específicas para a construção do conhecimento, a Geografia nasce nesse berço eurocêntrico e, na prática, vai ser escrita a partir de duas articulações com objetivos um pouco distintos, as Sociedades Geográficas e as Universidades, na qual a primeira era constituída por viajantes, naturalistas, “desbravadores”, etc. e a segunda a responsável em produzir o pensamento científico.

As primeiras Sociedades de Geografia têm sua fundação na primeira metade do século XIX: a Sociedade Geográfica de Paris é fundada em 1821, a Sociedade de Geografia de Berlim em 1828, a Real Sociedade de Geografia de Londres em 1830 (mas seu embrião é a African Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa, criada em 1788) e a Sociedade Geográfica Russa de São Petersburgo em 1845. Daí para frente sua distribuição geográfica e seu número se ampliam, muitas sociedades surgindo em diferentes localidades de um mesmo país. Destacam-se a Sociedade Americana de Geografia de Nova Iorque, fundada em 1852, a Sociedade de Geografia de Genebra, em 1858, e a Sociedade Geográfica de Madrid, em 1876. Seu auge se dá entre 1821 e 1870, embora com pico numérico entre 1890 e 1920, quando então decaem em importância (MOREIRA, 1991, p. 8)

Neste período, transcorrido na segunda metade do século XIX, temos a ascensão do imperialismo e a expansão do capitalismo, fazendo com que a Geografia se tornasse fundamental neste contexto a partir da importância das Sociedades Geográficas como braço forte de políticas de Estado (no caso, da expansão europeia). As incursões, cartografias, mapeamentos de relevo, de hidrografia e de clima, foram fundamentais para mapear, também, as áreas de influência e de exploração/espoliação e de colonização de territórios em escala global.

Dessa forma, a entrada do capitalismo em nova fase trará profundas transformações geográficas, no plano da realidade e, conseqüentemente, no plano do saber. Exemplo disso será a Conferência Internacional de Geografia, de 1876. De olhos voltados para a bacia do Congo, o rei belga Leopoldo II, monarca e leitor assíduo dos relatos de expedições científicas, convoca, em 1876, uma reunião de geógrafos, a Conferência Internacional de Geografia. Realizada em Bruxelas e sob sua presidência, a ela compareceram sociedades geográficas de vários países, além de diplomatas e exploradores famosos. A Conferência de Bruxelas teve por objetivo,

traçado pelo próprio Leopoldo II em seu discurso de inauguração solene, a tarefa de debruçar-se sobre o continente africano, com o intuito de “abrir à civilização a única parte de nosso globo em que ela não havia ainda penetrado... conferenciar para acertar o passo, combinar esforços, tirar partido de todos os recursos, de evitar a duplicação de trabalho. (MOREIRA, 1991, p.23)

A importância destas instituições tem um declínio a partir do momento em que a antropologia, a etnografia e a biologia se destacam por seu status científico e avançam nos serviços prestados aos colonizadores.

Que a Geografia servia, então, para expandir os territórios europeus, invadir e partilhar continentes - vide a Conferência de Berlim (1848) - espoliar territórios, fortalecer o Estado, isso Yves Lacoste já havia nos falado. A perspectiva colonial da ciência também foi imposta não somente para os territórios colonizados como as Américas e a África, mas também pela invisibilização da própria geografia árabe, que antecedeu a europeia significativamente e que não teve a mesma relação política com os “novos mundos” que a ciência moderna teve, nomes como Edrisi, Ibn Batuta e Ibne Caldune foram quase apagados da história da geografia, apesar de seus legados.

A Geografia passa progressivamente à tutela do ambiente acadêmico (MOREIRA, 1991) onde as diferentes correntes (que influenciarão diretamente na constituição do pensamento geográfico até hoje) vêm assinadas pelos alemães/prussianos Carl Ritter (1779-1859) e Alexander von Humboldt (1769-1859), com o naturalismo e as expedições pela América Latina influenciando a geografia moderna e a “criação” da Geografia Humana. Destaque-se, também, o determinismo geográfico do alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) e sua influência na geopolítica do imperialismo; e o protagonismo do francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918) na ciência geográfica, criador da escola francesa de geografia e do possibilismo. Para exemplificar, os estudos de Ratzel foram influenciados e estiveram a serviço da formação e transformação da Alemanha em um Estado industrial, assistindo às lutas que a Prússia manteve com a Dinamarca, com a Áustria e finalmente com a França, para formar o Império Alemão (ANDRADE, 1985). No pensamento científico havia também a resistência, sobretudo às relações capitalistas, dos geógrafos anarquistas Pietr Kropotkin (1842-1921) e Elisée Reclus (1830-1905), que nunca se aliaram aos interesses da burguesia colonial nem às suas coligações. Ainda que de nacionalidade russa, Kropotkin faz uma análise política profunda sobre a Revolução Francesa (1789 a 1793) em sua obra A Grande Revolução (1909). Importante ressaltar que Kropotkin e Reclus, mesmo que muito mais reconhecidos (por óbvio) no campo político-

ideológico libertário, deixaram um vasto legado ao pensamento geográfico ao qual, infelizmente, ainda não foi dado o devido reconhecimento pela sua dimensão, sendo relegado à alguma gaveta da história da Geografia. Daí é importante reconhecer que ultimamente tenha se revigorado as pesquisas em torno destes geógrafos, sobretudo pelo campo do pensamento libertário geográfico, com nomes e pesquisas expoentes.

### **1.2.2 *Las grietas da Geografia***

Não é à toa que um tensionamento geopolítico vai ser o palco da ruptura de uma ciência voltada para a manutenção e fortalecimento do Estado, para uma Geografia crítica (fundamentalmente calcada sobre o materialismo histórico e dialético de Marx) se destacando e ganhando aderência em um contexto histórico de dualidades geopolíticas na famigerada Guerra Fria. Neste sentido, uma obra viria a se colocar como um marco histórico: o clássico do francês Yves Lacoste, “A Geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra”, foi o passe de entrada e de oficialização do pensamento (prioritariamente) marxista como método científico à esquerda na ciência geográfica.

Assumidamente, essa ciência do espaço se fundamenta intelectualmente na transformação social e nas contradições produzidas/construídas no espaço geográfico, assim como na territorialização dessas contradições. Para Santos (2011), a década de 60 é quando a perspectiva espacial ganha corpo nas ciências sociais e, por conseguinte, em todo o arcabouço teórico conceitual e categórico da produção do conhecimento acadêmico, voltada principalmente à compreensão nas relações espaciais dos movimentos sociais organizados, obviamente, de acordo com as pautas políticas e conjunturais. Vesentini (1988) atenta para a diferenciação entre a Geografia Crítica (inicialmente latina) com a Geografia Radical (marxista, fortemente marcada pela presença e influência de David Harvey), quando afirma que “a geografia crítica desde seu início, com Lacoste e sua entourage, buscou subsídios não apenas no marxismo (com reticências), mas principalmente no anarquismo e nas ideias de autores pós-estruturalistas ou pós-modernos como Foucault, por exemplo.” (VESENTINI, 1988)

Nesse sentido, a Geografia latino-americana vai então se tornando mais independente da Geografia crítica europeia e da Geografia radical anglo-saxônica, com um ponto chave: a perspectiva colonial e o diálogo com outras áreas do

conhecimento dentro das ciências sociais latino-americanas,<sup>11</sup> trazendo a dimensão da Modernidade como parte indissociável da colonialidade e, portanto, da formação dos territórios.

Assim, é preciso romper com o evolucionismo eurocêntrico que vê cada lugar do mundo como se fora um determinado estágio da evolução europeia, o que só é possível a partir de uma perspectiva teórica que toma o tempo como algo linear (o europeu) e ignora o espaço, enfim, uma perspectiva teórica que pensa a sucessão de eventos numa linha temporal unidirecional e ignora a simultaneidade constitutiva da história (espaço-tempo). Pensar com o espaço implica admitir múltiplas temporalidades convivendo simultaneamente. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 144)

Na Geografia brasileira, o movimento de renovação teve como marco temporal o ano de 1978, marcando a geografia crítica brasileira e o caráter políticos de algumas instituições, como a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Amplia-se, portanto, como indica Cruz (2017), uma geografia que toma base em outras epistemologias e racionalidades específicas das sociedades periféricas, apontando a necessidade de superarmos e rompermos com essa herança. Nessa perspectiva, Santos (2011), traz a ideia de “espacialidade dos movimentos sociais” trazendo como a Geografia (se) constitui a partir desta perspectiva, buscando compreender “as múltiplas dimensões espaciais inerentes aos movimentos sociais”, redefinindo essa categoria como forma de “ação social, estruturados sobre pactos possíveis através da difusão e solidificação de culturas cívicas e políticas” (SANTOS, 2011, p. 14). O autor também caracteriza as relações políticas, epistemológicas e metodológicas que a geografia estabelece junto aos movimentos sociais, a partir da “especialização da ação social”, em três grandes grupos. Segundo o autor, são eles:

i) Geografia da organização dos movimentos sociais: voltada para uma caracterização mais descritiva no que tange à organização dos movimentos sociais, tanto interna quanto a agenda externa e política, e sua relação intrínseca com o Estado.

ii) Geografia das lutas sociais: tendência que aborda a materialização das lutas e dos conflitos sociais “enquanto expressão concreta das contradições sociais”, corroborando a perspectiva destas contradições como parte da produção do espaço capitalista.

---

<sup>11</sup> Sobretudo com a influência da Teoria da Dependência e do Sistema-Mundo e Sistema-Mundo moderno colonial.



iii) Geo-grafias dos movimentos sociais: tendência que traz um elemento relativamente novo, que é “propor categorias no debate Geografia e Movimentos Sociais” (SANTOS, 2011, p. 28) onde esta relação vai se colocar a partir de dois caminhos: o primeiro é fazer do espaço objeto e método, formando categorias a partir do arcabouço teórico da Geografia contemporânea; o segundo, tornar o movimento social em si uma categoria de pensamento (da/na Geografia) e método, deixando de ser “objeto” de estudos e análise propriamente.

### 1.2.3 Pista conceitual

Em sintonia com a Geografia consolidada sob o paradigma do “mito da modernidade” (DUSSEL, 1994), buscamos algumas referências teóricas conceituais, a partir de categorias que orientam e possibilitam pensar o protagonismo das e dos de baixo nos seus territórios, não como objetos de estudo, mas como categoria formadora desses espaços e, portanto, fazendo coro com Haesbaert (2004) ao refutar o “fim dos territórios”. Com este propósito, trazemos aqui a categoria território como eixo que se inscreve em territorialidades (condição da sua existência), da territorialização (como apropriação), se reorganizando a partir da des-re-territorialização, e que neste movimento cria e recria escalas, ressignifica lugares, rearranja redes, etc. Sobre esta categoria, Porto-Gonçalves elucida:

O território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia) e, assim, estão dados os elementos para constituir um Estado. O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades - que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial. (PORTO GONÇALVES, 2002, p. 229)

Por ser uma “categoria espessa”, uma ampla produção acadêmica tornou-se eixo de diferentes exercícios intelectuais e sociais. Conseqüentemente, emergem epistemologias e o território já não serve somente como caracterizador do Estado-nação, da espacialização do patriotismo, da sua funcionalidade econômica, mas sim se constituindo através de várias vertentes e funções, podendo ter um objetivo específico para a sua construção ou simplesmente “surgir” enquanto lócus de diferentes objetivos e culturas. Assim, surgindo a partir da “necessidade de domínio e de posse de recursos naturais – para a conquista das condições de sobrevivência – e, por outra parte, por sua ocupação física como habitat” (HEIDRICH, 2000, p. 24), o

território se coloca como “espaço apropriado, espaço feito coisa própria (...) instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.44).

SOUZA (1995. p.78) acertadamente ao consolidar a afirmação que "o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" nos possibilita ler o território pela sua própria característica de multiplicidade de manifestações na conformação territorial, expressando também múltiplos poderes, ou múltiplas formas de poderes. Portanto, o território e a territorialização devem ser compreendidos, sobretudo, pela manifestação desses poderes, sejam eles “indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. Pois as razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo.” (HAESBAERT, 2008, p.22)

o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’. Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode ‘territorializar-se’ através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os ‘seus’ espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrar dentro desse jogo de territorialidades (HAESBAERT, 2004, p. 96).

As territorialidades, portanto, forjam-se a partir das relações que se manifestam tanto material quanto simbolicamente, sendo estas dimensões, indissociáveis. Assim, coloca-se atenção nas diferentes possibilidades da territorialização, podendo abrir brechas para um território supervalorizado pela dimensão simbólica ou pela dimensão material, constituindo, assim, uma identidade territorial - compreendida como “conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica” (HAESBAERT, 1997, p. 50) - não somente com o recorte cultural mas, sobretudo nesta tese, compreendendo a cultura como política, como dimensão étnica e como memória.

A territorialidade (...) enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos Judeus. Ou seja, o poder no seu sentido simbólico

também precisa ser devidamente considerado em nossas concepções de território. (HAESBAERT, 2004, p. 10)

Ou seja, um espaço apropriado por diferentes territorialidades sempre terá tensionamento, portanto, é indispensável considerar a indissociabilidade do Território, Territorialidade e Territorialização (PORTO-GONÇALVES, 2003). Neste sentido, os territórios se configuram na medida em que a conjuntura política, social e econômica se movimenta no sistema-mundo, entre escalas e de acordo com as razões do controle social vigente, seja na relação com o Estado e suas instituições, seja com a necessidade de resistência (ao Estado) e a necessidade da auto-organização, política e/ou bélica, sobre outras racionalidades que engendram territorialidades. Câmara (2013) nos recoloca a perspectiva da modernidade e da colonialidade enquanto constituintes do sistema-mundo colonial como um debate territorial ao afirmar que,

A modernidade e a colonialidade são partes de um mesmo processo - implicava a incorporação das colônias enquanto território político - vinculado às metrópoles - mas também como território econômico - enquanto fonte de recursos, talvez a maior finalidade em si e justificativa das demais, uma vez tratar-se da expansão do sistema capitalista europeu - mas igualmente a conformação de um território cultural, no sentido de que a imposição colonial também se fazia através da imposição de todo um sistema complexo de dominação que se estendia sobre a própria configuração das identidades de colonizadores e colonizados (CÂMARA, 2013, p. 30)

Neste sentido, retornando ao tema específico desta tese, e para pensarmos a “geografia zapatista”, uma geo-grafia “desde abajo”, precisamos compreender o território como “resultado” de processos de territorialização que se configuram a partir da organização do sistema-mundo e a partir do paradigma da modernidade e da colonialidade, portanto, gerador de conflitos de territorialidades, que se forjaram sob formas distintas, com visões distintas, de apropriação dos espaços (CÂMARA, 2012)<sup>12</sup>. Estes conflitos se manifestam de forma contraditória, considerando o processo que (re)organiza o espaço na tríade Território-Desterritorialização-Re-territorialização em suas mais diferentes escalas. Nesta perspectiva, a desterritorialização vai ocorrer, sobretudo, a partir dos conflitos gerados por distintas racionalidades na dominação/apropriação do espaço e, por consequência, dada a

---

<sup>12</sup> Quintero Weir define o processo de territorialização como “o que configura um coletivo social como culturalmente diferente de outro, em tanto que, um mesmo elemento ao ser visto e experimentado desde perspectivas diferentes, seguramente gerará significações diferentes” (QUINTERO WEIR, 2011, p.6).

lógica contraditória, vai reterritorializar, emergindo territorialidades instituídas (e instituintes) do próprio processo histórico e social.

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de formas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67)

Deste processo contínuo, o movimento de re-territorialização pode se manifestar como um movimento (territorial) de resistência à própria desterritorialização, a partir de uma contextualização histórica e geográfica, sobretudo quando essa manifestação tem como elemento a terra (como condição de existência e, portanto, parte das territorialidades). Sobre isso Porto-Gonçalves ressalta:

É fundamental que atentemos para essas novas territorialidades que estão potencialmente inscritas entre esses diferentes protagonistas e que se mobilizam com/contra as conformações territoriais (e os grupos/classes sociais que as instituíram) que estão em crise, tentando identificar suas possibilidades e seus limites emancipatórios. Há novas conflitividades se sobrepondo às antigas. Nessa imbricação de temporalidades distintas, a questão do território se explicita com a crise do Estado. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.61).

É necessário, portanto, afinar um recorte que abarque nossa proposta de diálogo com as territorialidades das e dos de baixo, que reconfiguraram/reconfigurarão novas espacialidades através de outras escalas, outras paisagens, outros lugares, outras racionalidades. Sobre o conceito de escala, de um ponto de vista “consensual” dentro da Geografia ela é compreendida como as diferentes relações entre diferentes fenômenos de diferentes naturezas Castro (2012), mas, fundamentalmente, relacionadas entre si. Souza (2013) vai além e coloca a dimensão da escala de análise, diferenciando da escala do fenômeno (sendo as duas relacionais), como algo intelectualmente construído como um nível analítico que possibilita buscar características pertinentes e relevantes para a questão ou problema formulado e sugere uma terceira, a escala de ação, como ferramenta de análise diretamente política e estratégica. Portanto, no abre a possibilidade de um olhar para múltiplas escalas para essas múltiplas territorialidades, na manifestação da “multiplicidade de territorializações que ocorrem concomitantemente na face do planeta” (HAESBAERT, 2003, p. 23).

O primeiro recorte fundamental é colocar o que compreendemos como “uma geo-grafia das e dos de baixo”, mote desta tese a partir do EZLN e que só fará sentido

se retomada da chamada de Porto-Gonçalves (2002) para des-substantivar o espaço geográfico, considerando que mais do que a geografia estamos diante de geo-grafias, enfim, do desafio de grafar a terra com as marcas de nossas vidas, conformando novos territórios, novas territorialidades.

O espaço geográfico e o território se colocam, assim, como conceitos chaves para a compreensão dos complexos processos que ora põem em crise o mundo moderno-colonial até porque são conceitos que historicamente estão ligados a esse mundo que os criou. Afinal, uma das questões centrais que se apresenta nos dias de hoje diz respeito, exatamente, às novas grafias na terra, aos novos limites territoriais e, como a definição de limites é a própria essência da política, é toda a questão dos protagonistas que está em jogo. Assim, se impõe, de imediato, a necessidade de **des-substantivar o espaço geográfico** posto que, quase sempre, é visto como uma realidade objetiva exterior à sociedade (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 229, grifo meu)

Este recorte objetiva definir que, para além da diferença entre Geografia e geografia, estamos diante do protagonismo que está por trás destas construções, muito mais do que a discussão entre a relevância social da teoria e/ou da prática. É dizer: a necessidade da troca de saberes na construção de outro conhecimento, por e a partir dos e das de baixo, onde a centralidade da análise surge a partir da dimensão dos sujeitos.

O modo como cada ente natural é significado - a começar com suas designações (afinal, dar nomes próprios é a primeira apropriação); o modo como cada objeto/cada lugar é situado, distribuído, percebido, sentido; o modo como cada gênero/grupo/camada/estamento/classe/etnia é disposto/dispõe espacialmente por meio das relações sociais e de poder; o modo como se distribui e como qualificamos/desqualificamos os lugares/regiões e os diferentes sub-espacos, constitui as diferentes "ordens sociais", seus territórios. Assim, aparece como uma paisagem para cada qual, como um abrigo onde nascemos como se fora um palco natural de nossas ações. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 26).

Dialogamos com Santos (2011) quando caracteriza as territorialidades dos movimentos sociais, que aqui tomamos como as e dos de baixo que, em última análise, se tornam "espacializadoras/es", grafam, se tornam ativas/os, e esta ação "é, neste sentido, também uma categoria não apenas política ou sociológica, mas também espacial, geográfica, e fortemente distinta da forma como essa ciência tradicionalmente a tratava" (SANTOS, 2011, p 28).

Daí, dialogar com (nem tão) novas formas/estratégias de resistência, não a partir de um conceito dado, mas buscar suas geo-grafias, pois são nelas que estão inscritas a própria contradição da des-re-territorialização das e dos de baixo.

### 1.3 Geograficidade, caminhar perguntando e metodologia da pesquisa

*Ejercer la autonomía con nuestras formas ancestrales de caminar preguntándonos, es la única puerta para poder seguir haciendo de la vida, nuestro camino irrenunciable, pues afuera todo se acomodó para afianzar el terror y la ganancia de los poderosos*  
EZLN, 2018

Como intenção metodológica desta tese seguimos a orientação de algumas perspectivas de outra prática e de outro modo de fazer ciência que auxiliaram a compreensão desta geo-grafia das e dos de baixo. Para isso partimos de três pressupostos: i) crítica à dimensão colonial do conhecimento científico, sobretudo sobre a sua construção epistemológica e metodológica; ii) a partir disso, pensar a geograficidade do social como uma das possibilidades de ruptura dessa dimensão colonial da ciência geográfica; iii) construir caminhos metodológicos possíveis, que sejam coerentes com os pontos anteriores.

Evidentemente que é sempre um exercício, repleto de contradições (e até mesmo de incoerências), que se constroem ao longo do tempo de pesquisa, ou melhor, da intersecção vida e pesquisa. Sobretudo ao que se refere às opções políticas e ideológicas nas quais estamos inseridos na nossa vida a partir da nossa prática política e que não passam distantes ou são externas à pesquisa. Essa relação pode ficar mais complexa ao tentarmos romper com a dimensão epistemológica que coloca o “objeto de estudo” submetido ao “olhar superior e especializado” da/o pesquisador/a, como grande detentor/a do conhecimento. A partir daí, construir um caminho guiado a partir do protagonismo dos sujeitos, da geo-grafia das e dos de baixo também como categoria de análise do espaço geográfico. Ou seja, esse “grafar” é, também, o método. Assim, faz-se necessário explicitar que esta tese não foi elaborada aprisionada a modelos epistemológicos usuais, seja o positivismo, a hermenêutica, a dialética, mas, sim, buscando as necessidades da compreensão do grafar, que é tanto simples (porque se liga diretamente ao que a vida pede) quanto complexo (porque tece juntos os elementos que se façam necessários, vinculados aos modelos correntes, sem se resumir a um destes, e também incorporando o que emerge do decolonial).

Longe de ser uma espécie de negacionismo ou uma perspectiva pós-moderna, o alinhamento de construção desta tese passa pela crítica de compreender que o conhecimento científico, inserido como mais uma dimensão das contradições da

sociedade, é imposto pela mesma relação de colonialidade do poder e saber, uma vez que as ciências sociais são instituídas por e instituintes da sociedade (PORTO-GONÇALVES, 2003). Essa dimensão colonial do conhecimento é, sem dúvida, parte do sistema-mundo moderno colonial que tratamos no início deste capítulo.

A produção do conhecimento científico vai se dar a partir da constituição da superioridade do saber acadêmico, afastado do seu “objeto de estudo”, e vai propor leis e modelos a serem seguidos como “receitas”, reproduzindo essa relação da colonialidade a partir do conhecimento, sustentando o que Fals Borda denuncia desde a década de 70 e que chamará de colonialismo intelectual, como mais uma dimensão de dependência eurocentrada (FALS BORDA, 1987). Essa lógica também se expressa na compartimentação das áreas do conhecimento (não que não seja importante a especificidade de cada área), mas impõe aquilo que Paulo Freire (1987) chamou de Ação antidialógica, mecanismos gerados de forma muito intencional colocando grandes limitações no que poderia ser uma ciência transformadora e verdadeiramente autônoma.

Aubry (2011) reitera que esta construção epistemológica “son más ideológicas que científicas; son la proyección o el reflejo en la Academia de la especialización – con tendencia al monopolio– del orden capitalista, de su industria y sus secuelas en la práctica social –incluyendo en ella la moda intelectual” (AUBRY, 2011, p. 70). O sociólogo ainda sistematiza de forma muito didática algumas sequelas dessa opção epistemológica, às quais trazemos de forma resumida.

Aquí el primer problema de las ciencias sociales se presenta como una contradicción entre sus pobres conocimientos y el gran saber colectivo de la comunidad estudiada –aun si no está escolarizada. Ensimismado en su estatus, el investigador se cree un especialista de la producción de conocimientos sin que sepa desaprender lo aprendido ante las revelaciones cognitivas de la práctica social de sus interlocutores del campo. Como segundo problema está la incapacidad del investigador para producir un instrumento –otro que no sea sus escritos– como devolución de su trabajo, susceptible de inspirar una práctica social transformadora. (AUBRY, 2011, p. 72)

Como uma das estratégias para superar essa “divisão do trabalho científico”, como um compromisso intelectual com sentido político, a ideia de pensar na interdisciplinaridade (WALSH, 2006) - e/ou na transdisciplinaridade (AUBRY, 2011) - como elemento fundamental para a construção do conhecimento, de construir pontes, passando, necessariamente, pela inclusão do diálogo de saberes (FALS BORDA, 1987) é parte do processo de ruptura com o paradigma da modernidade colonial na

ciência, universalista e pretensamente única produtora de conhecimento. Portanto, o diálogo de saberes não pode se restringir à troca de resultados da produção acadêmica ou um emaranhado de citações entre as diferentes áreas de conhecimento, como se fosse um protocolo a ser cumprido. Ele deve acontecer na base epistemológica da produção do conhecimento científico, inserindo outras racionalidades, outras experiências de “grafar o espaço” e que são historicamente excluídas, desterritorializada pelo próprio sistema-mundo.

Assim, a problemática dos saberes não pode descambar para um culturalismo que ignora a materialidade dos fazeres e dos poderes. Afinal, o fazer cotidiano está atravessado o tempo todo pela clivagem da dominação, pelo menos desde 1492 (os maias e os aimaras incluem também os impérios estatelistas dos astecas e dos incas). No fazer há sempre um saber – quem não sabe não faz nada. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 50)

Para tanto, a partir da geografia, a ideia de geograficidade do social, trazida por Porto-Gonçalves (2003), se tornou fundamental por problematizar o “lugar do espaço” e/ou a indispensabilidade do espaço na construção do conhecimento,

geograficidade deve começar, portanto, considerando o espaço geográfico enquanto dimensão constitutiva do social, recuperando, inclusive, mas não exclusivamente, a natureza no corpo da análise sociológica” pois, “assim como todo o espaço geográfico está impregnado de historicidade, a história está, sempre, impregnada de geograficidade.” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 50)

Ou seja, olhar os processos sociais - que são da constituição da sociedade e não pertencentes a alguma área de conhecimento - também como processos espaciais, que é onde vão ocorrer as territorialidades, as relações de poder, a afirmação de identidades e o processo de movimentação da sociedade no espaço. A importância desta perspectiva nesta tese é fundamental, justamente porque foi o que deu suporte para colocar em diálogo a ciência geográfica com a geo-grafia zapatista a partir de suas territorialidades e temporalidades, onde o grafar das e dos de baixo se torna protagonista nesta pesquisa científica (geográfica) em toda sua extensão, seja na construção metodológica ou na ruptura epistemológica, a partir do compromisso político e ético com a pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, tomamos como referência algumas premissas elaboradas por Rafael Sandoval Álvarez sobre formas de fazer metodologia a partir da reflexão sobre a prática investigativa. Sandoval Álvarez (2016) constrói e propõe ações metodológicas de pesquisa dialogando com o EZLN a partir do Caminhar



Perguntando<sup>13</sup>, uma sistematização da prática zapatista que se transformou numa metodologia de fazer política desde *abajo*, superando o vanguardismo e o centralismo da esquerda tradicional. O Caminhar perguntando tem a digital da autonomia zapatista na dimensão da política, sobretudo das assembleias, dos momentos de escuta e de tomada de decisões coletivas. Essa prática ganhou muito alcance (em sua escala de ação) a partir da *Otra Campaña*<sup>14</sup>, em 2006, que consistiu em uma caravana pelo México com a proposta de construção de uma outra política, baseada na horizontalidade e na autonomia.

Para Sandoval Álvarez, essa prática política propicia uma metodologia de pesquisa que pressupõe “experimentar outra forma, onde escutar e dialogar entre todos seja a chave da dinâmica do ato, da reunião” (SANDOVAL ÁLVAREZ, 2016, p. 119) sendo as palavras, ali proferidas, diversas, plurais, e não de um mesmo grupo que já parte de algum consenso, pois parte da divergência e da necessidade de criar um ponto, uma articulação que abranja todas as palavras, inclusive aquelas que estão implícitas, que não são faladas. Assim, a escuta é que vai retroalimentar o caminho e, ao mesmo tempo, é o “caminhar” que acaba movimentando a ação política, ou seja, dando sentido ao exercício de escutar e dialogar como uma ação emancipadora. E isso não é novo como prática de construção política de movimentos sociais e populares que prezam a autonomia e a horizontalidade na sua organicidade, inclusive por ser uma prática que compõe o fazer comunitário desde baixo. Numa perspectiva dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração (FREIRE, 1987) e, assim, sobressaindo a dimensão cognitiva da luta social. O ponto forte aqui é inserir essa perspectiva no fazer metodológico, no saber/fazer, proporcionando a inserção de outras racionalidades do saber/fazer acadêmico. Ou, em suas próprias palavras:

En este sentido, dar lugar a una metodología de la investigación en la perspectiva del sujeto, implica, en principio, saberse situado desde una postura ética y política, y sí crear relaciones sociales sin dominio, significa construir pensamiento crítico, radical en el sentido de la vida digna. El referente efectivo de esa confección metodológica es el reconocimiento de la realidad de sujetos que luchan y resisten a la dominación capitalista construyendo autonomía (SANDOVAL ÁLVAREZ, 2016, p. 26)

---

<sup>13</sup> A íntegra do Caminhar perguntando se encontra ao longo do capítulo 4.

<sup>14</sup> A *Otra Campaña* se retomará no capítulo 3.

Sandoval Álvarez utiliza algumas premissas a partir dos seguintes eixos: “pensar la realidad”, “da relación del conocimiento”, “pensar desde y como el sujeto”, “la relación subjetividad y conocimiento”, “el análisis de coyuntura” como parte de uma aporte metodológico construído com ética-política. A seguir elenco<sup>15</sup> algumas premissas elaboradas pelo autor que foram mais destacadas para mim durante a construção desta pesquisa, onde considero que:

- A realidade social é uma construção de acordo com os projetos de futuro dos sujeitos, de tal maneira que é o desenvolvimento destes que gera as possibilidades diversas que se confrontam para a construção social.
- Se a realidade social é construída pelos sujeitos, os “horrores” atuais também o são, portanto, são os próprios sujeitos que podem “desfazê-los”.
- Sobre o conhecimento, é importante introjetar que existem várias e infinitas formas de saberes e que a ciência oficial ou acadêmica é só uma delas. Portanto, considerar não só o epistêmico, mas o ético e o político - pois são parte do epistêmico - uma vez que este se transforma em ferramenta de análise e, muitas vezes, delimitador.
- O sujeito é a condensação de práticas, projetos e utopias, assim, a própria pesquisa enquanto prática exige um compromisso ético. É a subjetividade do sujeito que se põe em movimento através da ação e do pensar.
- É necessário dar conta da natureza dos fenômenos de poder em suas múltiplas dimensões e escalas.
- Deve-se buscar valorizar as situações micro como parâmetro de situações macro, em consonância ao que Walsh (2019) denomina “gretas descoloniais”.
- Como o tempo e o espaço estão presentes nos sujeitos, é necessário ir até a raiz, até a memória o(s) gerou (QUINTERO, 2018)<sup>16</sup>.
- Deve-se atentar para não buscarmos “a contradição como evidência” acima da complexidade do processo histórico, negando-a como parte constitutiva dos sujeitos.

---

<sup>15</sup> Tradução livre minha.

<sup>16</sup> “Assim, pois, recuperar o nós passamos necessariamente pela recuperação da memória de nossas territorialidades originárias, já que através delas se conforma espiritualmente o Nós como expressão da nossa autonomia política mais transcendental, como é Fazer comunidade, e é em direção a este horizonte que apontam as vozes que esperamos que leiam/escutem e se apropriem, na recuperação e construção do nosso próprio destino” (QUINTERO WEIR, 2018, p.12).

- A pesquisa incorre igualmente num exercício de autorreflexão como autoemancipação, ou seja, uma forma de pensar(-se) crítica e descolonizadora.

Assim, me colocar como pesquisadora também foi me reconhecer como sujeito que pensa desde onde estou e desde aí é onde coloco parâmetros para o que penso. Portanto, a necessidade de reconhecer como intervém a própria posição epistêmica e política como ferramenta de análise, ou seja, foi fundamental compreender a investigação e a ação como ato científico.

### **1.3.1 Sobre o fazer e os trabalhos de campo**

Toda a pesquisa foi construída a partir de um sujeito muito complexo, o EZLN é um movimento que foge de qualquer enquadramento sociológico que o restrinja, pois não é um movimento social, não é um movimento indígena, mas sim um movimento de indígenas, de acordo com as próprias palavras do Subcomandante Insurgente Moisés durante sua fala, em 2015, no Seminário O Pensamento Crítico Frente à Hidra Capitalista. Assim, é importante pontuar aqui alguns elementos práticos principais, pois foram decisivos para as escolhas metodológicas que foram adotadas:

i) o EZLN passou um período de 10 anos (1983 - 1994) na clandestinidade, portanto são poucos (senão raros) os registros desse período, inclusive porque as e os zapatistas mais velhos que o vivenciaram têm o elemento do idioma a ser considerado, pois poucos falam espanhol;

ii) todavia, após a aparição pública de 1º de janeiro de 1994, uma ampla documentação foi elaborada, tanto no meio acadêmico como pelo Estado ou pelos movimentos sociais. Ainda que tenha havido alguns períodos de reclusão do EZLN, é possível acessar estes documentos de sua autoria, assim como os de produção científica, de forma bem simples, o que facilitou bastante o acesso à uma série de informações produzidas pelo próprio movimento. Na página oficial do EZLN<sup>17</sup> é possível encontrar centenas de documentos, cartas, publicações e declarações;

iii) a condição de Guerra total imposta ao EZLN pelo Estado mexicano faz com que exista uma dinâmica de autoproteção e de resguardo tanto das suas vidas - e, portanto, de seus territórios - quanto de informações. Portanto, o acesso com planejamento muito antecipado a entrevistas ou a alguma dinâmica metodológica poderia ficar comprometido.

---

<sup>17</sup> Página oficial do EZLN: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx>

Com este quadro, a pesquisa a partir se estabeleceu do diálogo das e dos zapatistas - tanto nas observações de campo, quanto no levantamento documental e bibliográfico - com a geografia enquanto ciência social e comigo como pesquisadora, portanto, sou parte da categoria “sociedade civil”, de acordo com o zapatismo, a “Sociedade civil” são todas as pessoas não-zapatistas que não fazem parte de uma organização partidária. Estes últimos são chamados de "*partidistas*".

Para elaborar esta tese foram realizados três trabalhos de campo ao México, onde tive como destino e estadia, nos três momentos, o município de San Cristobal de las Casas, exceto no período de viagem pelos Caracóis, onde fiquei nos próprios alojamentos dos Caracóis e no período de observadora de Direitos Humanos, que tem alojamento próprio, junto ao Caracol La Realidad. Destaca-se que foram realizadas duas entrevistas mais estruturadas<sup>18</sup> com Tomás, um dos coordenadores do FRAYBA, e com Rafael, um dos coordenadores do CIDECI. As demais entrevistas, informais, foram parte de conversas espontâneas e conversas intencionadas, buscando entender o zapatismo no seu cotidiano, a partir e nas suas territorialidades.

A primeira ida foi em maio de 2015, para participar do evento organizado pelo EZLN denominado El Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista, que aconteceu na cidade de San Cristóbal de Las Casas, no CIDECI-, e a abertura do evento aconteceu no Caracol de Oventik, com a participação de todo a Comitê Clandestino Revolucionário Indígena-Comandância Geral (CCRI-CG) e os Subcomandantes Insurgentes Galeano e Subcomandantes Insurgentes Galeano Moisés durante todo o evento.

A segunda ida ao México foi entre 21 de julho e 12 de setembro de 2016, para participar do evento organizado pelo EZLN, I Festival Comparte por La Humanidad, que aconteceu em duas partes: a primeira no CIDECI, com diversas apresentações das e dos participantes; e a segunda parte foram nos 5 Caracóis, com as apresentações das e dos zapatistas. Durante o Comparte pude ficar 1, 2 e 3 de agosto no Caracol La Realidad, días 4, 5 e 6 no Caracol La Garrucha e días 7, 8 e 9 no Caracol Morelia.

A terceira trabalho de campo foi no final de 2016, estendendo o ano de 2017, em um período de 30 dias. Particpei de mais um evento organizado pelo EZLN chamado Consciências por la Humanidad, realizado no CIDECI. Na entrada do ano

---

<sup>18</sup> As questões que orientaram as entrevistas encontram-se em anexo.

2017 pude participar do 5º Congresso Nacional Indígena. Posteriormente, participei como observadora de Direitos Humanos pelo FRAYBA, durante uma semana, no acampamento de observadores em frente ao Caracol La Realidad.

A escolha das idas durante estes eventos, certamente, não se restringiu aos eventos em si, mas também porque me abririam outras possibilidades, como assistir e escutar as Comandâncias zapatistas, inclusive com a presença marcante do Subcomandante Insurgente Galeano, o acesso a centenas de zapatistas presentes, a materiais para estudos, possibilidades de transitar pelos Caracóis com mais facilidade e estrutura.

### **1.3.2 Relato de campo: 1ª parte**

#### **San Cristóbal de Las Casas**

“San Cris”, como é chamada, é a cidade mais frequentada do Estado de Chiapas e uma referência do turismo no México, onde se encontra estrutura de hotéis, alojamentos, restaurantes e equipamentos urbanos típicos de cidades históricas turísticas. E, por isso, acaba concentrando as e os apoiadores do zapatismo e das lutas indígenas, como pesquisadores, estudantes, ativistas sociais, artistas, cooperativas, além de ser o município onde se encontra o FRAYBA e o CIDECI.

A cidade foi fundada em 1528 e até 1829 se chamava Ciudad Real. A partir deste ano troca seu nome para San Cristóbal de Las Casas, em homenagem ao bispo dominicano Bartolomeu de Las Casas (1484-1566), forte crítico à relação de exploração da Coroa Espanhola com os povos originários<sup>19</sup>. Não por coincidência, é o nome de um dos principais centros de referência em Direitos Humanos do México, o FRAYBA, – que será retomado ao longo da tese - entidade fundamental para se aproximar e compreender as relações e conflitos com os indígenas chiapanecos e, sobretudo, com as comunidades zapatistas.

Assim, para a história do México, San Cris é uma cidade que constitui sua importância a partir do processo de colonização e pelo papel estratégico da igreja católica e influência espanhola neste mesmo processo. Para os EZLN, além da carga colonial, é uma cidade de referência, desde a sua ocupação em 1 de janeiro de 1994,

---

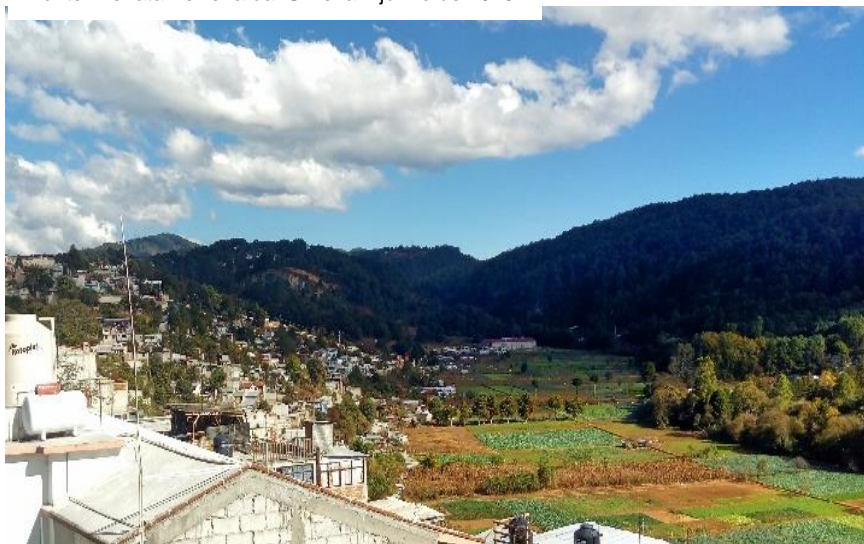
<sup>19</sup> Pierre Clastres, em publicação de 1980, cita Fray Bartolomé de Las Casas como referência das primeiras denúncias registradas de etnocídio: “o bispo Las Casas, por exemplo, já na aurora do século XVI, denunciava em termos muito precisos o genocídio e o etnocídio que os espanhóis impunham aos índios das Ilhas e do México.” (CLASTRES, 1980, p. 35)

em que o próprio “status” de cidade turística também possibilitou capilaridade midiática do levante.

Figura 3 - Fotos de San Cristóbal de Las Casas



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – junho de 2015



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – junho de 2015



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – junho de 2015

Em San Cris respira-se o tempo todo a cultura indígena Maya e, ao mesmo tempo, é muito evidente a perspectiva do turismo como a mercantilização e exploração desta cultura. Por exemplo, a região central, próxima à Catedral e à região de turismo, os bares e comércio vendem a cultura indígena, mas, as e os indígenas, vendem artesanatos nas calçadas e muitas crianças pedem esmolas. Estes indígenas, ressalta-se, não são zapatistas, destaca-se que um dos feitos do EZLN foi, justamente, combater o papel do indígena como entretenimento turístico.

Na minha terceira ida ao México, em janeiro de 2017, fui planejada para estadia de um mês, em que de 10 a 15 dias estavam reservados para atividades nos territórios zapatistas. Neste tempo em San Cristóbal fui diversas vezes ao CIDECI. Do centro de San Cris, onde ficava hospedada, era necessários 10 minutos de caminhada até o mercado central e pegar uma van, que é o transporte público local, com destino “Nueva Maravilla” por mais uns 15 minutos, até a periferia de San Cris, onde se encontra o CIDECI. A paisagem do centro histórico até a periferia é muito gritante, a saída da centralidade sofisticada de um município histórico com turismo internacional para regiões onde moram os trabalhadores, a visível falta de estrutura, marcada também pela violência e precariedade características das periferias dos centros urbanos é muito visível.

### **O CIDECI**

O CIDECI é um local chave para quem quer conhecer o zapatismo, uma vez que abriga os eventos convocados pelo EZLN para a sociedade civil, onde acontecem grupos de estudos e, em sua função principal, uma escola não-formal para indígenas zapatistas e não zapatistas, assim como para a comunidade do entorno, capacitando jovens para que possam voltar para suas casas e suas comunidades e exercer algumas atividades como panificação, sapataria, funilaria, marcenaria, serigrafia, música, etc.



Figura 4 - Plano do CIDECI



Fonte: CIDECI

Fundado em agosto de 1989 o CIDECI tem em sua história a busca por um espaço social de educação para a população indígena e que, na década de 80 (até sua fundação em 1989) lutava pelo reconhecimento do Estado como uma escola formal. Estas informações e um pouco da história me foram contadas pelo maestro Rafael, um dos coordenadores do CIDECI, o qual tive a oportunidade de entrevistar em 2017. Rafael falou sobre a história conturbada de formação deste centro, da ruptura com o Estado e com setores da Igreja Católica, assim como o papel fundamental de Dom Samuel Ortiz, Bispo de San Cristóbal por anos e que será retomado adiante. Rafael foi gentilmente indicado pelo Coordenador Geral Dr. Raymundo Sanchez Barraza, conhecido somente por Dr Raymundo, uma figura lendária para o CIDECI, para as e os educandos e para o EZLN.

A intenção inicial, com excesso de otimismo, era entrevistar Dr Raymundo, o planejamento desta conversa veio desde a primeira vez que estive lá, em 2015. Todas as tardes em que estive em San Cris ia para o CIDECI estudar e pesquisar, assim como participar de um grupo de estudos e conversar com alguns educandos. Em todas as vezes que fui tentei encontrar Dr Raymundo, mas nem sempre ele estava. Eu sabia que era praticamente impossível conseguir entrevistá-lo, em todos estes

anos, ele havia concedido entrevistas um par de vezes. Assim, em uma tarde que estava conversando com um educando na marcenaria, ele me contou que o Dr. Raymundo estava no seu escritório, uma casinha que fica em uma subida dentro do CIDECI. Prontamente peguei minha mochila e, com a companhia de Carlos, 12 anos, fomos até a cabana onde fica o escritório do Dr Raymundo.

Cheguei na entrada da cabana, o ambiente mais lindo do mundo: flores mais coloridas, trepadeiras, banquinhos feitos de tora de árvores, pássaros, umidade da vasta vegetação que caracteriza o espaço. Fiquei ali conversando com o Carlos que me contou que estudava lá desde pequeno, tinha saído de um *ejido* e que, mesmo com 12 anos, ficava de 2 a 3 meses ali em formação e depois voltava para a casa. Me contou também que a irmã mais velha, de 15 anos, também estava estudando ali. Contou, com tom de orgulho, que era muito bom estar ali, que tinham tudo e aprendiam muitas coisas. Me levou até a frente dos alojamentos onde me explicou que estes são separados entre meninos e meninas, mas que os locais de aprendizagem eram mistos. Também me disse que queria ser músico.

Eis que chega o Dr Raymundo, um senhor baixinho que só se mostrava nos eventos, nos quais ele ficava observando a dinâmica das pessoas, longe de um “guardião”. Eventualmente ficava como representante do CIDECI no palco onde ocorriam as mesas, mas sem nenhuma participação com fala. Geralmente ele estava correndo e apressado, impossível conversar com ele durante um evento. Enfim, Dr Raimundo chegou, um senhor idoso, indígena, tranquilo, com uma espiritualidade que exalava pelos poros. Me recebeu com seu sorriso tímido e entrei na sua sala, um local mágico, conversamos por alguns minutos, me disse que tinha visto muitas coisas nestes anos todos, mas que não gostava de falar muito. Com a gentileza que lhe é peculiar, agradeceu o interesse e me orientou a conversar com o maestro Rafael, citado anteriormente, e me entregou um material com algumas informações sobre o CIDECI.

Rafael também me recebeu muito bem, contou a história do CIDECI, das aulas que tem ali, também contou que os estudantes não pagam para estudar, mas que o próprio trabalho é coletivo e ajuda a manter o Centro, os estudantes aprendem sobre culinária e padaria e, ao mesmo tempo, fazem as refeições de todos os educandos. A limpeza dos alojamentos, dos espaços coletivos, é feita por escala, assim como a manutenção elétrica, marcenaria, etc. Rafael, assim como o Dr Raymundo, solicitou que não gravasse a entrevista, prontamente atendidos.

Figura 5 Fotos do interior de alguns espaços do CIDECI



À esquerda o interior de uma sala de aula. Abaixo, espaço de aprendizagem de tear.

Fonte: Renata Ferreira da Silveira – junho de 2016



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – junho de 2016

Os espaços dentro do CIDECI são de um poder simbólico muito grande, é uma área grande, alguns hectares, com cabanas, sobrados e galpões. Nas cabanas funcionam as salas de aula, espaços para a uma educação, visivelmente transformadora. Cada sala tinha sua própria pequena biblioteca, as classes em círculo, ornadas com plantas, cores, símbolos. Aliás, todos os espaços do CIDECI são muito coloridos e cheios de vida, um sincretismo pluriétnico, grandes imagens de variadas formas de artes que iam de Paulo Freire ao Bispo Dom Samuel Ruiz, figura central da existência do CIDECI. O auditório principal é onde acontecem os seminários

Figura 6 - Espaços externos do CIDECI



do EZLN, como os dois seminários que pude assistir, que serão relatados brevemente a seguir.

### **Semillero: El Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista<sup>20</sup>**

A participação no seminário El Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista foi muito além da expectativa. Como todos os eventos organizados pelo EZLN, este seminário trouxe para mais de mil e trezentas pessoas de diferentes países a palavra das e dos zapatistas. Tive o privilégio de assistir diariamente, por horas, durante 7 dias, as palavras do Subcomandante Insurgente Galeano e do Subcomandante Insurgente Moisés, assim como a Comandância e a Comissão da Sexta Declaração da Selva Lacandona. Todas e todos trouxeram seus testemunhos, com seus relatos, suas expectativas, suas queixas e, principalmente, seus alertas para necessidade de organização contra o que caracterizam de Hidra Capitalista. A Hidra de Lerna, monstro de muitas cabeças narrado pela mitologia greco-romana foi a referência que as e os zapatistas utilizaram para a analogia que deu nome ao seminário que aconteceu entre os dias 03 e 09 de maio nas instalações do CIDECl. O seminário estava organizado em diversos temas que transversalizam o pensamento crítico em diferentes correntes de pensamento da esquerda. Dos temas abordados ressalta-se a questão dos territórios. Uma das mesas mais contundentes do evento, senão a mais, foi dedicada ao tema da emancipação e participação das mulheres no processo.

A pergunta final do Subcomandante Insurgente Moisés foi desestabilizadora em sua simplicidade: "E agora, o quê?". Não havia ali modelos a serem seguidos ou estratégias comuns a serem adotadas. Mas talvez fosse exatamente essa a intenção: desmistificar toda aquela e todo aquele que se afirmam detentores de alguma verdade unívoca. Ou, parafraseando David Harvey, em uma entrevista concedida em algum meio de comunicação virtual "a revolução não virá de Chiapas", alertando, portanto, que os e as zapatistas não se propõem a trazer receitas prontas, verticais, de transformação social. Ao contrário, para além de um evento meramente acadêmico - o que não deixava de ser, visto que muitos dos expositores vinham de distintas Universidades latino-americanas - e para que não fosse confundido com um "lugar

---

<sup>20</sup> Este texto é um fragmento do texto originalmente publicado com Câmara; Silveira (201X) e referenciado nesta tese. Também foi utilizado como publicação para a qualificação de doutorado desta tese.

onde se formam sacerdotes", os zapatistas preferiam chamá-lo de "semillero": uma sementeira cujos frutos, espera-se, sejam colhidos distantes dali

Figura 7 - Seminário Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – junho de 2015

Acima, auditório do CIDECI durante as apresentações.  
Abaixo, SCI Galeano e Comandante Tacho em uma apresentação.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – junho de 2015

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin importarles que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos.  
EZLN, Primeira Declaração da Selva Lacandona

## CAPÍTULO 2 - “TIERRA Y LIBERTAD” E AS GUERRAS NOS CALENDÁRIOS E GEOGRAFIAS ZAPATISTAS

Atualmente, a estrutura agrária mexicana se divide entre propriedade privada/individual da terra, propriedade social e propriedade pública. Por mais estranhamento que possa causar, no continente com maior concentração de terras do mundo (OXFAM, 2016), a maioria das terras mexicanas são de propriedade social e pública. Dos 198,5 milhões de hectares do território nacional, 35,6% se referem a terras de propriedade privada individual; 54% se referem à propriedade social e 11,3% à propriedade pública (ROCHA, 2018). O surpreendente nestes dados encontra-se neste regime que se enquadra como propriedade social e que abarca as terras ejidais e as terras comunais, e é aí que se encontra esta relação complexa do sujeito agrário mexicano, “entre” o indígena e o camponês.

São sutis as diferenças entre as formas de propriedade social ejidal e comunal, sendo sua origem legal e o processo de constituição os aspectos definitivos. **Enquanto os ejidos são figuras territoriais que se conceberam para a criação e ampliação de novos núcleos populacionais, a figura “comunidade agrária” se concretizava por ações restituições e confirmatórias que haviam sido despojados a partir da desamortização promovida pela constituição liberal de 1857.** (ROCHA, 2018, p. 264, grifo meu)

A complexidade dessa relação de uso/manejo de trabalho nas terras de ancestralidade indígena claramente influenciou o aspecto jurídico da estrutura agrária mexicana. A ideia de “propriedade” instaurada atualmente se origina com a chegada dos espanhóis, que se apropriaram da organização agrária pré-hispânica que já possuía um sistema combinado entre propriedade privada, para seus governantes, e comunal, para as comunidades/povos. Para isso, os invasores europeus impuseram

essa lógica de propriedade “mas mantiveram certas instituições dos pueblos, sempre que eles as controlaram; assim, junto com a propriedade privada, criaram o ejido e mantiveram a propriedade comunal” (LÓPEZ BÁRCENAS, 2015, p. 67).

Também se agrega à matriz agrária mexicana os Calpullis, que compunha em sua estruturação um sistema de direitos e obrigações que colocava como centralidade o interesse comum do uso da terra, protegendo o beneficiamento das diferentes classes sociais, sobretudo, as mais vulneráveis, como jovens, órfãos e idosos. (ROCHA, 2018).

## 2.1. De Cortés à Revolução

O processo de distribuição e de remarcação das terras ancestrais a partir dessa lógica se inicia com a chegada do oficial Hernán Cortés que, a serviço da Coroa espanhola, ao encontrar essas antigas civilizações, buscou exterminá-las de diferentes formas. A Igreja Católica, por exemplo, representando um braço poderoso da Coroa espanhola, tratou de doutrinar/catequisar os povos com sua crença se impondo sobre as mais diversas cosmovisões e ancestralidades, e trazendo a doutrina de um único Deus, cuja relação se estabeleceu no temor, na submissão e na servidão.

A desterritorialização foi uma das primeiras ações de Cortés ao impor essa organização territorial a partir da distribuição das terras indígenas aos capitães da Coroa. Para isso, manteve a base comunitária das terras em forma de *ejidos* como parte da estratégia da coroa espanhola em fundir o conhecimento da terra e de gestão de uso comum que já se praticava (parte das territorialidades pré-hispânicas), com o sistema europeu de propriedade privada individual, assim também justificava a distribuição de terras que foi feita para os invasores (ROCHA, 2018). Junto a estas terras, foi “distribuído” um grupo de indígenas que “não foram só expulsos de suas terras, mas também passaram à condição de escravos, já que foram dados como animais ou objetos dos conquistadores.” (PAZ SOLÓRZANO, 2012)<sup>21</sup>. A coroa espanhola, por sua vez, institucionalizou esta relação chamando-a de encomiendas, numa relação em que os encomenderos – os novos proprietários das terras – encomendavam índios para exercer trabalho escravo. O crescimento da economia colonial pelos colonizadores rearranjou a configuração territorial, assim os espanhóis instituíram os repartimientos, um conjunto de procedimentos coloniais que envolviam

---

<sup>21</sup> Livre tradução minha.



a outorga das encomiendas, a concessão de terras, a distribuição dos tributos, a venda forçada e o trabalho recrutado (OLIVEIRA, 2007). Este processo, que durou todo o período colonial, fez desaparecer as encomiendas e, ao mesmo tempo, generalizou a produção indígena onde ela resistia, nos ejidos e nas terras comunais (Ibdem).

Em 16 de setembro de 1810, o pároco Miguel Hidalgo y Costillo dá o grito da independência, conhecido como o Grito de Dolores, no vilarejo de mesmo nome, estado de Guanajuato, centro-norte mexicano. A declaração de Hidalgo foi influenciada pelas consequências nefastas que a estrutura agrária colonial havia trazido para os povos indígenas e teria como principal força opositora o Virreinato de Nueva España. Um ano depois, Hidalgo foi executado e, para dar seguimento ao processo de independência e assumir a liderança contra a coroa espanhola, outro sacerdote, José María Teclo Morelos y Pavón, assumiu a posição.

Dentre as principais bandeiras políticas de Hidalgo e de Morelos, declarar a independência e a abolição da escravatura significava, de alguma maneira, “libertar” a população indígena e criar elementos políticos para a restituição das terras indígenas e coletivas perante o estado colonizador. Assim, encadeado ao processo de independência e de liberdade, Morelos dá seguimento à guerra, promulgando a primeira constituição mexicana, a Constituição de Apatzingán, e potencializando o apoio popular à revolução. Uma geografia rebelde e indígena se renovava sobre uma geografia colonizadora materializada pela coroa espanhola no México: Morelos, Oaxaca, Acapulco, Guanajuato, entre outros. Porém, mesmo com o ânimo trazido para os povos originários pela independência, a relação de exploração e a estrutura de privilégios se mantiveram PAZ SOLÓRZANO (2012). Em 1815, o Santo Ofício manda executar Morelos considerando-o como traidor. A morte de Morelos impediu de levar a cabo as ideias libertárias que haviam proclamado.

O século XIX inicia insurgente no México, uma consequência do colonialismo e numa demonstração de que o status de “independente” não significava a independência societária e territorial dos povos indígenas. No norte do país, na região que foi diretamente atingida pelo Tratado de Guadalupe, os Yaquis travaram diversas batalhas a partir de 1825 (e que duraram até 1910). Em 1840, na região de Yucatán, na península do Golfo do México, os Maias também combateram as negociações entre estadunidenses e latifundiários, que negociavam suas terras em troca de apoio financeiro dos EUA (SAMIS, 2003). Em 1875, novamente no norte do México, os

Yaquis protagonizam o levante chamado de “Confederação de todos os índios de Sonora para recuperar as terras perdidas”, declarando e afirmando como inimigos os latifundiários e a igreja católica e reafirmando a identidade indígena anti-colonizadora na figura de Anayuleti, indígena que representou a resistência contra os espanhóis no século XVI.

Entre os motivos que movimentaram estas insurreições, está a inserção da doutrina liberal na legislação mexicana, cuja gênese se encontra no período industrial europeu, sobretudo no que se refere à propriedade da terra. Entre a Independência mexicana de Hidalgo e o fim da guerra entre México e Estados Unidos com o Tratado de Guadalupe<sup>22</sup> (1848) aconteceram diversos processos sangrentos de lutas, fuzilamentos, ditaduras e separação até a tomada definitiva dos territórios que hoje pertencem ao mapa dos Estados Unidos da América. Esse período também foi marcado pela ascensão dos liberais, tendo como marco a expropriação das terras clericais para fins de individualização das propriedades rurais, a Ley Lerdo. A consequência foi o avanço da concentração fundiária, deixando um vácuo legal acerca da propriedade comunal, que ficou juridicamente inexistente na Constituição Federal de 1857 (ROCHA, 2018). Os desdobramentos do avanço liberal sobre o uso das terras também passaram a permitir a privatização e a exploração do solo e subsolo a partir da Ley Minera (1884) permitindo a entrada de capital estrangeiro na exploração da propriedade individual (Ibidem).

O avanço dos liberais nas políticas de Estado leva o México a mais uma guerra a partir da posição de não pagamento da dívida externa com a Inglaterra, a França e a Espanha, resultando em uma intervenção militar em 1861. Ganha destaque, então, o nome de Benito Juárez (que era presidente interino do México) como “vitorioso” da guerra, assim como a declaração de moratória aos países europeus. Em resposta, em 1863 as tropas francesas tomam Puebla (cidade capital do estado de mesmo nome - localizada no Vale do Cuertlaxcoapan, a sudeste da Cidade do México) a mando de Napoleão III que interveio nomeando o Imperador Maximiliano como chefe de estado do México. Benito Juárez mais uma vez ganha destaque (inclusive por ser o primeiro presidente não-militar e indígena), agora junto com Porfírio Díaz, por terem liderado

---

<sup>22</sup> Assinado em 02 de fevereiro de 1848, o Tratado de Guadalupe Hidalgo colocou fim ao conflito armado de pouco mais de dois anos (1845-1848) envolvendo o México e os Estados Unidos. Pelo Tratado, o México cedia aos EUA os territórios do Texas, Nuevo México e Califórnia, perdendo mais de dois milhões de quilômetros quadrados (MARTÍNEZ; MORADO; ÁVILA, 2003).

as batalhas contra a invasão francesa e a derrubada do imperador. Juárez se reelegeria como presidente, vindo a falecer em 1871.

Em 1876, Porfírio Díaz se torna Presidente da República, em um governo que se transformou em trinta anos de ditadura através de manobras eleitorais, assassinatos de opositores e grandes rebeliões, dando origem ao período chamado de Porfiriato ou Porfirismo. Díaz impulsiona a industrialização no México, abrindo-o para o setor financeiro da Europa e dos Estados Unidos<sup>23</sup>. A entrada de investidores estrangeiros significou, também, a reestruturação das terras mexicanas e de sua função social, agora voltada para o escoamento da produção e da mineração, resultando na abertura de infraestruturas, estradas e ferrovias passando por terras indígenas. Na década de 1880-1890 já se encontravam importantes companhias de mineração estadunidenses em território mexicano (NUNES, 1980), sobretudo pela influência da Guerra de Secessão e da necessidade de matérias-primas do país. Entre 1877 e 1900, as exportações de minérios representaram cerca de 70% das exportações nacionais, assim como a indústria da cerveja e de tabaco começaram a ocupar um espaço importante na economia mexicana, concomitante ao surgimento de uma classe média (Ibdem).

Ao mesmo tempo, o crescimento econômico durante o governo de Porfírio Díaz se sustentava a partir da violência e da repressão aos povos indígenas. Berruego García (2020), retoma alguns relatos de repressão a partir dos escritos de Antonio Díaz Soto y Gama<sup>24</sup>:

En 1878, en Michoacán, los indígenas de diferentes regiones buscaron ponerse de acuerdo para liberarse del yugo de sus opresores, y para ello iban de pueblo en pueblo difundiendo sus anhelos de justicia. Los hacendados españoles de una hacienda optaron por subir a las azoteas de sus predios para balacear a los indios e hirieron a dos. Por otra parte, en Guanajuato y en Puebla, durante 1879, los campesinos comenzaron a organizarse para hacer manifestaciones al gobierno, exigiendo solución al despojo de tierras que padecían, y en contestación a lo cual, recibieron la represión sangrienta del régimen porfirista. (BERRUECO GARCÍA 2020, p. 71)

Entre 1901 e 1910 o México se encontrava numa dependência econômica quase total em relação a empresas estrangeiras (então com ênfase nas de origem

---

<sup>23</sup> Estima-se que durante o porfiriato houve a entrada de 900 bilhões de dólares dos EUA no governo de Porfírio Díaz.

<sup>24</sup> Antonio Díaz Soto Y Gama foi um dos mais importantes personagens da Revolução Mexicana. Lutou junto com Zapata e com os irmãos Magón. Infelizmente não tivemos acesso a nenhuma obra completamente autoral.

dos EUA, Inglaterra e França) e funcionava como peça chave na exploração e produção de petróleo, um destaque devido à produção de automóveis pela companhia de Henry Ford, que demandava esse recurso tanto para consumo do produto automóvel quanto para a lógica da organização do trabalho, controlando as atividades de mineração, exploração de petróleo, as indústrias e os grandes latifúndios. Nesse período, o capital externo chegou a deter mais de 25 milhões de hectares de terras mexicanas (ALVES, 2006). O petróleo passa a ser, então, um troféu em disputa política e um *lobby* dentro do México, pois, ao mesmo tempo em que os EUA investiam no monopólio do petróleo mexicano, Porfírio Diaz deixava clara sua preferência de abertura econômica e apoio político ao mercado europeu, em especial o inglês. Dentro desta lógica, Diaz facilita e libera a passos largos a interiorização da exploração do México,

O desenvolvimento industrial do México – estradas de ferro, minas e petróleo – contribui para o nascimento de uma rica classe de homens de negócio no Norte e no Leste do México (como os Madero), onde se dá a maior parte do desenvolvimento industrial. Financistas dinâmicos, ligados em sua maioria ao “capital financeiro” norte-americano, tentam arrancar o poder da oligarquia fundiária e da outra, a burocrática, dos *científicos*. (NUNES, 1980, p. 48)

A importância que essa expansão do capitalismo, na sua versão industrial e de financeirização, traz ao território mexicano é a continuação de uma geografia de espoliação dos territórios, tanto para a extração de mineradoras estrangeiras, quanto para a abertura de vias para transporte e escoamento. Conseqüentemente, entre as trabalhadoras e trabalhadores da indústria surgem os primeiros agrupamentos políticos de cunho socialista, à luz teórica e das práticas que vinham acontecendo na Europa.

O socialismo se desenvolve no México protegido pelas liberdades políticas do regime de Benito Juárez (...). Em 1863, o fourierista Plotino C. Rhodakanaty funda, com Francisco Zalacosta, La Social, e, em 1868, sempre com Zalacosta, o Clube Socialista. (...) Assim, a 20 de abril de 1868, em Chalco, um discípulo seu, Julio Chávez López lança um Manifesto a todos os Oprimidos e Pobres do México e do Universo.<sup>25</sup>(NUNES, 1980, p. 50)

Neste contexto ganha destaque um personagem fundamental para a vindoura Revolução Mexicana, Ricardo Flores Magón<sup>26</sup> que, com seu irmão Henrique Magón,

---

<sup>25</sup> De acordo com o autor, Julio López foi fuzilado em 9 de julho do mesmo ano, mas seu manifesto foi fundamental para o apoio às reivindicações socialistas no México.

<sup>26</sup> O “magonismo” por si só exige um amplo espaço de reflexões que, infelizmente, não é possível nesta tese. Magón foi um influente anarquista dentro da Revolução Mexicana e do pensamento

se tornam extremamente influentes nos primeiros sindicatos de ferroviários, a Sociedade dos Ferroviários Mexicanos, com forte influência do anarquismo, mas, fundamentalmente, porque trazem consigo a geografia forjada no sul do México, região “menos desenvolvida” – do ponto de vista capitalista - com a presença indígena na cultura, nas línguas, na organização territorial coletiva para viver e produzir. Samis (2003), ao fazer um compêndio de textos políticos dos irmãos Magón relacionados à Revolução Mexicana, atenta para a aproximação da cosmovisão e da forma de vida indígenas - *la Costumbre* - como basilar e definitiva para as insurreições também do campo sindical, ainda que este campo tenha a influência do socialismo.<sup>27</sup>

A resistência indígena criou metodologias de combate ao estrangeiro que, por sua eficiência e longevidade histórica, perpetuaram e consagraram certas formas de luta. (...) A luta pela manutenção da terra, formas de representação direta e assembleárias, além das relações do homem com o trabalho e lutas cotidianas, foram interpretadas pelas comunidades tribais sob o prisma político acompanhado de um profundo misticismo (SAMIS, 2003, p. 9)

Essas redes se tornam um duro entrave para o governo de Porfírio Díaz que, mesmo sob a tutela da herança política de Benito Juárez, não conseguia avançar com seu projeto de unificação nacional e de desenvolvimento de um capitalismo “moderno-conservador” (SAMIS, 2003). Uma das consequências do avanço do liberalismo econômico foi o afastamento a que as comunidades estavam submetidas em relação a sua terra para, supostamente, formarem mão-de-obra agrária para ser contratada numa espécie de “modernização” das relações no campo, onde essas novas relações de trabalho iriam resultar na precarização da vida indígena e camponesa nessa reterritorialização urbana.

(...) los jornaleros, en su mayoría, estaban sometidos por los hacendados a una esclavitud de hecho; se les arrebatava su mísero salario a través de las tiendas de raya, en las que se les vendían productos de ínfima calidad a precios exorbitantes. Los campesinos siempre estaban endeudados porque los hacendados también abusaban de la debilidad e ignorancia de los peones y, en ocasiones,

---

anarquista no mundo. Inseriu a questão indígena nos debates libertários da época e os influencia até hoje.

<sup>27</sup> Evidente que, à época, na segunda metade do século XIX, a organização dos trabalhadores e trabalhadoras vinha do desenvolvimento do capitalismo industrial europeu, principalmente na França e na Inglaterra, no seio e fervor do Manifesto Comunista em 1848, da Associação Internacional dos Trabalhadores, da Federação do Jura, da Comuna de Paris, assim como a forte influência das formas associativas, mutualistas ou cooperativistas, que vinham sob a bandeira de grandes referências como Kropotkin, Bakunin ou Marx. Neste sentido, Magón também contribuiu fortemente nas relações de solidariedade e de redes que se configuraram nessa geopolítica, tanto nas lutas dos trabalhadores da cidade, quanto dos camponeses.

les cobraban hasta tres veces el mismo artículo. (BERRUECO GARCÍA, 2020, p. 73)

As condições dessa “contratação” eram eventualmente piores do que as formas de dominação/exploração a que essas populações estavam submetidas anteriormente sob o jugo espanhol. Ao mesmo tempo, seguia o avanço da espoliação dos territórios indígenas e a perseguição aos opositores do Porfiriato, com a presença de métodos de repressão, assassinatos e perseguição a lideranças políticas e jornalistas, etc. Até 1910, grandes greves operárias<sup>28</sup> e insurreições no campo caminharam para uma grande mudança no cenário político mexicano.

En la posesión de la tierra y su explotación se sustentaba buena parte del poder político del siglo XIX y las primeras décadas del XX; por ello, enfrentarlo significaba también alterar el orden jerárquico y excluyente de las repúblicas latifundistas y preindustriales. Después de los procesos de independencia que se vivieron en la región, el poder colonial fue sustituido por el poder de las oligarquías terratenientes que concentraban gran parte y lo mejor de la tierra. (ILC, 2011, p.6)

O enfrentamento indígena e campesino, no plano político, social e territorial, foi chamado de agrarismo, um movimento que pautava a necessidade de se reconstituir e retomar as terras campesinas que foram expropriadas durante os séculos desde a invasão espanhola, rompendo as cadeias hereditárias que, ao mesmo tempo em que acumulavam riqueza e capital, recriavam o indígena “pobre”, sem-terra, escravizado.

Esto por lo que al **agrarismo** en general se refiere, que por lo que toca a México, no sólo es un movimiento de reconquista del indígena, de lo que era suyo y le ha sido despojado inicuaente, valiéndose los propietarios de todos los medios. Primero fue el indio el despojado y en las últimas fechas, el indio y el mestizo. Y más razón y derecho tiene el campesino a esa restitución porque no sólo fue desposeído de sus tierras, sino que se le obligó a cultivarlas en provecho de los ladrones; y esta situación se ha conservado durante siglos, pasando de padres a hijos que han venido trabajando casi sin retribución ninguna, de manera que ya han pagado con creces el valor de sus propias tierras. Por todas estas razones tenía forzosamente que surgir en nuestro país un doble movimiento de defensa en contra de nuevos acaparamientos de tierras y de reconquista de lo que legítimamente perteneció al proletariado de los campos. Esto es lo que se llama **agrarismo**. (PAZ SOLÓRZANO, 2012, p. 28, grifo meu)

Este movimento, juntamente com setores de trabalhadores urbanos, sindicatos e inclusive alguns setores ligados à Igreja Católica, deram apoio a Francisco Madero, maior voz de oposição institucional a Porfírio Díaz naquele momento, e lograram

---

<sup>28</sup> Como exemplo, em 1 de junho de 1906, com a greve operária nas minas de cobre norte-americana; e 1 de julho de 1906, com a Junta Organizadora do Partido Liberal Mexicano publicando o primeiro programa social da revolução.

articular estes diversos setores políticos sobre o mote de antireeleccionismo<sup>29</sup>, que se opõe ao movimiento reeleccionista defendido por porfiristas para garantir a política de privilégios a partir de mais uma reeleição de seu líder.

No dia 5 de outubro de 1910 Madero lançou o Plano de San Luis de Potosí, onde reuniu e organizou grupos guerrilheiros (em especial do norte do México) para fazer um levantamento armado contra o governo Díaz, resultando em grandes rebeliões em Puebla e em Chihuahua, este último com destaque para a participação de Francisco “Pancho” Villa.

Sometidas a un doble saqueo y expropiadas de la base material de sus ingresos, las comunidades estallaron. La chispa no fueron los viejos agravios ni tampoco los nuevos por sí mismos, el disparador de la insurrección fue la explosiva combinación de unos y otros (BARTRA, 2003, p.228).

Em 20 de novembro de 1910 o levantamento acontece, oficializando a Revolução Mexicana. Em maio de 1911 Porfírio Díaz finalmente é deposto e exilado em Paris, e Madero é eleito com o apoio fundamental dos camponeses revolucionários, apoio esse que duraria pouco tempo. Por não ter cumprido seu compromisso com o agrarismo e por claramente ter assumido uma postura liberal, Madero logo perdeu o apoio dos indígenas e, principalmente, de um nome que se tornaria um de seus maiores opositores e que viria a ser fundamental (não só) para aquele processo: Emiliano Zapata.

## **2.2 De Emiliano Zapata aos movimentos antissistêmicos no México**

Emiliano Zapata nasceu em 1883, no povoado de Anenecuilco em Ayala, distrito de Cuautla, estado de Morelos. Em 1905, o povoado em que nasceu, foi despejado pelos fazendeiros (PAZ SOLÓRZANO, 2012). Na geografia das e dos de baixo, Emiliano Zapata já estava investido de poder pelo seu *pueblo*, uma vez que, em sua trajetória, já havia vivenciado a tomada de suas terras e da sua família pelo porfiriato. Zapata e seus companheiros foram repreendidos violentamente pelos fazendeiros, autoridades policiais e governo, fato que os forçou ao exílio em *la sierra*. A partir de então, ele se torna, de fato, uma liderança e um dos idealizadores da revolução agrarista de 1910, principalmente no sul e no sudeste, formando o Ejército Libertador del Sur.

---

<sup>29</sup> Vale apontar que os pioneiros do movimento anti-reeleição, no início do século XX, foram os irmãos Magón, obviamente que por uma perspectiva do anarquismo. Madero veio se apropriar deste movimento e incorporar no anti-porfirismo liberal.

El brote de rebeldía que había germinado en su alma, ya había madurado, y arrostrando todos los peligros, junto con su hermano Eufemio y con tres o cuatro vecinos decididos, convocó al pueblo, y un domingo, una vez reunidos la mayoría de los habitantes, los arengó incitándolos a que por medio de la fuerza tomaran posesión de sus tierras, y al efecto, él personalmente, ayudado por su hermano y otros vecinos, empezó a repartir a cada un lote de tierra y los invitó a que lo defendieran con las armas en la mano. (PAZ SOLÓRZANO, 2012, p. 34)

A revolução agrária do Sul, comandada por Emiliano Zapata, não trazia somente o cumprimento de medidas emergenciais e pontuais colocadas pelo seu *pueblo*, pois cada demanda que surgia vinha carregada de séculos de expropriação de territórios, sobretudo nos estados do sul e sudeste, onde as terras indígenas foram tomadas pelas grandes fazendas de cana da indústria açucareira (PRADO, 2003).

O processo secular de implantação desse sistema [capitalismo] tinha modificado as formas tradicionais de vida da população e, nele, os camponeses, fossem indígenas ou mestiços, sempre saíam prejudicados. Os citados autores<sup>30</sup> realçam essa mudança trazida pela modernização da agricultura canavieira por meio de novas tecnologias, do incremento da produtividade e da construção de vias de comunicação que facilitaram a comercialização da cana e de seus derivados. O mercado favorável ao produto fez com que, nos anos imediatamente anteriores ao movimento armado, mais e mais as fazendas avançassem sobre as terras dos camponeses. Começava, assim, uma corrida para apoderar-se da terra, da água e da mão-de-obra. (PRADO, 2003, p. 149)

As forças lideradas por Zapata, em consonância com o movimento agrarista, apoiaram o governo de Madero após sua eleição. Porém, a crescente influência dos liberais sobre o governo levou ao rompimento do líder sulista com o então presidente. Em agosto de 1911 Zapata oficializava a oposição a Madero após histórica reunião relatada aqui a partir do excerto do livro de Berrueco García (2020), onde reproduz o diálogo entre Zapata e Madero, quando Zapata questiona o que Madero faria com a questão agrária. Segundo os relatos apresentados a resposta de Madero foi:

Eso se resolverá después, con calma, y ya veremos en qué forma, lo que interesa por ahora, es que se termine el licenciamiento de sus tropas y que salga usted del estado. El gobierno dará a usted la cantidad de cincuenta mil pesos, o lo que usted pida, y le permitirá que se haga acompañar de un grupo de hombres de su entera confianza, obsequiándole una hacienda en el estado de Veracruz, a fin de que allí se entregue al descanso. (BERRUECO GARCÍA, 2020, p. 80)

---

<sup>30</sup> Aqui a autora se refere aos trabalhos dos historiadores Womack Jr., 2000: 13; Díaz Soto y Gama, 1987: 58 e 79; Chevalier, s/d: 3; Tutino, 1990: 308 e Ávila Espinosa, 2001: 38. Informação retirada da bibliografia da obra citada.



E, segundo o relato transcrito de Díaz Soto y Gama, Emiliano Zapata respondeu:

Es decir: que a mí se me quiere hacer rico, se me quiere hacer hacendado, y a todos esos hombres que me han acompañado, debo dejarlos abandonados a su suerte para que sigan siendo los mismos esclavos de ayer, expuestos a toda clase de vejaciones y que sigan en el mismo estado de miseria, lo mismo que a los vecinos de los pueblos, a quienes he jurado defender ofreciéndoles que se les devolverán sus tierras, montes y aguas, mientras yo disfruto de riquezas.

No, señor Madero; yo no me levanté en armas para conquistar haciendas, yo me levanté en armas para que se les restituya a los pueblos lo que es suyo; y sepa, señor Madero, que a mí y al estado de Morelos, nos cumple usted lo que nos ha ofrecido, a usted o a mí nos lleva la... (BERRUECO GARCÍA, 2020, pg. 80).

Da organização centenária dos povos indígenas camponeses é publicado o “Plan de Ayala”, no dia 28 de novembro de 1911, redigido por Zapata e Otilio Montaño, com muita influência do anarquista Ricardo Flores Magón<sup>31</sup>, reposicionando o caráter da revolução - que havia sido apropriada pelo liberalismo de Madero com sua completa nulidade em relação aos camponeses - e reassumindo o compromisso político da revolução com o agrarismo. Nesse sentido, Zapata retoma o papel dos *pueblos* que, muito além do sentido de “hierarquia administrativa”, envolve o modo de vida e de existência indígena e sua relação com a terra, da base de organização territorial indígena, principalmente do sul e sudeste mexicano. O documento faz uma série de declarações contra as políticas liberais de Madero, prevendo sanções contra os traidores do agrarismo<sup>32</sup>. Alguns destaques do Plan de Ayala:

7.º. En virtud de que la inmensa mayoría de los pueblos y ciudadanos mexicanos no son más dueños que del terreno que pisan sufriendo los horrores de la miseria sin poder mejorar en nada su condición social ni poder dedicarse a la industria o a la agricultura por estar monopolizados en unas cuantas manos las tierras, montes y aguas, por esta causa se expropiarán, previa indemnización de la tercera parte de esos monopolios a los poderosos propietarios de ellas, a fin de que los pueblos y ciudadanos de México obtengan ejidos, colonias, fundos legales para pueblos, o campos de sembradura o de labor, y

---

<sup>31</sup> Como dito anteriormente, Ricardo Flores Magón é merecedor, em qualquer instância, de mais destaque pelo seu papel na revolução mexicana e no anarquismo mundial. Qualquer menção aqui seria insuficiente, mas quero aqui destacar que, segundo documentos históricos, Zapata foi fortemente influenciado pelos textos de Magón e de Kropotkin, refletindo no Plano Ayala e também nas diversas lutas travadas contra os regimes autoritários ou social-democratas.

<sup>32</sup> Para se ter um cenário, segundo o ILC (2011), no momento da Revolução, o território mexicano tinha aproximadamente 57% de sua área controlada por 11 mil fazendas, enquanto 95% das famílias camponesas não tinham terra, o que corresponde a aproximadamente 15 milhões de mexicanos e mexicanas.

se mejore en todo y para todo la falta de prosperidad y bienestar de los mexicanos.

A Ley Ejecutiva para la Repartición de Tierra de 1913 declara o seguinte:

Art. 9º.- Todas las haciendas que vayan cayendo en poder de los jefes de la Revolución Constitucionalista, correspondientes a Porfirio y Félix Díaz, Huerta, Mondragón, Blanquet, Reyes, Orozco, Iñigo Noriega, Creel, Terrazas y demás partidarios de éstos en general, serán repartidas inmediatamente en porciones de cien mil metros cuadrados para cada familia en toda la Nación, entregándoles en el acto títulos provisionales á reserva de ser revisados y aprobados en primer lugar por la junta Agraria y en definitiva por la Junta Suprema Ejecutiva de la Nación, previa intervención de ingeniero para el terreno cerril y las sierras de la República.

Art. 12.- Para dar un gran impulso a la agricultura, se instalarán presas y pozos artesianos donde fuere necesario para el regadío de las tierras y así proporcionarle al propietario en pequeño, los elementos para que pueda cubrir las contribuciones; a este efecto, ya se dictarán las leyes agrarias indispensables.<sup>33</sup> (

O governo de Madero enfraqueceu e, em 1913, sofreu um golpe encabeçado pelo porfirista Victoriano Huerta, que o mandou assassinar em 1914. Porém, em oposição a Huerta, a revolução mexicana ganhou mais força com o exército do sul liderado por Emiliano Zapata ganhando mais combatentes em suas fileiras e se aliando ao exército do norte, liderado por Francisco Villa (simpatizante de Madero) e com o constitucionalista Venustiano Carranza. Após uma tomada orquestrada por Carranza, com a participação dos Estados Unidos, o governo de Huerta sofre o golpe e ele renuncia em 15 de julho de 1914. No mesmo momento, o exército constitucionalista assume o governo federal, comandado por Carranza.

A oposição liberal de Carranza e Álvaro Obregón, seu Ministro de Guerra, logo tratou de perseguir o exército de Zapata, pois este se negava a negociar as pautas construídas no Plan Ayala, visto que esse era o único documento que representava as demandas reais dos indígenas e mestiços em relação às suas terras e a garantia das terras ejidales.

Após a histórica convenção de Aguascalientes<sup>34</sup> em 1º de outubro de 1914, a ruptura entre zapatistas, villistas e constitucionalistas estava posta. Foram mais de

---

<sup>33</sup> 1913 - ley Ejecutiva del Reparto de Tierras, acordada y mandada ejecutar por el Gral. Alberto Carrera Torres, San Luis Potosí y Tamaulipas.

<sup>34</sup> A Convenção de Aguascalientes ficou conhecida como a Soberana Convenção Revolucionária, congregando as alas magonistas, villistas e zapatistas e se tornou histórica.

dois anos de batalhas campais, acordos, golpes, assassinatos, emboscadas, tomadas e retomadas de territórios<sup>35</sup>.

Neste longo período não houve acordo com Carranza e com as demais forças políticas, a prioridade do novo governo se mantinha na manutenção das oligarquias e na gestão de alianças, gerando a revolta dos setores revolucionários. Zapata, em carta a Gildardo Magaña, seu companheiro na revolução, escreve:

A isso chamam Revolução triunfante? Eu, como não sou político, não entendo desses triunfos pela metade; desses triunfos em que os derrotados são os que ganham; desses triunfos em que, como no meu caso, me oferecem, me exigem, dizem que depois de triunfante a Revolução, saia não só do meu estado, mas também da minha pátria. Eu estou resolvido a lutar contra tudo e contra todos sem mais baluarte que a confiança, o carinho e o apoio do meu povo. (EMILIANO ZAPATA, 1987, apud PRADO 2003 p.159)

Nas regiões influenciadas por Zapata alguns pontos foram fundamentais para a adesão e a manutenção do caráter revolucionário, visto que se mantinha a ocupação militar e que não havia acontecido a distribuição de terras, o que resultou no enfraquecimento da legitimidade das instituições do Estado dada sua incapacidade de resolver as demandas trazidas no Plan Ayala e a consequente perda do respaldo popular (PRADO, 2003). Assim, diferente de depor as armas e aceitar o armistício imposto por Carranza, o Exército Libertador do Sul seguiu em combate.

Ainda sob a pressão de outras forças políticas, mas sem a presença de zapatistas e de villistas, Carranza convoca uma Assembleia Constituinte em 1º de dezembro de 1917 e promulga a Constituição se declarando “Presidente Constitucional”. Do ponto de vista jurídico, a Constituição Mexicana de 1917 é considerada um marco por retomar o caráter social dentro do Direito Constitucional (ALVES, 2006), sobretudo pelo artigo 27, que coloca a propriedade originária da terra como propriedade da nação, do povo, abolindo” com isto, o caráter absoluto e ‘sagrado’ da propriedade privada, submetendo-se o seu uso, incondicionalmente, ao bem público, isto é, ao interesse de todo o povo.” (COMPARATO, 2014, n.p.)

La reforma agraria, que se plasmó en la Constitución de 1917 (Artículo 27), establecía la propiedad de la nación sobre la tierra y creaba una nueva estructura agraria a partir de tres formas de propiedad: la comunidad indígena, los ejidos y la pequeña propiedad privada. A las

---

<sup>35</sup> Entre estes acordos e batalhas, destaca-se a Batalha de Columbus, que foi resultado do que Francisco Villa caracterizou como traição de Carranza, quando o mesmo, em acordo e submissão ao governo estadunidense, abre a política econômica do México para os EUA, refletindo, obviamente, na fronteira entre os dois países, onde os villistas tinham o controle e influência. Os desdobramentos dessa batalha seguiriam por mais um longo período.

primeras se les reconoció su derecho sobre tierras ancestrales, mientras que los segundos fueron creados por la reforma y se constituyeron en torno a tierras provenientes de la expropiación de los latifundios (ILC, 2011, p.8).

Porém, os direitos consagrados na constituição de 1917 não foram garantias de sua real efetivação. Carranza, então presidente, assentou apenas 180.000 hectares de terra (ALVES, 2006), pequenas quantidades de terras para agricultura de subsistência, enquanto as terras férteis e melhor localizadas seguiram reservadas para a propriedade privada (BARTRA, 2003).

Neste contexto, as forças revolucionárias seguiam em batalha armada pela retomada de suas terras e pela autodeterminação nas mesmas, ao passo em que a política de Carranza se limitava em combater os rebeldes zapatistas. Até que, em 10 de abril de 1919, Emiliano Zapata sofre uma emboscada a mando de Carranza e é alvejado até a morte. O Exército Revolucionário do Sul enfraquece sem a presença de Zapata, mas o zapatismo segue. Em 1920, Carranza é assassinado e, nas eleições do mesmo ano, volta ao cenário o General Álvaro Obregón e instaura-se, até 1934, o “Caudillismo Autoritário”.

Obregón tinha uma estratégia bem clara: antes mesmo da Constituição de 17, ainda sob o governo Carranza, o general havia conseguido cooptar os movimentos sindicais com a criação da Confederação Revolucionário Obrera Mexicana (CROM), que posteriormente se chamará de Confederação Mexicana de Trabalhadores (CMT) (ALVES, 2006)<sup>36</sup>. Sua base social já estava formada: sindicatos cooptados, exército unificado, um caudillismo de elite com terras.

Durante el gobierno de Carranza, en el breve interinato de De la Huerta y a lo largo de los periodos presidenciales de Obregón y Calles, se institucionalizó un agrarismo epidérmico dirigido a restablecer la paz social, desmovilizar a los insurrectos y conquistar legitimidad para el nuevo Estado. (BARTRA, 2003, p. 233)

A questão agrária nunca foi conjuntural, mas a base de organização política, social e territorial do México e os episódios que se seguiram à revolução iniciada em 1910 mostravam, mais uma vez, que ela não havia se esgotado. Posteriormente ao assassinato de Zapata, a luta camponesa continuou se organizando com a ação da Liga Nacional Agrária (ou Liga de Comunidades Agrárias). Essas ligas de inspiração zapatista e leninistas promoviam promissórios experimentos sociais em diversas

---

<sup>36</sup> As organizações de trabalhadores que não aderiram ao Crom e que não foram cooptadas foram, justamente, as comunistas e anarquistas, lideradas pelos irmãos Magón.

regiões do país reivindicando a "la cultura maya frente al criollismo de la "casta divina", la comunidad rural contra la hacienda, y la autosuficiencia alimentaria sobre la agroexportación" (BARTRA, 2003, p.235).

La forma política de los autogobiernos se pretenderá captar desde la institucionalidad; dispositivo de control y cooptación a través del corporativismo, clientelismo y cacicazgos. Sin embargo, tanto el proceso de desindianización como de descampesinización, y la forma política despótica del Partido PRI (Partido Revolucionario Institucional)<sup>37</sup>, presidencialismo y sindicalismo no lograrán dominar aquellas formas de autorregulación de los pueblos. (GUTIÉRREZ, 2017, p. 7)

A Liga sofreu diversas divisões, onde uma das correntes, respaldada pelo futuro presidente Lázaro Cárdenas em sua gestão (1934-1940), criou a Confederação Campesina Mexicana, antecedente da Confederação Nacional Campesina (CNC).

Para Lázaro Cárdenas los campesinos podían pasar de la agricultura de subsistencia a la comercial transformando al ejido en eje de desarrollo agropecuario, y por eso en su sexenio repartió más y mejores tierras que en los 20 años anteriores, creó el Banco de Crédito Ejidal y promovió las formas colectivas de producción. Cárdenas hizo suyas muchas de las banderas de los campesinos rojos de los años veinte y en cierto sentido durante su mandato el agrarismo radical se volvió gobierno. Este viraje no fue gratuito, estuvo precedido por incontrolables tomas de tierras y multitudinarias huelgas de jornaleros agrícolas, que junto con el incendio cristero, ponían en entredicho la eficacia económica y la legitimidad social del modelo de desarrollo agropecuario impulsado desde los años veinte (BARTRA, 2003, p. 236)

A presidência de Cárdenas é marcada pelo protagonismo da reforma agrária, ainda que fossem políticas completamente reformistas fazendo com que, assim, a CNC acabasse se reduzindo ao oficialismo. A proposta de propriedade social que estava no Plan de Ayala de Zapata só foi incorporada à Constituição em 1933, com a alteração do artigo 27, incluindo então os ejidos como modelo de propriedade social reconhecendo a propriedade jurídica dos núcleos de população ejidal e comunal para moradia e para produção (ROCHA, 2018), acontecimento que só existiu graças à pressão de setores mais combativos que se mantiveram fora do oficialismo.

---

<sup>37</sup> Em 1929, o então presidente Plutarco Elías Calles criou o Partido Nacional Revolucionário (PNR), que foi renomeado, em 1938, para Partido da Revolução Mexicana (PRM) e que, a partir de 1946, receberia o nome de Partido Revolucionário Institucional (PRI), que mantém até hoje. Tendo estado no poder desde sua fundação até o ano 2000, quando sofreu sua primeira derrota em eleições presidenciais, o PRI é um ator fundamental da política mexicana no século XX, e suas tramas internas oferecem material suficiente para diferentes teses. Pelo fato de que seus setenta anos à frente do governo supostamente garantiam o caráter democrático das instituições mexicanas, o PRI foi classificado pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa como o modelo da "ditadura perfeita". Ver: [https://elpais.com/diario/1990/09/01/cultura/652140001\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1990/09/01/cultura/652140001_850215.html)

A organização legal dos ejidos e comunidades agrárias menciona o respeito ao fortalecimento da vida comunitária, a proteção da terra para o assentamento humano e o aproveitamento de terras, bosques e águas de uso comum. Além do mais, institui a assembleia geral como órgão supremo do núcleo de população ejidal ou comunal, com a organização e funções que a lei assinale. (ROCHA, 2018, p 25)

Os governos pós-Cárdenas promulgaram uma série de decretos de inafectibilidad agrícola, o que garantia que determinadas propriedades não teriam seus direitos atingidos e, portanto, estavam protegidas de decretos de reforma agrária. Parte da mobilização camponesa migraria para outras instituições, como a Unión General de Obreros y Campesinos de México (UGOCM), fundada em 1947, e a Unión de Federaciones Campesinas, fundada em 1951 por dirigentes cardenistas que expressavam desacordo com a política agrária do governo e com o oficialismo da CNC (BARTRA, 2003). Concomitante, uma nova frente de lutas se consolidou a partir dos anos 1940 com a formação de cooperativas e sociedades de crédito ejidal, abarcando a luta por água, crédito e mercado.

###

Os anos 1960, 1970 e 1980 representaram conclusões de processos políticos que vinham desde o final da Segunda Guerra Mundial, processos que envolviam as extremidades ideológicas da controversa Guerra Fria, os movimentos de emancipação das mulheres, cultural, sindical, negro, étnicos, e, nas zonas rurais deram origem a diversas tentativas de insurreições armadas (BARTRA, 2003). Ao mesmo tempo, a resposta mais que imediata, em tempos de ditadura civil-militar nas geografias latino-americanas, foi a violenta repressão do estado.

O México, de histórico insurgente, vivenciou um dos maiores massacres ligados à repressão do estado registrados nesse período: o Massacre de Tlatelolco, acontecido em 2 de outubro de 1968, na Praça Três Culturas, na cidade que lhe deu nome. De acordo com organismos de direitos humanos, este episódio resultou no assassinato e/ou desaparecimento de mais de 200 mexicanos e mexicanas. Dentre as características deste processo - que na literatura é amplamente citado como "Movimento estudantil de 1968" - é elaborada a análise da guinada antiautoritária do movimento estudantil daquele período no México, a ascensão de organizações políticas caracteristicamente mais horizontalizadas e que aproximaram da esfera política diversos setores da sociedade civil, dando um novo recorte aos movimentos populares e sociais.

Desde las primeras asambleas de base emergieron formas democráticas que imbrican democracia directa, democracia representativa y representación mandatada. De tal manera, el movimiento fue capaz de dotarse de una dirección colectiva propia, formas estructuradas de participación – comités de lucha, asambleas de base y brigadas–; de crear una esfera pública alternativa por medio de las brigadas como mecanismo de interlocución y articulación social, así como una fuerza ético-política que le permitió conducir el proceso: el Consejo Nacional de Huelga (CNH). **Se convirtió así en un polo de atracción para maestros, padres de familia, burócratas, campesinos, petroleros, maestros, mujeres y diversos sectores críticos del autoritarismo** no sólo en el entonces Distrito Federal, sino en varios estados del país y con muestras de solidaridad desde el extranjero. (ELIZONDO, 2018, p. 242, grifo meu)

No campo político, esse ano foi paradigmático e também simbolizou o processo de mudanças que aconteceriam no México, incluindo no que resultaria na extinção do tradicional Partido Comunista Mexicano (PCM) em 1978, que até então centralizara as organizações da esquerda do país por mais de sessenta anos, mas que vinha perdendo espaço desde a década de 50, juntamente com o Partido Obrero-Campesino Mexicano (POCM) e o Partido Popular Socialista (PPS) (ELIZONDO, 2018).

Destes novos recortes, uma parte das lideranças se integraria ao PRI, outros grupos fundaram novos partidos de esquerda, enquanto algumas lideranças optaram pela guerrilha urbana (GENNARI, 2005). Do setor mais crítico às instituições políticas que tinham como base ideológica o stalinismo e o maoísmo, e aos regimes autoritários (tanto de esquerda, quanto de direita), vai emergir a base dos movimentos antissistêmicos que sustentarão uma nova reconfiguração nos movimentos populares, autônomos, indígenas, feministas, antirracistas, no México nas décadas seguintes.

A repressão por parte do governo do PRI aos movimentos de oposição, que surgiam, ganhou mais uma frente com a formação de diversos grupos paramilitares, entre eles o Los Halcones, dirigido pelo exército mexicano e responsável pelo assassinato de mais de 120 estudantes na Cidade do México, em 1971, conhecido como “Masacre de Corpus Christi” ou “Halconazo”, entre outros assassinatos, genocídios, repressão e, perseguição política que marcaram esta época.

Neste contexto, organizações indígenas e camponesas se articulavam em suas geografias buscando dialogar e se organizar naquela conjuntura. Então, em 1974, se conforma o Congresso Indígena de Chiapas e reúnem-se indígenas dos povos tzotziles, tzetales, choles, tojobales, na cidade de San Cristóbal de Las Casas, no

Estado de Chiapas, para debater abertamente as pautas relativas à repressão e à questão agrária, principalmente a preservação dos territórios ejidales.

### 2.3 Mudando a escala: a geografia desde Chiapas

Quando os espanhóis chegaram em Chiapas, uma de suas primeiras medidas foi escravizar os príncipes mayas e entregá-los para os encomenderos. Até 1824, o futuro Estado mexicano era uma região da Guatemala, estratégica para a geopolítica da Nova Espanha dada sua posição fronteiriça, mas ainda era pouco requisitada pela metrópole. Neste ano, as e os chiapanecos decidiram, por plebiscito, se incorporar à nova república mexicana (GONZÁLEZ ESPONDA; PÓLITO BARRIOS, 1995). Por este motivo, a geografia colonial de Chiapas iria começar mais tarde, no período que vai de 1824 até 1880, marcado pelo surgimento de uma oligarquia latifundiária, da apropriação das terras clericais pela Lei Lerdo e pela desterritorialização dos indígenas.

Durante o porfirismo, na região de Chiapas, o capital estrangeiro chegou para compor a oligarquia, investindo fortemente na formação das *fincas*, direcionadas para a produção de café, *caucho*<sup>38</sup>, *chicle* e madeira caracterizando a estrutura agrária de Chiapas por décadas e forjando uma geografia em rede a partir de uma estrutura econômica e social planejada, “por exemplo, regiões como os Altos de Chiapas, de população majoritariamente tzotzil e tzeltal; la fronteiriça, com os tojolabales; e a Serra Madre, regidas por uma economia de plantação de café” (Ibidem, p 108).

Ao mesmo tempo, ainda na segunda metade do século XIX, os povos indígenas começaram a se organizar contra os finqueros e, em 1914, a revolução “chegava” em Chiapas com a ala constitucionalista para enfraquecer o porfirismo. Seria lançada uma série de leis que romperia com o sistema de escravidão que os indígenas eram obrigados a prestar para os finqueros como pagamento de “dívidas” pela alimentação e pela moradia (nas suas próprias terras), estabelecendo, a partir de então, o salário-mínimo, o limite de dez horas de jornada de trabalho, o pagamento de horas extras, a liberdade para transitar, a liberdade de comercialização nas fazendas, habitação, a assistência médica e a proibição do trabalho infantil (Ibdem).

Conseqüentemente, os finqueros se organizaram em armas para combater o carranzismo e formaram grupos de ataques e guerrilhas conhecidos como mapaches.

---

<sup>38</sup> O “caucho” é uma espécie de seringueira.



Em 1920 os mapaches fizeram um acordo de paz com o então presidente Obregón que tratou de implantar políticas para proteger os latifúndios, pouco alterando a estrutura agrária chiapaneca.

El chiapaneco fue uno de los espacios más difíciles de conquistar, ya que se caracterizó por una fuerte y decidida resistencia expresada en diferentes rebeliones que se han ido transformando con el tiempo de lucha territorial frente a los invasores extranjeros en contradicción de clases frente a los finqueros o acaparadores de tierras, beneficiarios de los acuerdos de desamortización de bienes comunales o de colonización que datan de las épocas de Benito Juárez y Porfirio Díaz. (CECEÑA; BARREDA, 1995, p. 61)

Em Chiapas, o processo revolucionário realizou a primeira reforma agrária, mas não acabou com a lógica dos *finqueros*, fortalecendo uma oligarquia local composta e/ou diretamente apoiada por políticos e militares (GUTIÉRREZ, 2017). Após a década de 40, a reforma agrária foi feita, fundamentalmente, em terras nacionais justamente com o intuito de povoar áreas de bosques pouco explorados. Este processo migratório ocorreu na região da Selva Lacandona, levando indígenas campesinos dos estados de Guerrero, Morelos, Michoacán, Veracruz, Chihuahua para as áreas pouco habitadas de Chiapas. Dentro do próprio Estado, milhares de indígenas choles, tzotziles e tzeltales foram para a região da Selva, para cultivar *maíz* e *frijol* (GONZÁLEZ ESPONDA, PÓLITO BARRIOS, 1995).

O quadro a seguir mostra que a redistribuição de terras aconteceu em números expressivos no governo Cárdenas, com as ponderações e críticas já mencionadas no subcapítulo anterior.

**Quadro 1 – Divisão de terras em Chiapas entre 1917 e 1940**

Reparto agrário em Chiapas: 1917-1940				
Años	Mandamientos		Hectáreas entregadas	Beneficiários
	Emitidos	ejecutados		
1917-1920	10	4	4 470	1 464
1920-1924	19	14	20 274	1 122
1925-1927	43	39	81 344	6 634
1928	-	-	-	-
1929-1932	126	113	171 889	14 000
1933-1936	104	61	66 087	6 131
1937-1940	226	146	186 06	23 587

Fonte: Gastón de Vilac

Se por um lado os conflitos foram amenizados em algumas regiões - visto que essa estratégia foi bem recebida pelos finqueros - em outros, os conflitos avançaram, pois, a população que migrou para a Selva teve que enfrentar os criadores de gado - os ganaderos privados - que invadiam cada vez mais as terras repartidas.

A partir de los años cincuenta, la tensión generada por el acaparamiento de las mejores tierras en manos de los finqueros y su progresiva conversión en pastizales fue resuelta abriendo la posibilidad de colonización de la selva. Importantes contingentes de indígenas sin tierras se trasladaron hacia las regiones conocidas como de las cañadas o de la selva lacandona. (CECEÑA; BARREDA, 1995, p. 68)

Entre os motivos desta distribuição desigual de terras, estão os certificados de “inafectibilidad agrícola y ganadera”, citado anteriormente, que protegeu as terras dos latifundiários e pecuaristas para barrar o acesso dos indígenas em suas terras ancestrais através da reforma agrária (GUTIÉRREZ, 2017). Este processo de invasão de terras legitimado pelo Estado transformou as terras indígenas em grandes regiões pastoris, com políticas de fracionamento das terras para proteger a “pequena propriedade” conforme previa o artigo 27, e outras “adaptações” da lei de terras.

As disputas pela terra em Chiapas seguiram acirradas e a década de 70 iniciou com três episódios que iriam refletir diretamente na construção do EZLN:

i) A titulação, por decreto do governo, de 614 mil hectares de terras para um pequeno grupo de sessenta e seis chefes de família lacandones, expulsando forçosamente famílias tzeltales, tzotziles e choles para outros núcleos populacionais.

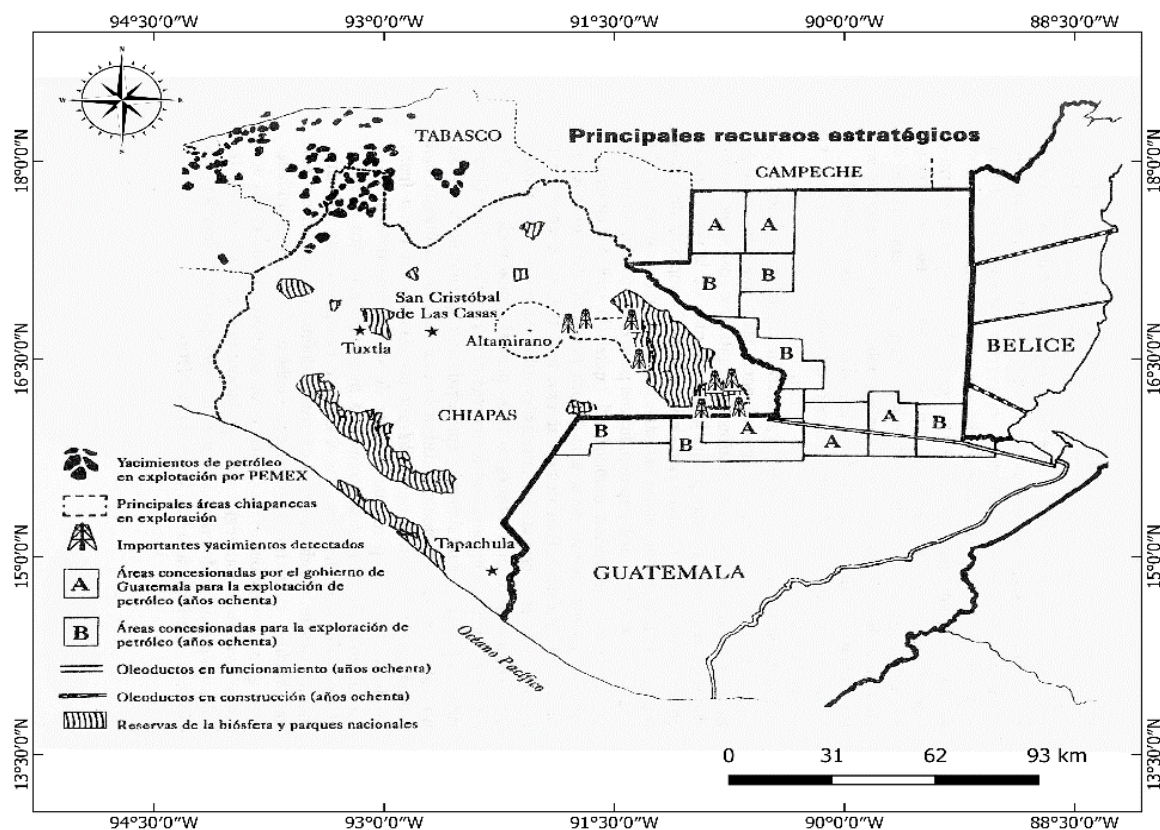
A finales de 1976 dentro de la superficie de la Comunidad Lacandona quedaban tres nuevos centros de población: Frontera Echeverría, con 600 jefes de familia choles; Velasco Suárez, con 900 jefes de familia tzeltales, y lacandones. Además, existían aproximadamente 2 mil jefes de familia tzeltales, dispersos en 33 grupos de población que no aceptamos la concentración, que nos negábamos a dejar nuestras tierras y también a permitir que se ejecutara el deslinde de la Comunidad Lacandona". De ese modo, lo que se pensó como una válvula de escape a los conflictos agrarios se convirtió en un polvorín, pues cuatro mil jefes de familias campesinas vivieron desde entonces bajo amenaza de desalojo. (GONZÁLEZ ESPONDA; PÓLITO BARRIOS, 1995, p.109)

ii) O processo de “modernização” da região com a construção de hidrelétricas sob o rio Grijalva, parte fundamental da matriz energética mexicana, inundando mais de 100 mil hectares de terras agricultáveis; a exploração e a extração do petróleo, principalmente nos municípios de Palenque, Ocosingo e na Selva Lacandona; a modernização do maquinário da agricultura e da pecuária, que aumentou substancialmente as disparidades sociais do setor em Chiapas. Esses fatos somam-

se ao processo migratório dos refugiados guatemaltecos que acabavam ocupando o posto de trabalho dos chiapanecos nas fazendas de café, mas sob condições trabalhistas precárias, ou quase inexistentes, e a consequente ida dos indígenas campesinos que, por não conseguir se manter em suas terras, migraram para os centros urbanos, sobretudo San Cristóbal de Casas.

Apesar de ser um dos estados mais pobres do México, Chiapas sempre cumpriu um papel estratégico na lógica de “modernização” do ponto de vista da exploração de recursos naturais, uma vez que detém matérias primas fundamentais para suprir a indústria nacional e internacional desde o final do século XIX (CECEÑA; BARREDA, 1995).

Figura 8 - Mapa dos recursos estratégicos de Chiapas.



Fonte: CECEÑA; BARREDA.

A região da Cuenca del (rio) Grijalva é onde se encontram as terras mais férteis para o plantio do maiz e do frijol (base da alimentação da população mexicana), e são

abundantes em água<sup>39</sup>; produtos como café, tabaco, cacau, laranja e banana estão em Soconusco e na costa de Tabasco; na região da Selva se encontra grande parte da criação pecuarista, ainda que este setor se estenda por quase toda Chiapas. As áreas protegidas (que sobraram), ou áreas mais preservadas com população indígena, sofrem o assédio de grandes empreendimentos de apelo turístico. Em consequência, uma vez que Chiapas estava inserido na lógica global do mercado internacional, as oscilações da balança comercial mexicana atingiam de formas distintas as oligarquias *finqueras* dos indígenas campesinos:

la crisis en los precios internacionales del café, principalmente en 1974 y 1990; la caída de los precios del algodón y su sustitución por la soya. La crisis de la economía mexicana desde principios de los años setenta impactó negativamente la producción de alimentos y ha sido necesario importar maíz y frijol, que constituye la dieta básica de los mexicanos. De 1965 en adelante, México se convirtió de exportador en importador de alimentos. (GONZÁLEZ ESPONDA; PÓLITO BARRIOS, 1995, p.110)

iii) E, o terceiro ponto fundamental que vai contextualizar o surgimento do EZLN, é a já mencionada fundação do CNI em San Cristóbal de Las Casas, reafirmando a organização indígena que atuou fortemente na década de 70 e 80.

Andrés Aubry, em *Chiapas a Contrapelo* (2005), atenta que Chiapas sempre foi vista, inclusive por intelectuais e acadêmicos, como um lugar esquecido, visto com Chiapas sempre foi visto, inclusive pelos acadêmicos antropólogos, como lugar esquecido, sem história, sem passado. Assim, denuncia que o conhecimento produzido sobre Chiapas é descolado da realidade.

En un lapso de pocos años, Chiapas pasó de tierra incógnita a “gigante dormido” por la irrupción de recursos (petróleo, presas faraónicas, tesoro biótico de la selva ahora accesible) y, en respuesta a ello, de acontecimientos insospechados (Congreso Indígena de 1974, ocupación militar desde 1977, refugio para los guatemaltecos desde 1982, la década perdida y el surgimiento de un hormiguero de movimientos campesinos en los 80, el aniversario de los 500 años en 1992, el zapatismo a partir 1994). De dulce o exótico paraíso de comunidades folk, Chiapas se ha convertido en una caja de resonancia de los problemas del país, que los sucesivos gobiernos no percibieron o que habían logrado ocultar. (Aubry, 2005, p 17).

---

<sup>39</sup> É nesse ponto que temos os conflitos territoriais através das hidrelétricas e da extração e comercialização de água em que é presente até os atuais, com destaque com as disputas judiciais e conflitos por terra contra a empresa Bonafont.

Son indígenas rebeldes. Rompen así con el esquema tradicional que, primero de Europa y después de todos aquellos que visten el color del dinero, les fue impuesto para mirar y ser mirados. Así que no les acomodan ni la imagen "diabólica" de los sacrificadores de humanos para mal contentar a los dioses, ni la del indígena menesteroso con la mano tendida esperando la limosna o la caridad de quien todo tiene, ni del buen salvaje que es pervertido por la modernidad, ni la del infante que divierte a los mayores con sus balbuceos, ni la del sumiso peón de todas las haciendas que hieren la historia de México, ni la del hábil artesano cuyo producto adornará las paredes de quien lo desprecia, ni la del ignorante que no debe opinar sobre lo que está más allá del reducido horizonte de su geografía, ni la del temeroso de dioses celestiales o terrenos. Porque has de saber, azul reposo, que estos indígenas enojan hasta a quienes simpatizan con su causa. Y es que no obedecen. Cuando se espera que hablen, callan. Cuando se espera silencio, hablan. Cuando se espera que dirijan, se ponen atrás. Cuando se espera que sigan atrás, agarran para otro lado. Cuando se espera que sólo hablen ellos, se arrancan hablando de otras cosas.

**Cuando se espera que se conformen con su geografía,  
caminan el mundo y sus luchas.**

La Treceava Estela, julho de 2003.

### **CAPÍTULO 3 – EZLN E AS SUAS GEO-GRAFIAS**

A década de 80 vai iniciar com o mais um avanço do neoliberalismo no “norte” do mundo, com Margareth Thatcher e Ronald Reagan encabeçando e oficializando a política de livre comércio globalizado, reafirmando o papel subalterno dos países do sul na divisão territorial do trabalho. Uma das frentes de imposição da doutrina foi acabar com qualquer política protecionista ainda vigente. Como vimos no capítulo anterior, o governo mexicano já vinha adotando estas práticas, mas houve um avanço significativo através do corte de verbas e de financiamento para pequenos produtores e a privatização de grandes estatais, tudo em nome da “leal” concorrência e da desregulamentação do mercado.

Se desmantela todo el sistema burocrático de fomento, subsidio y regulación, que gravitaba sobre el “sufrido” campo mexicano (...) paraestatales como Inmecafé, Tabamex, Proquivemex, Profortara, Cordemex y la mayor parte de los ingenios azucareros, que con su intervención normativa, agroindustrial y comercial, regulaban el mercado de importantes productos agrícolas, son desbaratados; los precios de garantía de los cultivos básicos desaparecen y con ellos gran parte del sistema de acopio, almacenamiento y redistribución al que daban sentido. (BARTRA, 2003, p. 240)

As manifestações indígenas e camponesas de diversas organizações<sup>40</sup>, nas mais diversas escalas, foram massivas entre 1980 e 1985, assim como foram

---

<sup>40</sup> Para saber mais sobre as diferentes organizações camponesas no estado de Chiapas durante a década de 80 e início de 90, sugere-se a leitura do artigo “Notas para comprender el origen de la

marcadas por um governo estatal em Chiapas, de Absalón Castellanos, e federal, de Miguel de La Madrid (respectivamente, de 1982-1988 e ambos priistas) que ficaram conhecidos pelas práticas profundamente anticampesinas (GONZÁLEZ ESPONDA; PÓLITO BARRIOS, 1995).

Se asegura que durante el sexenio del general Absalón Castellanos se cometieron en Chiapas 153 asesinatos políticos, 692 encarcelamientos y 503 secuestros y torturas. Esta violencia se dio paralelamente a los intentos oficiales por suspender el reparto agrario e iniciar la etapa productivista de la reforma agraria. (GONZÁLEZ ESPONDA; PÓLITO BARRIOS, 1995, p.120)

Nesse contexto, Gutiérrez (2017) nos aponta o modus operandi de repressão do Estado que aparece com muita força na década de 80, devido ao aumento das manifestações e crescimento das organizações indígenas e campesinas, e que, posteriormente, extrapola com os ataques ao EZLN após o aparecimento público em 1994, se instituindo como as forças paramilitares. Ou seja, formas de ação organizadas e apoiadas pelo Estado, em conluio com outros setores ligados aos fazendeiros contra as e os indígenas. Gutiérrez (2017) divide em três estratégias:

**La primera**, la represión, asesinato, desaparición, tortura y encarcelamiento, donde los terratenientes podían contratar guardias blancas, quienes se encargaban de asesinar a los campesinos que formaban parte de las filas de reclamación de tierra. El gobierno enviaba al ejército quien incursionaba a las comunidades con el pretexto de pretender resolver los “problemas comunitarios por tierra”. **La segunda**, promover iniciativas de organización que estuvieran sometidas a los designios del Estado a través de instituciones y/o formando consejos, confederaciones, asociaciones, todas afiliadas a los partidos políticos. **La tercera**, asistir mediante migajas a las bases sociales, siendo el mecanismo más eficaz para cooptar a varias organizaciones independientes; iniciativas de financiamiento marginal a través de programas de subsidios que tienden a generar políticas de asimilación y control, propiciando la dependencia institucional a través de programas públicos asistenciales. (GUTIÉRREZ, 2017, p. 7, grifo meu)

E é nesta geografia que, influenciado pelo movimento de 1968 e pela fundação do CNI em 1974 (mencionada no capítulo 2), um pequeno núcleo militante de esquerda adentra a Sierra Lacandona para fundar, em 17 de novembro de 1983, o Exército Zapatista de Libertação Nacional.

### 3.1 A clandestinidade como uma etapa da territorialização da memória

A entrada de seis militantes de esquerda, não indígenas e de origem urbana, na região da Selva Lacandona, tem como a intenção de formação de uma célula-partidária da Frente de Libertação Nacional na região, nos moldes marxistas-leninistas-maoístas, buscando alcançar setores indígenas organizados em Chipas, assim como os milhares de imigrantes guatemaltecos.

Y entonces dicen «ahí está la Selva Lacandona, hay lugares donde no llega el gobierno, no llegan las guardias blancas, no llegan los finqueros, no llegan carreteras; tampoco llegan los indígenas porque son zonas muy apartadas, ¡no llega ni Dios! Ahí se puede hacer, si es que quieren hacerlo, pero es una zona muy difícil. Ni nosotros vivimos ahí», decían ellos. (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 1997, p. 54)<sup>41</sup>

17 de novembro de 1983 é a data que oficializa a fundação do EZLN. O registro no calendário é parte de um processo de construção de territorialidades originadas da memória insurgente indígena que, em momentos históricos, foram representadas por Hidalgo, por Emiliano Zapata, por Villa, pelo Massacre de Tlatelolco, resistindo a um processo histórico de desterritorialização dos povos indígenas desde 1492, em suas diferentes metodologias e conjunturas, mas sempre sob o teto do colonialismo, alavancado a partir da espoliação capitalista nestes espaços e tempos. Do nascimento ao aparecimento público em 1 de janeiro de 1994, transcorreu o período de dez anos conhecido como período de clandestinidade<sup>42</sup>, que talvez seja o período mais fundamental, pois foi nele que se construiu os princípios éticos e políticos do EZLN, a partir de uma geografia marcada na ancestralidade dos territórios.

Assim, em um primeiro momento, a clandestinidade passou a ser a adaptação ao ambiente da selva, ao “*mover en la selva, a comer de la selva, a vivir de la selva*” SCI Marcos (2013).

Se necesitaba gente muy decidida, muy preparada o muy determinada para poder instalarse en esa zona. Entonces es cuando ese grupo decide instalarse en la Selva Lacandona. Entra y funda el Ejército Zapatista de Liberación Nacional, en noviembre de 1983, en un

---

<sup>41</sup> A partir daqui vamos nos referir a Subcomandante Insurgente com a sigla SCI.

<sup>42</sup> Todavia, do ponto de vista de registro de pesquisa, de material e memória pública, por óbvio, devido ao próprio desenvolvimento e acesso às tecnologias na época, menos ainda encontra-se testemunhos de imagens, fotos, etc, limitando-se na literatura, encontrando-se em alguns relatos, a maioria sintetizados pela Comandância do EZLN, sobretudo pela voz do Subcomandante Insurgente Marcos, de algumas pessoas que estão no EZLN desde seu início e algumas outras leituras fundamentais que trazem, sobretudo, estes relatos.

campamento que paradójicamente se llamaba La Pesadilla. (SCI MARCOS, 1997, p. 54)

Segundo SCI Marcos (1997), porta-voz do EZLN, este período tem como elemento formador três grandes componentes principais: o primeiro um grupo político-militar minoritário, com formação político ideológica nas bases marxistas-leninistas dos movimentos de libertação nacional que estavam eclodindo na América Latina, de identidade militar/guerrilheira e verticalizada. Marcos caracteriza este período de início do EZLN da seguinte maneira:

En sus inicios, esa organización clandestina estaba muy próxima a lo urbano. Es una organización compuesta por gente mayoritariamente de clase media, casi no hay obreros, pocos campesinos y ningún indígena. La mayoría de los miembros de esa organización eran de clase media, profesores universitarios, profesionales, ingenieros, médicos, y era un grupo muy, muy pequeño: estoy hablando de una decena, tal vez dos decenas de personas. Para ellos, era necesario enfrentar, por medio de una guerra popular, al poder, derrotarlo e instaurar un gobierno hacia el socialismo y hacia la implantación de la dictadura del proletariado y del comunismo. (SCI MARCOS, 1997, p. 45)

O segundo componente é formado por um grupo de indígenas “politizados e experientes”, que vinham com uma bagagem de militância das formações do CNI e de outras organizações também campesinas, mas originariamente indígenas, destacadas por uma cultura de consciência política nacional (SCI MARCOS, 1997). O terceiro componente foram os indígenas que já vinham dos *pueblos* da região da Selva Lacandona, que tinham pouco contato com os espaços urbanos, mas que possuíam consciência da existência em sua história e em sua territorialidade. SCI Marcos, em entrevista para o documentário *El Fuego y La Palabra*, relata

Bueno, en 1984 éramos seis, en 1986 ya habíamos crecido, éramos 12. Ya podíamos conquistar el mundo, decíamos nosotros, vayamos comer el mundo como se fuera una manzana, éramos 12, de los seis primeros tres eran mestizos y tres eran indígenas, de los 12 de 86 uno era mestizo y los 11 eran indígenas, ya no más quedaba yo de mestizo, y luego ya subieron otros dos.

Los compañeros del primer grupo era gente con mucho nivel político, el primer grupo indígena, no de mestizos. Era gente con mucho nivel político, gente muy experimentada en movimiento de masas, todas las broncas de los partidos políticos los conocían porque habían estado en todos, en todos los partidos políticos de izquierda. Habían conocido un buen número de las cárceles del país y del estado, torturas y todo eso, pero reclamaban también lo que ellos llamaban la palabra política, la historia de este país, la historia de la lucha. (SCI MARCOS, 2003, DOCUMENTÁRIO EL FUEGO Y LA PALABRA)<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Transcrição livre minha do trecho do documentário 20 y 10, el Fuego y La Palabra.



Os passos seguintes encaminham para uma etapa que vai marcar a aproximação organizativa e programática entre o primeiro grupo que adentrou na Selva Lacandona e a comunidade indígena da região. Assim, a territorialização e a construção do EZLN se darão, processualmente, pela desconstrução ideológica deste primeiro grupo, notadamente vanguardista, urbano e verticalizado até se conformar como uma organização de indígenas a partir de sua(s) própria(s) cosmovisão(ões) (SILVEIRA, 2016), caracterizado sob e sobre a égide da autonomia e da pluralidade étnica. Esta unidade se origina, pragmaticamente, da necessidade dos povos indígenas em se (re)organizar para combater as políticas neoliberais que estavam desenhadas no governo do presidente Miguel de La Madrid (PRI) que ampliava a política de expansão de capital estrangeiro para região e pela desvalorização dos produtos agrícolas da região devido à “nova” política de mercado. Comandante Abraham (2003), que estava neste momento de formação do EZLN relata com muito orgulho:

Quando llega a nuestros pueblos el Ejército Zapatista, allá por 1984, 1985, nosotros de por sí ya habíamos probado otras luchas pacíficas. La gente ya estaba protestando contra el gobierno. En ese tiempo, cuando llega la organización clandestina, se nos habló de una lucha revolucionaria. Nosotros de por sí fuimos de los primeros. (...) El compañero insurgente llegó con un folleto que tenía una explicación política de la situación nacional, como es la explotación y todo eso. Nosotros de por sí entendimos más o menos rápido, porque de por sí ya está la idea de otros movimientos en los que hemos participado, pero no en el sentido revolucionario, sino en luchas donde se llega a negociar con el gobierno por la tierra, por el café, por la brecha lacandona ahí en Los Montes Azules.

Como de por sí existan esas represiones de las que nos hablaban los compañeros, cuando llega el mensaje del EZLN pues rápido nos alegramos, y nos pusimos contentos de que hay otra lucha que va a defender la seguridad de los campesinos y de los pobres. Éramos un pueblo, éramos jóvenes, y poco a poco fuimos dando a otros compañeros el mensaje. Les decimos la explicación pero que no le digan a nadie. Si es un joven pues que no le diga a su papá ni a su mamá ni a su hermanito, solo a él. (COMANDANTE ABRAHAM, 2003, p. 45)

Este contexto propicia a ideia inicial de formação de um exército, mas não nos moldes vanguardistas que primavam naquele primeiro grupo, e sim pela lógica de organização indígena e comunitária que estavam inscritas na defesa dos territórios indígenas desde a Revolução Mexicana de Zapata. Assim, marcou um período de forte formação coletiva de autodefesa nos *pueblos* tendo como eixo organizativo o EZLN.

Es un interés muy práctico, muy inmediato, de sobrevivencia, el que permite ese primer contacto entre las comunidades indígenas y el grupo político-militar, de cuyo choque va a surgir lo que ahora se conoce como el zapatismo, no el de ahora, porque ése ya tiene otros ingredientes, sino el que va a surgir en enero del 94.

Entonces, por alguna razón, esa organización, ese grupo militar, entra en contacto con esa élite indígena, esa élite política, y coinciden en que es necesaria la lucha armada y que es necesario preparar un ejército, y se plantea la idea de un ejército y no de un grupo guerrillero, de hacer un ejército regular.

Nosotros les dábamos entrenamiento e instrucción militar a cambio de que nos ayudaran a transportar los alimentos o que nos vendieran maíz, frijol, arroz, azúcar, pilas, cosas que necesitábamos. Nosotros les dábamos dinero y ellos compraban las cosas para nosotros. Se da una especie de relación de intercambio en la que también empieza a haber un intercambio político y cultural. (SCI MARCOS, 1997, p. 61)

O desafio colocado para este início de organização mais ampla não estava restrito à formação de um exército armado para combater as políticas neoliberais e as forças internas, mas sim o desafio interno de se reinventar enquanto concepção de movimento social.

Y en esa segunda etapa es cuando se da un primer choque entre dos concepciones, la concepción militar y una organización político militar y antidemocrática. Hay un mando, se da la orden y los demás cumplen. Ese choque se da con la estructura que ya funcionaba en las comunidades desde antes de los españoles, que es la toma de decisiones o vía democrática en colectivo, y las autoridades colectivas. (SCI MARCOS, 2013, p.55)

A geo-grafia zapatista rompe a linha divisória das montanhas da Selva Lacandona e ganha caráter de movimento amplificado, “se borra la línea entre la fuerza armada y la fuerza civil, se borra todo, es decir, se entremezcla todo” (SCI MARCOS, 2013). A construção da relação comunitária entre estes diferentes sujeitos vai formar a base de construção orgânica ética-política, a partir da reprodução da existência do EZLN nas casas, nas famílias e nos povoados.

De pronto, la revolución se transforma en algo esencialmente moral. Ético. Más que el reparto de la riqueza o la expropiación de los medios de producción, la revolución comienza a ser la posibilidad de que el ser humano tenga un espacio de dignidad. La dignidad empieza a ser una palabra muy fuerte. (SCI MARCOS, 1997, p. 61)

A partir disso, o movimento que ocorria para a preparação do exército em si dependeria de treinamento militar, formação, uso de armas e, fundamentalmente, confiança entre diferentes povoados. Neste momento, o EZLN deixa definitivamente de ser um grupo não-indígena e é incorporado por diferentes povos de diferentes lugares de territorialidades maia: indígenas tzeltales, tzotziles, choles, tojolabales. Dentre os relatos de como se locomoviam e de como se organizavam as formações e

as reuniões durante estes dez anos que antecederam o levante de 1994, RAUL (2003), que na época era representante regional do EZLN, relata:

En ese tiempo la seguridad que teníamos era la noche. Íbamos a las reuniones a las diez y regresaba uno a las doce o una de la mañana, para que nadie nos escuchara llegar a casa. Luego me invitaron a otro lugar que ellos conocen, donde se reunían con los insurgentes, y ahí encontré a un capitán y a un teniente, llegaban vestidos de Pemex, o sea como petroleras o como maestros.

Después, ya que entendimos de qué se trataba, fuimos reclutando nosotros mismos a nuestro pueblo, poco a poco, hasta que todo el pueblo ya era reclutado y la tarea se hacía más fácil. Mientras unos se iban a la montaña, en los pueblos nos íbamos preparando también los milicianos, primero una escuadra, luego un pelotón.

Llegó el momento en que en cada pueblo había cinco o seis pelotones de milicianos que recibían entrenamiento y todo.

Es así! como se fue desarrollando nuestra organización. Entonces había que buscar responsable local y luego responsable regional, porque ya son muchos los pueblos. (RAUL, 2003, p. 34)

Ainda que no início do processo a relação se construiu a partir da formação de grupos de autodefesa, com o tempo essas estruturas passaram a ser incorporadas por esse tecido social e a ser retroalimentadas por sua dinâmica na tomada das decisões. Por exemplo: os *pueblos* nomeiam representantes e responsáveis locais; em outra escala, são nomeados responsáveis regionais; então, as comunidades nomeiam responsáveis locais e regionais que transmitem as discussões e propostas entre o exército zapatista e as comunidades, ao mesmo tempo em que as filas dos milicianos e insurgentes aumentam de maneira constante, operando-se uma fusão, uma apropriação da organização político-militar por parte das comunidades. Comandante Abraham segue:

Cuando llegábamos al campamento, cuando jugábamos a la visita, hacíamos ejercicios y entrenamientos. Los compañeros nos daban pláticas de cómo usar las armas, de como se llama un arma y que potencia tiene. Y así se va desarrollando el trabajo y cada vez somos más grandes. De unos pueblos se pasa a otros pueblos y de unas regiones se pasa a otras regiones.

Ya cuando se formaron las regiones se empezó a hacer trabajo ahí, se hizo por ejemplo una clínica, un hospital, que se le llamaba "Posh". Ahí conocí a varios compañeros, y es cuando nos dimos cuenta de que la organización ya es grande, que ya se avanzó un chingo. En ese tiempo ya se está acercando el tiempo de 1994 y es cuando se empezó a preguntar a los pueblos como se sienten, si se sienten buenos para chingar al gobierno. El pueblo ya está harto y dice que ahora es su momento. Se empezaron a sacar las decisiones, se empiezan a hacer unas asambleas, las firman los pueblos y los compas, y entonces es ya a la guerra. (COMANDANTE ABRAHAM, 2003, p. 35)

Este movimento de clandestinidade de caráter mais bélico do EZLN se territorializa junto com o avanço das políticas econômicas nacionais que iam para além da exploração cotidiana que a região sofria. E, neste sentido, o aspecto histórico e de memória da formação do território mexicano coloca um elemento fundamental: o fato de que o movimento indígena-camponês e a formação da matriz agrária mexicana se constroem a partir dos diversos grupos étnicos indígenas e sobre os *ejidos*<sup>44</sup>. Esta base histórica também mostrava o avanço de mais uma política de desmantelamento dos territórios indígenas e que não se limitava ao campo econômico, mas também no plano simbólico e cultural, que se configurou de forma silenciosa, legitimada e estimulada pelo Estado naquela região, formando territorialidades de dominação (GUTIÉRREZ, 2017) a partir de uma lógica de desenvolvimento colonial.

### 3.1.1 O CCRI-CG e o exército de 1300 combatentes

“Como algo tão antidemocrático como um exército pode ter este suporte tão democrático?  
Quando ele se torna massivo e indestrutível”  
SCI Marcos

O crescimento do contingente zapatista necessitou de formas de organização mais complexas, ainda que não totalmente inéditas. O desenvolvimento de um exército demandava a criação de instâncias organizativas que poderiam dar conta da situação de guerra que estava implantada e que aumentava cada vez mais - o que abre um questionamento sobre a contradição entre a construção da autonomia e a hierarquia militar, e este é um dos pontos que faz com que o EZLN seja tão instigante.

Entre 1988 e 1989 o EZLN passou de 80 para 1300 combatentes (SCI Marcos, 1997) devido à expansão do movimento para região dos Altos e da Selva Fronteriza, ao que se somou a repressão aos movimentos indígenas pelo exército e a crise econômica que atingiu o aumento do preço do café, um setor fundamental para a economia da região e que vinha sendo sucateado. Esse cenário traz a necessidade de uma organização territorial muito mais complexa, que vai dar continuidade ao processo de organização do EZLN como um movimento social de raízes territoriais e pluriétnico. Em entrevista para o La Jornada em 1994, o Comandante Javier, esclarece um pouco sobre este momento

---

<sup>44</sup> Formas de “propriedade” comunitária legitimadas pela Constituição de 1917, como visto no capítulo anterior.

Así, decidimos que no hay otro camino más que organizar y decidir levantar así en luchas armadas. Si empezamos a organizarnos así, clandestinamente, en una organización revolucionaria. Pero cuando se va avanzando pues cada pueblo ha elegido a sus representantes, a sus dirigentes. Pero así tomando la decisión, los mismos pueblos propusieron pues quién va a dirigir esas organizaciones. Los mismos pueblos nos han nombrado. Así, primero, se ha nombrado responsable de cada pueblo. Pues así avanzando de pueblo en pueblo, hubo tiempo, pues, de nombrar delegados. (COMANDANTE JAVIER, 1994, n.p.)

Assim, formam seus comitês, em uma espécie de “governo paralelo” - que mais tarde será firmado como “autogoverno” -, e se organizam de acordo com as suas comunidades a partir de decisões coletivas deliberadas em assembleias. A necessidade de se pensar estas diferentes territorialidades por diversos povoados indígenas a partir do eixo do EZLN configurou o surgimento de sua maior instância organizativa: o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - Comandância Geral (CCRI-CG). Comandante Javier segue sua explicação, sinteticamente, o significado do CCRI:

¿Por qué Comité Clandestino Revolucionario Indígena? Pues Comité porque estamos en colectivos, así, colectivamente. Clandestinos porque sabemos que no nos conviene en el gobierno, si se levanta así en luchas armadas sabes que no se conviene. Por eso venimos organizando así clandestinamente. Revolucionarios, porque estamos conscientes y ya no nos deja otro camino más que así alzar con las armas, para luchar, para ver si así nos conviene y dan una respuesta a nuestras necesidades. Revolucionario porque queremos un cambio, ya no nos queremos seguir así en la misma situación de tantos clase de injusticias, por eso ya queremos que haya una sociedad con otra vida nueva, por eso queremos luchar que haya una revolución. (COMANDANTE JAVIER, 1994, n.p.)

O CCRI-CG é a instância política-militar conformada pelas autoridades indígenas de cada zona<sup>45</sup>, representados por um comandante ou comandanta, designados pelas comunidades indígenas, de todas as etnias, com tempo de gestão determinado pela comunidade que representa.

Cómo va a estar uno ahí, ocupando un espacio en el que no hacemos nada... Lo que dijo el pueblo es lo que tratarnos de cumplir. **Se hace el plan de lo que quiere el pueblo. (...)** Así es que, si algún miembro del CCRI si no cumple con su trabajo, si no respeta a la gente, pues compita, pues ahí no te conviene estar. Entonces pues discúlpanos, pero tenemos que poner otro en tu lugar. Que el pueblo diga, pues. Así está constituido el comité, de una manera democrática. (COMANDANTE ISAAC, 1994, n.p., grifo meu)

---

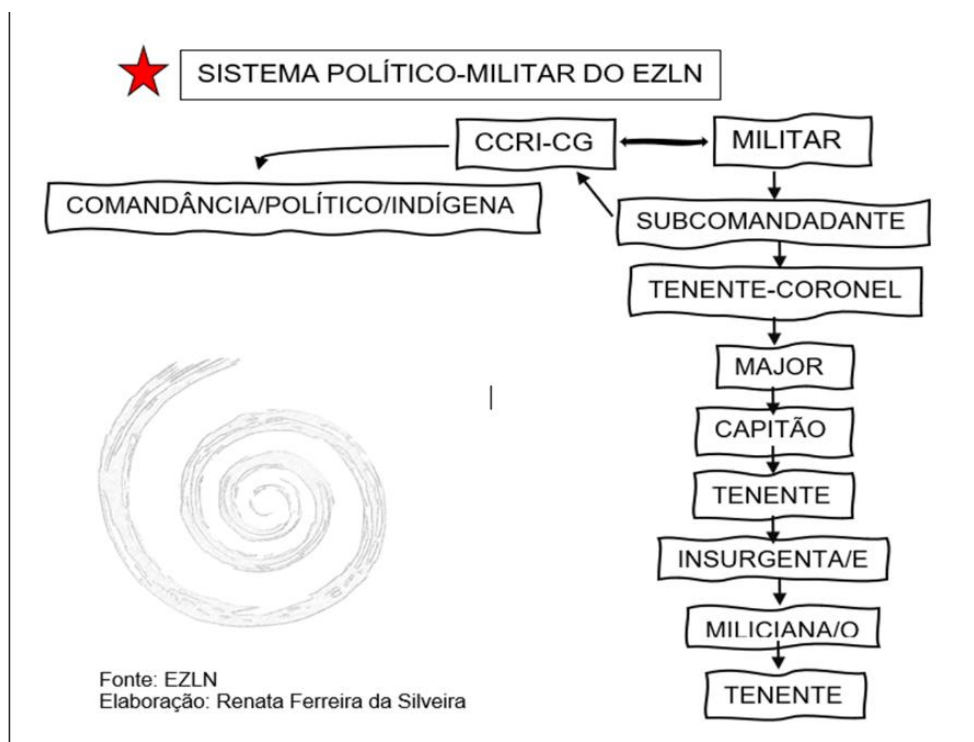
<sup>45</sup> Sobre a estrutura organizacional do EZLN veremos mais a frente, com a composição das novas estruturas do governo autônomo.

A quantidade de integrantes na comandância varia de acordo com a conjuntura enfrentada, e para o período da clandestinidade não se tinha essa informação pública. Comandante Isaac comenta sobre o processo de realização das assembleias:

Se hacen en cada región, en cada zona entonces ahí se le pide la opinión de la gente. Entonces esa opinión se recoge, de diferentes comunidades. Bueno, dónde pues hay zapatistas. Y zapatistas como hay en todos os lados del estado de Chiapas. Se les pide su opinión para que diga lo que quiere, si ya empezamos la guerra o no. (COMANDANTE ISAAC, 1994, n.p.)

A parte militar no EZLN, que é um exército, tinha sob seu comando o Subcomandante Insurgente Marcos, que também era uma espécie de “representante militar” dentro do CCRI-CG. E aí uma informação importante: o CCRI-CG é formado somente por indígenas e, Marcos, por ser mestiço, não poderia ocupar uma função de comandância. O Subcomandante é o responsável por toda a parte militar e está submetido à comandância, portanto abaixo na hierarquia militar e sob o comando político do CCRI-CG. SCI Marcos também tinha a função de principal porta-voz do EZLN após 1994, devido a, como explica o Comandante Javier, ter “la facilidad del castilla”. “Nosotros todavía fallan un chingo. Por eso necesitamos que haga muchas cositas para nosotros.

**Quadro 2 – Sistema político-militar do CCRI-CG do EZLN**



Neste papel, o SCI Marcos conta o que significa o sentido de “exército militar” para o EZLN e o que o diferencia de outros movimentos guerrilheiros

Nosotros nos hicimos dentro de un ejército, el Zapatista de Liberación Nacional. La estructura es militar. El subcomandante Marcos es el jefe militar de un ejército. En todo caso nuestro ejército es un ejército muy otro porque lo que se está proponiendo es dejar de ser ejército. El militar es una persona absurda que tiene que recurrir a las armas para poder convencer al otro de que su razón es la razón que debe proceder, y en ese sentido el movimiento no tiene futuro si su futuro es el militar. Si el EZLN se perpetúa como una estructura armada militar, va al fracaso. El fracaso como una opción de ideas, de posición frente al mundo. (SCI MARCOS, 2001, n.p.)

Esta estrutura de exército, mesmo frágil (do ponto de vista de tecnologia e acesso às armas), foi a única forma de se contrapor ao exército federal/institucional e também defender as terras e comunidades das ações paramilitares. Não era um grupo guerrilheiro “clássico”, fato que colaborou para dificultar os serviços de inteligência mexicana, pois tinham um outro *modus operandi*, assim não utilizavam de expropriações, sequestros ou saques (Ibdem). Sobre as relações e influências com movimentos guerrilheiros durante o período de clandestinidade (e mesmo depois), o Subcomandante relata:

El campo socialista siempre operó en sus relaciones con México, con una indefinición, una vaguedad que le servía al Estado mexicano para sostener su política exterior. Todas las organizaciones armadas de Centro y Sudamérica con las que entramos en contacto antes del 94 nos respondieron con el mismo argumento central: la revolución era posible en cualquier parte del mundo, menos en México. El trabajo de México era ser solidario con el resto de los movimientos de liberación del mundo y no hacer nada en nuestro país. Esto va a significar, perdón si me disgrego, que ninguna organización se solidarice con el zapatismo, con el zapatismo armado, ni en cuanto al armamento, ni al entrenamiento, ni al financiamiento. El proyecto no sólo era una locura, sino que iba en contra de toda la línea política de esas organizaciones: apoyar a un movimiento armado en México era destruir su retaguardia estratégica. Por eso ningún movimiento nos ayudó; no sólo no nos ayudaron, sino que recibimos, además, severas críticas. (SCI MARCOS, 1997, p. 53)

Este fato também fez com que o EZLN mantivesse autonomia financeira, visto que não recebia financiamento e nem orientações de linha política/ideológica de organizações ou movimentos guerrilheiros do exterior. E esse é mais um fator importante que vai se firmar na autonomia zapatista, um sistema de organização financeira a partir dos próprios povoados.

E esse caráter histórico, massivo e autônomo irá enfrentar, na década de 90, a queda de uma série de pautas políticas e conquistas sociais que haviam sido

construídas por setores progressistas de esquerda e movimentos sociais (indígenas e não-indígenas) na América Latina, e que perdiam espaço para as demandas especificamente econômicas das agendas políticas neoliberais. Cotler (1996), ao analisar o cenário latino-americano em uma perspectiva social, alertou:

Los procesos inflacionarios, los conflictos políticos de carácter distributivos, los diferentes intentos para controlarlos, las conflictivas alternancias políticas y los cambios y las configuraciones económicas, ideológicas y políticas, de carácter internacional, han tenido una incuestionable y trágica incidencia en la región [América Latina]. Estos fenómenos han producido fuertes presiones a las que unos más, otros menos, todos los países se encuentran en la obligación de encarrillarse a fin de adecuarse a la modernidad que simboliza las reglamentaciones internacionales contenidas en el Consenso de Washington y las concepciones sustentadas por la ideología del Fin de la Historia. (COTLER, 1996, p. 14)

Estes processos por parte do Estado, como o crescimento da especulação por parte das grandes multinacionais mineradoras e do agronegócio, dos grandes terratenientes y finqueros, fez com que o então presidente do México, Carlos Salinas de Gortari (presidente de 1 de dezembro de 1988 até 30 de novembro de 1994 pelo PRI), propusesse uma reforma constitucional.

Muitos dos avanços constitucionais vieram acompanhados de outras medidas políticas ou econômicas que significam um processo de retrocesso e deterioração das condições de vida das populações indígenas. O México é bom exemplo dessas contradições. Em 1992, o Estado mexicano reformulou sua Constituição, o que teoricamente fez com que admitisse a ‘composição pluricultural’ de sua sociedade nacional, permitindo que os povos indígenas conservassem ‘suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. (ALCKMIN, 2015 p. 59)

Essa reforma, novamente promoveria a alteração do artigo 27 da constituição - justamente o que sustentava a existência dos *ejidos* e que havia sido um dos pilares da Revolução Mexicana. Entre as alterações, de acordo com Fuentes (2019) a substituição das categorias “território” por “terra” e “pueblos indígenas” por “grupos indígenas”, colocando em xeque adesão do México à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>46</sup>

Frente a un México que se globalizaba, era necesario fomentar la competencia mediante la privatización de las tierras y la modernización del campo (con el apoyo de la iniciativa y la inversión

---

<sup>46</sup> O artigo primeiro da Convenção 169, diz: “aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial.” (OIT, 1989).



privada y extranjera), para la extracción de los recursos la entrada de las empresas transnacionales, en otras palabras, el gobierno daba un reconocimiento con una mano y con la otra, se los quitaba (FUENTES, 2019, p.154)

A reforma proposta seguiu as normas das políticas neoliberais que estavam sendo implementadas na América Latina, tirando do Estado a responsabilidade como instituição que representa a coisa pública e gestor do território nacional, transformando-o em agente na apropriação funcional dos territórios indígenas e legalizando a alteração por completo da estrutura agrária mexicana, permitindo a venda destas terras comunais para o grande capital internacional. Os avanços dos blocos econômicos no mundo e a inserção do México no Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e Canadá (NAFTA) potencializou este processo e acabou se transformando no estopim.

El caso es que así estábamos, es decir, todavía aprendiendo (porque, creo, nunca se acaba de aprender), cuando el ahora "neo aparecido", Carlos Salinas de Gortari (entonces presidente de México gracias a un fraude electoral descomunal), tuvo la "brillante" idea de hacer las reformas que acababan con el derecho de los campesinos a la tierra. (SCI MARCOS, 2003, p. 5)

Num cenário em que as condições econômicas e sociais das comunidades indígenas se viam cada vez mais instáveis, o aumento do preço do café devido à crise (muitos indígenas dependiam da venda do café), assim como a relação cada vez mais hostil com o Estado, fez que o recém formado CCRI - CG levasse o processo de consulta e votação para todos os povoados zapatistas sobre quais rumos o movimento iria tomar. A consulta aconteceu nos últimos meses de 1992 entre centenas de comunidades das etnias tzotzil, chol, tojolabal e tzeltal.

Fue un voto directo e individual, pero público [...] todos en el poblado tenía que hacer un relato de los debates en torno de la votación. [...]. Los zapatistas que votaron contra la guerra decían que la represión tendría desencadenado contra los poblados, que tendrían comunidades rompidas, que se había necesario aguardar. Tenían argumentos válidos. Pero, la enorme mayoría se pronuncia favorablemente para que se inicie la guerra y las comunidades dan a lo EZLN la orden oficial de combatir con ellas. (SCI MARCOS, 1997, p. 28)

O resultado desta votação mudaria o percurso do entendimento da luta social na América Latina e no mundo, visto que as comunidades, por ampla maioria, optaram pelo levante armado.

### 3.2 YA BASTA!

*“... la madrugada del primero de enero de 1994, nos alzamos en armas por democracia, libertad y justicia para todos los mexicanos. En una acción simultánea, tomamos 7 cabeceras municipales del suroriental estado mexicano de Chiapas y le declaramos la guerra al gobierno federal, a su ejército y policías. Desde entonces el mundo nos conoce por “Ejército Zapatista de Liberación Nacional”.  
Subcomandante Insurgente Marcos*



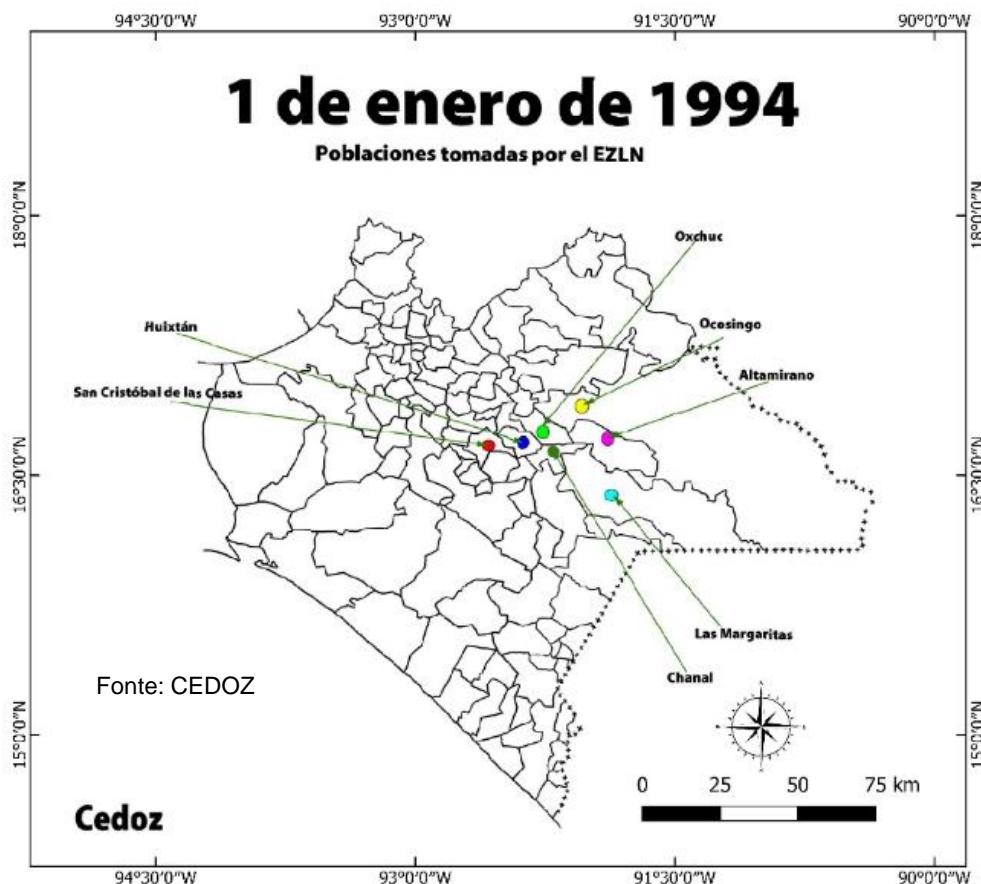
Figura 9 - Foto de zapatistas em direção à tomada das cabeceiras

Ainda que o EZLN tenha sido oficialmente fundado em 1983, foi em 1994 que as e os zapatistas saem a público e, não por coincidência, no dia em que o Estado do México comemorava sua entrada oficial no NAFTA. Esta trajetória da memória, da fundação à aparição e a resistência até os dias atuais, é o que vai traçar o caminho da autonomia zapatista que perpassa, fundamentalmente, pela relação da reconquista e da manutenção com a terra/território, autogoverno, autonomia e as diferentes territorialidades construídas nestas relações.

E é então em 1º de janeiro de 1994 que acontece a aparição pública, se tornando uma das imagens/fatos mais marcantes para qualquer retrospectiva que remeta à política e aos movimentos sociais contemporâneos: milhares de indígenas, mulheres e homens, jovens, idosos e crianças, marchando armados e com os rostos encapuzados. Do interior da selva, a marcha seguiu em direção às cidades de San Cristobal de las Casas, Altamirano, Huixtla, Ocosingo, Las Margaritas, Oxchuc e

Chanal, todas no estado de Chiapas, onde as sedes das *cabeceras* municipais foram ocupadas seguindo com a leitura da “Primeira Declaração da Selva Lacandona”, que se tornou o primeiro documento político público do EZLN.<sup>47</sup>

Figura 10 - Mapa das cabeceiras ocupadas pelo EZLN em 1994



Fonte: CEDOZ

A Primeira Declaração teve o intuito de se posicionar publicamente e politicamente perante o mundo e, sobretudo, perante a população mexicana, declarando guerra ao governo mexicano. Sem ufanismos, as e os zapatistas reafirmam a identidade mexicana, sobretudo a partir da memória de Zapata e da Revolução Mexicana como fundamentais para a r-existência e a territorialidade do sul e sudeste do México, tradicionalmente indígena e campesino.

[...] nós hoje dizemos BASTA! Somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade, os despossuídos, somos milhões e chamamos a todos nossos irmãos para que se somem a este

<sup>47</sup> Ressaltamos que as declarações zapatistas (seis, no total) são documentos públicos elaborados pelo CCRI-CG do EZLN que servem como orientação, leitura conjuntural, posicionamentos políticos e aspirações. Todas as seis declarações estão referenciadas na bibliografia.

chamado como o único caminho para não morrer de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de 70 anos, encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e vende-pátrias. São os mesmos que se opuseram a Hidalgo e Morelos, os que traíram Vicente Guerrero, são os mesmos que venderam mais da metade do nosso solo ao invasor estrangeiro, são os mesmos que trouxeram um príncipe europeu para nos governar, são os mesmos que formaram a ditadura dos científicos porfiristas, são os mesmos que se opuseram à expropriação petrolífera, são os mesmos que massacraram os trabalhadores ferroviários em 1958 e aos estudantes em 1968, são os mesmos que hoje nos tiram tudo, absolutamente tudo.

Para evitá-los, e como nossa última esperança, depois de ter tentado tudo para pôr em prática a legalidade baseada em nossa Carta Magna, recorreremos a ela, nossa Constituição, para aplicar o Artigo 39 que diz: "A soberania nacional reside essencial e originalmente no povo. Todo poder público emana do povo e se institui em benefício dele. O povo tem, todo o tempo, o inalienável direito de alterar ou modificar a forma de seu governo.

(...)

Portanto, de acordo com nossa Constituição, **emitimos a presente declaração de guerra ao exército federal mexicano**, pilar básico da ditadura que padecemos, monopolizada pelo partido no poder e encabeçada pelo executivo federal que hoje tem Carlos Salinas de Gortari como seu chefe máximo e ilegítimo. (CCRI-CG do EZLN, 1994a, n.p., grifo meu)

A maior expressão destas propostas políticas se manifesta nas 13 demandas zapatistas, anunciadas no último parágrafo da **Primeira Declaração: terra, trabalho, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, justiça, democracia e paz** e que seguirão retroalimentando os princípios autonômicos zapatistas até os dias de hoje. Estas demandas foram reivindicadas a partir de duas dimensões de acordo com cada tempo: em um primeiro momento, como reivindicação e garantia de um projeto social mais amplo para o México, invocando o direito pleno à terra e a constituição como imprescindíveis neste projeto; em um segundo momento, ao longo da historicidade da conjuntura que se constrói, como um caminho fundamental de resistência, autonomia e diálogo/articulação com a sociedade civil nacional e internacional.

PUEBLO DE MÉXICO: Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por **trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz**. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando

un gobierno de nuestro país libre y democrático. (CCRI-CG do EZLN, 1994a, n.p., grifo meu)

O EZLN, no momento da ocupação, também tornou públicas as Leis Revolucionárias Zapatistas<sup>48</sup>, documento fundamental elaborado ao longo dos dez anos de clandestinidade.

### Quadro 3 – Leis Revolucionárias Zapatistas (resumido)

<b>Lei de Impostos e de Guerra</b>
Voluntária para os que não são exploradores da força de trabalho e para aqueles sem posses. Para os demais, se estabelecem impostos entre 7 e 20% das rendas mensais.
Os bens confiscados das forças armadas passarão a ser propriedade do EZLN, enquanto aqueles recuperados do governo passarão a ser propriedade do "governo revolucionário".
<b>Lei de Direitos e Obrigações dos Povos em Luta</b>
Direitos iguais sem distinção de raça, religião ou filiação política.
Eleição livre dos representantes.
Exigir do exército que não intervenha em assuntos civis.
Possuir armas e defender-se com elas, inclusive do exército revolucionário.
Realizar a cooperação acordada pela maioria para as necessidades da revolução.
Prestação de contas das autoridades civis à população civil e ao comando do exército revolucionário.
<b>Lei de Direitos e Obrigações das Forças Armadas Revolucionárias</b>
Denunciar os maus governos civis.
Respeitar as ações do governo revolucionário e a justiça civil.
Guerrear contra o inimigo até tirá-lo do território ou aniquilá-lo.
<b>Lei Agrária Revolucionária</b>
Expropriação de terras que excedam 100 hectares de má qualidade ou 50 hectares de boa qualidade, podendo os pequenos proprietários juntar-se à organização comunal, em cooperativas ou sociedades camponesas.
As terras concedidas aos camponeses sem posses serão propriedade coletiva.
Parte das terras expropriadas se destinarão ao sustento de órfãos e viúvas de combatentes.
Preservação de zonas de selva e reflorestamento.

<sup>48</sup> Todas as normativas das Leis Revolucionárias Zapatistas estão referenciadas na bibliografia.

Os recursos naturais são propriedade do povo.
Não serão cobrados impostos dos que trabalhem coletivamente.
<b>Lei Revolucionária das Mulheres</b>
Direito de decidir quando ter filhos.
Direito a serem eleitas democraticamente para um cargo militar ou civil.
Não podem ser obrigadas ao matrimônio.
<b>Lei da Reforma Urbana</b>
Deixarão de pagar renda aqueles que vivem há 15 anos no mesmo lugar. Os que vivem há menos de 15 anos pagarão 10% do salário do chefe de família.
As mansões poderão ser ocupadas como moradia de muitas famílias.
<b>Lei do Trabalho</b>
As companhias estrangeiras pagarão o equivalente aos salários que pagam em seus países de origem.
Aumentos mensais de salário, segundo uma comissão local de preços e salário.
Os trabalhadores terão direito a ter ações da empresa, segundo a sua antiguidade.
<b>Lei de Indústria e Comércio</b>
Proibida a açambarcagem.
As indústrias que desejem fechar passarão a fazer parte da propriedade da Nação.
Preços dos produtos básicos regulados por uma comissão democraticamente eleita.
<b>Lei de Seguridade Social</b>
São propriedade os doentes incapacitados, os órfãos e os anciãos sem família.
As pensões dos aposentados serão iguais ao salário-mínimo.

Fonte: adaptado de Ornellas, 2005

Destacamos aí duas normativas que foram basilares para o zapatismo como ele é hoje: a Lei Agrária Revolucionária e a Lei Revolucionária das Mulheres<sup>49</sup>. A Lei Agrária Revolucionária, elaborada ao longo de anos, deu suporte para a rápida recuperação de terras nas primeiras semanas de guerra: foram recuperados mais de 250 mil hectares de terra das mãos dos finqueros (GUTIÉRREZ, 2017) e geridas, ao longo dos dias e semanas, a partir de assembleias e da formação de comissões

<sup>49</sup> A Lei Revolucionária das Mulheres será retomada no próximo capítulo.

agrárias para garantir a divisão de acordo com as normativas revolucionárias. E, neste ponto, cabe destacar a fala do Comandante Isaac sobre a relevância da Lei Agrária Revolucionária e sobre a situação precária do acesso à terra no estado de Chiapas.

En estos parajes la gente vive de puro milagro porque **ha sobrevivido en un pedazo de tierra familias de siete a doce personas**, en un pedazo de tierra puede decir así de una hectárea, media hectárea de terreno no fértil, no cultivable. Así ha sobrevivido nuestra gente. Y por eso vemos y sentimos una urgencia de tener pues las tierras en la mano, como campesinos. (COMANDANTE ISAAC, 1994, n.p., grifo meu)

Esse processo de retomada, nos primeiros dias do levante, especialmente na *cabecera* de Ocosingo, teve como resposta do governo, através do exército federal, a morte de centenas de indígenas zapatistas e a prisão de outros vários.

Figura 12 - Zapatistas em 1º de janeiro de 1994



Fonte: Antonio Turok.

Figura 12 - Exército em enfrentamento contra os zapatistas em 1º de janeiro de 1994



Fonte: captura de tela do documentário El Fuego y la

Em 3 de janeiro o EZLN toma como prisioneiro o general Absalón Domínguez, ex-governador do Estado de Chiapas - citado anteriormente como um dos políticos que mais perseguiu e matou indígenas na década de 80 durante o seu mandato. O EZLN exigia em troca a libertação imediata dos prisioneiros políticos zapatistas. O SCI Marcos, como porta-voz do EZLN, concede sua primeira entrevista em 4 de janeiro, declarando

Nosotros formamos parte del Ejército Zapatista de Liberación Nacional, y exigimos la renuncia del gobierno federal y la formación de un nuevo gobierno de transición que convoque a elecciones libres y democráticas para agosto del 94. Exigimos que se resuelvan las principales demandas de los campesinos de Chiapas: pan, salud, educación, autonomía y paz. Los indios siempre han vivido en guerra porque la guerra hasta hoy ha sido siempre contra ellos, mientras que ahora será para los indios y será para los blancos. En todo caso, tendremos la oportunidad de morir combatiendo y no de disentería, como mueren normalmente los indios chiapanecos. (SCI MARCOS, 1994, n.p.)

O processo se seguirá nos primeiros dias após o levante a partir das tentativas de diálogo entre os Estados nacionais, as organizações civis, as ONGs, os movimentos sociais e os partidos políticos, em escala nacional e internacional, e se aprofunda frente à reação do governo Salinas que optou por três caminhos: um guiado pela ação das forças armadas, que executam e agridem centenas de indígenas zapatistas e apoiadores por onde passam, deixando também um rastro de violência, com ataques por terra e aéreos nas comunidades indígenas; o segundo foi a tentativa de deslegitimação pública do EZLN afirmando que os zapatistas estavam a serviço de forças guerrilheiras da América Central e da América do Sul, lançando, inclusive, documentos oficiais forjando a suposta “descoberta” sobre o EZLN; e o terceiro caminho, sustentado no meio intelectual (inclusive por setores da esquerda) foi a proposta de anistia para aquelas e aqueles milicianos que “pedissem perdão” e depusessem as armas. A resposta ao projeto de anistia veio com uma carta assinada pelo CCRI-CG posicionando a repulsa do EZLN em relação à proposta (EZLN, 2016). Essa tentativa de intimidação praticada pelo governo Salinas passa, fundamentalmente, por tentar colocar a pauta zapatista como conflito local armado por influência de forças guerrilheiras estrangeiras e que, portanto, deveria ser resolvido como uma ação política local do Estado e não como uma questão estrutural nacional.

Desde 1º de janeiro, nos municípios onde estava o EZLN, se concentraram mais de 30 mil soldados do exército federal para lançar uma ofensiva contra as e os



zapatistas (GALINDO DE PABLO, 2015) resultando, nos primeiros onze dias de guerra, em aproximadamente 1000 mortos (SIPAZ, 2000). Estes primeiros dias após a declaração de guerra levaram as e os zapatistas ao desafio de conchamar e organizar o apoio da opinião pública que, mesmo dividida, não aceitava a guerra civil e o massacre proporcionado pelo Estado através do exército.

Também pedimos aos organismos internacionais e à Cruz Vermelha Internacional que vigiem e regulem os combates que nossas forças travam, protegendo a população civil, pois nós declaramos, agora e sempre, que estamos sujeitos ao estipulado pelas Leis sobre a Guerra da Convenção de Genebra<sup>50</sup>, constituindo o EZLN como força beligerante de nossa luta de libertação. (CCRI-CG do EZLN, 1994a, n.p.)

A partir daí surgem outros documentos públicos, como declarações, comunicados, convocatórias, publicações e eventos para cumprir o papel de diálogo político com a sociedade civil mexicana e internacional e ampliar redes de solidariedade. Então, no dia 12 de janeiro, na Cidade do México, dezenas de milhares de pessoas marcharam em protesto exigindo o cessar-fogo. Pela pressão nacional e internacional e por ser um ano eleitoral para o governo federal, o governo Salinas decretou unilateralmente o cessar-fogo, que foi violado pelo próprio governo formalmente através de ofensivas militares e, informalmente, pela ação dos paramilitares (GALINDO DE PABLO, 2015) e, em 16 de fevereiro, o EZLN liberta o ex-governador Absalón Castellanos em troca da liberação das centenas de presos políticos zapatistas.

A relação estabelecida entre o EZLN e a comunidade nacional e internacional resultou na criação da Coordenação das Organizações Civas pela Paz, que foi fundamental para dar visibilidade internacional para o que estava acontecendo no México. O governo federal finalmente se manifesta às tentativas de diálogo e, em 21 de fevereiro, iniciam os Diálogos por la Paz ou Diálogos da Catedral, uma tentativa de negociação a partir de vários encontros que reuniu o EZLN, representado pelo porta-voz SCI Marcos e pelo CCRI-CG; o representante do governo, deputado Manuel Camacho Solís (PRI); e como mediador Dom Samuel Ruiz<sup>51</sup>, bispo de San Cristóbal de Las Casas. Dos encontros, que duraram até 2 de março, foi elaborado um

---

<sup>50</sup> Leis sobre a guerra da Convenção de Genebra.

<sup>51</sup> Dom Samuel Ruiz foi um personagem muito importante para o zapatismo, assim como o papel da arquidiocese de San Cristóbal de Las Casas, como será abordado mais à frente desta tese.

documento com 34 compromissos por parte do governo (SIPAZ, 2000), o qual o EZLN aceitou levar para consulta às bases de apoio.

É importante ressaltar que os tempos das negociações entre uma proposta e uma contraproposta e/ou resposta seguiam (e seguem) outra lógica, uma vez que este processo se constrói sobre duas “formas de governo” diferentes na sua concepção de democracia, se o Estado se sustenta uma estrutura vertical, o EZLN se baseia na construção horizontal do movimento como elemento central na legitimação das suas decisões. Sobre isso, em entrevista concedida ao periódico La Jornada, o então Comandante Moisés (atualmente subcomandante)<sup>52</sup> explica a população civil e as organizações que acompanhavam aquele momento porque muitas vezes as respostas “tardavam” e como funcionam internamente os processos decisórios.

No podemos dialogarnos o negociar nosotros así nomás, sino primero tenemos que preguntar al pueblo. A nivel estatal donde haya compañeros tenemos que consultar si vamos a negociar o no por ahí. Si dice el pueblo, nosotros estamos cumpliendo lo que dice el pueblo. Porque estamos cumpliendo al pueblo. Porque el pueblo han vivido de esto hace tantos años, una vida tan difícil, de toda clase de injusticia. Por eso no es fácil dialogar tan rápido. Si el pueblo vuelve a dialogar, pues bueno. Si no, 'ta güeno. No. Por eso no es fácil. (COMANDANTE MOISÉS, 1994, n.p.)

Terminada a primeira fase dos diálogos, o EZLN abre os territórios ocupados para a sociedade civil e para a imprensa, aproximando ainda mais as relações com a população não zapatista e dando visibilidade ao levante e à conjuntura bélica instaurada.

Porém, o processo de consulta sobre os rumos das negociações é interrompido pelo assassinato do candidato à presidência da República pelo PRI, Luis Donaldo Colosio, desestabilizando o processo e trazendo um desgaste político a partir das acusações lançadas pelo governo, que responsabilizou o EZLN como mandante do assassinato e ofereceu “rendição”. Este novo contexto faz que o EZLN consulte as bases de apoio zapatistas sobre o seguimento da guerra e elas, por sua vez, decidem manter as comunidades em armas ainda que isso interrompesse as negociações, pois consideraram a proposta final de rendição inaceitável.

A crise instaurada com o assassinato de Colosio, as ameaças que Dom Samuel Ruiz recebia por se colocar ao lado dos indígenas zapatistas (sobretudo

---

<sup>52</sup> Em fevereiro de 2013 o Comandante Moisés passa para o setor militar no EZLN sob a patente de Subcomandante, junto com Subcomandante Insurgente Galeano.

denunciando as perseguições que as bases de apoio zapatistas sofriam) salientou o avanço do paramilitarismo<sup>53</sup> em Chiapas. Grosso modo, o paramilitarismo é uma prática contra-insurgente utilizada pelo governo e setor privado e como forma de atacar violentamente e diretamente aqueles que se opõem a ele.

Los paramilitares en Chiapas se convirtieron en una herramienta vital del gobierno en su estrategia contrainsurgente, la cual tiene por objetivo destruir al EZLN y sus simpatizantes al dislocar la organización comunitaria mediante el terror y la fragmentación social. (...) Esto se logró por medio de la profundización de los conflictos ya existentes en las comunidades, es decir, identificar añejos conflictos sociales e intensificarlos mediante la organización de grupos armados en el marco de los objetivos de la guerra irregular impulsada en Chiapas, los cuales eran contener al EZLN mediante una campaña de terror en sus bases de apoyo y paralizar el proceso de toma de tierras desatado por el levantamiento zapatista. (GALINDO DE PABLO, 2015, p. 192 - 194)

No caso específico de Chiapas, diversos grupos paramilitares vão surgir a partir da presença pública do EZLN, se organizando através da constituição de uma aliança de classe apoiada por diversos setores que irão coordenar, organizar e financiar estes grupos, como caciques locais, associações de criadores de gado, funcionários públicos aliados ao PRI, forças de segurança pública (ibidem). O EZLN representava uma ameaça às oligarquias regionais, sobretudo pelos projetos que pautavam a autonomia indígena sobre os seus territórios. Muito além de uma formalidade de pauta política, o projeto de autonomia e autodeterminação zapatista passava pela recuperação das terras indígenas e o Mandar Obedecendo.

A ideia/prática do Mandar Obedecendo foi publicada no dia 26 de fevereiro pelo CCRI - CG através do texto “Al pueblo de México: hablaron los hombres verdaderos, los sin rostro. Mandar Obedeciendo”, em meio ao processo de negociações. Este documento foi considerado uma grande ameaça aos diferentes setores do governo, inclusive o paramilitar, visto que trazia a concepção de democracia e de autogoverno do EZLN e que se estendia, ainda que de maneira não muito sólida, à sociedade. Em um trecho da carta:

---

<sup>53</sup> Como paramilitarismo, tomamos a concepção trazida por Galindo de Pablo (2015, p.192): El paramilitarismo es un fenómeno social tolerado, alentado y organizado desde alguna instancia del poder público, principalmente sectores de las fuerzas de seguridad y del ejército respaldados por el gobierno federal o central, de ahí que una de sus características principales sea la impunidad, tema que atraviesa continuamente la investigación. El paramilitarismo es una política de Estado que responde a la necesidad de mantener, por vías clandestinas, las relaciones de producción dominantes frente a la posibilidad de crisis sociales impulsadas por las contradicciones sociales, económicas y políticas del patrón de reproducción vigente.

(...) Es razón y voluntad de los hombres y mujeres buenos buscar y encontrar la manera mejor de **gobernar y gobernarse**, lo que es bueno para los más para todos es bueno. (...)

Y vemos que este camino de gobierno que nombramos no es ya camino para los más, vemos que son los menos los que ahora mandan, y mandan sin obedecer, mandan mandando. Y entre los menos se pasan el poder del mando, sin escuchar a los más, mandan mandando los menos, sin obedecer el mando de los más. Sin razón mandan los menos, la palabra que viene de lejos dice que mandan sin democracia, sin mando del pueblo, y vemos que esta sinrazón de los que mandan mandando es la que conduce el andar de nuestro dolor y la que alimenta la pena de nuestros muertos. Y vemos que los que mandan mandando deben irse lejos para que haya otra vez razón y verdad en nuestro suelo. Y vemos que hay que cambiar y que manden los que mandan obedeciendo, y vemos que esa palabra que viene de lejos para nombrar la razón de gobierno, de 'democracia', es buena para los más y para los menos.» (...)

Que busquen a los hombres y mujeres que mandan obedeciendo, los que tienen fuerza en la palabra y no en el fuego, que encontrándolos les hablen y les entreguen el bastón de mando, que vuelvan otra vez a la tierra y a la noche los sin rostro, los que son montaña, que si vuelve la razón a estas tierras se calle la furia del fuego, que los que son montaña, los sin rostro, los que en la noche andan descansen por fin junto a la tierra. (CCRI-CG do EZLN, 1994b, n.p., grifo meu)

Este documento histórico é o que vai trazer a concepção de Mandar Obedecendo, fazendo uma crítica direta ao governo, à democracia representativa desgastada do México que estava mergulhada em setenta anos de governo do PRI. Este documento traz a concepção de Mandar Obedecendo como um caminho democrático, que possibilita o autogoverno, a autodeterminação e que respeita a razão e a “palavra sobre o fogo”, em oposição ao “fogo sobre a palavra”, que representa o caminho antidemocrático<sup>54</sup>. Essa concepção não se tratava somente de um consigna revolucionária, mas a base de organização do EZLN e, conseqüentemente, uma arma contra o “cacequismo”. Sobre o “caciquismo”, prática política histórica da região de Chiapas para manter as oligarquias e o poder político do PRI, o Comandante Javier comenta:

Para que se acabe el caciquismo en los pueblos es necesario que el mismo pueblo tome conciencia, que el pueblo hable, se manifieste, pero si el pueblo va seguir siempre allí, callado toda la vida, pues los caciques van a estar felices en su poder, porque van a tener el poder político, el poder económico, el poder de todos los niveles. Si el pueblo empieza a tomar conciencia tiene que reclamar sus derechos, tiene que decir que ya no me sigan dominando los caciques. (COMANDANTE JAVIER, 1994, n.p.)

---

<sup>54</sup> O Mandar obedecendo será retomado posteriormente, pois trará outros princípios do “Buen Gobierno”.

O processo de ataques às bases de apoio zapatistas, a guerra (até então) de baixa intensidade instaurada pelo Estado, coloca em alerta o EZLN que segue no processo de consulta às bases de apoio. Em 10 de junho de 1994 o EZLN anuncia a recusa às propostas do governo, resultado do processo de negociação dos Diálogos da Catedral e anuncia que manterá o cessar fogo, assim como abrirá um diálogo amplo com a sociedade civil.

Al pueblo de México:

A los pueblos y gobiernos del mundo:

A las organizaciones no gubernamentales:

Al comisionado para la paz y la reconciliación en Chiapas:

Al comisionado nacional de intermediación:

A la prensa nacional e internacional:

El Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional se dirige a ustedes para informar y declarar lo siguiente:

Primero. El CCRI-CG del EZLN ha terminado ya, como se avisó oportunamente, la consulta en todos los poblados que lo forman y apoyan. Por medio de actas de asambleas de ejidos, rancherías y parajes hemos conocido el sentir del corazón de los nuestros.

Segundo. El CCRI-CG del EZLN ha realizado ya el conteo de los votos respecto a las propuestas de acuerdos de paz hechas por el gobierno federal al EZLN en el diálogo de San Cristóbal de las Casas, Chiapas.

Tercero. El resultado de la votación libre y democrática es el siguiente: Por firmar la propuesta de acuerdo de paz del gobierno votaron 2.11% del total.

Por NO firmar la propuesta de acuerdo de paz del gobierno votaron 97.88% del total. (CCRI-CG do EZLN, 1994c, n.p.)

A proposta de diálogo com a sociedade civil, que já estava imersa e atenta aos conflitos em Chiapas é publicada, no mesmo dia, junto com a Segunda Declaração da Selva Lacandona e o caráter autônômico ganha notoriedade entre as declarações e demais manifestações públicas. Entre os pontos levantados na declaração, destaca-se a acusação ao governo federal de usurpar a legalidade da Revolução Mexicana afirmando que “a Constituição que rege o país já não representa a vontade popular dos mexicanos”, completando que “é necessária uma nova lei para a nossa nova pátria que nascerá das lutas de todos os mexicanos honestos” e, ressaltando, que serão necessárias todas as formas de luta para garantir a viabilidade desta transição (CCRI - CG do EZLN, 1994c, n.p.).

Nosotros, después de habernos preparado por 10 años para matar y morir, para manipular y disparar armas de todo tipo, fabricar explosivos, ejecutar maniobras militares estratégicas y tácticas, en fin, para hacer la guerra, después de los primeros días de combates, nos

habíamos visto invadidos por un auténtico ejército, primero de periodistas, pero después de hombres y mujeres de las más diversas procedencias sociales, culturales y nacionales. Fue después de aquellos "Diálogos de Catedral", en febrero-marzo de 1994. Los periodistas siguieron apareciendo intermitentemente, pero eso que nosotros llamamos "la sociedad civil", para diferenciarla de la clase política y para no encasillarse en clases sociales, fue siempre constante. (SCI MARCOS, 2003, n.p.)

Neste sentido, a Segunda DSL mostrou a perspectiva de que uma nova cultura política vinda do EZLN e, conseqüentemente, uma nova cultura para os partidos políticos e para a esquerda institucional. Em um ano eleitoral repleto de conflitos e sob os olhos das organizações, sociedade e imprensa internacional, buscava-se também a despolarização de um cenário político dominado pelo PRI e pelo Partido Acción Nacional (PAN), abrindo um novo campo social com a sociedade civil para além da relação Estado *versus* EZLN, convocando para a Convenção Nacional Democrática – CND:

Por esto nos dirigimos a nuestros hermanos de las organizaciones no gubernamentales, de las organizaciones campesinas e indígenas, trabajadores del campo y de la ciudad, maestros y estudiantes, amas de casa y colonos, artistas e intelectuales, de los partidos independientes, mexicanos: los llamamos a un diálogo nacional con el tema de **Democracia, Libertad y Justicia**.

Llamamos a la realización de una **Convención Democrática, nacional, soberana y revolucionaria**, de la que resulten las propuestas de un gobierno de transición y una nueva ley nacional, una nueva Constitución que garantice el cumplimiento legal de la voluntad popular.

Nacerá una relación política nueva. Una nueva política cuya base no sea una confrontación entre organizaciones políticas entre sí, sino la confrontación de sus propuestas políticas con las distintas clases sociales, pues del apoyo real de éstas dependerá la titularidad del poder político, no su ejercicio.

La actual legislación mexicana es demasiado estrecha para estas nuevas relaciones políticas entre gobernantes y gobernados. Es necesaria una Convención Nacional Democrática de la que emane un Gobierno Provisional o de Transición, sea mediante la renuncia del Ejecutivo federal o mediante la vía electoral. (CCRI-CG do EZLN, 1994c, n.p., grifo meu)

Com duração de cinco dias (de 5 a 9 de agosto de 1994) durante a CND houve a participação de mais de 7 mil pessoas de todo o México, observadores internacionais e representantes dos meios de comunicação (GENNARI, 2005). Em sua metodologia, a CND propunha convocar um plebiscito popular onde a população mexicana seria consultada e decidiria sobre o regime de governo que regeria o México - parlamentarismo ou presidencialismo - e qual a linha ideológica que sustentaria este novo sistema. A partir daí, se propunha pensar conjuntamente um programa de ação

que superasse o processo eleitoral e que cumprisse os encaminhamentos debatidos durante a convenção. Assim, a proposta partiria de seis pontos básicos, que abarcariam as condições mínimas para viver com dignidade para os povos indígenas, *mestizos*<sup>55</sup> e não-indígenas: trabalho, terra, teto, alimentação, educação e saúde.

Primero - Debe responder a los intereses históricos de nuestro pueblo, pues es claro para todos que el grito de dignidad surgido desde el rincón más olvidado de México el primero de enero de 1994 es un canto de guerra contra la miseria, la injusticia y la humillación de todos los indígenas de nuestra patria, de todos los campesinos, de todos los obreros y empleados, de todos los pobres de México.

Segundo - Debe contener tanto la lucha por las reivindicaciones materiales y sociales más sentidas como las reivindicaciones políticas que en esta tierra mexicana el grupo en el poder escamotea, mediante la imposición, la represión y el engaño, a la mayoría de la población.

Tercero - Debe ser un llamado a la unidad de todos aquellos que luchan por un cambio basado en la libertad, la democracia y la justicia. (...) En el programa de lucha de la CND debemos reconocernos todos aquellos hombres y mujeres dispuestos a dar hasta nuestra vida, si es necesario, por la construcción de un México más justo, más libre y más democrático.

Cuarto - Debe ser bandera de lucha que nos permita avanzar cada día, con la convicción de que nuestro camino es el correcto; de que nuestra lucha tiene vocación de victoria pues está basada en lo más profundo de la lucha de nuestro pueblo: la lucha contra toda tiranía que usurpa la voluntad popular roba el pan de nuestras mesas y nos entrega al extranjero. (CCRI - CG do EZLN, 1994d, n.p.)

O caráter da CND foi criar uma via pacífica conduzida por setores populares mexicanos - pequenos partidos, organizações e coletivos - e sua extinção, sugere-se, se deu pelas disputas internas entre as correntes ideológicas de esquerda e pela sobreposição de agendas partidárias sobre as decisões da CND. Assim, incapacitou a tentativa de construção de uma frente mais coesa politicamente, ou pelo menos suficiente, para sustentar um plebiscito desta envergadura. Ao fim, mesmo que sem o sucesso do plebiscito, a projeção pública do EZLN reforçou a visibilidade em escala mundial das propostas de resistência e autonomia que partiam do movimento zapatista, reafirmando os territórios indígenas em resistência como componente fundamental da geografia política mexicana.

---

<sup>55</sup> Ainda que bastante usual no Brasil, expressão “mestiço”, atualmente, tem a conotação pejorativa, pois reproduz um discurso racista. Porém, no México, essa expressão é bem usual, se referindo a sua tradução literal de “misturado” de indígenas e não-indígenas.

Figura 13 - Foto da CND



Fonte: desconhecida

### 3.2.1 Os Aguascalientes: território dos lugares... “Son un chingo y un desmadre”

Tenía una su biblioteca, enfermería, sanitarios, regaderas, música ambiental (que alternaba obsesivamente, en "la del moño colorado" y "cartas marcadas") y, según cuentan, hasta un área para atentados. El trazado de las construcciones semejaba, según he relatado alguna vez, un gigantesco caracol gracias a lo que llamábamos la "casa chueca". La "casa chueca" no estaba chueca, tenía un quiebre que a primera vista parecía un error arquitectónico, pero que desde las alturas permitía apreciar la espiral que formaban las construcciones.

SCI Marcos, sobre os Aguascalientes

Pouco mais de oito meses após o levante, em 8 de agosto de 1994, durante a CND e com a participação de pessoas oriundas de diversos lugares do México e do mundo (EZLN, 2003), foi entregue pelo Comandante Tacho, em nome do CCRI - CG o primeiro Aguascalientes<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup>O nome Aguascalientes é em alusão a Soberana Convenção Revolucionária, citada no capítulo 2 desta tese.



Espacio. Si, ése era una parte del problema de nuestro aprendizaje. Es decir, necesitábamos un espacio para aprender a escuchar y a hablar con esa pluralidad que llamamos "sociedad civil". Acordamos entonces construir el espacio y nombrarlo "Aguascalientes" puesto que sería la sede de la CND (...). Pero la idea del "Aguascalientes" iba más allá. Nosotros queríamos un espacio para el diálogo con la sociedad civil. Y "diálogo" quiere decir también aprender a escuchar al otro y aprender a hablarle. (SCI MARCOS, 2003, p. 8)

Reconhecido como o saldo mais impactante destas primeiras articulações materializadas durante a CND, o Aguascalientes surgiu da necessidade de criar um espaço diálogo e de referência política e cultural, assim, viabilizando o diálogo entre o EZLN e a sociedade civil, principalmente pela demanda de organizar as pessoas que se aproximavam desde o levante de 1994.

En el primer Aguascalientes que se construyó en Guadalupe Tepeyac<sup>57</sup>, ahí empezó el primer paso de nuestra organización y de nuestra forma para hacer valer nuestro derecho. Este Aguascalientes dijimos que era un centro cultural, político, social económico, ideológico (PEDRO MARÍN, 2013, p. 42)<sup>58</sup>

A edificação/construção destes territórios aconteceu de forma relativamente rápida, mesmo com a demanda de um espaço amplo e mais complexo para a proposta colocada. Mais uma vez, o EZLN se encontra em um momento em que a perspectiva comunitária ancestral se torna determinante, somando-se às territorialidades zapatistas diferentes culturas, histórias e lugares construídos ao longo dos 10 anos de clandestinidade e do período desde a declaração de guerra até aquele momento.

Pues es una historia que traemos desde antes, pues, los pueblos indígenas, por eso cuando trabajan actualmente se ve que la gente están trabajando y se organizan no importa que vengan de diferentes regiones porque la verdad que esas gentes que trabajan aquí parece que es solo una familia, pero esos vienen de diferentes pueblos, de diferentes regiones, aquí están los choquiles, están los tzetales, choles, están trabajando, y pero sin tomar en cuenta, sin importarles que hablamos lenguas diferentes, para nosotros eso no es más un obstáculo, podemos comunicarnos muy bien, podemos trabajar en muchas ... demostrar ... trabajo, se ve que esa unidad no se ha perdido, solamente hay que fortalecerlo

Por otro lado el gobierno trata de separarnos, de destruirnos.

---

<sup>57</sup> Hoje é o Caracol La Realidad.

<sup>58</sup> Pedro Marín, ex-integrante da JBG, Marez Francisco Gómez, La Garrucha e ex-integrante da JBG, Marez Francisco Gómez,

Como ejemplo principal está, está construyendo pues, es cosa sencilla, realmente para nosotros, no es mucho, pero se está haciendo con mucho sacrificio, tomando en cuenta la gente tiene muchas necesidades, tiene muchos problemas económicos, pues esa gente pues ha aguantado, ha estado trabajando, porque saben que se construyen algo será muy suyo, pues, será del pueblo, porque no es de nadie, pues ... aquí los trabajos que estás construyendo no es de una comunidad ni de un municipio, sino que de muchos pueblos, aquí lo disponemos para todos pueblos, para el pueblo de México y para todo el mundo lo estamos construyendo pues, construir algo que sirva para todos (NÃO IDENTIFICADO, 2013)<sup>59</sup>

Figura 14 - Foto da construção do primeiro Aguascalientes, em Guadalupe Tepeyac, 1994.



Fonte: captura de tela do documentário El Fuego y la Palabra

Fortalecido pela instauração do Aguascalientes e das articulações firmadas pela CND, o caminho que vinha percorrendo o EZLN colocava a perspectiva autonômica cada vez mais vertebral, se tornando um condicionante da sua existência. Todavia, a conjuntura que já vinha apontando para conflitos mais diretos das organizações de contra insurgência contra as e os zapatistas, e as diferentes esferas de governo, se consolidaram com mais uma vitória do PRI nas eleições presidenciais representada por Ernesto Zedillo Ponce de León<sup>60</sup>, em 21 de agosto. A sequência dos fatos políticos, contextualizando (mais) uma eleição polêmica, é marcada pelo assassinato, em 28 de setembro, do Secretário-Geral do PRI, José Francisco Ruiz

<sup>59</sup> Transcrição livre minha da fala de uma zapatista, não identificado, para o documentário El Fuego y la Palabra.

<sup>60</sup> Ernesto Zedillo foi presidente do México de 1994 a 2000, pelo PRI, Partido Revolucionário Institucional. O mandato para presidente é de 6 anos e assumem sempre em primeiro de dezembro do mês em que ocorreu o processo eleitoral diferente do Brasil.

Massieu, na Cidade do México. Diversos conflitos e acusações desencadearam neste período e, em 1º de dezembro de 1994, Zedillo assumiu a presidência da república.

### 3.3 MAREZ: A re-territorialização da autonomia

Em 8 de dezembro de 1994 o CCRI-CG emite um comunicado informando o fim do acordo de cessar fogo que havia sido estabelecido em janeiro do mesmo ano, devido às violações dos acordos firmados entre o governo federal e o CCRI-CG. O documento informa ao então empossado presidente Zedillo que as tropas armadas insurgentes começariam a tomada dos municípios oficiais<sup>61</sup>. Três dias depois, um documento que será dividido em três partes denominado “Parte da Guerra” é publicado comunicando oficialmente o início da campanha militar denominada por “Paz y Justicia para los Pueblos Indios”, informando a parte operativa do avanço das tropas zapatistas nos municípios oficiais e criando quatro Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ).

En horas de la madrugada del día 11 de diciembre de 1994, tropas zapatistas de los regimientos 1º, 3º y 5º del EZLN, 21ª División de Infantería, en acción que llaman «de despliegue» y como parte de la campaña militar Paz con Justicia y Dignidad para los Pueblos Indios, tomaron posición en la anteriormente llamada «zona de conflicto» (...) desde el día 6, cuando se anunció que si Eduardo Robledo tomaba posesión como gobernador, la tregua quedaría rota. El día 8 Robledo fue investido gobernador, e inmediatamente el EZLN rompió la tregua, y a partir del día 9 inició el desplazamiento de dos divisiones (una comandada por una mujer, aclara) en cuatro direcciones. El día 12 el cerco quedó roto, con la ocupación de las zonas rurales detrás del poderoso cerco tendido, con toda la tecnología y la panoplia del ejército federal, desde Tuxtla Gutiérrez hasta las inmediaciones de Tabasco y Guatemala. (CCRI-CG DO EZLN, 1994e, n.p.)

No mesmo comunicado, o EZLN nomeia e anuncia Amado Avendaño Figueroa<sup>62</sup> como governador do estado rebelde de Chiapas. Em 17 de dezembro Zedillo fez uma nova proposta de negociação do governo federal na qual propunha uma comissão governamental legislativa, formada unicamente por membros do governo. Após diversas assembleias, as e os zapatistas optaram por rejeitar a proposta, caracterizando-a como ilegítima, uma vez que tenta substituir a Comissão Nacional de Intermediação (CONAI) por um órgão criado e composto exclusivamente pelo governo.

---

<sup>61</sup> Como Municípios Oficiais consideramos os municípios do estado. Os municípios tomados e fundados pelo EZLN são chamados de Municípios Rebeldes Autônomos Zapatistas (MAREZ).

<sup>62</sup> Amado Avendaño Figueroa foi um jornalista e político mexicano que apoiou o EZLN.

El EZLN rechaza que la comisión legislativa, propuesta por el señor Ernesto Zedillo Ponce de León, pueda tener un papel de mediación en el conflicto.

El EZLN reconoce a la Comisión Nacional de Intermediación como representativa del esfuerzo pacífico de la sociedad civil mexicana y como instancia neutral en el conflicto y declara que ésta, la Conai, puede desempeñar un papel efectivo como mediadora entre el EZLN y el gobierno federal. (CCRI-CG do EZLN, 1994f, n.p.)

O avanço das tropas zapatistas segue nos locais onde o EZLN já tinha construído sua territorialidade ao longo da clandestinidade e neste primeiro ano de aparecimento público e, em 19 de dezembro, anunciam novos MAREZ. No mesmo dia, o CCRI-CG emite uma declaração mostrando como aconteceram as tomadas e declara que os novos territórios se concretizaram de forma pacífica por parte do EZLN. De acordo com o documento:

#### Quadro 4 – Pronunciamento da criação dos MAREZ

El Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional declara lo siguiente:

**Primero.** El día de hoy, **19 de diciembre de 1994**, cumpliendo las órdenes del comunicado del 6 de diciembre de 1994 y tomando en cuenta lo señalado en la Primera declaración de la selva lacandona que ordenaba a las tropas zapatistas proteger «en su avance liberador a la población civil. Y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas» se culminó la campaña militar denominada «**Paz con Justicia y Dignidad para los Pueblos Indios**».

Los días 11, 12, 13, y 14 de diciembre de 1994, **tropas zapatistas de las divisiones de infantería 75ª y 25ª, primer cuerpo de ejército del sureste**, rompieron el cerco militar en la selva lacandona. Agrupadas en cuatro columnas, una de ellas al mando de una oficial mujer, las unidades zapatistas se infiltraron por entre las líneas enemigas con el fin de evitar el choque armado. Durante estos cuatro días, protegidos por el terreno, el clima y el apoyo de la población, miles de combatientes lograron cruzar la línea del cerco. El día 14 de diciembre de 1994, el total de las unidades asignadas a esta misión se encontraba en la línea exterior al cerco militar, **sin ninguna baja y sin haberse registrado choque alguno con las fuerzas federales**. Cumplida esta parte, los combatientes zapatistas se prepararon para **la siguiente etapa del operativo militar**. Los días **15, 16, 17 y 18 de diciembre de 1994**, en acciones que llaman «de relámpago» y «de despliegue», y como parte de la campaña «Paz con Justicia y Dignidad para los Pueblos Indios», con el apoyo de la población civil local, tomaron posición en los siguientes municipios del estado de Chiapas.

**Segundo.** La acción se llevó a cabo sin choques con el ejército federal mexicano, en estricto apego al cese al fuego que se mantiene respecto a esas tropas.

**Tercero.** Las poblaciones civiles de estos municipios se dieron a **nombrar nuevas autoridades** y a declarar nuevos municipios y **territorios rebeldes**. Declarados hasta este momento son:

**Cuarto.** Las leyes que deben cumplir y hacer cumplir los nuevos municipios rebeldes en su mandar obedeciendo son:

- «La Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos de 1917».
- «Las leyes revolucionarias zapatistas de 1993».
- «Las leyes locales del comité municipal» que la voluntad popular de la población civil determine.

**Quinto.-** El territorio zapatista en los municipios mencionados, en rebeldía contra el mal gobierno, reconoce al señor **Amado Avendaño Figueroa como Gobernador Constitucional del Estado Rebelde de Chiapas**.

**Sexto.-** Las tropas zapatistas, junto a la población civil de la zona, se **preparan con fortificaciones** para resistir el eventual ataque gubernamental.

**Séptimo.-** La comandancia general del EZLN **da por terminada, de esta forma, la campaña militar «Paz con Justicia y Dignidad para los Pueblos Indios» y prepara el siguiente**

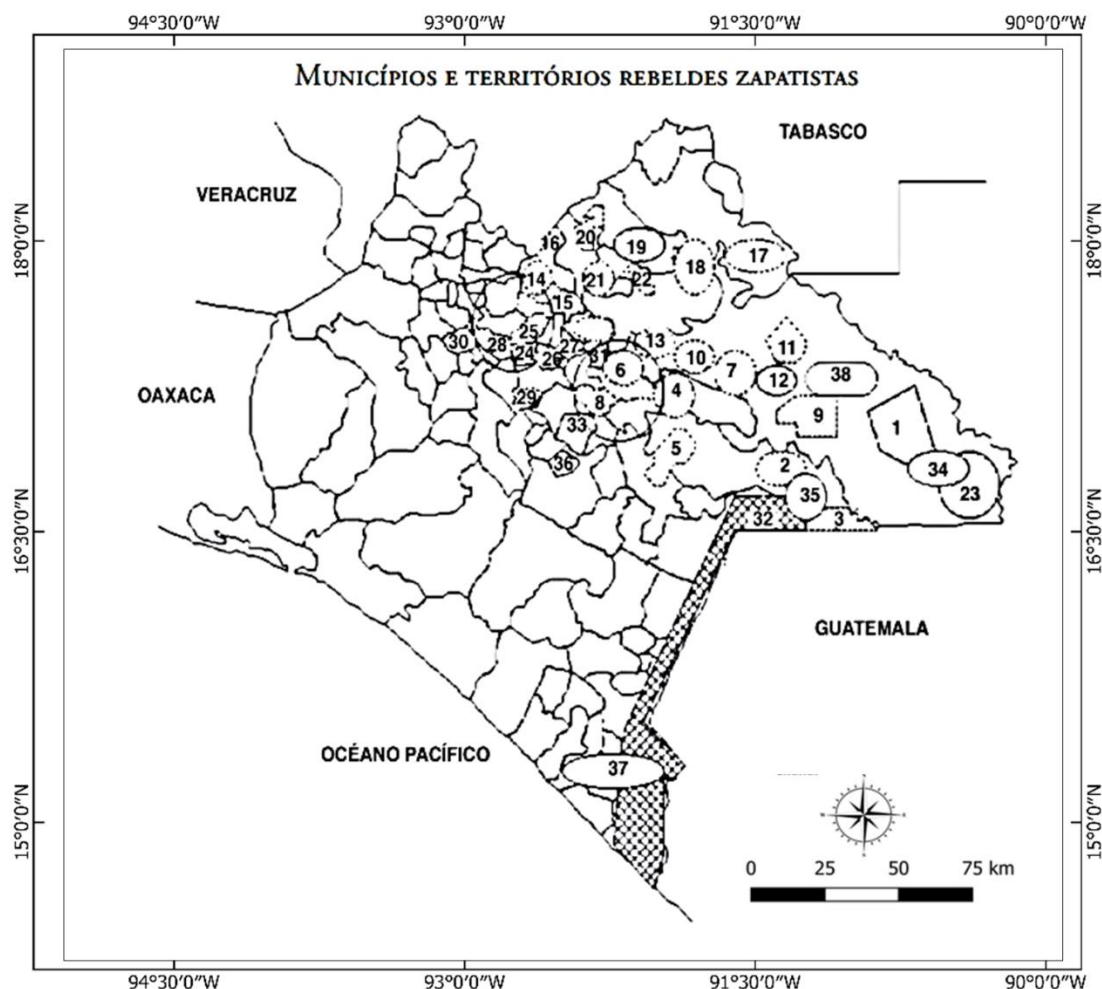
Relação dos MAREZ fundados no momento da Campanha Paz con Justicia y Dignidad para los Pueblos Indios, município oficial e novo nome dado pelas comunidades e data da fundação/ocupação de acordo com os comunicados oficiais do CCRI-CG

**Quadro 5 - Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas em dezembro de 1994**

<b>MAREZ</b>	<b>MUNICÍPIO OFICIAL</b>
1. Libertad de los Pueblos Mayas	Ocosingo
2. San Pedro de Michoacán	Las Margaritas
3. Tierra y Libertad	Las Margaritas, Independencia y trinitaria
4. 17 de Noviembre	Altamirano y Chanal
5. Miguel Hidalgo y Costilla	Las Margaritas y Comitán de Dominguez
6. Ernesto Che Guevara	Ocosingo
7. 1° de Enero	Ocosingo
8. Cabañas	Oxchuc y Huixtán
9. Maya	Ocosingo
10. Francisco Gómez	Ocosingo
11. Flores Magón	Ocosingo
12. San Manuel	Ocosingo
13. San Salvador	Ocosingo
14. Huichapan	Huichapan
15. Simojovel	Simojovel
16. Sabanilla	Sabanilla
17. Vicente Guerrero	Palenque
18. Trabajo	Palenque y Chilón
19. Francisco Villa	Salto del Agua
20. Independencia	Tila y Salto del Agua
21. Benito Juárez	Tila, Yajalón y Tumbalá
22. La Paz	Tumbalá y Chilón
23. José María Morelos y Pavón	Ocosingo
24. San Andrés Sakamchén de los Pobres	San Andrés Larráinzar
25. San Juan de la Libertad	El Bosque
26. San Pedro Chenalhó	Chenalhí y Mitontic
27. Santa Catarina	Pantelhó y Sitalá
28. Bochil	Bochil
29. Zinacantán	Zinacantán
30. Magdalena de La Paz	Chenalhó

Fonte: EZLN

Figura 15 - Mapa dos Marez (legenda referente ao quadro 5)



Fonte: CIEPAC

O mapa zapatista de Chiapas se reconfigurava culturalmente diverso, desde as comunidades tradicionais da região de Los Altos até os indígenas migrantes. Do ponto de vista de normativas e leis coletivas para cada MAREZ, os pueblos decidiram adotar as já promulgadas Leis Revolucionárias Zapatistas que foram publicizadas em 1 de janeiro de 1994; destacar a Lei Revolucionária das Mulheres; adotar as Leis da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos de 1917 - reafirmando a memória da Revolução de 1910 e a soberania das terras indígenas/ejidais; e as leis locais do Comitê Municipal, estabelecidas pela vontade daquela população do MAREZ, mas subjugadas às anteriores.

Ao longo do tempo estes municípios abriram seus registros de nascimento, casamento, escolas, clínicas, armazéns e mercados, etc. Em suas instâncias internas representativas, cada MAREZ passou a eleger nas suas assembleias representantes

para compor o Consejo Municipal Autónomo. Havia uma "presidência", vice, secretária, assuntos agrários, comitê de saúde, justiça, educação, etc, onde ninguém recebia salário (ALONSO, 2015, p. 185). Hibridizou-se formas de governo comunitárias tradicionais, de herança maia, com referências mais inovadoras como a Lei das Mulheres, o uso intenso de tecnologias de comunicação e as relações com a sociedade civil.

Artémio, ex-integrante do Conselho Autônomo do MAREZ Ricardo Flores Magón, relata como foi a construção desse processo autonômico a partir da lógica de organização comunitária presente *“en las costumbres”* indígenas:

El Consejo Municipal Autónomo se fue a trabajar en la sede del municipio donde dijeron los pueblos, así empezaron a trabajar, pero al principio no sabíamos qué hacer, porque la mera verdad no tenemos guía, no sabemos cómo hacer la autonomía. De por si tenemos experiencia, así como hacen en cada comunidad, porque siempre tenemos usos y costumbres, seguimos la costumbre que tenemos en cada comunidad (ARTEMIO, 2013, p. 44)

Alguns anos depois, em 1997, a instância de comunicação e articulação entre os MAREZ se tornou a Associação dos Municípios Autônomos, representada pelas e pelos conselheiros municipais.

Se empezaron a dar muchas reuniones y por allá de 1997, después de varias reuniones, a la asamblea de consejos municipales le nombraron Asociación de Municipios Autónomos, así se llamó a las reuniones que se daban de consejos municipales. Pasaron los meses, años y se estuvo trabajando así, organizadamente. En ese tiempo de asociación de municipios se empezaron a ver las tareas, los trabajos de salud, de educación, de comercio, y durante ese tiempo se creó una bodega de abarrotes. (DOROTEO, 2013, p. 8)

Os MAREZ reforçaram a lógica das territorialidades das e dos zapatistas na escala comunitária que se articula em rede em meio a guerra. No entanto, ao mesmo tempo em que se reforçam estes espaços de organização, o governo federal reabre a ofensiva. Os últimos dias de dezembro de 1995 foram marcados pela presença constante de conflitos envolvendo os territórios em resistência. Ao mesmo tempo, o México enfrentava uma das maiores crises econômicas e políticas da sua história: desvalorização do peso mexicano, recessão, desaparecimento de milhares de empresas, aumento do desemprego, dívida bilionária com os EUA e o FMI (SIPAZ, 2000). Após o aumento dos conflitos, em 25 de dezembro de 1994, o governo federal aceita o diálogo com o EZLN intermediado pela CONAI, mais uma vez com a presença do Bispo Samuel Ruiz como mediador.



### 3.3.1 Traição de Zedillo, III DSL e a COCOPA

- Bueno, ya nos vamos.
- ¿No se van a quedar a la fiesta?  
pregunta con desilusión Ricardo.
- ¿Fiesta? ¿De qué? inquire Camilo.
- De que estamos juntos, hay que hacer alegría de estar juntos responde el Ricardo.  
Yo entiendo y le digo:
  - No podemos. Pero ustedes siganle. Nomás no hagan mucho ruido.  
Los federales todavía creen que destruyeron Aguascalientes.  
Salimos. Entre el monte, unos cocuyos asombrados trazaban sus espirales de luz.  
Todavía en la loma de enfrente se escuchaban las sonoras maderas.  
Esa noche, después de 120 horas de no hacerlo, sonreímos.  
Seguimos caminando, éramos ya más fuertes...

Em 1º de janeiro de 1995, o EZLN publica a Terceira Declaração da Selva Lacandona, na qual proporá a formação do Movimento pela Libertação Nacional, uma força de unidade política em nível nacional articulada pela CND. Argumentos não faltavam, aumento do paramilitarismo, denúncias de irregularidade nas eleições, corrupção e intimidação nas eleições federais e estaduais caracterizaram como uma das eleições “más sucias de la historia de México”, e segue:

La cuestión indígena no tendrá solución si no hay una transformación RADICAL del pacto nacional. La única forma de incorporar, con justicia y dignidad, a los indígenas a la Nación, es reconociendo las características propias en su organización social, cultural y política. Las autonomías no son separación, son integración de las minorías más humilladas y olvidadas en el México contemporáneo. Así lo ha entendido el EZLN desde su formación y así lo han mandado las bases indígenas que forman la dirección de nuestra organización.

El EZLN apoyará a la población civil en la tarea de restaurar la legalidad, el orden, la legitimidad y la soberanía nacionales, y en la lucha por la formación e instauración de un gobierno nacional de transición a la democracia con las siguientes características:

Que liquide al sistema de partido de Estado y separe realmente al gobierno del PRI.

Que reforme la ley electoral en términos que garanticen: limpieza, credibilidad, equidad, participación ciudadana no partidaria y no gubernamental, reconocimiento de todas las fuerzas políticas nacionales, regionales o locales, y que convoque a nuevas elecciones generales en la federación.

Que convoque a un constituyente para la creación de una nueva constitución.

Que reconozca las particularidades de los grupos indígenas, reconozca su derecho a la autonomía incluyente y su ciudadanía.

Que vuelva a orientar el programa económico nacional, haciendo a un lado el disimulo y la mentira, y favoreciendo a los sectores más desposeídos del país, los obreros y campesinos, que son los principales productores de la riqueza que otros se apropian. (CCRI - CG do EZLN, 1995a, n.p.)

Em 9 de fevereiro de 1995, o governo de Zedillo anuncia que, supostamente, a identidade do Subcomandante Insurgente Marcos havia sido descoberta (ainda que nunca comprovado) e ordena o ataque do exército federal aos territórios zapatistas, resultando na prisão de dezenas de lideranças e mais de vinte mil camponeses que se exilaram nas montanhas, além das perseguições e presença militar nas zonas de conflito (SIPAZ, 2000). Mais uma vez se amplia a voz das e dos zapatistas e ganha destaque a principal referência das mulheres zapatistas: a Comandanta Ramona. Em vídeo, a Comandanta denuncia os ataques do governo Zedillo, qualifica o ataque como traição e pede paz. Em transcrição, segue as palavras de Ramona:

Al principio pedimos democracia, justicia y dignidad; ahora también pedimos paz. Nosotros nos estamos preparando para el diálogo, por eso queremos que el ejército se regrese a sus cuarteles; que los niños, las mujeres y los hombres que se han refugiado en las montañas vuelvanse a sus comunidades a seguir trabajando por un futuro mejor. Otra vez le pedimos al pueblo de México que no nos olvide, que no nos dejen solos, que nos ayuden a construir la paz que todos deseamos. Les pedimos también que protejan al tatic Samuel que tanto sabe nuestro dolor, tanto que ha luchado por la paz. Quiero que todas las mujeres se despierten y sientan en su corazón la necesidad de organizarse; con los brazos cruzados no se puede construir el México libre y justo con el que todos soñamos: democracia, justicia, dignidad y paz.

¡Viva el Ejército Zapatista de Liberación Nacional!  
(COMANDANTA RAMONA/CCRI-CG, 1995, n.p.)

Porém, esta decisão política do PRI teve grande repercussão pública e desencadeou diversas manifestações nacionais e internacionais em solidariedade aos zapatistas. Para o governo federal o anúncio destes territórios autônomos indígenas, alinhados a partir da identidade maia e da memória de Emiliano Zapata, significou uma intensa afronta ao Estado. Mesmo com o fim do cerco militar zapatista, novamente o PRI colocou as Forças Armadas para atacar os territórios autônomos, classificando-os como região de conflito e assim conseguir permanecer com ação militar na área. A presença do exército na região resultou no isolamento do Aguascalientes em Guadalupe Tepeyac, isolando também o espaço de diálogo da sociedade civil com o EZLN e, de alguma forma, deixou mais vulneráveis as bases de apoio zapatista que conseguiram permanecer na região. SCI Marcos relata que poucas pessoas retornaram ao Aguascalientes e “después vino la traición Zedillista del 9 de febrero de 1995 y el Aguascalientes fue destruido casi totalmente por el ejército federal. Incluso ahí se erigió un cuartel militar.” (SCI MARCOS, 2003, n.p.)

Após muita pressão popular nacional e internacional, um mês depois da ocupação militar nos territórios zapatistas, em 11 de março, o Congresso da União aprovou a “Lei para o Diálogo, a Conciliação e a Paz Digna em Chiapas”, elaborada pela Comisión Plural Legislativa, com o objetivo de definir um marco no processo de paz. Para isso, uma das condições do EZLN era a suspensão das ordens de prisão contra as e os zapatistas que estavam refugiados na selva até que termine este processo de negociação de paz. É criada a Comisión de Concordia y Pacificación - COCOPA, composta com integrantes do poder legislativo de todos os partidos políticos. A COCOPA e a CONAI se tornarão dois atores sociais fundamentais na representação institucional no EZLN - e demais povos indígenas - nas tentativas de diálogos que serão construídos com o governo federal.

El día de hoy hemos tomado conocimiento de la aprobación, en el Congreso de la Unión, de la llamada «Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna en Chiapas». Después de analizarla, éste es nuestro pensamiento:

Primero.- A pesar de las modificaciones, la «Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna en Chiapas» **no es satisfactoria. Presenta serias omisiones que pudieran ser usadas por el Ejecutivo federal** para imponer condiciones indignas en el diálogo con nuestros representantes o para llevar adelante sus planes policíacos y militaristas.

Segundo.- Sin embargo, la «Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna en Chiapas» **contiene elementos importantes y valiosos que permiten crear condiciones dignas para reanudar el diálogo.** Significa, esta ley, un importante punto de partida en el camino a una solución justa y digna al conflicto.

Tercero.- El CCRI-CG del EZLN **saluda el esfuerzo de conciliación política realizado por la llamada Comisión Plural Legislativa.** No pasa desapercibido para nosotros el difícil trabajo que pasaron para encontrar una fórmula que mediara entre posiciones contrarias. **Reconocemos la voluntad de una paz digna** que hay en los miembros de la Comisión Plural Legislativa, independientemente de su militancia partidaria.

Cuarto.- El Ejército Zapatista de Liberación Nacional reconoce, también, la importancia que tuvieron y tienen las grandes movilizaciones de la sociedad civil nacional e internacional, las marchas, mítines, cartas y desplegados, para lograr una nueva oportunidad a la paz y un trato digno a los miembros de nuestra organización. **Con la sociedad civil nacional e internacional hicimos, desde el año pasado, un compromiso de agotar la vía del diálogo para resolver nuestras justas demandas. Seguíamos ese camino cuando el gobierno optó por la vía militar. Hoy, gracias a la sociedad civil, es posible que se abra un nuevo espacio para el diálogo y para una solución política a la guerra. Nosotros cumpliremos nuestra palabra.** (CCRI-CG do EZLN, 1995b, n.p., grifo meu)

De 27 de agosto a 3 de setembro, em meio às negociações, o EZLN lançou uma consulta nacional e internacional buscando articular e aproximar ao movimento a sociedade civil e as demais forças políticas e de oposição ao governo. O documento foi chamado de Convocatoria del EZLN para la Consulta Nacional e Internacional e retoma a proposta da criação do Movimento para a Libertação Nacional, propondo unir as forças políticas que convergiram durante a CND

Hace falta, pensamos, una iniciativa de carácter nacional que une y cohesiona todas las formas organizativas hasta ahora dispersas. Hace falta, señalamos en nuestra Tercera declaración de la Selva Lacandona, un Movimiento para la Liberación Nacional que junte todas las fuerzas, a todos los ciudadanos y organizaciones que luchan contra el sistema de partido de Estado. Un movimiento que encuentre el punto en el que todas las fuerzas democráticas coincidan (...) Un movimiento que proponga un plan de acción nacional de lucha por la democracia, la libertad y la justicia para todos los mexicanos, y por la defensa de la soberanía nacional.

(...)

Nos estamos dirigiendo a todos nuestros hermanos para proponerles una consulta nacional e internacional que nos oriente a todos sobre los pasos que debemos dar y el rumbo que debemos seguir en este momento histórico.

Les proponemos la organización de una gran consulta nacional con las siguientes preguntas:

1. ¿Estás de acuerdo en que las principales demandas del pueblo mexicano son: tierra, vivienda, trabajo, alimentación, salud, educación, cultura, información, independencia, democracia, libertad, justicia y paz?
2. ¿Deben las distintas fuerzas democratizadoras unirse en un amplio frente de oposición y luchar por las 13 demandas principales?
3. ¿Debe hacerse una reforma política profunda en términos que garanticen: equidad, participación ciudadana, incluidas la no partidaria y la no gubernamental, respeto al voto, padrón confiable y reconocimiento de todas las fuerzas políticas nacionales, regionales o locales?
4. ¿Debe el EZLN convertirse en una fuerza política independiente y nueva?
5. ¿Debe el EZLN unirse a otras fuerzas y organizaciones y formar una nueva organización política?

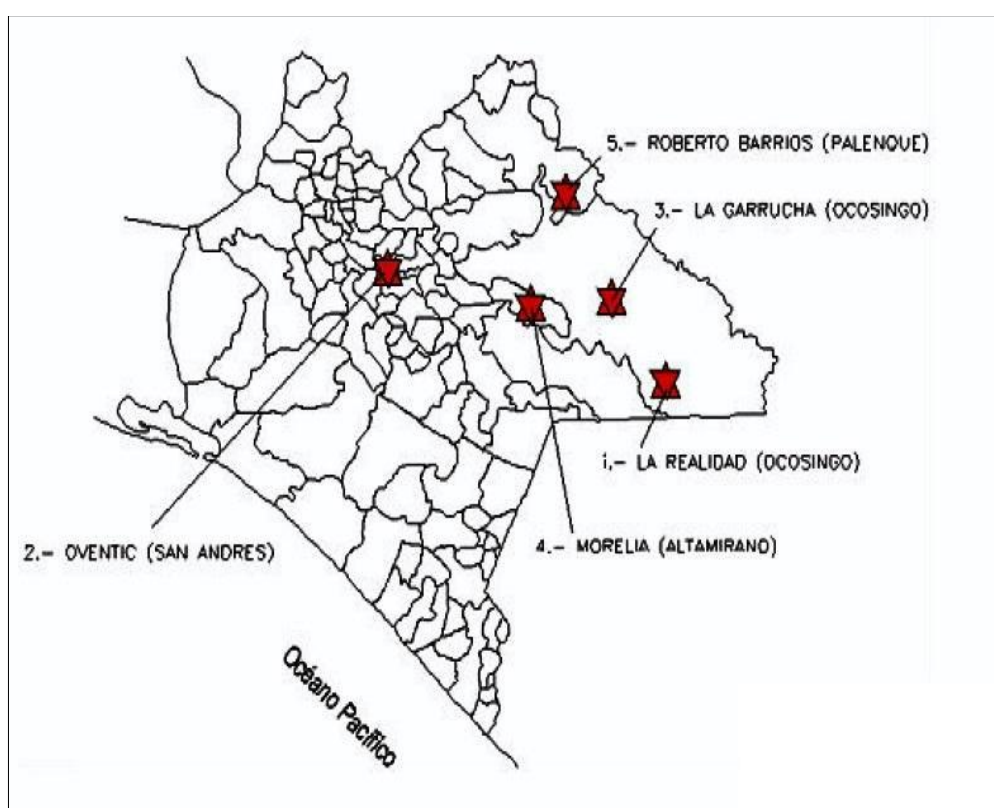
Son cinco preguntas para responder «sí», «no» o «no sé». Son cinco preguntas que todos necesitamos responder para seguir adelante. (CCRI-CG do EZLN, 1995b, n.p.)

Mais de um milhão de pessoas responderam a consulta do EZLN sinalizando a criação dessa nova força política chamada Movimiento para la Liberación Nacional e então novas agendas políticas iriam pautar as mesas de negociação entre EZLN e COCOPA. Ainda que com ataques sistemáticos durante os meses de negociação que

seguiram o ano 1995, o EZLN avalia que estava em momento político favorável para manter a organização e anunciou mais 5 Aguascalientes.

Así que no había pasado un año cuando nuevos "Aguascalientes" surgían en diversos puntos del territorio rebelde: Oventik, La Realidad, La Garrucha, Roberto Barrios, Morelia. Entonces sí, los "Aguascalientes" fueron lo que debían ser: espacios para el encuentro y el diálogo con la sociedad civil nacional e internacional. Además de ser sedes de grandes iniciativas y encuentros en fechas memorables, cotidianamente eran el lugar donde "sociedades civiles" zapatistas se encontraban. (SCI MARCOS, 2003, p 36)

Figura 16 - Localização dos 5 Aguascalientes (1995)



Fonte: CEDOZ

Diversas atividades político-culturais aconteceram nestes espaços, como o Fórum Nacional Indígena, o Encontro Nacional de Comitês Cíveis para o Diálogo Nacional, o Fórum Especial para a Reforma de Estado, o Primeiro Encontro Americano contra o Neoliberalismo e pela Humanidade e o Primeiro Encontro Intergaláctico (ALONSO SÁNCHEZ; ALONSO REYNOSO, 2015) assim como do diálogo e da articulação do movimento com a sociedade civil nacional e internacional, movimentos sociais, partidos, imprensa, estabelecendo, sobretudo, relações políticas

e de solidariedade em escala global. Em 28 de dezembro de 1995, em Oventik, através do Comandante Guillermo, o EZLN oficializa a entrega destes espaços:

Este lugar en el que estamos se llama Aguascalientes en memoria de otro Aguascalientes en el que nació la Convención Nacional Democrática. Fue el primer encuentro formal de dos esperanzas, la esperanza de la sociedad civil y la esperanza de los zapatistas. El primer Aguascalientes fue destruido por el mal gobierno, la comunidad indígena que vivía al lado fue expulsada de sus casas, vive ahora en la montaña resistiendo como resistían nuestros antiguos abuelos frente a los conquistadores.

Nosotros los zapatistas no nos sentamos a llorar la pérdida del primer Aguascalientes, sino que nos dimos a la tarea de preparar otros que tienen el mismo camino de paz justa y digna que tuvo el primero.

Nuestros Aguascalientes no son lugares para llamar a la guerra o a la destrucción pero tampoco son para decir que la injusticia y la esclavitud, el autoritarismo, deben seguir. Nuestros Aguascalientes son lugares para llamar a la paz y a la construcción pero a una paz nueva, justa y digna, y a construir una nueva patria democrática, libre y justa.

Nuestros Aguascalientes son también lugares para que nuestra cultura no se pierda, son lugares para que viva y no muera, pero también son lugares donde nuestra cultura, la cultura de nuestros primeros abuelos, se encuentre con otras culturas de México y del mundo. (COMANDANTE GUILLERMO, 1995, n.p., grifo meu)

Este ordenamento territorial dos Aguascalientes, “possibilitou materializar espacialmente os ideais libertários de justiça e democracia, na implantação territorial de regiões autônomas pluriétnicas” (GUTIÉRREZ, 2013, p. 117). Assim, para além das relações em escala nacional ou do caráter de diálogo com a sociedade civil, o EZLN explicitava que o surgimento desses espaços de diálogos em territórios rebeldes ocupados desde o levante de 94 não foi uma resposta espontânea aos ataques do governo aos territórios indígenas, mas, fundamentalmente, uma demonstração de que as e os zapatistas já estavam territorializados.

O ano de 1996 inicia com a finalização dos Acordos de San Andrés, com a Quarta Declaração da Selva Lacandona e com a fundação da Frente Zapatista de Liberación Nacional (FZLN). Essa última, anunciada em 1º de janeiro de 1996 e inserida na quarta DSL, faz uma análise de conjuntura desde 1994, os acontecimentos a partir das relações e tentativas de diálogo com os governos Gortari e Zedillo (PRI) e a proposta de ação a partir da FZLN, definindo-a como uma organização pacífica, civil, independente e democrática “con organización local, estatal y regional que crezca desde la base, desde su sustento social. Una fuerza política nacida de los comités civiles de diálogo” (CCRI-CG, 1996) e seria essa frente ampla que formaria o Movimiento para la Liberación Nacional conclamado e aprovado em 1995.

Una nueva fuerza política que forme parte de un amplio movimiento opositor, el Movimiento para la Liberación Nacional, como lugar de acción política ciudadana donde confluyen otras fuerzas políticas de oposición independiente, espacio de encuentro de voluntades y coordinador de acciones unitarias. (...)

Una fuerza política que se llama Zapatista porque nace con la esperanza y el corazón indígena que, junto al EZLN, volvieron a bajar de las montañas mexicanas.

Una fuerza política que se llama De Liberación Nacional porque su lucha es por la libertad de todos los mexicanos y en todo el país. (CCRI-CG do EZLN, 1996a, n.p.)

A chamada desta frente está na crítica ao sistema político alicerçado nos partidos políticos, sobretudo porque o EZLN, após 2 anos do levante, já havia conseguido mapear as forças políticas com quem poderiam compor a partir das suas premissas de identidade indígena rebelde, autonomia e do Mandar Obedecendo.

**Este proyecto encuentra en el PRI<sup>63</sup> su cara criminal y en el PAN<sup>64</sup> su mascarada democrática.** Por el otro lado, el proyecto de la transición a la democracia, no una transición pactada con el poder que simule un cambio para que todo siga igual, sino la transición a la democracia como el proyecto de reconstrucción del país; la defensa de la soberanía nacional; la justicia y la esperanza como anhelos; la verdad y el **Mandar obedeciendo como guía de jefatura**; la estabilidad y la seguridad que dan la democracia y la libertad; el diálogo, la tolerancia y la inclusión como nueva forma de hacer política. (CCRI-CG do EZLN, 1996a, n.p.)

Além da intenção de formação da FZLN, este documento trará dois pontos fundamentais para as territorialidades zapatistas: a análise e o resultado das mesas de trabalho dos Acordos de San Andrés e o aprimoramento da perspectiva autonômica e de autogoverno.

### 3.3.2 Acordo de San Andrés e o Congresso Nacional Indígena.

Como exposto anteriormente, em março de 1995 foi aprovada pelo congresso nacional a Lei para o Diálogo, a Conciliação e a Paz Digna em Chiapas, conhecido como COCOPA, sob as fortes críticas do EZLN<sup>65</sup>, mas reconhecida como um esforço de negociar pela via do diálogo. As negociações iniciaram em abril do mesmo ano entre o EZLN, a CONAI e a COCOPA, no município de Ocosingo, no povoado de San Andrés Larráizar, o qual os zapatistas rebatizaram com o nome de Sacam Ch'en de

---

<sup>63</sup> A título de informação, o PRI foi o partido que mais governou um país na América Latina.

<sup>64</sup> Partido Acción Nacional, fundado em 1939.

<sup>65</sup> As ponderações e críticas emitidas pelo EZLN encontram-se no documento emitido em 11 de março, citado anteriormente.

los Pobres (SIPAZ, 2004) e que era reconhecido com um lugar seguro para a participação da comandância zapatista.

Figura 17 - Foto das negociações dos Acordos de San Andrés



Fonte: desconhecida

Esta articulação que se tornou histórica ficou conhecida como Acuerdos de San Andrés, visto que era uma proposta de se pensar constitucionalmente os povos indígenas e garantir seus direitos na constituição e sua participação nas diferentes esferas do governo. Além disso, romperia com a lógica indigenista de pensar o sujeito indígena desde fora, pois as políticas, a partir dali, deveriam ser o resultado de considerações elaboradas pelos próprios indígenas sobre a sua autodeterminação e autonomia.

O processo de negociação aconteceu durante o ano de 1995 e 1996, dividido em eixos temáticos e subdivididos em mesas:

- ★ Direitos e cultura indígena;
- ★ Democracia e justiça;
- ★ Bem-estar e desenvolvimento;
- ★ Direitos da mulher em Chiapas.

Os debates tiveram a presença de dezenas de etnias indígenas, com documentos e falas traduzidos em mais de 10 idiomas originários, já que muitos não dominavam o espanhol. Essa estrutura montada em torno dos Acordos de San Andrés, permitiu a presença, participação e articulação entre diferentes comunidades indígenas não-zapatistas, se fortaleceram e se tornaram mais contundentes a partir de suas pautas iniciais sobre autonomia e autodeterminação. Ao mesmo tempo, o governo se colocava mais ausente, pois seu modus operandi era cooptar as comunidades a partir de políticas assistencialistas e paternalistas, assim se deparava



com um movimento que se constituiu com princípios que pautavam dignidade e autonomia (LÓPEZ Y RIVAS, 2014).

Em 16 de fevereiro de 1996, após 17 sessões, o resultado dos debates do primeiro eixo foi redigido pela COCOPA e encaminhado com caráter de projeto de lei para o governo federal para que passasse pelos trâmites constitucionais cabíveis. Todavia, somente o primeiro eixo ocorreu de acordo com a estrutura planejada inicialmente, sendo que o segundo não foi concluído e os debates em torno dos dois últimos eixos sequer aconteceram devido a ausência e descaso do governo. Mesmo assim, em novembro a COCOPA realiza uma redação final e envia para o EZLN e para o secretário de governo (FUENTES, 2018), porém, os acordos não foram executados. Ao passo que ignoravam os diálogos, diferentes estratégias de enfraquecimento político e de isolamento eram adotadas contra o EZLN: o crescimento dos grupos paramilitares protagonizou massacres contra populações indígenas, que viam, ao mesmo tempo, seus protestos ser criminalizados.

A potência dos Acordos de San Andrés, mesmo que ignorados pelo governo enquanto projeto de lei constitucional, tornou-se uma espécie de "Constituição" dos povos indígenas que estavam articulados em torno deste debate e na construção do documento. Então, entre 9 e 12 de outubro de 1996 rearticula-se o Congresso Nacional Indígena (CNI), representando um grande passo na articulação entre dezenas de povos indígenas autônomos do México e acatando as resoluções das mesas, ajustando a elas a sua atuação política (LÓPEZ BÁRCENAS, 2016)

Coletivamente construímos, abraçamos, defendemos e exercemos os acordos de San Andrés Sakamch'en de los Pobres como a constituição de nossos povos, porque representam a única forma de seguir existindo como povos que somos, são o nosso direito à livre determinação e autonomia, o que quer dizer de decidir sobre nossos território, nossas formas de nos organizar coletivamente e a forma que queremos construir nosso futuro. (CNI, 1996, n.p.)

Outro ponto importante, é que reforçou a importância dos Acordos não como um pacto limitado à participação do EZLN e do governo federal como únicas partes desse processo, mas sim como o saldo de incansáveis debates sobre direitos e cultura indígena para além dos territórios zapatistas, abarcando diversas territorialidades dos povos indígenas:

Prácticamente todos los que quisieron hacerlo, la mayoría representados por sus autoridades legales y legítimas, acompañados de profesionistas de sus pueblos, quienes los orientaban en cuestiones técnicas y traducían el lenguaje político de la parte

gubernamental. Fue un proceso para debatir la transformación del país. (LÓPEZ BÁRCENAS, 2016, p. 88)

O Congresso também ratificou algumas práticas que nasceram pelo EZLN, como os princípios do Mandar Obedecendo e a aderência política às menções e propostas da Primeira Declaração da Selva Lacandona (FUENTES, 2018).

Esas resistencias y rebeldías son formas de gobiernos propios en cada uno de nuestros territorios, son trabajos colectivos, son formas propias de seguridad y justicia, de agricultura y defensa de cultivos tradicionales, de formas propias de educación y comunicación. Esos modos de consenso, de acuerdos y propuestas civilizatorias, regidas por los 7 principios que nos rigen y que han dado respuesta precisa a graves problemas que aquejan no solo a nuestras regiones, sino al país entero, a los pueblos campesinos no indígenas a las sociedades en las ciudades, es nuestra propuesta a la nación entera. (CNI, 1996, n.p.)

### 3.3.3 Contra-insurgência, Acteal e a morte dos Aguascalientes

Em fevereiro de 1997 mais de dez mil pessoas marcharam para pressionar o governo a reconhecer os Acuerdos de San Andrés. A resposta do governo foi ordenar o exército a atacar e estimular (os paramilitares) a realizar diversos ataques e agressões às comunidades indígenas zapatistas e não zapatistas.

En cada municipio autónomo tuvimos muchos problemas, nos atacó mucho el gobierno, nos desmanteló uno de los municipios autónomos, no todos. El municipio Ricardo Flores Magón primero construyó las oficinas en el ejido Taniperla y el gobierno junto con los priistas mandó a su ejército, seguridad pública y organizó grupos paramilitares para desmantelar, para destruir nuestras oficinas, así fue la construcción de nuestra autonomía (ARTEMIO, 2013, p. 43)<sup>66</sup>

Os ataques seguiram no mês de novembro, com denúncias de roubos de casas e comércios, perseguições, assassinatos a queima roupa e invasões, com foco no município de San Pedro de Chenalhó, onde se encontravam alguns dos MAREZ. Em comunicado no dia 12 de dezembro de 1997, o CCRI-CG denunciaram:

El CCRI-CG del EZLN informa a la opinión pública nacional e internacional sobre la situación actual de miles de indígenas zapatistas, perseguidos, asesinados y desalojados de sus tierras en el municipio de San Pedro de Chenalhó, Chiapas.

PRIMERO.- Más de 6 mil desplazados de guerra son el resultado de los ataques de las bandas paramilitares y la policía del estado, dirigidas ambas por el gobierno estatal, con el beneplácito del gobierno federal.

Tan sólo en la comunidad de Xcumumal se encuentran refugiados más de 3 mil 500 indígenas. Están completamente aislados, pues permanecen sitiados por las guardias blancas y policías de seguridad pública del estado.

---

66 Artemio, ex-integrante del Consejo Autónomo, MAREZ Ricardo Flores Magón, La Garrucha.

Los zapatistas de Chenalhó viven a la intemperie y sufren, además de la falta de vivienda, vestido y alimentación, enfermedades que alcanzan ya el rango de epidemias. (CCRI-CG do EZLN, 1997, n.p.)

Ao mesmo tempo, o EZLN organizou uma grande marcha em mais de 15 municípios contra os ataques e perseguições. É importante pontuar que os ataques paramilitares foram em resposta, fundamentalmente, à organização do CNI, que se amplificou como força social de reivindicação de autonomia indígena e dos Acordos de San Andrés. Ou seja, os ataques não eram destinados exclusivamente às bases de apoio zapatistas ou ao CCRI-CG, mas sim às comunidades indígenas simpatizantes ao zapatismo e/ou organizadas em seus territórios através de outras agrupações que reivindicavam a autonomia e se posicionavam contra o governo do PRI.

Um dos episódios mais marcantes da geo-grafia zapatista ficou conhecido como o Massacre de Acteal, ou Matanza de Acteal. Parte da população do povoado de Acteal pertencia ao MAREZ Polhó que, por sua vez, fazia parte do município oficial de San Pedro Chenalhó, na Zona dos Altos de Chiapas - ou seja, parte significativa da população desta região era formada por territórios de bases de apoio zapatistas ou simpáticas às propostas do EZLN (CDHFBLC, 1998a) <sup>67</sup>. No final do ano de 1997, como parte da guerra de baixa intensidade, cerca de 325 pessoas provenientes dos povoados vizinhos de Quexcit e Tzajalucum se refugiaram dos ataques e ameaças de morte promovidas por grupos paramilitares (também de filiação priista<sup>68</sup>) no povoado de Acteal, em um acampamento ao lado da igreja. A maioria fazia parte da Sociedade Civil Las Abejas<sup>69</sup> (do município de San Pedro de Chenalhó), caracterizado como um grupo civil e pacifista que buscava desde 1994 negociações para o fim da guerra.

Então, em 23 de dezembro, paramilitares invadiram o acampamento de refugiados e entraram na igreja, enquanto dezenas de indígenas rezavam, e atiraram contra essas pessoas. De acordo com o relatório publicado pelo FRAYBA, após um ano do massacre, foram divulgados novos elementos sobre este episódio, contendo testemunhos, arquivos de imagens, assim como o andamento das investigações, com

---

<sup>67</sup> CDHFBLC: Centro De Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas.

<sup>68</sup> “En Chenalhó, un grupo de campesinos militantes del Partido Revolucionario Institucional fue organizado y entrenado por elementos del Ejército Nacional Mexicano y protegido por elementos de la Policía de Seguridad Pública. A lo largo de 1997, la actividad de este grupo se fue incrementando creando una situación de gran tensión en las comunidades del municipio” (CDHFBLC, pág 7, 1998a)

<sup>69</sup> Para mais informações sobre a Sociedade Civil Las Abejas <http://acteal.blogspot.com/>

detalhes pré e pós o ataque, como relatos de sobreviventes do ataque e de parentes das vítimas.

El 22 de diciembre de 1997, aproximadamente a las 10:30 horas, se encontraba parte de la comunidad de Acteal junto con los desplazados de las otras comunidades en la ermita católica orando para pedir por la paz en Chenalhó. La gran mayoría de los orantes llevaban tres días de ayuno. Los refugiados y habitantes de Acteal escucharon una gran cantidad de balazos provenientes de varias direcciones acercándose a la ermita. Según algunos testigos, un grupo numeroso de al menos 90 personas dispararon con armas de alto calibre y con balas expansivas contra los hombres, mujeres y niños desarmados. Los campesinos intentaron huir y esconderse en diversos lugares. Algunos tomaron la dirección del arroyo que atraviesa la comunidad por abajo pero encontraron otro grupo de paramilitares que avanzaba, otros huyeron rumbo a la escuela, otros más se escondieron en la maleza cercana. [...]

[segue com relato anônimo de uma das vítimas]

Casi todos los agresores vestían de negro o de azul, a la usanza de la policía de Seguridad Pública, y llevaban paleacates rojos puestos en la cabeza. Los disparos duraron hasta aproximadamente las 6:00 de la tarde. **Fueron asesinados 45 campesinos: 15 niños, 21 mujeres, y 9 hombres.** Además, quedaron 25 heridos, de estos nueve en condición grave y cinco delicados. (CDHFBLC, 1998a, p.7)

Acteal representou a política de extermínio pelo Estado e a perseguição às comunidades autônomas que se colocavam como oposição ao governo, como o caso do EZLN e de outras forças sociais e políticas que se reorganizavam através do CNI. Ainda de acordo com o FRAYBA, após o ataque, o número de refugiados e deslocados aumentou para mais 6000 bases de apoio zapatistas, reafirmando as ações como ataques diretos aos MAREZ. Somado às políticas de governo, neste período houve uma grande quantidade de crianças que morreram em consequência da desnutrição, falta de água potável, insalubridade, falta de atendimento médico, além de relatos de envenenamento dos corpos d'água da região<sup>70</sup>, envio de medicamentos fora do prazo de validade pelo governo mexicano, entre outros (CDHFBLC, 1998).

O EZLN e o CNI, perante esse cenário, ampliaram sua área de abrangência a partir de ações de solidariedade nas regiões onde se encontrava a população vulnerável (zapatista e não-zapatista).

En el Municipio Autónomo han tomado medidas para resolver estos problemas, a través de trabajos colectivos, como siembra de hortalizas, la instalación de una tortillería comunitaria, la remodelación

---

<sup>70</sup> Existem denúncias registradas que o Exército Federal Mexicano contaminou fontes de água da comunidade de Polhó e bloqueou o acesso, pois colocaram suas bases estrategicamente próximas aos mananciais.

de espacios públicos comunitarios y crear comisiones de atención a las necesidades de los desplazados en la comunidad. (CDHFBLC, 1998b, p. 10)

Consequentemente, o ano de 1998 também foi marcado por ataques aos municípios autônomos e pela resposta de centenas de bases de apoio zapatistas frente aos assentamentos militares na região. No município autônomo de San Juan de la Libertad, em 10 de julho de 1998, dezenas de zapatistas foram mortos. Entre alguns relatos recolhidos e disponibilizados, foi possível transcrever a fala de um base de apoio zapatista denunciando os ataques militares aos comércios e às casas locais: “Destruyeron todo, sacaron todo el dinero, donde nos agarraron en el camino, le quitaron todo el dinero, le quitaron sus cositas, todo se lo llevaron”.

Após a continuidade dos conflitos e por pressão social, em 15 de março o governo Zedillo envia uma proposta constitucional referente aos direitos indígenas, porém, muito distante daqueles que haviam sido construídos nas mesas dos Acordos de San Andrés (FUENTES, 2018). A resposta pública zapatista foi a publicação da Quinta Declaração da Selva Lacandona, em julho de 1998, onde cita especificamente:

Una reforma constitucional en materia de derechos y cultura indígenas no debe ser unilateral, debe incorporar los Acuerdos de San Andrés y reconocer así los aspectos fundamentales de las demandas de los pueblos indios: autonomía, territorialidad, pueblos indios, sistemas normativos. En los Acuerdos se reconoce el derecho a la autonomía indígena y el territorio, conforme al convenio 169 de la OIT, firmado por el Senado de la República. Ninguna legislación que pretenda encoger a los pueblos indios al limitar sus derechos a las comunidades, promoviendo así la fragmentación y la dispersión que hagan posible su aniquilamiento, podrá asegurar la paz y la inclusión en la Nación de los más primeros de los mexicanos. Cualquier reforma que pretenda romper los lazos de solidaridad históricos y culturales que hay entre los indígenas, está condenada al fracaso y es, simplemente, una injusticia y una negación histórica. (CCRI-CG DO EZLN, 1998, n.p.)

A Quinta DSL também faz um resgate das ações do EZLN, principalmente, desde os Acordos de San Andrés reafirmando a legitimidade dos consensos, sobretudo por não terem sido construídos somente pelo EZLN, mas sim com representação de dezenas de grupos indígenas de todo o território mexicano.

No estuvieron solos los zapatistas en San Andrés y sus acuerdos. Junto y detrás de los pueblos indios del país estuvieron y están los zapatistas. Como ahora, entonces sólo fuimos parte pequeña de la gran historia con rostro, palabra y corazón del náhuatl, paipai, kiliwa, cúcapa, cochimi, kumiai, yuma, seri, chontal, chinanteco, pame, chichimeca, otomí, mazahua, matlazinca, ocuilteco, zapoteco, solteco, chatino, papabuco, mixteco, cuicateco, triqui, amuzgo, mazateco, chocho, izcateco, huave, tlapaneco, totonaca, tepehua, popoluca, mixe, zoque, huasteco, lacandón, maya, chol, tzeltal, tzotzil, tojolabal,

mame, teco, ixil, aguacateco, motocintleco, chicomucelteco, kanjobal, jacalteco, quiché, cakchiquel, ketchi, pima, tepehuán, tarahumara, mayo, yaqui, cahita, ópata, cora, huichol, purépecha y kikapú. (CCRI-CG DO EZLN, 1998, n.p.)

A partir desse recorte, o documento vai esboçar pontos que afirmaram as ações do EZLN e sua relação com o Estado durante o período. No ponto 1, “La resistencia y el silencio”, aponta as diversas tentativas que o EZLN propôs para o governo em relação ao reconhecimento dos direitos indígenas constituídos a partir dos Acordos de San Andrés e a resposta por parte do governo em acirrar os ataques aos territórios indígenas e zapatistas; no ponto 2, “Contra la guerra, no otra guerra sino la misma resistencia digna y silenciosa”, aponta o silêncio como única forma possível e pacífica para seguir nos territórios, onde o

Silencio, dignidad y resistencia fueron nuestras fortalezas y nuestras mejores armas. Con ellas combatimos y derrotamos a un enemigo poderoso pero falto de razón y justicia en su causa. De nuestra experiencia y de la larga y luminosa historia de lucha indígena que nos heredaron nuestros antepasados, los habitantes primeros de estas tierras, retomamos estas armas y convertimos en soldados nuestros silencios, la dignidad en luz, y en muralla nuestra resistencia. (CCRI-CG DO EZLN, 1998, n.p.)

No ponto 3, “San Andrés: una ley nacional para todos los indígenas y una ley para la paz”, aponta para a necessidade de se reafirmar os Acordos, na sua íntegra, como justiça para os indígenas e para a existência da paz; no ponto 4, “El diálogo y la negociación, posibles si son verdaderos”, acena que existe a possibilidade do diálogo e da negociação, mas que o maior impedimento se encontra nas próprias ações do governo e reafirma sua posição: “el diálogo y la negociación tendrán pertinencia, viabilidad y eficacia cuando, además de contar con una mediación, la confianza y la credibilidad se restituyan. Mientras tanto, sólo puede ser una farsa en la que no estamos dispuestos a participar”; no ponto 5, “Resistimos, seguimos” afirma-se que nos quatro anos que decorreram no levante de 1994, foi constituída uma rede com outras organizações sociais e políticas, de milhares de pessoas que não são vinculadas a partidos políticos e que “La palabra de los habitantes primeros de estas tierras tiene ya un lugar especial en la opinión pública, lo indígena ya no es turismo o artesanía, sino lucha en contra de la pobreza y por la dignidad”; e, por último e o que mais caracteriza o momento, o sexto ponto chamado de “Es la hora de los pueblos indios, de la sociedad civil y del Congreso de la Unión”, o EZLN declara a necessidade do povo mexicano, indígena ou não, da sociedade civil em geral, em exigir o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas como parte da constituinte.

Evidente que muito das exigências desta quinta declaração vão ao encontro do reconhecimento constitucional, uma vez que, inserido na constituição o direito por autonomia e autodeterminação dos povos indígenas (seguindo os Acordos de San Andrés e as normas da convenção 169 da OIT), abriria jurisprudência para a defesa e, conseqüentemente, cessamento dos ataques do exército e das forças paramilitares nos territórios zapatistas e indígenas, sobretudo aqueles organizados na órbita do CNI.

O ano de 1999 deu continuidade às ações de repressão do Estado em relação às comunidades zapatistas de forma direta através de seu aparato militar, e de forma indireta, como a libertação de diversos detentos pertencentes aos grupos paramilitares de Chiapas (SIPAZ, 2000).

Em janeiro do mesmo ano o EZLN convoca a Consulta por el Reconocimiento de los Derechos de los Pueblos Indios y por el Fin de la Guerra de Exterminio, com o objetivo de ser uma nova iniciativa de diálogo e paz, em consonância com a proposta da Quinta Declaração da Selva Lacandona (junho de 1998), a ser aplicada em escala nacional e internacional, mobilizando e pautando em torno da necessidade do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e pelo fim dos ataques nos territórios indígenas e zapatistas.

Llamamos a las organizaciones políticas y sociales que luchan por el derecho al voto en el extranjero a que apoyen e impulsen la consulta en todos los países donde tienen trabajo organizativo.

Llamamos a los hombres y mujeres de todas las nacionalidades, y a los mexicanos y mexicanas que viven en los países de América Latina, en Europa, en Asia, en África y en Oceanía, para que se pongan de acuerdo en la organización y realización de la consulta. A que juntos en cada nación, organicen la difusión, la instalación de casillas y el conteo de las opiniones.

Hacemos un llamado especial a la comunidad mexicana que vive en los Estados Unidos de América para que participe en la Consulta por el Reconocimiento de los Derechos de los Pueblos Indios y por el Fin de la Guerra de Exterminio, promoviendo y difundiendo la consulta, instalando casillas de votación y dando su opinión el día domingo 21 de marzo de 1999. (CCRI-CG DO EZLN, 1999, n.p.)

Em março de 1999 inicia a consulta com a presença de cinco mil delegadas e delegados zapatistas dos 5 Aguascalientes em Chiapas em direção aos 32 estados do território nacional<sup>71</sup>. Em 21 de março já havia sido contabilizada a participação de

---

<sup>71</sup> Existem vídeos disponíveis na internet registrando a campanha realizada no lado estadunidense que faz fronteira com o estado de Tijuana.

mais 2,8 milhões de pessoas do México e 48 mil mexicanos vivendo fora do México que responderam a consulta (SIPAZ, 2000).

Em maio é realizado o segundo encontro entre a sociedade civil e o EZLN no Aguascalientes La Realidad, município oficial de Las Margaritas, para debater, analisar e encaminhar os resultados da consulta nacional. A reação do governo foi imediata:

Las primeras dos semanas de junio hubo un aumento significativo en incursiones militares y policíacas en comunidades zapatistas; detenciones arbitrarias de presuntos zapatistas; hostigamiento por parte de los militares en los retenes; y concentración de tropas militares. En cada una de las incursiones participan entre cien y mil militares y policías. Como pretexto de todos estos operativos las autoridades estatales y federales mencionan la aplicación de la Ley de Armas de Fuego y Explosivos, la lucha contra el narcotráfico, la detención de delincuentes y la protección de los habitantes que lo pidieron. (SIPAZ, 2000, n.p.)

A lógica do EZLN em dar visibilidade nacional e internacional não é restrita à comandância, ao contrário, se justifica na tentativa de resguardar as bases de apoio zapatistas. Então, à medida que avança a violência do Estado, o EZLN convoca a consulta pública do estado de Chiapas (demanda gerada no encontro de La Realidad), em San Cristóbal de Las Casas que contou a participação de 77 organizações registradas, além da participação ativa da arquidiocese e de setores mais progressistas da Igreja Católica. Outro ator com participação de destaque em relação à mediação do conflito foi o Comitê de Direitos Humanos da ONU que expressou “profunda preocupação” com a violência contra as mulheres, com a crescente militarização e com a impunidade na região (SIPAZ, 2000).

Mesmo com todas as ações de visibilidade, em agosto do mesmo ano, mais de 500 militares invadem por terra e pelo ar (paraquedas) os territórios zapatistas da região da Selva, gerando, conseqüentemente, mais um conflito entre o Exército Federal e as bases de apoio zapatista, no povoado de José la Esperanza, municipio de Las Margaritas, resultando em três indígenas detidos e 7 militares feridos a *machetazos*.

O período entre 1996 e 2000 é marcado por uma longa resistência, tendo como saldo político a experiência democrática indígena articulada pelos Acordos de San Andrés e pelo CNI, a ampliação da rede de solidariedade nacional e internacional e, fundamentalmente, a consolidação das territorialidades dos Municipios Autônomos (ORNELAS, 2005). Ao mesmo tempo, essa resistência é desafiada cotidianamente



aos ataques militares e paramilitares, desde casos mais pontuais até a chacina do massacre de Acteal. O governo Zedillo seguiu a mesma lógica e *modus operandi* que seguiram seus antecessores do PRI, assim como outras escalas de governo (estatal e municipal) e de influência das comunidades a partir de políticas assistencialistas.

Entre a segunda metade de 1999 e o ano 2000, houve aumento das perseguições e ataques do governo Zedillo nas comunidades zapatistas, resultando em visitas da ONU<sup>72</sup> nos territórios rebeldes e a recomendação dela para que o governo siga as resoluções dos Acordos de San Andrés. A conjuntura, porém, era igualmente desfavorável ao PRI que, além do desgaste com as populações indígenas, sofria acusações (e comprovações) de perseguição política, assassinato e corrupção, o que acabou sendo apropriado na campanha para a eleição do candidato de extrema direita Vicente Fox<sup>73</sup>, pelo Partido da Acción Nacional (PAN), para a presidência do país. Fox adotou o papel de negociador, de diálogo e enviou ao Congresso Federal (em 2001) um projeto de lei que contemplava alguns dos pontos que foram debatidos nos Acordos de San Andrés.

Evidentemente que este processo não teria a participação passiva do EZLN. Enquanto aconteciam os debates em torno do projeto de lei, em 24 de fevereiro, o EZLN e o CNI iniciavam a Marcha del Color de la Tierra, que percorreu povoados indígenas de 13 estados. Em 4 de março, em meio à Marcha, na comunidade purépecha de Nurió, foi realizado o III Congresso Nacional Indígena, na qual se aprovou a Declaração pelo Reconhecimento Constitucional de Nossos Direitos Coletivos (SIPAZ, 2002). Essa marcha entra para a trajetória do EZLN como um momento histórico do movimento, visto que sua intenção é resgatar a importância dos Acordos de San Andrés como única proposta legítima e viável para os povos indígenas no México e, assim, pressionar por sua votação nas esferas federais.

Além disso, novos elementos entram para essa geo-grafia, como o “teste de fogo” em relação às propostas do governo Fox (que representou a queda de mais de 7 décadas de ditadura priista) e que de nenhuma maneira tratou-se de uma aposta no governo do PAN, mas sim a necessidade de delinear um paradigma para as e os zapatistas, ou seja, ou seria aprovado ali a proposta de autonomia traçada pelos povos

---

<sup>72</sup> A recomendação foi após a relatora da ONU do Grupo de Trabalho sobre Povos Indígenas, Erika Irene Daes, concluir sua visita no México e nos territórios em resistência.

<sup>73</sup> Vicente Fox - Presidente do México entre 1 de dezembro de 2000 até 30 de novembro de 2006 pelo PAN.

indígenas com garantia constitucional, ou não seria mais. Além do mais, a marcha possibilitou estreitar laços e dar continuidade ao que foi a Consulta Popular de 1999. Com as palavras de “democracia e liberdade”, a Marcha del Color de la Tierra trouxe o EZLN para o público em duas das principais vitrines da política institucional mexicana:

A primeira - e pela primeira vez! - foi no centro da Cidade do México, com o discurso histórico do SCI Marcos na praça do Zócalo para milhares de pessoas que acompanhavam atentas a marcha e seguiam as e os zapatistas no território do centro do poder:

Es la hora de que el Fox y a quien sirve escuche y nos escuche.  
 Es la hora de que el Fox y quien lo manda nos vea.  
 Una sola cosa habla nuestra palabra.  
 Una sola cosa mira nuestra mirada.  
 El reconocimiento constitucional de los derechos y la cultura indígenas.  
 Un lugar digno para el color de la tierra.  
 Es la hora de que este país deje de ser una vergüenza vestida sólo del color del dinero.  
 Es la hora de los pueblos indios, del color de la tierra, de todos los colores que abajo somos y qué colores somos a pesar del color del dinero.  
 Rebeldes somos porque es rebelde la tierra si hay quien la vende y compra como si la tierra no fuera, y como si no existiera el color que somos de la tierra.  
 Ciudad de México:  
 aquí estamos. aquí estamos como rebelde color de la tierra que grita:  
 ¡Democracia! ¡Libertad! ¡Justicia! (CCRI-CG DO EZLN, 2001, n.p.)

Figura 18 - Chegada do EZLN na praça do Zócalo, Cidade do México



Foto: autoria desconhecida.



Foto: Ulises Castellanos

A segunda ocasião foi em um discurso da Comandanta Esther na Tribuna da Câmara de Deputados, em 28 de março, falando da importância da aprovação da lei elaborada pelos povos indígenas:<sup>74</sup>

Durante 4 años se dio un debate que ninguna iniciativa de ley ha tenido a lo largo de la historia de la legislatura federal en México. Y en este debate, todas las críticas fueron puntualmente refutadas por la teoría y la práctica. Se acusa a esta propuesta de balcanizar el país, y se olvida que el país ya está dividido. Un México que produce las riquezas, otro que se apropia de ellas, y otro que es el que debe tender la mano para recibir la limosna.

En este país fragmentado vivimos los indígenas condenados a la vergüenza de ser el color que somos, la lengua que hablamos, el vestido que nos cubre, la música y la danza que hablan nuestras tristezas y alegrías, nuestra historia. Se acusa a esta propuesta de crear reservaciones indias, y se olvida que de por sí los indígenas estamos viviendo apartados, separados de los demás mexicanos y, además en peligro de extinción. Se acusa a esta propuesta de promover un sistema legal atrasado, y se olvida que el actual sólo promueve la confrontación, castiga al pobre y le da impunidad al rico, condena nuestro color y convierte en delito nuestra lengua. Se acusa a esta propuesta de crear excepciones en el quehacer político, y se olvida que en el actual el que gobierna no gobierna, sino que convierte su puesto público en fuente de riqueza propia y se sabe impune e intocable mientras no acabe su tiempo en el cargo. (COMANDANTA ESTHER/CCRI-CG, 28 de março de 2001, n.p.)

Figura 19 - Comandanta Esther e Supcomandante Insurgente Marcos.



À esquerda, discurso da Comandanta Esther no Congresso da União na Marcha del Color de la Tierra. Abaixo, Discurso do SCI Marcos na praça do Zócalo.



Fonte: autoria desconhecida

Todavía, os resultados das negociações foram frustrados devido à intransigência dos poderes federais: tanto a Presidência como o Congresso da União, e posteriormente a Suprema Corte de Justiça, não atenderam o ponto central dos Acordos de San Andrés em torno da proposição da Lei sobre Direitos e Cultura Indígenas, elaborada pela COCOPA em 1996 e apresentada ao Congresso e defendida pelo EZLN e pelo CNI (ORNELAS, 2005, P. 141)

Como había un compromiso del gobierno para incluir su contenido en la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, desde diversos lugares comenzaron a surgir iniciativas para hacerlo, al grado que hubo diez propuestas distintas, aunque todas decían interpretar el contenido de los Acuerdos; de ellas, cuatro se convirtieron en iniciativas de reformas a la Constitución y fueron enviadas al Congreso de la Unión para su discusión y eventual aprobación. Paradójicamente, la elaborada por la Comisión de Concordia y Pacificación (COCOPA), que se sustentaba en los Acuerdos de San Andrés, suscritos entre el gobierno federal y el EZLN, que contaba con el consenso del movimiento indígena nacional y la simpatía de una gran franja de la sociedad mexicana e internacional, no fue presentada desde el inicio por el presidente de la República al Poder Legislativo para su discusión, como era su compromiso. (LÓPEZ BÁRCENAS, 2016, p. 91)

Foi aprovada pelo Senado, em 24 de abril, a Ley Indígena, que ficou conhecida como “Ley Light”, por ser considerada uma contra reforma e uma traição ao povo indígena, sendo fortemente rechaçada pelo EZLN, pelo CNI e por outros setores sociais, incluindo a Arquidiocese de San Cristóbal de Las Casas. Entre os pontos principais da nova lei, passa o reconhecimento da autonomia dos povos indígenas de acordo com as leis locais, subordinando-os ao governo federal. Outro ponto de destaque diz respeito ao acesso aos “recursos” naturais, que é a essência da relação e o eixo central da cosmovisão indígena com seu território, onde limitava o acesso dos povos e trocava o termo “terra e território” por “lugares”, impondo a desterritorialização (FUENTES, 2019) e impossibilitando o exercício do autogoverno de organização comunitária. Além disso, retirava a possibilidade dos povos indígenas em ter e em gerir seus próprios meios de comunicação, como rádios comunitárias, etc.

Em maio, o CNI publicou seu posicionamento qualificando a proposta como “una burla para nuestros pueblos y una afrenta mayor para la sociedad mexicana, que decidió respaldar nuestra justa causa, no mês, a Conferência do Milênio dos Povos Indígenas, reunida no Panamá, rechaçou a reforma aprovada pelo governo e recomendou “tomar en cuenta el Convenio 169 de la OIT, ley suprema vigente en

México, de acuerdo con su constitución política”. Assim seguiu com iniciativas populares e mais de 3 mil personalidades - entre as quais o Prêmio Nobel de Literatura, José Saramago - organizações e coletivos assinaram o documento “Por el Reconocimiento de los Derechos y Cultura Indígenas” (LÓPEZ BÁRCENAS, 2016). O EZLN decide adotar os Acordos de San Andrés como parte da sua autonomia, ampliando-a para o CNI, e se declarando em resistência.

De 2001 até 2003 foram registradas 82 denúncias de violência contra as comunidades zapatistas, sendo que em 2002 aumentaram as ações de paramilitares contra as bases do movimento (ALONSO SÁNCHEZ; ALONSO REYNOSO, 2015). A decisão que os zapatistas tomaram foi, diante da violência e da repressão, emitirem comunicados e declarações reafirmando as resoluções do acordo de San Andrés como legislação legítima. Acreditava-se que em meados de 2003 os zapatistas estavam enfraquecidos, pois tinham perdido forças devido aos ataques do Estado e dos paramilitares.

Este foi um período de reorganização territorial. O ponto de partida para esta reorganização foi a avaliação de que a proposta inicial dos Aguascalientes como espaços de comunicação e de aprendizagem entre as e os zapatistas e a sociedade civil, organizações nacionais e internacionais já não cumpriam essa tarefa. A formação dos Aguascalientes veio da necessidade de espaço para visibilizar e, de alguma forma, concretizar o momento político das e dos zapatistas em congregar toda a demanda da sociedade civil. Ainda que com críticas que representam a fase final da existência dos Aguascalientes, é importante reafirmar que foram espaços que construíram a geo-grafia zapatista material e simbolicamente, representando um elemento fundamental das territorialidades zapatistas na década de 90. Ou seja, esses espaços haviam nascido ligados a uma iniciativa política conjuntural e, com os rumos das diversas tentativas em criar canais de diálogos com os diferentes governos (Gortari, Zedillo e Fox) a partir de iniciativas democráticas como os Acordos de San Andrés, sua existência não mais faria sentido (SCI MARCOS, 2003).

Um elemento fundamental é que, ao longo do tempo, observou-se que havia territórios zapatistas que estavam "em vantagem" em relação a outros, pois estavam mais próximos dos espaços urbanos da sociedade civil, com mais acesso aos meios de comunicação, à informação etc. (ALONSO, 2015), sobretudo o Aguascalientes de Oventik, pela proximidade da cidade de San Cristóbal de las Casas. Do mesmo modo,

há uma mudança importante nas relações com a sociedade civil, visando a superar o que o SCI Marcos chamou de “a síndrome da Cinderela”.

En los Aguascalientes se amontonan computadoras que no sirven, medicinas caducas, ropa extravagante (para nosotros) que ni para las obras de teatro ("señas" les dicen acá) se utilizan y, sí, zapatos sin su par. Y siguen llegando cosas así, como si esa gente dijera "pobrecitos, están muy necesitados, seguro que cualquier cosa les sirve y a mí esto me está estorbando".

No sólo, hay una limosna más sofisticada. Es la que practican algunas ONG's y organismos internacionales. Consiste, grosso modo, en que ellos deciden qué es lo que necesitan las comunidades y, sin consultarlas siquiera, imponen no sólo determinados proyectos, también los tiempos y formas de su concreción. Imaginen la desesperación de una comunidad que necesita agua potable y a la que le endilgan una biblioteca, la que requiere de una escuela para los niños y le dan un curso de herbolaria. (SCI MARCOS, 2003, p. 25)

Pelo caráter aberto dos Aguascalientes, como espaço de entrada da sociedade civil e contato com as e os zapatistas, não havia um controle bem estabelecido em receber doações e apoios e distribuí-los para as outras regiões. Fundamentalmente, era necessário reorganizar as redes de solidariedade que se aproximaram ao longo desses anos, assim organizações (com vínculos partidários) que propunham regulamentar as relações políticas e econômicas, retirando a autonomia e o protagonismo das comunidades zapatistas. Assim, foi declarada a morte dos Aguascalientes.

### **3.4 os Caracóis, *el votán* zapatista**

“Con las últimas palabras, el Viejo Antonio ha tomado una varita y algo ha dibujado en la tierra. Se va el Viejo Antonio y yo me voy también. Al oriente el sol se asoma apenas por el horizonte, como asomándose nomás, como checando si quien vela no se ha dormido y si hay alguien pendiente de que el mundo vuelva a estar cabal. Regresé al lugar a la hora del pozol, cuando el sol ya había secado la tierra y mi gorra. A un lado del tronco caído, sobre la tierra, vi el dibujo que había hecho el Viejo Antonio. Era una espiral de trazo firme, era un caracol. El sol estaba por la mitad de su camino cuando regresé a la reunión con los comités. Decidida la madrugada anterior la muerte de los "Aguascalientes", se decidía ahora el nacimiento de los "Caracoles" con otras funciones, además de las que tenían los ya agónicos "Aguascalientes".” Subcomandante Insurgente Marcos, 2013

Enquanto o EZLN aguardava um período de silêncio em sua relação com a sociedade civil e com os governos, os Municipios Rebeldes foram forjando territorialidades em outras escalas, fortalecendo cada vez mais a resistência e a autonomia, que já vinha se construindo desde a clandestinidade como processo e como projeto a partir dos trabalhos coletivos, da organização da saúde, da educação, da produção, da cultura, do Mandar obedecendo.

Essa preparação e reclusão gerou a demanda de dois elementos: a necessidade de criar uma estrutura organizativa que comportasse a autonomia social, política e financeira; e (re)estabelecer uma nova forma de interação política com a sociedade civil nacional e internacional, que havia deixado algumas amarras com a experiência dos Aguascalientes. Portanto, neste momento é onde se criam e se efetivam as estruturas do autogoverno, o desprendimento da organização civil e militar zapatista, onde a organização civil passa a ser predominante. É possível observar que a partir desde momento da tese, será usado com mais frequência “as e os zapatistas” ao invés de “EZLN” para referenciar pois, de fato, o exército fica numa posição de resguardo das comunidades zapatistas, para que possam exercer o autogoverno em cada região a partir da sua autonomia.

### 3.4.1 Um território

Em 8, 9 e 10 de agosto de 2003 foram inaugurados, com um grande evento e comemoração<sup>75</sup>, os cinco Caracóis Zapatistas e as Juntas de Bom Governo (JBG), de acordo com SCI Marcos (2013), estes espaços são como “portas para entrar nas comunidades e para que as comunidades saiam; como janelas para vermos dentro e para que vejamos fora; como buzinas para levar longe nossa palavra e para escutar a de quem longe está”<sup>76</sup>. Doroteo<sup>77</sup> relata que a criação das JBG veio da necessidade de uma instância para as demandas civis para exercer a autonomia, visto que a estrutura militar estava muito envolvida com a guerra.

Llegando 2002, los compañeros de la asociación de municipios decidieron nombrar un grupo de compañeros que se encargara de llevar la coordinación de esos trabajos de educación, salud y comercio. Se nombran a siete compañeros y una compañera, ese grupo se llamó Directiva de la Asociación de Municipios Autónomos. (DOROTEO, 2013, p. 8)

Cada Caracol recebeu um nome, devidamente escolhido por assembleia e com critérios de regionalização de acordo com a história que havia construído até então, ou seja, das territorialidades zapatistas inseridas nas diferentes etnias e de localização, conforme o levante de 1994 e, posteriormente, as sedes dos Aguascalientes.

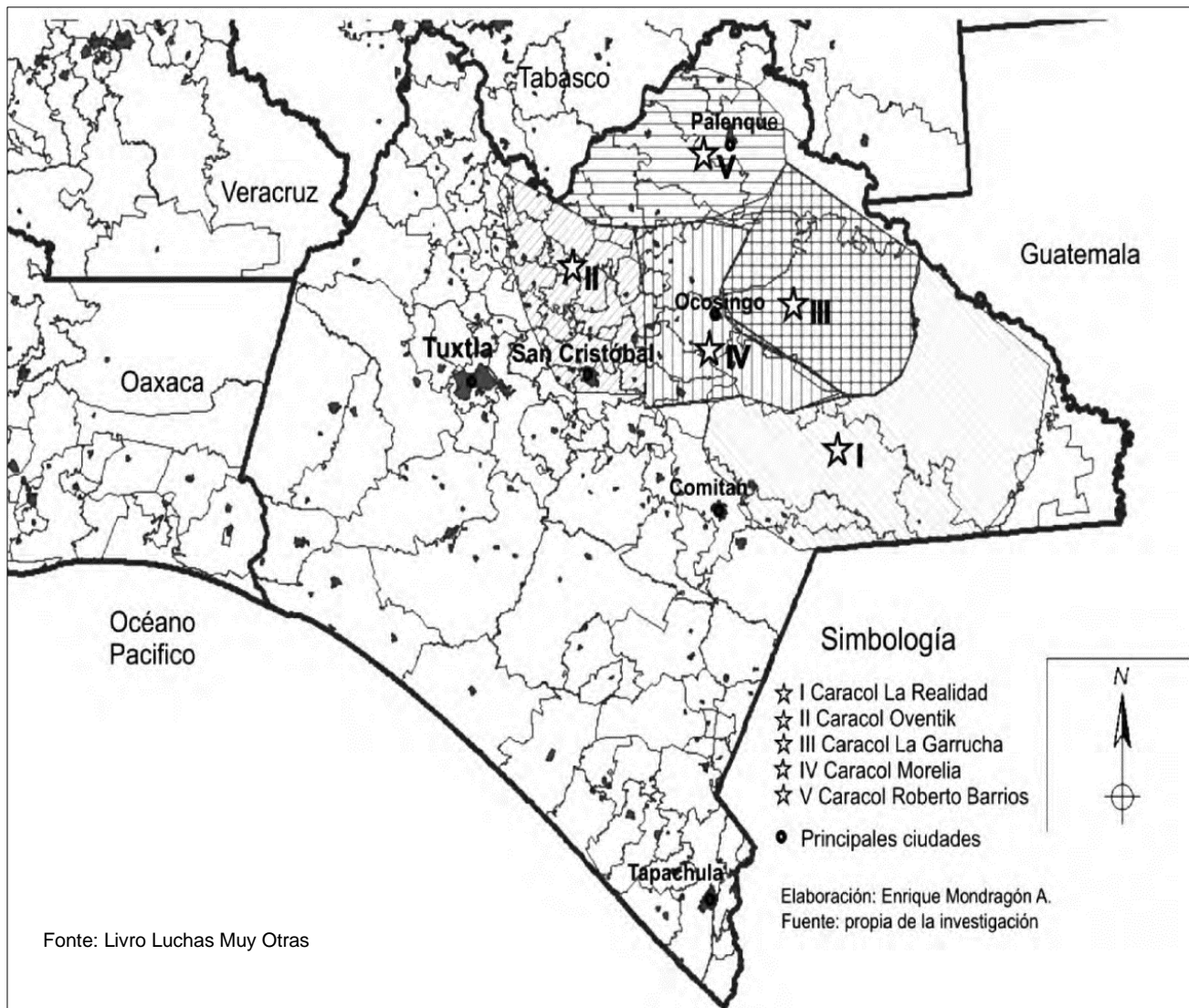
---

<sup>75</sup> Ressalta-se que para a festa de inauguração dos Caracóis não foram convidados nenhum partido político ou órgão governamental.

<sup>76</sup> Tradução livre minha.

<sup>77</sup> Doroteo, zapatista do MAREZ Libertad de los Pueblos Mayas.

Figura 20 - Mapa dos Caracóis zapatistas em agosto de 2003.





**Quadro 6 - Os Caracóis, as Juntas de Bom Governo, sedes e etnias em agosto de 2003**

<b>Caracóis</b>	<b>Juntas de Bom Governo</b>	<b>Sede</b>	<b>Etnias</b>
Madre de los caracoles del mar de nuestros sueños/ s-nan xoch baj paman ja tez waychimed ku'untic.	Hacia la esperanza (Selva Fronteiriça)	La Realidad	tojobales, tzeltales e mames
Torbellino de nuestras palabras/ muc'ul puy zutu'ik ju'un jc'optic.	Corazón del arcoiris de la esperanza	Morelia	tzeltales, txotziles e tojolabales
Resistencia hacia un nuevo amanecer/ te puy tas maliyel yas pas yach'il sacal quinal.	El camino del futuro	La Garrucha	tzeltales
El caracol que había para todos/ te puy yax soco'opj yu'un pisiltic (en tzeltal); puy mui ti t'an cha 'an ti lak pejtél (en chol)	Nueva semilla que va a producir	Roberto Barrios	choles, zoques e tzeltales
Resistencia y rebeldía por la humanidad/ ta tzikel vocolixchiuc jtoybailtic sventa slekialial sjunul balumil.	Corazón céntrico de los zapatistas delante del Mundo	Oventik	tzotziles e tzeltales

Fonte: Subcomandante Insurgente Marcos, La Treceava Estela (2003).

Elaboração: Renata Ferreira da Silveira

Estas novas instâncias vão buscar superar alguns obstáculos organizativos que surgiram durante a história do EZLN e, fundamentalmente, o avanço da autonomia nos seus territórios, trazendo a necessidade de uma “coordenação” para os agrupamentos das comunidades zapatistas e MAREZ, regionalizando o autogoverno zapatista.

Y en cada Caracol se distingue perfectamente una nueva construcción, la llamada "Casa de la Junta de Buen Gobierno". Según se alcanza a ver, habrá una "Junta de Buen Gobierno" en cada zona y representa un esfuerzo organizativo de las comunidades, no sólo para enfrentar los problemas de la autonomía, también para construir un puente más directo entre ellas y el mundo. (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 2003, p. 35)

Os Caracóis Zapatistas se conformaram em cinco espaços de organização política e cultural zapatista<sup>78</sup> e onde se encontram as sedes do autogoverno de cada zona. Dispõe da casa das Juntas de Bom Governo, as “oficinas” para cada MAREZ

<sup>78</sup> Este número de Caracóis é referente a sua fundação, em 2003. Recentemente, em 2019, foram criados mais 7 Caracóis.

que compõem a zona, e das comissões e coordenações, além de toda a estrutura de segurança. Além das sedes das estruturas políticas, coube aos Caracóis reunir os diversos equipamentos coletivos de referência para as comunidades zapatistas englobadas na sua região, definidos de acordo com a demanda de cada comunidade

- ★ Clínicas ou casas de saúde, inclusive odontológicas, do sistema de saúde autônomo.
- ★ Trânsito, transporte e logística.
- ★ Sede e local do Sistema de Educação Autônomo Zapatista (SEAZ), com escolas primárias e secundárias.
- ★ Diversas cooperativas e mercados
- ★ Rádios comunitárias e comunicação
- ★ Espaços de reunião e assembleias
- ★ Alojamento para estudantes que precisam se deslocar de longe, assim como as e os zapatistas que trabalham no Caracol em alguma função do governo autônomo.
- ★ Acampamento para visitantes e observadores de direitos humanos.
- ★ Bibliotecas.
- ★ Estrutura de palco e quadra esportiva.

### 3.4.2 La Sexta, La Otra e Atenco

Em meados de 2005 o EZLN suspende as cinco JBG como medida preventiva à ofensiva militar para prender os integrantes da comandância. O EZLN anunciou então o Alerta Vermelho Zapatista (ALONSO SÁNCHEZ; ALONSO REYNOSO, 2015), colocando as autoridades zapatistas em resguardo, em que seguiram seu trabalho feito de forma clandestina. Os caracóis seguiram funcionando os trabalhos de saúde comunitária e educação. As organizações nacionais e internacionais civis também tiveram que se retirar dos territórios rebeldes. Como justificativa, o EZLN publica que estão fazendo uma importante consulta interna e que ocorrerá uma reestruturação política e militar interna (SIPAZ, 2005), necessitando desta medida preventiva.

Em junho do mesmo ano, o EZLN declara o resultado da consulta interna nas comunidades e anuncia a **Sexta Declaração da Selva Lacandona**. Este extenso manifesto faz um balanço da história da luta zapatista e convida a comunidade nacional e internacional a pensar em alternativas de luta a partir do lugar onde vivem,

mas buscando nacionalmente unir setores de esquerda autônomos e construir um programa nacional de lutas

Por eso nosotros dijimos que “¡Ya Basta!”, o sea que ya no vamos a permitir que nos hacen menos y nos traten peor que como animales. Y entonces, también dijimos que queremos la democracia, la libertad y la justicia para todos los mexicanos, aunque más bien nos concentramos en los pueblos indios. Porque resulta que nosotros del EZLN somos casi todos puros indígenas de acá de Chiapas, pero no queremos luchar sólo por su bien de nosotros o sólo por el bien de los indígenas de Chiapas, o sólo por los pueblos indios de México, sino que queremos luchar junto con todos los que son gente humilde y simple como nosotros y que tienen gran necesidad y que sufren la explotación y los robos de los ricos y sus malos gobiernos aquí en nuestro México y en otros países del mundo. (CCRI-CG do EZLN, 2005, n.p.)

A “Sexta”, como é chamada, se torna um dos principais documentos do EZLN até hoje, colocando a necessidade de avançar nas articulações políticas e sociais, mas sugerindo que isto não pode ser feito através das instituições e partidos políticos:

No a hacer acuerdos arriba para imponer abajo, sino a hacer acuerdos para ir juntos a escuchar y a organizar la indignación; no a levantar movimientos que sean después negociados a espaldas de quienes los hacen, sino a tomar en cuenta siempre la opinión de quienes participan; no a buscar regalitos, posiciones, ventajas, puestos públicos, del Poder o de quien aspira a él, sino a ir más lejos de los calendarios electorales; no a tratar de resolver desde arriba los problemas de nuestra Nación, sino a construir DESDE ABAJO Y POR ABAJO una alternativa a la destrucción neoliberal, una alternativa de izquierda para México. (CCRI-CG do EZLN, 2005, n.p.)

O programa da Sexta deu início a uma das maiores experiências de articulação política popular no século XX, La Otra Campaña. Esta iniciativa comportava a parte nacional da Sexta, iniciando uma articulação que, em dois meses, já reunia mais de 30 organizações políticas, 32 organizações indígenas, 47 organizações sociais, 210 ONG’s, coletivos artísticos e culturais, 636 indivíduos (Comisión Sexta del EZLN, 2005) e, internacionalmente, o EZLN chamou de “Comissão Intergaláctica”, que faria as vezes da parte internacional de articulação da Sexta, recebendo, naquele mesmo mês, adesões, mensagens de apoio de organizações políticas e sociais e indivíduos da Alemanha, Argentina, Áustria, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, Cuba, Ecuador, El Salvador, Estado Español, Estados Unidos, Francia, Gran Bretaña, Irlanda, Italia, Martinica, País Vasco, Suecia y Uruguay (Comisión Sexta del EZLN, 2005).

Como porta-voz dos do EZLN para a La Otra Campaña, foi eleito o SCI Marcos e passou a se chamar “Delegado Zero” e, em 1 de janeiro de 2006, iniciou a caravana

nacional para construir La Otra Campaña, passando por dezenas de cidades. Em maio do mesmo ano, em meio a La Otra, mais um conflito marcou a história da repressão e violência militar contra indígenas no México: na cidade de Texcoco (Estado do México), a polícia ataca violentamente oito vendedores ambulantes de flores, a partir da proibição do prefeito de se instalar vendedores ambulantes em uma área que estava concedida para a construção de um empreendimento da Walmart (SIPAZ, 2005). Entre os ambulantes, se encontravam integrantes da Frente de Pueblos en Defensa de la Tierra (FPDT) do município de San Salvador Atenco, aderentes a Sexta e participantes da La Otra Campaña. A proximidade entre os dois municípios fez com que o conflito ultrapassasse os limites de Texcoco chegando a Atenco, envolvendo a Polícia Federal Preventiva do México, polícia municipal, moradores locais, militantes da FPDT e resultando em dois mortos, vários feridos, 211 presos, 5 estrangeiros deportados, mais de 27 denúncias de abuso sexual feitas por mulheres contra as forças militares, sendo 7 acusações de estupros (SIPAZ, 2005).

O EZLN chama jornadas de solidariedade a Atenco e reúne mais de 60 mil pessoas em marcha na Cidade do México. Em Oaxaca, se forma uma das maiores referências de organização popular da região, quando uma assembleia de professores mobiliza mais de 40 mil professores e recebe adesões de amplos setores sociais e funda a Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca (APPO). (SIPAZ, 2005). Em maio de 2006,

Como Comisión Sexta nos estamos declarando en alerta. Han sido ya declaradas en alerta roja las tropas del Ejército Zapatista de Liberación Nacional y en punto de esa hora serán cerrados los Caracoles y los Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas. A partir de este momento, a partir de este momento, está funcionando ya el nuevo escalón de mando en el Ejército Zapatista de Liberación Nacional. Cualquier cosa que me ocurra hay ya ahí quien tome las decisiones. No sabemos ustedes, pero los zapatistas somos hoy Atenco. (COMISIÓN DE LA SEXTA DEL EZLN, 2006, n.p.)

Os conflitos e manifestações seguirão por um ano marcado pela grande repercussão da La Otra Campaña, nacional e internacionalmente. Enquanto acontecia La Otra Campaña, aumentava o cerco e a violência do Estado em torno das comunidades zapatistas ou aderentes à La Otra, em agosto mais 30 famílias foram violentamente desalojadas do MAREZ El Trabajo, em Palenque.

Ao mesmo tempo, um ano eleitoral para o pleito federal e estadual aumenta os ataques e perseguições do estado e das forças paramilitares, assim como da militarização nas áreas de conflito. Também é marcada como uma eleição repleta de

fraudes, ameaças de golpe, acusações e denúncias, até a declaração e reconhecimento oficial de Felipe Calderón (PAN - 1 de dezembro de 2006 a 30 de novembro de 2012). E, finalmente, em 8 de outubro reinicia La Otra Campaña com o Delegado Zero percorrendo os 11 Estados que não havia coberto. No estado de Oaxaca, os ataques do Estado foram contra a APPO:

El 18 de octubre, la Comisión Nacional de los Derechos Humanos (organismo público autónomo) publica un documento sobre los hechos de violencia en Oaxaca con los siguientes saldos desde su comienzo: 349 personas detenidas, 370 lesionados y 20 fallecidos. (SIPAZ, 2007, n.p.)

Seguindo este caminho os e as zapatistas vêm assumindo uma geo-grafia de diferentes tempos e espaços que contribuem para o debate que toda a transformação social, revolucionária é, necessariamente, geográfica.

Quando se espera que hablen ellos,  
se arrancan hablando de outras cosas.  
Quando se espera que se conformen com su geografia,  
camina el mundo y sus luchas.”  
La Treceava Estela

## **CAPÍTULO 4 - SOBRE UMA GEO-GRAFIA DAS E DOS DE BAIXO**

### **4.1 Autonomia e autogoverno**

Enquanto uma das dimensões do autogoverno, o processo de autonomia nunca foi declarado como um paradigma ou com uma data pelo EZLN, mas sim desde baixo e dentro da multipluralidade étnica, da diversidade de costumes e de formas de organização de cada comunidade se consagrando no trabalho e na potência. Assim, concordamos com FREIRE (1987) quando afirma que a autonomia é parte de um exercício dialético entre os condicionamentos e liberdades dos sujeitos e, também, com CASTORIADIS (1995) ao afirmar que a autonomia se presentifica na multiplicidade de instituições sociais e em suas ações no tempo. O ponto é: no tempo e no espaço.

Portanto, a autonomia zapatista, na medida em que vai se territorializando como um processo diverso, amplo, construído sobre diferentes tecidos sociais e nas mais diversas geografias, inviabiliza a possibilidade de se viver sob a tutela do Estado, parte fundamental da política verticalizada e colonizada tanto nos setores da direita (por óbvio) como na esquerda. Essa política se manifesta, justamente, na desterritorialização e na intervenção do Estado pela privatização dos territórios como, por exemplo, na construção de grandes empreendimentos em terras originárias e ancestrais (isso sem entrar nas especificidades dos espaços urbanos). Ao mesmo tempo, é uma intervenção que desmonta ou desestabiliza a organização das e dos de baixo em seus espaços políticos.

É exatamente isto o que chamaríamos - e que eu chamo - heteronomia no domínio humano e social-histórico: o estado no qual as leis, princípios, normas, valores e significações são dados de uma vez por todas, e a sociedade, ou o indivíduo, segundo o caso, não tem nenhuma possibilidade de agir sobre eles” (CASTORIADIS, 1987, p.250)

A manifestação da resistência autônoma zapatista está justamente na manutenção dos seus diferentes mundos e, portanto, espaços. E por serem esses mundos comunitários e coletivos, o interesse e a estratégia em destruí-los vem

justamente para tentar romper com estas coletividades e com a capacidade de capilaridade que o EZLN tem. Assim, como num jogo de escalas, os ataques do Estado vêm em diferentes níveis, a começar pela lógica secular moderno-colonial de extinguir o índio pela narrativa do “atraso” e que, portanto, não deveriam existir. A partir daí é possível identificar a utilização de diferentes estratégias, tais como:

- utilização de uma lógica de dominação a partir das instâncias inerentes ao próprio Estado, em especial a partir do poder legislativo, com a proposição de leis de “direito à terra” que acabam por definir o que é terra e território a partir dos seus interesses. E, por “seus interesses” compreende-se o interesse dos grupos de latifundiários, empresários, corporações nacionais e internacionais, setores políticos, etc;
- criação de políticas indigenistas de “fora pra dentro” que, por consequência, passam uma ideia de “integração” do indígena à sociedade moderna para retirá-lo do “atraso” tornando-o “cidadão”;
- desaparecimento das terras comunais com a criação da ideia de propriedade privada e individual, reforçada pela lógica da “perseverança”, onde o próprio processo de titulação ocorre a partir do “despojo” dos próprios territórios indígenas (GUTIÉRREZ, 2017);
- desarticulação interna das organizações, grupos e coletivos indígenas que não têm acordo com e que resistem a essas políticas, seja a partir de agentes infiltrados ou de políticas assistencialistas;
- formação e articulação de forças paramilitares, ligadas ou não ao narcotráfico;
- Desarticulação e repressão aos movimentos sociais e às redes de apoio aos povos e comunidades indígenas, criando um vínculo de dependência com o Estado.

Ou seja, um projeto antagônico ao processo autônomo zapatista, assumindo um entendimento de que qualquer forma emergente de autogoverno ou de autogestão deve ser impedida de sua continuidade, de forma violenta, pelo Estado burocrático (CASTORIADIS, 1995), pois este sabe que

O papel preeminente atribuído à autonomia explica-se à luz do pressuposto de que o caminho democraticamente mais legítimo para se alcançar mais justiça social e uma melhor qualidade de vida é quando os próprios indivíduos e grupos sociais específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades em relação a isso (SOUZA, 1995, p. 72)

Perpassa pela construção da autonomia, certamente, a inserção dos sujeitos históricos nos espaços coletivos e no próprio processo de tomada de consciência de si (FREIRE, 1987). Esses são aspectos fundamentais nos princípios do Mandar Obedecendo, aplicados como eixo democrático e ético no zapatismo, onde as relações de poder heterônomas como o machismo, o vanguardismo e a homofobia, entre outras, são combatidas. O sentido de coletividade e autonomia, grafado nas territorialidades indígenas, ao se referir mais ao “nosotros” do que “yo” (NAVARRO, 2015) é parte de uma memória histórica de luta.

Figura 21 – Placa de entrada do Caracol La Realidad



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – julho de 2016.

#### **4.2 Contra el olvido: memória como realização do espaço-tempo**

Agrega-se como elemento fundamental do zapatismo a dimensão da memória, não só contada pelos historiadores, mas a que está presente no cotidiano das diferentes etnias que compõem o zapatismo e das cosmovisões que ali convergem coletivamente ao longo do espaço e do tempo.

A memória também se forja no passado que remonta a invasão territorial dos europeus, e segue sendo moldada também nas políticas neoliberais do governo federal mexicano. Assim, se desterritorializam e reterrorilizam vínculos de identidades com certos espaços, tanto materiais, quanto simbólicos (HAESBAERT, 2004), com novas relações pluriétnicas (GUTIÉRREZ, 2013), visto que o campo que



incorpora as e os de baixo perpassa pelas mais diversas etnias indígenas mexicanas tendo como eixo o direito à Madre Tierra como base de reprodução para a vida digna.

Neste sentido, essa dimensão se expressa na tradição oral das línguas, das artes, com a maíz como base da culinária desde as tortillas até o pozol, nas roupas, nas danças, entre outros.

Figura 22 - Foto da sala do MAREZ Tierra y Libertad, Caracol La Realidad.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016.

São memórias repassadas para as e os jovens através do sistema de ensino zapatista, mas também nas casas, nos Caracóis, nas clínicas, onde todos os espaços e paredes são ornamentados, coloridos e traçados com representações que remontam à cultura maia, mas já com destaque para a cultura zapatista como uma identidade própria. Ou seja, um processo de politização da cultura como dimensão simbólica, mas também como ferramenta que cria condições metabólicas para a reprodução da vida (PORTO-GONÇALVES, 2019).

Nesta mesma perspectiva, a terra une-se aos elementos da memória e da cultura, não como mercadoria, mas como parte cultural, religiosa e histórica, auxiliando na compreensão do crescimento exponencial do EZLN, principalmente, poucos anos antes do levante de 1994, quando as comunidades estavam perdendo o direito à terra (SCI MARCOS, 2013). Ou seja, a coluna vertebral das lutas das e dos zapatistas está centralizada na Madre Tierra como símbolo da reprodução da vida, da cultura e do território.

partiendo del principio relacional de los pueblos indígenas: saber escuchar, saber cumplir y destinar la palabra; ser guardianes/as de la Madre Tierra como acto de saberle corresponder. Ejercer el derecho a la vida y restablecer el vínculo con y desde la Madre Tierra; es decir hacer de la revolución un hacer colectivo y cotidiano. (GUTIÉRREZ, 2017, p10)

Assim, o debate em torno das disputas pela terra, que remonta a invasão colonial e permanece vigente no mercado da especulação do capital nas terras ancestrais, torna-se emblemático, uma vez que envolve a lógica de propriedade privada e individual da terra (LANDER, 2000) ignorando completamente as outras cosmovisões. A questão agrária passa a ser muito mais complexa, e o EZLN coloca como ferramenta de luta e de autonomia das diferentes etnias a transformação radical desde a recuperação revolucionária de terras que “se converte na plataforma tangível para exercer o direito ao uso e desfrute do território que dá a base para que os povos recuperem a capacidade de decidir sobre seu próprio destino” (GUTIÉRREZ, 2017, p. 12)<sup>79</sup>

Ellos, que no son indígenas, y nosotros, que sí somos indígenas, estamos condenados al olvido. Nuestra casa toda la venden y venden, junto a ella, nuestra historia. Si queremos salvarnos del olvido nos tenemos que salvar juntos, unidos. Hoy la esperanza de esta Patria que nos duele tiene corazón indígena, corresponde a su piel morena empezar a salvarla del olvido. Ya no basta con no morirnos, lo hemos aprendido por cinco siglos, ahora es necesario vivirnos y vivirnos juntos a los otros que también son nosotros. El pasado es la clave del futuro. En nuestro pasado tenemos pensamientos que nos pueden servir para construir un futuro donde todos quepan sin apretar tanto como hoy nos aprietan los que arriba viven. El futuro de la Patria lo vamos a encontrar mirando al pasado, a quienes primero nos habitaron, a quienes primero nos pensaron, a quienes primero nos hicieron. (CCRI do EZLN, Clausura del Foro Nacional Indígena, 1996)

As relações de poder intrínsecas ao território, suas apropriações, manifestações e subjetividades são elementos introjetados na memória dos sujeitos que estão envolvidos no processo de apropriação do espaço e no significado por eles atribuído a este (SOUZA, 1995), tecendo, então, novas territorialidades. A formação de um MAREZ é um exemplo da importância do simbólico e da memória na construção do lugar.

El primer municipio autónomo que es La Garrucha se dijo que se va a llamar Francisco Gómez; el otro municipio que es Las Tazas se llamó San Manuel; Taniperla se llamó Ricardo Flores Magón; San Salvador, Francisco Villa. Todos los nombres fueron en honor a los compañeros caídos. (...) Así se formaron nuestros municipios, así decidimos hacer todo esto a nombre de todos nuestros municipios y los acuerdos fueron

---

<sup>79</sup> Tradução livre minha.

todos en una asamblea comunitaria, en la asamblea regional, ahí se eligieron todos estos nombres para nuestros municipios (PEDRO MARÍN, 2013, p. 43)

E neste ponto é importante resgatar, pois o tempo todo é lembrado e rememorado o levantamento de 94 como a declaração de guerra, inclusive com destaque aos mortos e às mortas em batalha como mártires. Por exemplo, a clínica de saúde autônoma zapatista “Comandante Pedro”, visitada durante os trabalhos de campo para a realização desta pesquisa na condição de observadora de direitos humanos do FRAYBA, leva esse nome em homenagem a esse Comandante que foi um dos principais articuladores do EZLN no período da clandestinidade, sendo extremamente respeitado à época e que, atualmente, é uma referência interna da luta zapatista. O espaço é ornado com muitas pinturas retratando o Comandante.

Trata-se de uma geografia também forjada no lugar, uma vez que o próprio EZLN, quando adentra na Selva Lacandona E, 1983, levava como prática a cartilha de orientação de tática de guerrilha para treinamento das populações indígenas que ali viviam, mas se reinventou à medida que foi incorporando as territorialidades forjadas na auto-organização e na autonomia dos povos da Selva Lacandona.

Assim, remete-se à compreensão do lugar como categoria política do espaço, como representação do poder através das relações de pertencimento, que têm na história e na memória o elemento fundamental da construção das identidades.

Em se tratando do conceito de lugar, não é mais a dimensão do poder que é aquela mais imediatamente perceptível, mas sim a dimensão cultural-simbólica, não significa, porém, de jeito nenhum, sugerir que a **dimensão do poder** (sob a forma de heteronomia ou autonomia) não deva ser levada em conta. (SOUZA, 2012, p. 116, grifo meu)

E nestas relações de pertencimento é importante reafirmar o material e o simbólico como indissociáveis, visto que toda apropriação material é simbólica, colocando o território como *locus* da materialização da cultura e, ao mesmo tempo, onde a natureza é significada (PORTO-GONÇALVES, 2017). Gabriel, relata sobre a importância da memória como constituinte do território, sobretudo no processo de clandestinidade até o momento do levante de 1994:

Es por causa de la dominación, la marginación y la humillación, de las injusticias y de las normas o leyes de los malos gobiernos y de los explotadores terratenientes. Antes a nuestros padres y abuelos no les tomaban en cuenta, sufrían y así no teníamos tierra dónde trabajar para el mantenimiento de nuestros hijos. (...) Entonces se levantaron en armas, no les importó caminar por la noche, ni el hambre, así fuimos

formando y vimos que organizados, unidos, sí pudimos y vamos a poder más. (GABRIEL, 2013, p. 42)<sup>80</sup>

Figura 23 - Juventude zapatista apresentando sua tela sobre o autogoverno zapatista durante o Comparte, em Morélia, em 2016.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016.

Figura 24 - Foto da fachada da Clínica 26 de octubre, em La Realidad.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira - janeiro de 2017

---

<sup>80</sup> Gabriel, ex-integrante do Consejo Autónomo, MAREZ Francisco Villa

Assim, o lugar de identidade, de criação e recriação da resistência através da memória de luta, é componente desta territorialidade. E esta, também por ser política, tem o poder como inerente, mas não como controle e ordem frutos de relações heterônomas, mas também para criar, recriar e manter o território da forma como é concebido e significado. Para elucidar esta afirmativa, replicamos um trecho da primeira entrevista do EZLN logo após o levante de 94, concedido ao periódico La Jornada, com alguns integrantes do CCRI-CG. Ao ser perguntado sobre a realidade indígena, Isaac responde:

Pensamos que tenemos que tener nuestro pueblo indígena. Hay muchas maneras. Pero puede ser de una manera sencilla. Como indígenas creemos y sentimos que tenemos la capacidad para dirigir nuestro destino. No hay necesidad de que nos anden llevando de la mano, pues. Como gente madura, como gente consciente, podemos dirigir nuestro propio destino. Podemos gobernar nuestro propio destino, podemos gobernar nuestro pueblo. Creemos que nuestro pueblo es capaz de gobernar su pueblo porque nuestra gente sabe, piensa. (ISAAC, 1994, n.p.)

Figura 25 - Parede do Centro de Español y Lenguas Mayas, em Oventic.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – julho de 2016

Figura 26 - Parede com arte sobre a *maíz*, Caracol Oventic.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – julho de 2016.

### 4.3 O autogoverno zapatista: a territorialização da autonomia

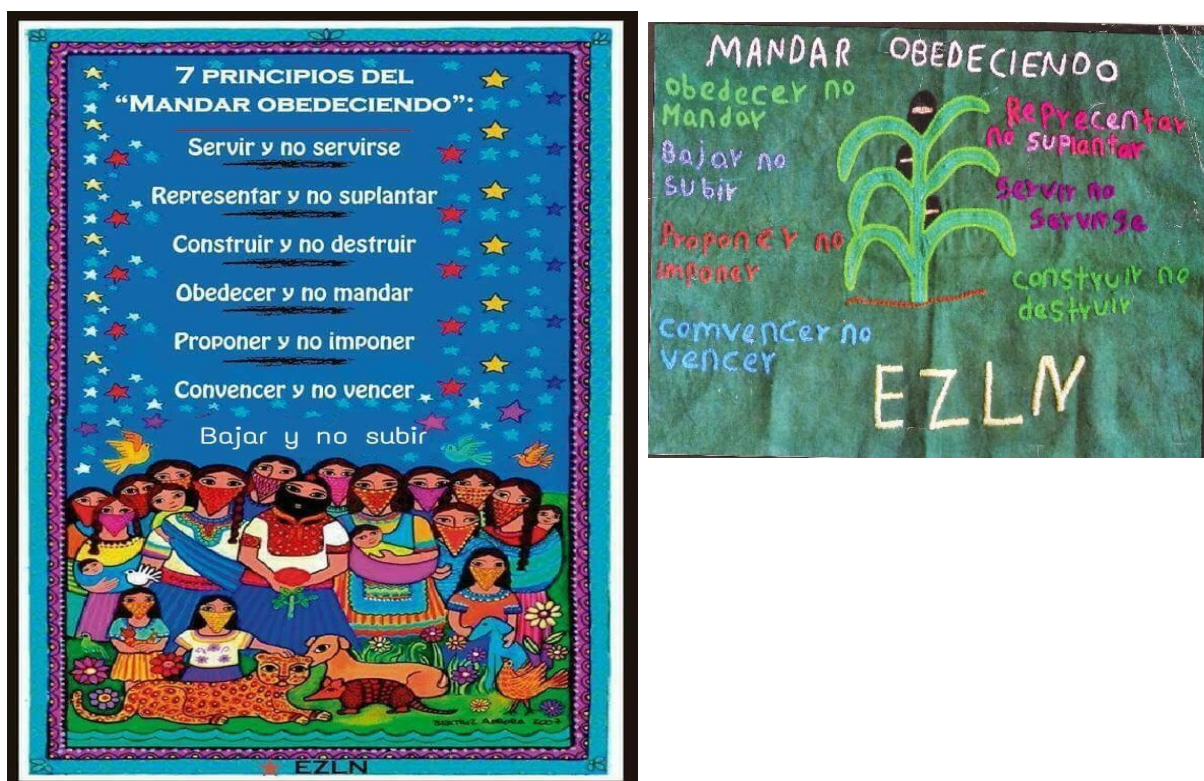
O governo autônomo zapatista se forma a partir da necessidade de organização frente ao cenário de resistência fora da clandestinidade, da aproximação com a sociedade civil e da construção dos ideais zapatistas. Ou seja, vai acompanhar o processo autônomo se fortalecendo em diferentes escalas a partir das suas instâncias democráticas, tendo como eixo ético e político os sete princípios do Mandar Obedecendo. Estes sete princípios tornam-se a grande referência de organização do movimento zapatista, justamente porque constituirão as relações que formam a organização territorial das coletividades, sendo aplicados em todas as instâncias organizativas. Certifica-se, assim, com base nos 7 princípios, que as autoridades estejam cumprindo os acordos das comunidades, informando regularmente, com o “peso” do coletivo (SCI MARCOS, 2003), onde aquele que manda, o faz a partir da demanda de sua comunidade.

São sete os princípios do Mandar Obedecendo:

- ★ Servir y no servirse.
- ★ Representar y no suplantar.
- ★ Construir y no destruir.
- ★ Obedecer y no mandar.
- ★ Proponer y no imponer.
- ★ Convencer y no vencer.
- ★ Bajar y no subir

Por mais que pareçam simples, são de uma complexidade e profundidade que estão enraizadas no zapatismo, tornando-se uma dimensão chave para toda aquela e todo aquele que queiram compreendê-lo. Em todos os territórios zapatistas, desde os caracóis, escolas, clínicas, os sete princípios estão referenciados nas paredes, nas artes, como parte das territorialidades.

Figura 27 - Imagens com os 7 princípios do Mandar Obedecendo (acervo pessoal)



Na prática, as e os zapatistas são investidos de poder pela própria comunidade que os/as escolheu como representantes nas instâncias maiores. Ao mesmo tempo, ser representante significa que está sendo vigiado pela própria comunidade, como uma forma de não investir de poder o sujeito, mas sim a comunidade representada

naquele sujeito. Artemio relata da forma mais simples possível sobre a "institucionalização" destes princípios a partir da formação dos MAREZ,

Los cuatro municipios así hicimos en esa zona, una vez que se tomó el acuerdo en cada municipio, ya ellos dijeron cómo van a hacer el trabajo, por eso se dice que el gobierno autónomo obedece y el pueblo manda. Como que ahí salió también da idea que lo que dice el pueblo el gobierno obedece (ARTEMIO, 2003 p 4)

E, mais uma vez, retomamos a importância da dimensão política como inerente ao simbólico. SCI Marcos (1994) aponta que o “trabalho coletivo, o pensamento democrático (...) são mais que uma tradição da zona indígena, mas a única possibilidade de sobrevivência, de resistência, de dignidade e de rebeldia” que, no autogoverno, vai se materializar em um sistema extremamente complexo. Desde o momento do levante, o trabalho coletivo se mostrou não só como tradição, mas também como parte potente do processo de construção da autonomia e do autogoverno.

Figura 28 - Pintura em tela feita pela juventude zapatista representando os trabalhos coletivos durante o Comparte, no Caracol Morelia, em setembro de 2016.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016.

Lorena (2013)<sup>81</sup> relata que antes do levante essa modalidade já era exercida na saúde, na educação e na produção. Porém, com o levante em 1994, as relações comunitárias foram desestabilizadas pelo próprio caráter bélico do momento, resultando em dezenas de mortos, comunidades violadas e perda de lideranças

<sup>81</sup> Lorena, promotora de saúde e educação do MAREZ San Pedro de Michoacán, La Realidad.



fundamentais para a organização territorial. Porém, a zapatista ressalta que, neste mesmo momento de distúrbio, as comunidades se reorganizaram e, inclusive, pode-se dizer que foi um momento fundamental que forja as territorialidades do EZLN que se formaram com a sociedade civil.

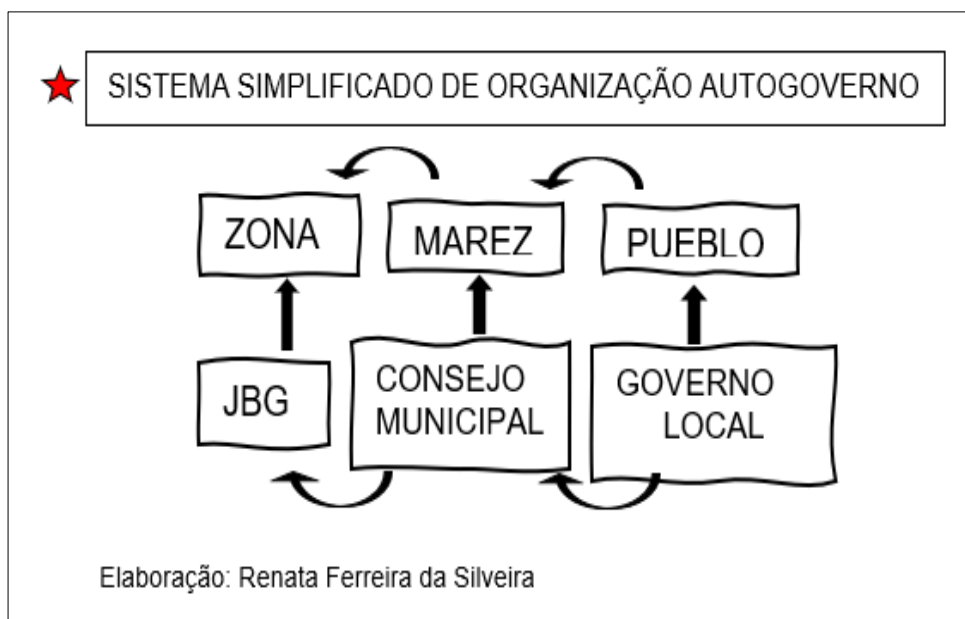
#### **4.3.1 MAREZ e a escala um por um**

O processo autônomo zapatista passa a necessitar de uma forma de organização mais complexa, à medida que vai se desenvolvendo. Essa nova organização, coordenada a partir das comunidades e executada pela coletividade, reorganiza as escalas da geo-grafia zapatista, dos MAREZ e das JBG.

Os MAREZ, como já abordado no capítulo anterior, congregam as comunidades zapatistas, e nestas estão presentes os povos tzeltales, tzotziles, tojolabales, choles, mames e zoques, zapatistas que são base de apoio do EZLN e não compõem a estrutura militar. Um conjunto de MAREZ forma uma zona/região, que tem um Caracol como sede.

Todavia, os MAREZ não são contíguos fisicamente, mas com proximidade regional. Por não serem ligados fisicamente, conformam outra cartografia, baseada em suas territorialidades, ou seja, considera a dimensão do lugar, da relação com a terra, das relações étnicas, geracionais, “naturais”, e do pertencimento enquanto coletividades em resistência. Esta cartografia, independentemente dos municípios “oficiais” criados a partir do Estado, expressa territórios-rede que, em suas próprias escalas, se articulam em contraposição à continuidade espacial imposta pelo Estado, numa combinação articulada de redes, uma malha, que possibilita ser a base de um novo processo de territorialização (HAESBAERT 1997 p. 94). Existem situações específicas que impõem a necessidade de uma reconfiguração estratégica dos MAREZ nas quais a autonomia e o autogoverno permitem o reordenamento. Por exemplo, na região de Morelia, originalmente, eram sete MAREZ que posteriormente se uniram em três, fundamentalmente por questões de segurança e pelos conflitos de terras, característicos da região.

**Quadro 7 – Sistema simplificado de organização do autogoverno.**



Em depoimento recebido durante trabalho de campo para a realização desta pesquisa, uma base de apoio zapatista relatou um episódio em que dois municípios, o Emiliano Zapata, que contava com 25 famílias, e o 17 de Noviembre, com 600 famílias, foram unidos em um único município, a partir da deliberação da JBG junto com os conselhos e as comunidades. A decisão acatava a leitura de que a fusão dos dois municípios em um único MAREZ traria mais segurança para as famílias na defesa de suas terras frente às organizações paramilitares.

Essa preocupação com a segurança também se fez sentir quando, em outra oportunidade, quando nossa intenção era nos deslocarmos da sede onde estava acontecendo o Comparte (antiga fazenda recuperada em 1994 e que hoje pertence ao EZLN) até o Caracol, num trajeto de aproximadamente 500 metros em “estrada de chão” e fora de qualquer zona urbana. Naquela ocasião, as e os responsáveis pela segurança apenas permitiam que as saídas acontecessem em grupos e sob extrema necessidade. De fato, quando percorremos o trajeto em grupo, passamos por alguns “partidistas” armados com armas de cano longo que não foi possível identificar. Infelizmente, esta é uma prática normal para intimidar as famílias nas comunidades zapatistas.

Por ser a instância que reúne as comunidades, os MAREZ têm a exclusividade na função de implementação da justiça, da saúde comunitária, da educação, da moradia, da terra, do trabalho, da alimentação, do comércio, da informação, da cultura

e do trânsito local (SCI MARCOS, 2013). Numa assembleia municipal, as autoridades dos MAREZ lançam as propostas e essas devem ser debatidas e consensuadas entre toda a comunidade. Por isso é necessário o trabalho político e ideológico, sempre lembrando o “convencer, e não vencer” (SCI MOISES, 2015), ou seja, a partir do Mandar Obedecendo. À medida que vai aumentando o número de demandas, aumenta também a necessidade de se nomear mais pessoas para as funções, seja em nível comunitário, municipal ou zonal

Figura 29 - Foto da oficina (escritório) do Conselho Autônomo do MAREZ Magdalena de la Paz, no Caracol Oventic.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – maio de 2015.

Existem também os casos chamados de “aderentes”, que são zapatistas que moram na área dos municípios oficiais e não nos municípios rebeldes, mas que estão na zona de influência zapatista. Nos trajetos feitos entre os Caracóis durante os trabalhos de campo, foi possível observar algumas casas que se destacam por ter algum símbolo de apoio ao EZLN e, alguns casos, usufruem dos serviços do autogoverno, como veremos adiante. Também tem famílias e, em alguns casos, comunidades aderentes que se colocam como apoiadores ou em processo de territorialização aos MAREZ. Este processo, de acordo com as e os zapatistas, só é finalizado a partir do momento que a totalidade da comunidade ou a família adotarem as leis revolucionárias zapatistas, o Mandar Obedecendo e o conjunto de direitos e deveres do Bom Governo (ou seja, o autogoverno). Em alguns casos, por exemplo,

o uso do álcool é um dos principais impeditivos, pois é uma das mais fortes restrições no zapatismo, tema que será retomado adiante.

Desde já, a partir dessas relações da escala comunitária, desde a família, percebe-se a expressão de uma multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004), pela dinâmica das relações do “território-corpo”, de pessoas estão engendradas em uma organização, mesmo no ambiente familiar, o zapatismo não é “externo” aos acontecimentos da família e do indivíduo zapatista, precisa ser coerente com os 7 princípios do Mandar Obedecendo em sua multiterritorialidade também. Nessa mesma perspectiva das relações familiares na escala comunitária, podemos observar um outro elemento importante que é o de que, quando alguém da família se casa, a nova família constituída vai morar na casa da família da companheira ou do companheiro.

Mais uma vez, temos a dimensão territorial da casa e da família no seu sentido mais indissociável do material e do simbólico que compõem o território, pois morar na mesma casa e “aumentar” a família é também uma forma de fortalecer esse tecido social zapatista. Os motivos e critérios de qual casa escolher, ou seja, se é da família paterna ou materna, são bastante pessoais, podendo ser a necessidade de cuidado e de companhia com os mais idosos, o tipo de trabalho na *milpa*, o tamanho da família, a proximidade de alguma escola autônoma, etc.

#### **4.3.2 Caracóis e Juntas de Bom Governo: territorialidades do Mandar Obedecendo**

No capítulo anterior apresentamos os Caracóis a partir da sua inauguração e no contexto em que se formavam, assim como os diferentes equipamentos, serviços e espaços que se encontram no interior dos Caracóis. Não são sempre as mesmas características para todos, pois cada um tem a sua especificidade e a sua estrutura, de acordo com as demandas que vêm dos MAREZ, assim como critérios de segurança de acordo com o contexto em que se encontram. As JBG, então, cumprem o papel de centralizar ou canalizar as ações de demandas dos MAREZ de acordo com suas atribuições, sendo a instância política que coordena cada zona. A sequência dessa estrutura vem com a presença dos Conselhos Municipais Autônomos, representando os MAREZ, e com as autoridades locais, que representam as comunidades, sendo que a JBG está submetida ao MAREZ e este às comunidades. A seguir, se apresentam sintetizadas as composições das JBG.

### Quadro 8 - Composição das Juntas de Bom Governo

<p><b>Coordenação/direção:</b> responsável pelas decisões prioritárias que englobam toda a zona da JBG, administrar as finanças e encaminhar para os MAREZ; promover e administrar os projetos (internos e externos); receber visitantes nos Caracóis; mediar e participar de relações com instâncias internas e externas. Composta por 1 ou 2 integrantes de cada Conselho Autônomo de Governo.</p>
<p><b>Comissões:</b> atendem as demandas prioritárias das comunidades e o cumprimento dos acordos da JBG. Geralmente se organiza em comissões de vigilância, saúde, educação, comércio e produção e justiça.</p>
<p><b>Coordenadores:</b> coordenam as frentes dos centros de saúde e de educação em cada JBG.</p>
<p><b>Operativos:</b> são as e os promotores de saúde e de educação. Na saúde, são encarregados pelas campanhas de saúde, receber e promover ensinamentos em herbolaria, realizar consultas (quando possível), cuidar dos fármacos, etc. As e os promotores de educação atuam como professoras e professores nas escolas primárias e secundárias do sistema de educação autônomo.</p>

Elaboração: Renata Silveira (tradução livre minha)

A partir da experiência dos Aguascalientes e o decorrente desenvolvimento ou tratamento desigual proveniente desta experiência, foi atribuída às Juntas de Bom Governo as seguintes tarefas:

### Quadro 9 - Tarefas e funções das Juntas de Bom Governo

<p>Mediar os conflitos que podem acontecer entre os MAREZ e os municípios oficiais (do governo).</p>
<p>Atender as denúncias contra os Conselhos Autônomos por violações de direitos humanos, protestos e inconformidades, investigar sua veracidade, ordenar que corrijam seus erros e vigiar seu cumprimento</p>
<p>Vigiar a realização de projetos e tarefas comunitárias nos MAREZ, para que se cumpram no tempo e forma acordados pelas comunidades; e promover o apoio a projetos comunitários nos MAREZ</p>
<p>Vigiar o cumprimento das leis que, de comum acordo com as comunidades, sejam vigentes nos MAREZ.</p>
<p>Atender e guiar a sociedade civil nacional e internacional para visitar as comunidades, levar adiante projetos produtivos, instalar acampamentos de paz, realizar pesquisa (com atenção para que deixem benefícios às comunidades) e qualquer atividade permitida nas comunidades rebeldes.</p>
<p>Em comum acordo com o CCRI-CG do EZLN, promover e aprovar a participação de companheiras e companheiros dos MAREZ nas atividades ou eventos fora das comunidades rebeldes; escolher e preparar estas companheiras e companheiros.</p>
<p>Em suma, cuidar que no território rebelde zapatista o que mande, mande obedecendo, se constituirão, em 9 de agosto de 2003, as chamadas Juntas de Bom Governo.</p>
<p>Suas sedes estarão nos Caracóis. Haverá uma Junta para cada zona rebelde e é formada</p>

por 1 ou 2 delegados de cada um dos Conselhos Autônomos da sua zona.
Cuidar de todos os bens do povo, sejam doações, projetos, apoios; prestar contas dos trabalhos coletivos
Saber da organicidade das instâncias do governo autônomo, quantos companheiros e companheiras estão participando dos conselhos e da população zapatista.
Trabalhos de capacitação e oficinas (como educação, agroecologia, saúde, comunicação, fotografia, herbolaria, etc); atender qualquer pessoa que precise em alguma oficina (escritório especializado) por qualquer assunto, zapatista ou não zapatista, desde que não seja a mando do governo
Fazer denúncias públicas quando existe alguma provocação ou conflito com agentes do Estado (mal gobierno)
Trabalho de comunicação com as rádios comunitárias;
Segurança para não entrar drogas ilícitas e bebidas alcoólicas.
O CCRI em cada zona vigiará o funcionamento das JBG para evitar atos de corrupção, intolerância, arbitrariedades, injustiça e desvio dos princípios do Mandar Obedecendo.

Fonte: Subcomandante Insurgente Marcos, La Treceava Estela (2003) e Cuadernos de la Escuelita (2013)

Elaboração: Renata Silveira

Dentro da organicidade do autogoverno e a partir dos sete princípios do Mandar Obedecendo, a autoridade<sup>82</sup> das JBG deve sempre informar aos Conselhos Autônomos sobre o que está acontecendo, sobre o que precisa ou o que falta nas instâncias zapatistas. Ou, como definiu no SCI Moisés durante uma fala no Semillero “as JBG e os MAREZ são os que agitam”. Ceferino, ex-integrante da JBG, exemplifica alguns critérios e desafios das juntas:

Es muy importante la coordinación entre todos y tomarnos en cuenta entre todos para poder sacar las propuestas y las ideas nuevas de cómo poder trabajar. (...) Muchas veces se necesita explicarle al pueblo, la Junta tiene que estar clara con los siete principios. Es convencer al pueblo y no vencer a la fuerza como quiera una autoridad, tiene que explicarle la razón de modificar algunos reglamentos o algunos acuerdos, se tiene que explicarle para que el pueblo no desanime, no se descontrola. Si no se consulta con el pueblo ahí nacen las inconformidades y entonces el pueblo anda desmoralizado, por eso lo digo, siempre con el pueblo hay que estar pegadito. (CEFERINO, 2013, p. 50)

A duração dos cargos não tem um tempo definido, mas deve ser feita periodicamente e em rodízios que pressupõem que nenhuma comunidade ou família fique em falta de algum companheiro ou companheira específica durante muito tempo, pois essas pessoas sempre cumprem uma função importante também desde seu

---

<sup>82</sup> As e os zapatistas chamam aquelas e aqueles representantes para um cargo do autogoverno de “autoridades” e quem compõe alguma função no CCRI-CG de “mando”.

local. A rotatividade também possibilita a participação de todas e todos na composição das JBG; não criando uma relação de cargo/especialista. Além disso, este rodízio possibilita a alternância para que não se troque toda a equipe de uma única vez, garantindo que os novos que entram e não têm experiência possam aprender com os que estão há mais tempo.

As autoridades, em qualquer instância, também têm seus direitos como, por exemplo, alternar entre 15 dias em casa e 15 dias no Caracol; ou, caso de adoecimento de algum familiar, a comunidade em que vive se torna responsável por essa pessoa enquanto a autoridade está em trabalho.

Os mandatos são passíveis de revogação caso não se cumpram suas tarefas ou em caso de desrespeito às leis rebeldes zapatistas. A revogação passa pelos Conselhos Autônomos e, em qualquer dessas situações, a assembleia das comunidades discute e delibera uma penalidade para a/o zapatista que foi destituído de sua função coletiva como, por exemplo, trabalho comunitário nas plantações.

Pensamos que tenemos que hacerlo así, que es como una obligación para no cometer los mismos errores que cometen las instancias del mal gobierno y no llevar los mismos modos de ellos, entonces los que nos va a regir con los siete principios (DOROTEO, 2013, p. 22)

Nenhum cargo ou função recebe salário, nem as autoridades da JBG, nem os promotores de saúde, nem os promotores de educação, pois os trabalhos na JBG são considerados como sendo uma responsabilidade coletiva. Existem alguns casos em que, se alguém que for assumir alguma função desempenhe um papel no seu núcleo familiar, e que o não cumprimento deste papel possa causar prejuízos para a família (no caso de um marido que assume uma função na JBG e não consegue trabalhar para ajudar no sustento da família durante esse período) é possível que a comunidade ajude a família enquanto este companheiro estiver fora. No caso das e dos integrantes da coordenação da JBG, como ficam mais tempo à disposição, recebem ajuda da comunidade. Sendo assim, cada município poderia definir a sua forma de apoio, sendo com auxílio na alimentação para a família do companheiro ou companheira que está na função, seja no trabalho da “milpa”, seja no apoio com transporte, etc.

Allá estamos dando cuenta nosotros que nadie está trabajando con base en el dinero, vemos que sólo algunos reciben un apoyo de su pueblo en su trabajo, en granos básicos, diferentes apoyos según como el pueblo lo vaya acordando, pero nada de dinero (...). (DOROTEO, 2013, p. 10)

En el gobierno autónomos estamos funcionando a través de la **conciencia** y sin ningún interés en ganar sueldo, porque se necesita

la participación de todas y todos para el buen funcionamiento del gobierno autónomo. (FANNY, 2013, p. 14)<sup>83</sup>

Figura 30 - Fotos do interior dos Caracóis.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016

Acima, fachada da casa da JBG, em Oventik. Abaixo, fachada da oficina da comissão de informação, em La Realidad.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016

<sup>83</sup> Fanny, ex-integrante da JBG Caracol I, La Realidad.



As assembleias são o momento em que acontecem todas as decisões e acordos, as normas são estabelecidas para os planos de trabalho ou para algum projeto para um MAREZ, ocorrem discussões e avaliação do Conselho Autônomo, se estão cumprindo suas funções, passando os informes da JBG, etc.

Muchas veces ahí en la misma asamblea no se puede decidir todo porque está nuestro pueblo detrás, las bases, entonces se sacan propuestas y se llevan en consulta a los pueblos y en la próxima asamblea ya viene la respuesta cómo está, si está bueno o los pueblos propusieron otras cosas. (FANNY, 2013, p. 15)

Em casos mais urgentes a JBG convoca uma assembleia extraordinária e, se existe algo que a JBG possa fazer, ela o fará. Mas as demandas que vêm dos MAREZ são prioritariamente decididas entre os MAREZ e as comunidades. Quando existe algum impasse ou quando muda a escala, esse debate passa para a JBG. Mas, na prática, a JBG serve, em primeiro lugar, para trabalhar coletivamente cada setor (educação, saúde, comércio, etc)

Hemos tenido dificultades en caso de los planes que hemos hecho y no nos han salido bien. Aunque lo planeamos, no quiere decir que todos los planes que hacemos nos salen bien, y somos honestos en decir que hay cosas que no planeamos. (FANNY, 2013, p. 15)

A complexidade que envolve este sistema tornou-se muito mais identificável na experiência do trabalho de campo, pois ali se tornou visível que são cargos e funções que estão inseridas no cotidiano, justamente porque a resistência autônoma está em todas as escalas, do familiar, do comunitário, no municipal e do regional.

Ainda que as e os zapatistas resguardem certo nacionalismo e se considerem “povo mexicano” – inclusive é sempre reafirmado nas declarações - o que vemos, principalmente a partir de 2003, é uma recusa explícita de qualquer tipo de demanda ou de relação com o Estado (MOREL, 2018, p. 33) o que corrobora a ideia de que povo, não é, necessariamente o governo ou o Estado. Esta mesma relação de recusa também se estabelece com os partidos políticos e com a lógica eleitoral.

Toda e qualquer doação em dinheiro, em qualquer montante, ou doação de equipamentos, roupas, tem que passar pelas JBG. Neste caso, após o processo de doação, e caso a JBG o aprove, aquilo que foi doado é dividido igualmente entre os MAREZ ou pode ir para algum projeto, desde que seja discutido e deliberado nas assembleias. As e os zapatistas não votam e não têm cédula eleitoral, estando sua participação “eleitoral” restrita somente às instâncias do autogoverno. Isso vale para os registros de identidade, ausente nas crianças zapatistas que, quando nascem, são registradas no “cartório” do próprio Caracol. Também não recebem nenhum apoio

direto ou via programas assistencialistas de qualquer governo ou partido político. Já aquelas e aqueles não-zapatistas que têm relações com os governos, geralmente são beneficiados por algum programa assistencialista, que faz parte do *modus operandi* dos paramilitares e/ou partidos políticos para cooptar a população. É dessa relação que surge a alcunha de “partidistas”, pois, geralmente quem recebe algum auxílio de qualquer governo assume o compromisso de defender o seu partido.

Aliás, esta é uma crítica muito forte que o EZLN tem ao Estado, o que se inclui também como política da Guerra total dentro das disputas subjetivas. Foi possível identificar esta crítica nas diversas peças de teatro que as e os zapatistas apresentaram durante o Comparte (quadro 10), encenando e caracterizando situações em que a comunidade é corrompida por estas políticas, inclusive as comunidades rebeldes. Ao passar pelas ruas das comunidades é possível observar muito presente os símbolos dos partidos políticos nas casas, como uma demarcação de território, entre eles o PV (Partido Verde), o recente Morena (que abarcou alguns setores com discurso mais à esquerda), assim como os tradicionais PRI, PAN e PRD que, obviamente, possuem maior ou menor incidência e influência conforme a região.

#### **Quadro 10: Esquete teatral contra o mau governo**

A peça narrada abaixo foi um dos esquetes teatrais apresentados no Caracol La Garrucha durante o período em que ali estivemos durante a realização das observações de campo. A peça mencionava a situação da região entre comunidades zapatistas, comunidades partidistas e projetos de desenvolvimento do mau governo local, do Partido Verde:

Todos os 5 cenários da peça foram distribuídos na cancha de basquete do Caracol. Na abertura do primeiro ato, o escritório do Projeto Arbol entra em contato com o prefeito de um município para apresentar o projeto, afirmando que ele trará desenvolvimento e benefícios para todos. O prefeito, com ar sarcástico, prontamente declara seu apoio, já projetando o enfraquecimento dos zapatistas a partir da expansão do projeto.

No ato seguinte, o escritório apresenta o projeto para uma comunidade partidista, que o aceita prontamente, com muita felicidade. Todos comemoram em tom de celebração acreditando que, finalmente, o sonho de “sair da miséria” se materializaria. A proposta trazida pelo projeto é de que estas comunidades deveriam deixar de plantar alimentos e ceder as terras para a plantação do monocultivo.

No terceiro ato, as famílias partidistas se reúnem, e o “chefe de família” repassa a proposta, convencendo os familiares, prometendo para a esposa que vai ganhar muito dinheiro e que, com isso, ela poderá ir ao shopping, comprar roupas novas, e que o filho vai ter um celular muito caro, entre outras promessas de consumo. Com esse discurso, ele faz com que toda a comunidade venda suas terras para o projeto e passem a trabalhar para ele.

Ato contínuo, o “chefe de família” se torna o “patrão”, que manda e explora seus parentes (cunhados, vizinhos, etc), ficando com alguma riqueza para cumprir o prometido para a esposa e para o filho.

Então, no quinto ato, o escritório, já atuando em acordo com a prefeitura, começa a construir um grande condomínio de luxo em terras que antes eram agrícolas, cultivadas por indígenas.

Porém, no sexto ato, o escritório procura a família partidista para avisar que o projeto não está dando o lucro esperado, e que todos vão ficar desempregados. O agora-chefe questiona o empresário, perguntando onde vão morar e de onde tirarão seu sustento, visto que todos tinham vendido suas terras. O empresário pouco se importa. O agora-chefe comunica a comunidade da decisão do empresário, e todos ficam desesperados e decidem procurar os zapatistas. O agora-chefe procura o empresário e, aflito, conta o plano da comunidade dizendo que vai apoiar o empresário se receber, em troca, uma casa no condomínio. O empresário concorda.

No sexto ato, a comunidade partidista procura os zapatistas do MAREZ Tierra y Libertad e relatam o ocorrido. Todos os zapatistas se reúnem e debatem. Em meio aos debates, lembram que estes mesmos agentes da comunidade foram os que mataram o maestro Galeano. Os milicianos se reúnem e procuram a comandância, que concorda.

Os zapatistas apoiam, pois acreditam que devem ser solidários com os povos, mas também porque este projeto afeta todas as terras indígenas e, por extensão, toda a Madre Madre. Explicam para os partidistas o que é a Hidra Capitalista. Ao escutar essas palavras, os partidistas afirmam que querem se tornar zapatistas

No último ato, os zapatistas atacam a Hidra. Uma representação de um monstro de muitas cabeças jaz caído ao chão. Mas não morre...

Há de se destacar que nos eventos públicos, abertos à sociedade civil, como aqueles que acontecem no CIDECI ou mesmo quando o EZLN abre os Caracóis para algum evento como o Comparte por La Humanidad, existe uma caracterização que marca esta organização. Para além dos pasamontañas e paliacates, das vestimentas tradicionais (respeitando as especificidades étnicas culturais), existe o “fardamento” de milicianas e milicianos, assim como características mais específicas e diferenciadas na comandância e nas insurgentas e insurgentes.

#### **4.3.3 Educação, saúde e justiça zapatista**

Alguns apontamentos que trouxemos até aqui só foram possíveis a partir do momento em que o EZLN avaliou, diante da condição de resistência, a “institucionalização” dos setores de saúde e educação. Certamente que a autonomia zapatista se manifesta e se mantém em várias frentes, como estamos vendo e veremos ainda ao longo da tese. Porém, a partir das perseguições e provocações,

principalmente nos momentos dos conflitos, o EZLN, o CCRI-CG e as bases de apoio criaram o sistema de educação autônoma e de saúde autônoma. Como relata Lorena na declaração a seguir:

Por eso las autoridades vieron estos trabajos que sí podemos hacer y así es como podemos decir ahora qué es autonomía. Con la resistencia vemos que ya podemos obligarnos a nosotros mismos a sacar adelante los trabajos, antes no podíamos avanzar, pero por las cosas que se van presentando en nuestras comunidades ahora ya nos dimos cuenta de que sí podemos avanzar (LORENA, 2013, p. 6).

Cada frente tem sua especificidade, porém, as duas são consideradas como pilares importantes da autogestão, para a existência e r-existência dos territórios rebeldes, pois são as dimensões da reprodução do modo de vida zapatista, e envolveram fortemente não só a reprodução da vida, mas por uma nova vida, inserindo o feminismo e a condição da mulher, criando os comitês de educação e promotores de saúde.

A educação autônoma zapatista se organiza nas escolas primárias e secundárias (equivalentes aos Ensinos Fundamental e Médio, no Brasil) assim como alguns cursos profissionalizantes, inclusive o CIDECI recebe jovens zapatistas para formação, como veremos adiante. As escolas ficam nas comunidades, fora dos Caracóis, exceto a escola secundária que fica no interior do Caracol Oventik, pois as e os estudantes por vezes pernoitam ou ficam por lá durante um período maior. As disciplinas ministradas estão fora do padrão curricular oficial, e são debatidas pelas comunidades. Assim, cada região pode ter um currículo diferenciado entre si. Mas, pelo observado e pelos depoimentos coletados ao longo do trabalho de campo, ocupam posição basilar no currículo: a língua local, a língua espanhola, ciências, história e matemática. Há algumas variações trazidas na forma de projetos, como a herbolaria, a agroecologia, entre outros.

As aulas são ministradas pelas promotoras e pelos promotores de ensino, e essa passa a ser uma função mais duradoura, visto que necessita de preparo e formação. A formação é feita pelos promotores mais antigos, assim como por alguns educadores profissionais solidários ao EZLN que auxiliam com a formação e com os projetos.

A estrutura das escolas varia, podendo ser tanto em galpões como em alguma edificação reaproveitada de outro espaço, mas também em espaços mais “informais” como na rua, em um pátio, etc. Uma das formas que o Estado utilizou (e utiliza) para enfraquecer a autonomia zapatista é exatamente pela educação onde, a partir de programas assistencialistas, cria uma espécie de disputa subjetiva, principalmente, entre os e as jovens. Por exemplo, esses programas por vezes oferecem uniforme escolar, calçados, material escolar, chegando, em alguns casos, até o auxílio financeiro para a família. Por vezes acontece a construção de escolas “oficiais” ao lado, ou próximas, às escolas autônomas. Um caso muito emblemático é o da escola secundária autônoma zapatista que está dentro do Caracol Oventik, uma escola grande, com alojamento, bem equipada dentro do contexto geral das demais escolas autônomas. Pois o Estado, com o intuito de desestabilizar a educação zapatista, construiu uma escola secundária exatamente em frente ao Caracol.

Figura 31 - Foto da escola autônoma primária fora do Caracol Oventik



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – maio de 2015.

Figura 32 - Foto da escola autônoma secundária no interior do Caracol Oventik



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016

Durante o período de permanência no acampamento do FRAYBA, como citado anteriormente e como será retomado, fomos vizinhos de uma escola zapatista, que era separada do “nosso posto” por um riacho. É muito visível a liberdade de uma escola zapatista. As crianças são muito soltas e alegres. Há alguns casos em que a irmã ou irmão mais velho cuida de um irmão menor, e o leva para a sala de aula de forma natural. Não há grades nem portões. As salas são feitas com bancos e classes de madeira, construídos pela própria comunidade, e as paredes são cheias de artes e de pinturas das e dos estudantes, assim como de visitantes. Como nosso acampamento ficava junto à escola, muitas vezes as crianças passavam para nos cumprimentar, com toda a “timidez” característica das e dos zapatistas, mas com um sorriso enorme.

Figura 33 – Murais das escolas.

À esquerda, mural da escola no Caracol em Morelia. À direita, mural da escola no Caracol Oventic.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira - setembro de 2016.

Neste contexto, não é de se estranhar as paulatinas tentativas de enfraquecimento do zapatismo a partir da educação pois, muito mais do que uma sala de aula, a escola e este sistema de educação autônoma reproduzem a rebeldia zapatista, seja pela língua e pela oralidade, seja pela reprodução da cultura a partir da reafirmação da identidade zapatista e das suas diversidades. Além disso, talvez o mais importante: através da educação autônoma se “gradua uma nova geração composta de homens e, atenção, mulheres indígenas” (SCI MARCOS, 2003, p.32), ou seja: essa nova geração já nasce sobre a premissa da autonomia, principalmente no que diz respeito à formação de uma primeira geração de mulheres zapatistas. Assim, trata-se de uma educação transformadora (FREIRE, 1998) que permite que se reproduza com muita força a juventude zapatista, visto que são espaços de politização, onde as e os jovens participam desde pequenos das instâncias decisórias dos seus territórios, assim como das atividades culturais, das profissionalizantes, do aprendizado sobre tecnologia, quando se tornam promotores de saúde e de educação.

###

Assim como na educação, quando nos referimos à saúde autônoma zapatista não estamos falando de uma clínica de saúde padrão autogestionada, mas sim da saúde como parte da reprodução da autonomia a partir dos cuidados com a vida no seu sentido mais profundo. Podemos dizer que este sistema se organiza em vários níveis, desde o trabalho com as comunidades sobre a importância da alimentação e da higiene, até alguns procedimentos mais complexos que exigem algum fármaco. Assim, a orientação é que todo tratamento seja realizado na comunidade, a partir dos saberes tradicionais em identificar e tratar os problemas de saúde, recorrendo às clínicas autônomas somente em último caso (MOREL, 2018).

Assim, a saúde autônoma zapatista se estrutura em clínicas/centros de saúde de diferentes estruturas. No Caracol Oventik se encontra uma clínica de saúde muito bem equipada, com consultório odontológico e com estrutura para atendimentos em ginecologia, fraturas e suturas, etc. Na farmácia, existe a disponibilidade de fármacos “industrializados”, mas a prioridade é a medicina tradicional.

Nuestras clínicas tienen el apoyo y la participación directa de especialistas, cirujanos, doctores y doctoras, enfermeras y enfermeros, de la sociedad civil nacional e internacional, así como de alumnos y pasantes de medicina y odontología de la UNAM, de la UAM, y de otros institutos de estudios superiores. No cobran ni un solo

peso y, no pocas veces, ponen de su bolsillo. (SCI MARCOS, 2003, p. 85).

As clínicas dão prioridades de atendimento para as e os zapatistas, mas também atendem a população de fora que, frequentemente, prefere ser atendida pela saúde zapatista ao invés do Estado. Isso porque os serviços de saúde do Estado são muito afastados, centralizados nas cabeceras municipais e exigem documentação e cartão de saúde, o que muitos não têm. Além disso, existem diversos relatos que as comunidades indígenas sofrem racismo pela sua condição étnica, por não dominarem o idioma espanhol etc. Ou seja, por mais que exista diferenças políticas entre os partidistas e os zapatistas, muitos partidistas optam por serem atendidos nas clínicas autônomas.

Figura 34 - Fotos de dentro da clínica de saúde em Oventik



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – maio de 2015.

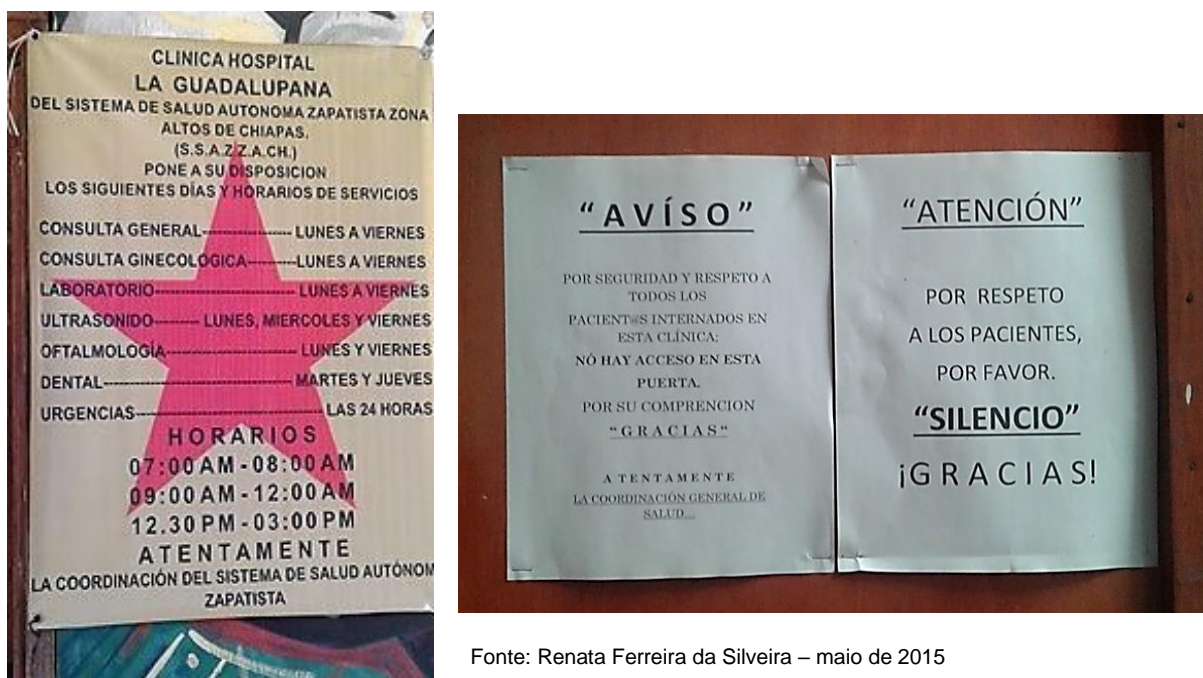
O sistema de cobrança varia de uma região para outra, e se as clínicas não precisam repor nenhuma estrutura ou se não existe nenhum projeto, não é cobrado nenhum valor. Mas, de forma geral, a saúde é totalmente gratuita. O atendimento é



feito por promotoras e promotores de saúde<sup>84</sup>, que são bases de apoio que passam por um processo de formação para atendimento clínico medicinal. Essa formação, assim como na educação, é feita com as e os promotores antigos que repassam seus conhecimentos, e contam também com a participação de médicos profissionais solidários ao zapatismo. A antropóloga Ana Paula Morel, ao realizar sua pesquisa em torno do zapatismo, relata um momento que acompanhou parte destas formações:

Os formadores falam das responsabilidades do promotor de saúde: reuniões com a comunidade, seguir a formação, trabalhos educativos, trabalhos que envolvem transformações na mesma (como as mudanças na cozinha que decidiram fazer nos dias seguintes), dentre outras. Reiteram que uma das questões principais é, através da escuta, identificar os problemas da comunidade e discuti-los em assembleia. Falam também como a prevenção é uma questão de todos: se há uma família que não segue certas orientações de prevenção, isso deve ser debatido coletivamente, pois é uma questão que diz respeito a todos os seus membros. (MOREL, 2018. p.78)

Figura 35 - Fotos de avisos dentro da clínica em Oventik



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – maio de 2015

<sup>84</sup> De acordo com MOREL (2018), este modelo de promotores de saúde “surge no México como uma política pública indigenista executada através do Instituto Nacional Indigenista (INI) no início da década de 1950. Chiapas era considerado um laboratório das políticas indigenistas do Estado mexicano, que permanece nos dias atuais (FENNER & PALOMO, 2008). A partir da criação do Centro Coordenadores Indigenistas se buscou implementar na região um programa federal de desenvolvimento integral nas áreas de saúde, educação, agricultura, dentre outros (AGUIRRE, 2005).”

A escolha das e dos promotores de saúde é feita pelas assembleias das comunidades, assim como a decisão pelo que deve ser prioridade na saúde. Por exemplo, se é uma comunidade com muitos idosos, é importante ter uma atenção nessa área. Ou, em um caso relatado, algumas comunidades estavam denunciando o uso de agrotóxicos por outros moradores, o que estava atingindo suas milpas. Ali, o direcionamento da saúde foi em relação à alimentação e à imunidade. Para auxiliar neste modelo de saúde preventiva, formaram-se comitês de saúde para auxiliar nos trabalhos comunitários, tendo como eixo a valorização dos saberes tradicionais. Assim, recorre-se também ao sistema de educação autônoma para resgatar os saberes tradicionais da herbolaria.

###

A justiça autônoma zapatista também opera na base comunitária e é administrada pelos Conselhos Autônomos, não recorrendo à justiça nem à polícia do Estado. Talvez o que haja de mais próximo de uma justiça ou do Direito institucionalizado é a atuação dos Direitos Humanos. Esse setor sempre foi muito próximo ao zapatismo e, no caso do EZLN, atua principalmente através do FRAYBA, que tem o trabalho de acompanhamento e de recebimento das denúncias das comunidades indígenas (não só as zapatistas) no Estado de Chiapas.

Os conflitos nas escalas comunitárias entre zapatistas e não-zapatistas como, por exemplo, de uso da terra ou de algum recurso natural, como um riacho (para lavar a roupa, pegar água, tomar banho, para canalização, antes do autogoverno eram resolvidos entre as e os próprios envolvidos. A partir da formação das Juntas, essas demandas passam a ser debatidas e encaminhadas pelas instâncias do autogoverno. Ou seja, caso a comunidade consiga resolver o problema, não é necessário acionar a Junta e, mesmo assim, caso seja necessário, a JBG só acatará a decisão coletiva. A regionalização da justiça como última instância busca trazer para o coletivo o debate e o encaminhamento das demandas, mas sempre priorizando que sejam resolvidas a partir de sua própria comunidade. Dentro do autogoverno, o sistema de justiça vai ter como base algumas premissas como: o uso da razão sobre força; as leis revolucionárias zapatistas; a lei revolucionária das mulheres zapatistas; o Mandar Obedecendo; e o caráter mais pedagógico da penalidade. Os casos sempre são debatidos e resolvidos de forma particular, dos menos aos mais graves.

De acordo com Gerónimo, ex-integrante de uma JBG, alguns dos principais problemas enfrentados quando da fundação dos MAREZ eram o alcoolismo, os problemas familiares, os problemas entre vizinhos e os problemas agrários.

Ese problema del alcoholismo existe en todos lados, pero nosotros como grupo de la organización decimos que no existe, lo tenemos prohibido. Claro que puede ser que alguien por ahí escondido debajo de la cama se echa su trago, pero si uno no lo ve qué se puede hacer. Claro que cuando uno lo ve así se le castiga ¿Qué tipo de castigo le damos? Tiene que hacer trabajos colectivos, si es en el pueblo tiene que trabajar en el pueblo, no le estamos cobrando el dinero ni tampoco lo estamos metiendo en la cárcel.

En cuestión de la borrachera si alguien cae en el error lo primero que se hace es que se le da una llamada de atención. Si lo vuelve hacer que se le da una sanción en la comunidad al compañero borracho, trabaja cinco días, la tercera vez se aplican 10 días de castigo en el municipio, y si en la cuarta vez y llega al caracol. (GERÓNIMO, 2013, pg. 61)

Tanto o uso de álcool quanto o uso de drogas são terminantemente proibidos em territórios zapatistas. A questão do álcool é muito simbólica porque foi uma demanda colocada com muita força pelas mulheres zapatistas, como maneira de combater a violência doméstica e, de fato, relata-se que atualmente não existem denúncias desse tipo de violência nas comunidades zapatistas. As e os zapatistas falam com muito orgulho sobre esse tema, como uma conquista que também expressa a autonomia, uma vez que o álcool historicamente foi utilizado pelos fazendeiros para controlar os indígenas, sendo, inclusive, utilizado como pagamento em substituição ao “salário” nos trabalhos dos plantios. Assim, também não é vendido nas “tiendas” nem nos “comedores”<sup>85</sup>. Vale comentar que nas festas com duração de horas e com muita dança, os e as zapatistas não consomem bebida alcoólica.

Em relação ao uso de drogas ilícitas obviamente também é proibido, mas aí agrega-se a questão da segurança. E, neste sentido, essa questão é muito reforçada nos eventos abertos à sociedade civil. Durante os eventos no Caracol de Oventik, assim como nos outros Caracóis, durante o Comparte, a solicitação geral é de que todos e todas estejam sempre atentas e atentos às pessoas da sociedade civil, cuidando para que não usem álcool e nem drogas. A segurança também é sempre muito atenta a isso, uma vez que o uso de drogas dentro dos territórios zapatistas seria um motivo “legal” para que o Estado retirasse os territórios do EZLN.

---

<sup>85</sup> As tiendas são uma espécie de mercado. Os comedores são os espaços com estrutura de mesas e cadeiras para comer coletivamente, podendo funcionar como uma lancheria.

Figura 36 - Fachada em La Realidad representando Maestro Galeano

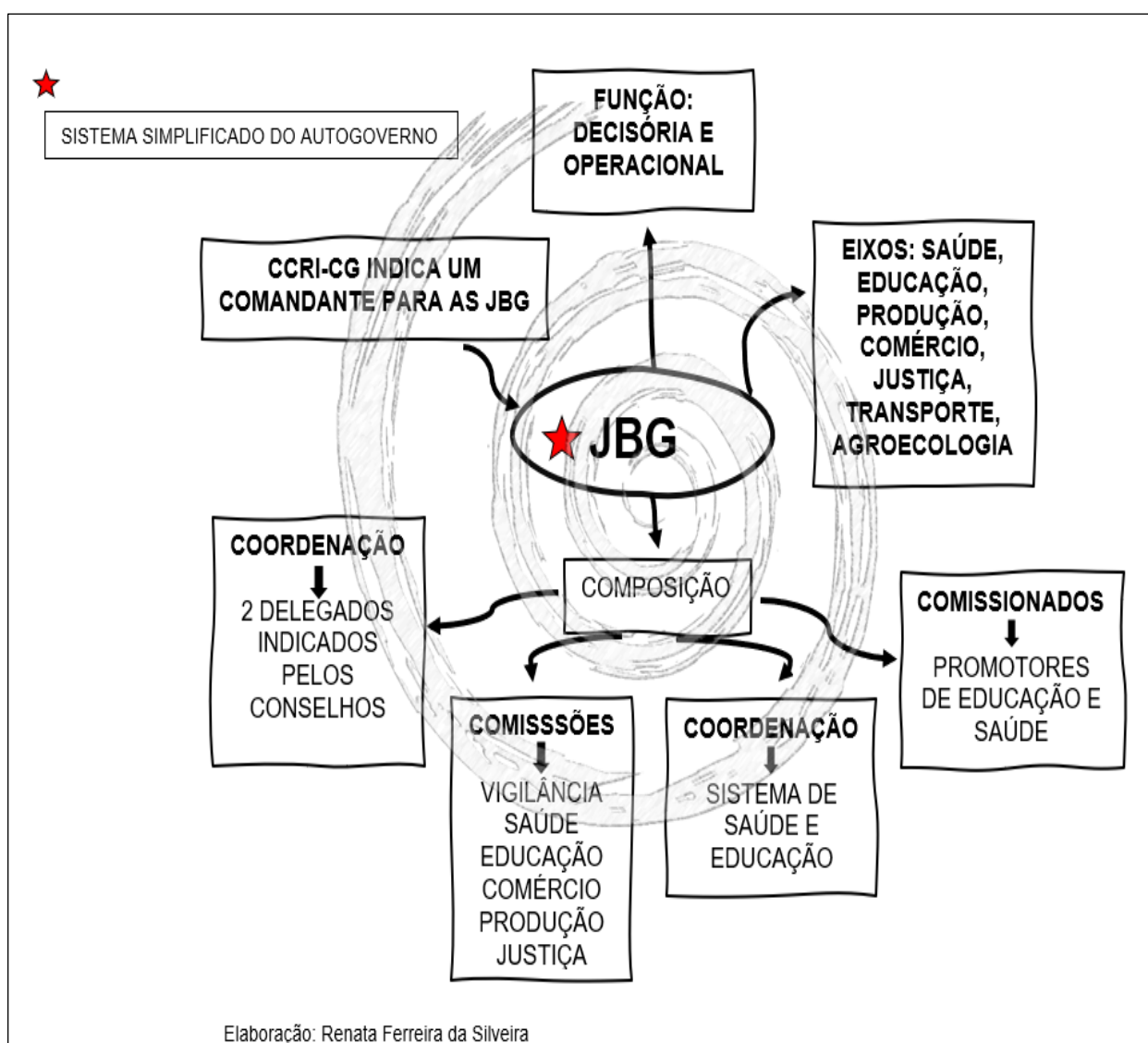


Fonte: Renata Ferreira da Silveira – janeiro de 2017.

Talvez o caso de maior gravidade e mais emblemático até hoje tenha sido o assassinato do Maestro Galeano, ocorrido no dia 02 de maio de 2014 na comunidade de La Realidad após uma crescente de provocações por parte de paramilitares ligados à organizações camponesas opositoras ao zapatismo. Galeano foi vitimado em uma emboscada no qual recebeu três tiros à queima roupa. O zapatista havia atuado como maestro na recente Escuelita Zapatista, e o fato de ter sido o primeiro assassinato desse perfil em mais de dez anos, e ocorrido poucos meses após o movimento ter reaberto suas comunidades à sociedade civil, causou comoção em toda a rede de apoiares. O SCI Moisés, ao falar, durante o Semillero, sobre a justiça zapatista, relatou como o EZLN havia procedido neste caso. A família de Galeano havia procurado a JBG, e foi um processo intenso, pois envolvia organizações paramilitares, nas quais, inclusive, participavam vizinhos da família de Galeano. Depois do processo de debates entre a comunidade e a família, foi deliberado, junto com a JBG que o castigo seria eles ficarem vivos e “livres”, pois assim poderiam ver o legado de Galeano todos os dias nas comunidades zapatistas. O EZLN construiu uma escola autônoma muito próxima a casa dos assassinos, a mesma escola que foi comentada anteriormente quando do relato das observações no acampamento dos direitos humanos. A escola traz em quase todas as paredes pinturas com o seu rosto do *maestro*, e vê-la seria então o maior castigo para os assassinos, porque ali se daria eco à voz de Galeano.

Outras duas ações foram a doação de um terreno, pelo pai do Maestro, para ser o acampamento de observadores de direitos humanos, local onde ficamos alojadas e alojados. Uma terceira ação entrou para a história do EZLN: pouco depois da morte de Galeano, o EZLN se colocou em silêncio e, em maio de 2014, o SCI Marcos anunciou a sua morte, ou seja, a morte do SCI, Marcos para dar lugar ao Subcomandante Insurgente Galeano que, desde a morte simbólica do SCI Marcos, passa a ser o “novo” porta-voz do EZLN.

**Quadro11 – Sistema simplificado do autogoverno zapatista a partir das JBG**



#### 4.4 As mulheres zapatistas

“Lo que sí sabemos es que luchamos por nuestra libertad y que nos toca ahora luchar para defenderla, para que la historia de dolor de nuestras abuelas no la sufran.”  
Mulheres zapatistas

Talvez o passo mais importante que o EZLN tenha dado em sua trajetória é o papel da mulher indígena na organização. Sobretudo porque estamos tratando de uma parcela da sociedade que foi marginalizada durante séculos. Neste cenário, a subordinação da mulher e da natureza como uma das essências do capitalismo tem no sistema patriarcal a base de sustentação desta marginalização. Estas marcas estão muito presentes nas territorialidades das mulheres zapatistas, que constroem sua trajetória também a partir da memória, que se materializa em cada gesto na atualidade.

Alguns dados atuais de acordo com o Inmujeres<sup>86</sup>, no México, em relação ao acesso à educação, 6,5% das mulheres de até 15 anos e 32,2% das mulheres com mais de 75 anos são analfabetas. 13,6% de meninas entre 13 e 15 anos, 50,2 % das adolescentes entre 16 e 19 anos e 73% das mulheres entre 20 e 24 anos não frequentam escola. Em relação a violência física, a mesma pesquisa aponta que mais da metade das mulheres mexicanas não denunciam seus agressores por não acreditar nas instituições legais, e declaram que o principal motivo é o medo da hostilidade que sofrem das autoridades e da exposição das situações de violência que acontecem durante os trâmites, assim como a burocratização durante a denúncia (2016). Neste cenário, estima-se que mais de 390 mil mulheres casadas, acima de 15, sofreram violência extrema, como agressão física e estupro de seu próprio marido. Em 2017, a média é de 6 mulheres eram assassinadas por dia (2017).

Soma-se como elemento de análise para estes números o casamento infantil, um dos fatores que mais afetam as questões de gênero do México, sobretudo nas zonas rurais. Neste caso, em Chiapas, dados de 2015 colocam como o Estado com maior número de casamentos de mulheres crianças e adolescentes (antes de completar 18 anos), representando 32% dos casos, muitos casos ainda de casamentos forçados pelos pais em troca de dinheiro ou algum benefício político. E

---

<sup>86</sup> Instituto Nacional de Mujeres, ligado ao Governo Federal.

aí é importante reforçar que no México não existe uma lei federal que proíba ou limite o casamento para menores de 18 anos (2016). “la práctica del matrimonio infantil ha sido favorecida por las leyes y códigos que no establecen una edad mínima para el casamiento y/o conceden la dispensa de edad” (2016, INMUJERES)

Neste México atual como parte do sistema que está inserido, processo de geografia dos de cima, é onde estão as mulheres zapatistas. Porém, estas mulheres traçam um caminho inverso à esta realidade apresentada. A história antes de 1994 contada pelas mulheres zapatistas é expressa na história oral, nas artes, nos relatos transcritos e traduzidos após 1994, visto que muitas mulheres não falavam a língua espanhola, ainda hoje muitas ainda não dominam o idioma.

Durante o trabalho de campo esta dimensão foi muito visível, assim como a questão geracional do papel das mulheres entre elas e na relação com o movimento zapatista. Especialmente durante o Comparte, muitas peças teatrais encenam diversas situações que representavam este período que remonta desde a colonização até 1994. Os roteiros traziam mulheres zapatistas de diferentes idades representando a violência sofrida pelos companheiros, as situações de violência familiar, de casamentos forçados, de meninas que eram entregues para fazendeiros, tanto para casamento ou como “escrava”, de cenas de estupro pelos “patrones”.

Figura 37 - - Apresentação de teatro sobre as mulheres zapatistas na clandestinidade.

À esquerda, apresentação de teatro representando a violência dos "patrones" com as mulheres. À direita, apresentação de teatro representando as mulheres se organizando para se libertar.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016.

Mas, também, muitas peças representavam o processo de autonomia que enuncia seu início em 1983, com a fundação do EZLN. O Comandante Tacho relata o protagonismo das mulheres neste processo como fundamentais no período da clandestinidade.

Después, cuando comenzamos a hablar con la gente del pueblo, había que tener mucho cuidado, elegir bien con quien hablar, saber quién era, cómo se llamaba, qué quería. Sobre todo con el problema del alcohol. Hay algunos a los que les gusta mucho tomar y, a veces, se emborrachaban con los ganaderos, los comerciantes, era difícil, había que tener mucho cuidado. Comenzamos a ver la necesidad de una participación de las mujeres. Formamos mujeres que eran un poco comisarías políticas, y como ya había compañeras indígenas, campesinas, que estaban con nosotros, bajábamos con ellas a los pueblos y reuníamos a las mujeres de noche, clandestinamente, fuera del pueblo. Ellas hacían como si fuesen a buscar maíz o la leña, pero en realidad iban a una reunión. Fueron ellas las que comenzaron a convencer a sus maridos de dejar de emborracharse. En seguida, cuando teníamos dos, tres, cuatro compañeras en un pueblo, les encargábamos que vieran con quien más se podía trabajar, y poco a poco fuimos creciendo hasta que finalmente todo un pueblo estaba con nosotros. Así nos desarrollamos, pero muy delicadamente, en el verdadero trabajo clandestino. (COMANDANTE TACHO, 1997, p. 69,)

Assim, o zapatismo vai se consolidar sobre a ruptura com patriarcado desde a clandestinidade, numa decisão consciente e que também se desenvolve à medida que autonomia se projeta. É evidente que temos que ter a sensibilidade de entender como um processo que se constrói nas suas especificidades, de culturas e costumes que foram arrasados pelo colonialismo, impondo relações estruturadas na opressão e na violência contra a mulher. Neste sentido, talvez o documento mais transformador zapatista tenha sido as Leis Revolucionárias das Mulheres Zapatistas. Além das centenas de documentos e comunicados que o EZLN publicou durante sua trajetória,



Figura 38 - Comandanta Ramona.



este documento em especial significou e re-significou a própria geografia zapatista e trouxe a figura da Comandanta Ramona como representante deste processo e um símbolo para as mulheres zapatistas.

O SCI Marcos aponta que o grande momento mais transformador do zapatismo não foi o 1º de janeiro de 1994, mas sim a Lei Revolucionária das Mulheres Zapatistas, em 1993, como um acordo histórico que colocava o fim da violência doméstica e da opressão como pressuposto do levante, como uma dimensão inadiável que precede qualquer proposta de transformação social.

### **Quadro 12 - Lei Revolucionária das Mulheres Zapatistas**

#### **Lei Revolucionária das Mulheres**

Em sua justa luta pela libertação do nosso povo, o EZLN incorpora as mulheres na luta revolucionária sem que para isso importe sua raça, credo, cor ou filiação política com a única condição delas assumirem as reivindicações do povo explorado e o seu compromisso para cumprir e fazer cumprir as leis e os regulamentos da revolução. Além disso, levando em consideração a situação da mulher trabalhadora no México, incorporaram-se suas justas demandas de igualdade e justiça na seguinte LEI REVOLUCIONÁRIA DAS MULHERES.

Primeiro. As mulheres, independentemente de sua raça, credo, cor ou filiação política, tem direito a participar na luta revolucionária no lugar e grau que sua vontade e capacidade determinem.

Segundo. As mulheres têm direito a trabalhar e a receber um salário justo.

Terceiro. As mulheres têm direito a decidir o número de filhos que podem ter e cuidar.

Quarto. As mulheres têm direito a participar dos assuntos da comunidade e assumir cargos quando forem livre e democraticamente eleitas.

Quinto. As mulheres e seus filhos têm direito à ATENÇÃO PRIMÁRIA no que diz respeito à sua saúde e alimentação.

Sexto. As mulheres têm direito à educação.

Sétimo. As mulheres têm direito a escolher seu parceiro e não a serem obrigadas à força a contrair matrimônio.

Oitavo. Nenhuma mulher poderá ser surrada ou maltratada fisicamente nem por familiares, nem por estranhos. Os delitos de tentativa de estupro ou estupro serão violentamente castigados.

Nono. As mulheres poderão ocupar cargos de direção na organização e assumir graus militares nas forças armadas revolucionárias.

Décimo. As mulheres terão todos os direitos e as obrigações apontadas pelas leis e regulamentos revolucionários.

A pesquisadora Silvia Marcos (2011), relata sobre a sua participação em um dos encontros com as mulheres zapatistas em 2008, no Caracol La Garrucha, que

também celebrava o aniversário de 14 anos do levante. Neste evento, a Major Ana María retratou o processo de organização das mulheres a partir da casa, da família, do trabalho comunitário onde “Las mujeres de los pueblos empezaron a instruir a sus hijas, hermanas, nietas; les decían: Es mejor agarrar un arma, es mejor pelear”. Ao mesmo tempo, a autora relata que a própria dimensão da guerra, do combate de guerrilha não seria suficiente e então elaboraram as leis “Antes no había ninguna ley de mujeres. Por eso protestamos y es así como nació esta Ley”. (MARCOS, p 73, 2011)

han sido avances pequeños, son lentos pero vamos avanzando. Hemos avanzado con los diferentes niveles, en las diferentes áreas, en los diferentes lugares donde nos toca trabajar. Antes de venir aquí analizamos entre hombres y mujeres cómo estamos en cada uno de los puntos de la Ley Revolucionaria de las Mujeres, porque es muy importante que en este análisis no sólo participemos las mujeres, también necesitan participar los hombres, para escuchar lo que pensamos, lo que decimos. Estamos hablando de una lucha revolucionaria y una lucha revolucionaria no la hacemos sólo los hombres ni sólo las mujeres, es tarea de todos, es tarea del pueblo y como pueblo hay niños, niñas, hombres, mujeres, jóvenes, jóvenes, adultos, adultas, ancianos y ancianas. Todos tenemos un lugar en esta lucha y por eso todos debemos participar en este análisis y en las tareas que tenemos pendientes. (GUADALUPE, 2013, pg. 18)

A participação das mulheres nos cargos e nas funções do autogoverno também foi aumentando com o passar do tempo e teve um salto com a formação das JGB em 2003, pois também ampliaram as funções e organicidade do autogoverno zapatista. Neste processo, algumas políticas foram sendo adotadas, como o processo de estabelecer um número igual entre mulheres e homens nos cargos, estimulando e inserindo a participação das mulheres nas cooperativas, oficinas, coordenações, etc.

Não é possível afirmar que em todas as comunidades a participação das mulheres é igual à dos homens, pois existem comunidades menores, com poucas bases de apoio e esta dimensão da autonomia a partir do combate ao patriarcado não é consenso, mas é parte do processo. Para suprir estes casos, a conversa entre as companheiras zapatistas é fundamental para fortalecer laços de confiança e de organização entre as mulheres zapatistas estarem organizadas.

La diferencia es que cuando ya estamos organizadas se ve bien que cualquier trabajo se puede hacer. Se pueden hacer los trabajos cuando ya las compañeras estamos organizadas y cuando las compañeras no están organizadas están cada quién por su rumbo, no hay un trabajo. Como estamos organizadas ya vimos la diferencia en que vivimos, estamos viendo la diferencia que hay con las que no están organizadas, no es igual. Por eso nosotras como zapatistas, como mujeres zapatistas, nos sentimos bien porque hemos podido

pasar todas las dificultades que nos presentan en la familia, en las comunidades y los demás problemas que se van presentando, por ejemplo que nos golpean, que nos violan o que vengan borrachos y nos maten por tantos golpes, eso ya no hay en nuestras familias. (ELOÍSA, 2013, p.15)<sup>87</sup>

Durante os trabalhos de campo, em todos os momentos que estive na presença das e dos zapatistas, nos Caracóis ou no CIDECI, é bem perceptível a diferença das relações das famílias zapatistas e das famílias não-zapatistas. Nas famílias zapatistas vê-se os homens com os filhos, segurando-os, demonstrando relações mais íntimas, mais próximas. Nas famílias não-zapatistas que vi, algumas circulam como vendedores de artesanato nas calçadas ou como vendedores de doces, cigarros, sobretudo, nas ruas de San Cristobal de Las Casas, percebe-se uma divisão do trabalho muito exposta, as mulheres vendem artesanatos e ficam com os filhos enquanto trabalham; os homens vendem cigarros e doces pelas ruas, sozinhos ou acompanhados por um filho mais velho. Também se percebe muitos homens indígenas alcoolizados, algo impensável nos territórios zapatistas.

Gracias a esta participación hemos podido darnos el valor de enfrentar eso, le vamos a decir a nuestros compañeros que no es justo que nos traten así. Pero con ellas, las compañeras que no están organizadas, no es así; con ellas siguen esos maltratos, no tienen la palabra de decir que ya no, "ya no queremos", ahí sigue la drogadicción, sigue el alcoholismo, sigue la violación, hasta ya escuchamos que hay prostitución. Eso ya está llegando a las comunidades y con nosotros en la organización no está así, por eso nos sentimos bien porque ya tenemos ese valor, ya tenemos esa idea que podemos decir que ya basta. (ELOÍSA, 2013, p.15)

Por este caminho, as mulheres zapatistas hoje ocupam um papel central no zapatismo, de emancipação das relações familiares em que muitas gerações estiveram subordinadas aos pais ou maridos e que a superação disso representou a garantia que as novas gerações de mulheres zapatistas não vivessem estas relações.

Antes las mujeres sólo servimos para el hogar o cuidar los hijos, hacer la comida. (...) se pensaba que los hombres eran más que nosotras. (...) Cuando estábamos bajo el dominio de nuestros padres no nos daban esa libertad de salir pues era mucho el machismo que se vivía antes. Antes, las compañeras vivían bajo dominio de sus padres y como tenemos un respeto por nuestros padres, ellos decían si sus hijas podían hacer el trabajo o no, las mujeres no iban a donde querían hacer el trabajo.

Pero después, cuando llegó nuestra organización, empezamos a ver las distintas áreas de trabajo que tenemos como organización del EZLN y empezamos a desempeñar diferentes trabajos como compañeras. Al principio nos costó un poco, no fue fácil, como

---

<sup>87</sup> Ex integrante de la Junta de Buen Gobierno. MAREZ San Pedro Michoacán

tenemos en la cabeza que no podemos como mujeres se nos hizo difícil empezar como compañeras. (ELOÍSA, 2013, p.15)

A questão geracional é abordada com muito orgulho, uma conquista na mudança das relações de gênero dentro de uma organização social protagonizada pelas próprias mulheres. Um dos momentos mais emocionantes do Semillero foi uma mesa composta somente por mulheres zapatistas de diferentes gerações e relataram como foram “crescendo na autonomia” sem passar pelas mesmas situações de opressão que viveram as mulheres mais antigas, suas mães e suas avós. As comandantas Mirian e Rosalina nos contaram sobre esse processo e como a educação autônoma também foi fundamental como uma ferramenta importante para repassar conhecimentos ancestrais, retomar a centralidade das mulheres no processo cotidiano de transformação social almejada pelo zapatismo.

As mulheres zapatistas ressaltam muito a importância das trocas com as mulheres da sociedade civil também como parte do aprendizado. Em 2019 elas lançam um documento denominado Carta de las Zapatistas a las Mujeres que Luchan en el Mundo e, além de todo teor de articulação, de solidariedade e de engajamento, aponta o avanço sobre a questão da mulher ser, sem dúvida, uma questão de gênero que aborda as relações de orientação sexual e a adequação a conceitos, assim como a questão transgênera. E declaram:

Tal vez no lo sabemos de qué es el mejor feminismo, tal vez no sabemos decir “cuerpa” o según cómo cambian las palabras, o qué es lo de equidad de género o esas cosas que hay tantas letras que ni se puede contar. Y ni siquiera está cabal eso que dicen “equidad de género”, porque sólo hablan de equidad de mujeres y hombres, y hasta nosotras, que nos dicen ignorantes y atrasadas, lo sabemos bien que hay quienes no son ni hombres ni mujeres y que nosotras les llamamos “otroas” pero que esas personas se llaman como se les da la gana, y no les ha sido fácil ganar ese derecho de ser lo que son sin esconderse, porque les burlan, les persiguen, les violentan, les asesinan. ¿Y a poco todavía les vamos a obligar que o son hombres o son mujeres y que tienen que ponerse de un lado o de otro? Si esas personas no quieren pues se hace mal si no se les respeta. Porque entonces, ¿cómo nos quejamos de que no nos respetan como mujeres que somos, si no respetamos a esas personas? Pero bueno, tal vez es porque hablamos de lo que hemos mirado de otros mundos y no tenemos mucho conocimiento de esas cosas. (CCRI-CG do EZLN, 2019, n.p.)

E, neste sentido, a questão da homoafetividade também está no escopo da autonomia e dos princípios éticos zapatistas. Em Morélia, nos dias que estive hospedada, pude observar que uma quantidade muito grande de jovens de orientação heterossexual e homossexual, mostrando que o universo da diversidade também está

nas pautas do zapatismo. Na clínica autônoma voltada para a saúde da mulher, no Caracol La Garrucha, parte do atendimento é sobre prevenção e cuidados da mulher, o que reduziu também o número de filhos. MORA (2011) nos atenta que todas estas transformações se tornam fundamentais e são absorvidas nos princípios do Mandar Obedecendo, como parte do eixo democrático e ético no zapatismo, fazendo com que as relações de poder expressas no patriarcado sejam combatidas. Guadalupe, relata nos Cuadernos de la Escuelita:

Sabemos que desde el inicio las mujeres tenían un papel muy importante en la sociedad, en los pueblos, en las tribus. Las mujeres no vivían como vivimos ahora, eran respetadas, eran las más importantes para la conservación de la familia, eran respetadas porque dan la vida así como nosotros respetamos ahora a la madre tierra que nos da la vida. En ese tiempo la mujer tenía un papel importante pero a lo largo de la historia, con la llegada de la propiedad privada, eso se fue cambiando. La mujer al llegar la propiedad privada fue relegada, pasó a otro plano y llegó lo que llamamos el "patriarcado", con el despojo de sus derechos de las mujeres, con el despojo de la tierra, fue con la llegada de la propiedad privada que empezaron a mandar los hombres. Sabemos que con esta llegada de la propiedad privada se dieron tres grandes males, que son la explotación de todos, hombres y mujeres, pero más de las mujeres, como mujeres también somos explotadas por este sistema neoliberal. También sabemos que con esto llegó la opresión de los hombres hacia las mujeres por ser mujeres y también sufrimos como mujeres en este tiempo la discriminación por ser indígenas. Entonces tenemos estos tres grandes males. (GUADALUPE, 2013, p. 18)

Dos dados sobre as formas de opressão às mulheres que trouxemos no início deste subcapítulo, hoje é possível afirmar que nos territórios zapatistas não existe feminicídio; não existem mais registros de violência contra as mulheres; as mulheres não são obrigadas a casar e, menos ainda, casar com quem não querem; as mulheres não são obrigadas a terem filhos e, caso desejem, elas definem quantos filhos querem ter; ocupam qualquer cargo político no autogoverno ou no CCRI-CG; todas frequentam a escola; todas tem acesso à saúde; todas tem na memória e nas suas referências antepassadas os ensinamentos de uma posição que não vão voltar. Cada mulher na comandância é um símbolo de vozes, de muitas gerações.

Assim, a mulher carrega a dimensão da terra e da espiritualidade, do material e do simbólico na sua escala mais íntima, como base, assim como a Madre Tierra. Ao mesmo tempo, representam as chaves na razão e na força, na reprodução da(s) vida(s), no papel de manter as tradições e costumes, assim como pegar em armas de fogo e se colocar nos lugares de comando, mas sempre na reprodução da vida coletiva.

Figura 40 - Foto das mulheres comandantas assistindo as apresentações durante o Comparte, em Morélia.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016

Figura 40 - Foto da mesa de apresentação das mulheres zapatistas de diferentes gerações, no Cideci, durante o Comparte.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – maio de 2016

Figura 42 – Mulher zapatista “Tercia compa” durante o Comparte, em Morelia.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016

Figura 42 - Família zapatista em Oventik.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016

Figura 46 - Mulher miliciana, em Oventik.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016.

Figura 46 - Apresentação de jovens zapatistas durante o Comparte.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016.

Figura 44 -Fotos de uma cooperativa de mulheres, em La Realidad.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – janeiro de 2017.



Figura 43 - Mulheres zapatistas



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – julho de 2016

#### 4.5 A razão e a força: a desmilitarização no processo democrático

Si no puedes tener la razón y la fuerza, escoge siempre la razón y deja que el enemigo tenga la fuerza. En muchos combates puede la fuerza obtener la victoria, pero en la lucha toda sólo la razón vence. El poderoso nunca podrá sacar razón de su fuerza, pero nosotros siempre podremos obtener fuerza de la razón.

¡Felices fiestas!  
Viejo Antonio

Isso que tomamos emprestado de Marcos (ou do Velho Antônio) para chamar de a razão e a força é, grosso modo, parte fundamental desta geo-grafia zapatista, pois se trata da dimensão da "desmilitarização" do EZLN e do avanço da democracia dentro do próprio movimento a partir da autonomia e do autogoverno. Diversos momentos vão marcar este processo, que foi também muito conjuntural. A expressão "A Razão e a Força" é, justamente, um processo de construção do movimento que passou a sobrepor a "razão", ou seja, o poder da palavra, do silêncio, da autorganização democrática, do consenso, sobre a "força", que representa a concentração do poder na esfera militar, tanto nas instâncias de governo, uma lógica bélica de combate de campo.

A experiência autonômica zapatista traz mais um ingrediente diferenciado (no contexto dos movimentos sociais latino-americanos): o processo se inicia na própria clandestinidade, ao mesmo tempo em que o pequeno grupo guerrilheiro da Frente de Libertação Nacional tomava contato com as territorialidades indígenas, ou melhor, passava a incorporá-las em suas dimensões de organização. Ou seja, estas e estes combatentes não se formaram somente pela lógica de exército, como um organismo ou setor de defesa de determinado grupo social, distante, obediente, e com uma pauta bélica específica (como um combate, uma determinada guerra, uma missão), tampouco como um exército representante de um Estado que se alterna entre diferentes governos. Ao contrário, este exército se formou na base territorial comunitária, desde baixo, de dentro das casas, na formação familiar e na construção ética, tática e estratégica de longo prazo, como elementos constituintes da geo-grafia zapatista.

Después de todo, ése había sido el origen fundamental del EZLN: un grupo de "iluminados" que llega desde la ciudad para "liberar" a los explotados y que se encuentra con que, más que "iluminados", confrontados con la realidad de las comunidades indígenas, parecíamos focos fundidos. **¿Cuánto tiempo tardamos en darnos cuenta de que teníamos que aprender a escuchar y, después, a**



**hablar?** No estoy seguro, han pasado ya no pocas lunas, pero yo calculo unos dos años al menos. Es decir, lo que en 1984 era una guerrilla revolucionaria de corte clásico (levantamiento armado de las masas, toma del poder, instauración del socialismo desde arriba, muchas estatuas y nombres de héroes y mártires por doquier, purgas, etcétera, en fin, un mundo perfecto), para 1986 ya era un grupo armado, abrumadoramente indígena, escuchando con atención y balbuceando apenas sus primeras palabras con un nuevo maestro: los pueblos indios. (SCI MARCOS, 2003, p. 45)

Neste mesmo período de clandestinidade se desenharam as diferentes escalas democráticas do autogoverno devido ao crescimento descontrolado das bases zapatistas, sobretudo no final da década de 80, como mencionado no capítulo anterior. Consequentemente, o EZLN necessitava pensar sua organização político-militar do local para o regional, passando então a funcionar com responsáveis locais/comunitários, e o regional a partir de um grupo de comunidades, também com seus responsáveis. Todavía, segundo SCI Marcos (2013), como organização político-militar, a decisão final era feita pelo núcleo militar e, de alguma forma, esta estrutura “contaminava” a autonomia que operava em escala local, fazendo do “EZLN (...) um dos elementos 'antidemocráticos' em uma relação de democracia direta comunitária (SCI MARCOS, 2003).

Quando los municipios autónomos se echan a andar, el autogobierno no sólo pasa de lo local a lo regional, también se desprende (siempre de modo tendencial) de la "sombra" de la estructura militar. En la designación o destitución de las autoridades autónomas el EZLN no interviene para nada, y sólo se ha limitado a señalar que, puesto que el EZLN, por sus principios, no lucha por la toma del poder, ninguno de los mandos militares o miembros del Comité Clandestino Revolucionario Indígena puede ocupar cargo de autoridad en la comunidad o en los municipios autónomos. Quienes deciden participar en los gobiernos autónomos deben renunciar definitivamente a su cargo organizativo dentro del EZLN. (SCI MARCOS, 2003)

Em 1994, no ano de transformações na geografia política mexicana e na geopolítica mundial, o contexto bélico da aparição do EZLN e as reivindicações políticas, negociações e articulações envolvendo distintas esferas de governo e o exército nacional, assim como o diálogo estabelecido entre representantes do EZLN, demonstrava, todavia, a predominância da dimensão militar dos dois lados - e, de fato, estava acontecendo uma guerra - e o caráter hierarquizado destas representatividades. Assim, paradoxalmente, a organização militar do EZLN exerceu um papel fundamental no levante de 1994, no momento em que as relações comunitárias foram desestabilizadas pelos conflitos que resultaram em dezenas de

mortas e mortos, comunidades violadas e a perda de lideranças fundamentais para a organização territorial zapatista. Doroteo recorda que naquele momento

Tomaron esas tareas los compañeros mandos militares y políticos, y ellos las llevaron por un tiempo. Pero después ellos se dieron cuenta de que no era ésa su función, entonces nuevamente se empezó a organizar la formación de autoridades locales, comisariados y agentes, de los pueblos zapatistas. Entonces las nuevas autoridades locales empezaron a tomar los asuntos de justicia y empezaron a ver cómo resolver las necesidades civiles, como salud, educación y otras cosas. Unos meses después esos pueblos se empezaron a agrupar, todo por iniciativa de los compañeros mandos políticos y militares, se agruparon los pueblos y así llegamos hasta diciembre de 1994 con la publicación de los 38 municipios autónomos. (DOROTEO, 2013, p. 7)

A consequência do recuo militar do EZLN na gestão dos territórios autônomos foi a ampliação da participação e da reorganização das comunidades bases de apoio zapatistas. Nessa dimensão da razão e da força, os MAREZ se definiram para além de um espaço de controle territorial, mas como a própria expressão territorial simbólico-política da liberdade, democracia e justiça desde a dignidade (GUTIÉRREZ, 2013)<sup>88</sup>. Gerónimo, relata como o trabalho coletivo foi central para a resistência, demonstrando a necessidade da coletividade para elaborar a organicidade desses territórios

Quando se dijo que tenemos que trabajar en la autonomía que ¿fué que hicimos? Lo que hizo es que se convocó una reunión a todos los pueblos para que se discutiera, primero el nombre, cómo se va a llamar el municipio, y luego que se nombraran las autoridades los diferentes cargos de autoridades, la comitiva. (GERÓNIMO, 2013, p. 58)

Este processo se encaminhou para a década de 90 e entrou nos anos 2000 sob muita instabilidade política devido às crescentes perseguições dos militares e paramilitares às comunidades zapatistas e ao CCRI-CG, além de diversas rupturas de tentativas de negociação pelas diferentes escalas de governo, sobretudo os Acordos de San Andrés.

Em momento nenhum isso vai significar a perda de importância do EZLN. Ao contrário, ele continua sendo a referência do movimento zapatista, inclusive pela compreensão de estarem em uma constante guerra. Porém, irá se organizar a partir da formação das instâncias civis, que são as bases de apoio zapatistas. Assim, o EZLN, a partir do CCRI-CG e do comando militar, passa a existir como defensor e

---

<sup>88</sup> Tradução livre minha.

vigilante das JBG e das comunidades zapatistas. Além disso, o CCRI-CG, no documento fundador das JBG e Caracóis, estabelece:

El Comité Clandestino Revolucionario Indígena en cada zona vigilará el funcionamiento de las Juntas de Buen Gobierno para evitar actos de corrupción, intolerancia, arbitrariedades, injusticia y desviación del principio zapatista de “Mandar Obedeciendo. (CCRI-CG do EZLN, 2003)

E aí é importante frisar que a “razão e força” não são movimentos antagônicos, como “guerra e paz”, mas são partes de si, como um constante exercício de “desaprendizagem”, como dizem as e os zapatistas. Um exercício de escuta e de fala, uma dimensão do Mandar Obedecendo.

Así que hagan un esfuerzo y pónganse en nuestro lugar: años enteros preparándose para disparar un arma, y resulta que lo que hay que disparar son palabras. Se dice así nomás y, ahora que leo lo que acabo de escribir, parece que fue casi natural, como un silogismo de ésos que enseñan en la preparatoria. Sin embargo, entonces, créanme, no fue nada fácil. Batallamos mucho... y seguimos haciéndolo. Pero resulta que un guerrero no olvida lo que aprende y, como expliqué antes, nosotros aprendimos a escuchar y a hablar. Así que en ese entonces la historia, como dijo no sé quien, cansada de andar se repetía, y estábamos de nuevo como al principio, es decir, aprendiendo. (SCI MARCOS, 2003, p. 6)

Mesmo com a designação bélica, o Exército Zapatista não é algo externo às comunidades, como se fosse separado, uma instância maior ou um representante de uma hierarquia. Isso porque parte-se do entendimento que ser um exército não é necessariamente estar em um evento bélico, em um combate armado, mas sim estar defendendo suas territorialidades e demonstrando que existe uma organização militar disposta a lutar em armas. Por exemplo, se o SCI Marcos declarava, em 1997, que “não foi um exército que se armou de fora, é um exército que se arma de dentro; Portanto, seu desarme é impensável”, o SCI Moisés, em 2015, reiterava afirmando que o trabalho coletivo é também saber como morrer ou como lutar, “colocar-se duro sobre as coisas que virão”, que é necessário sempre organizar a resistência e a rebeldia e que as “armas ainda são uma ferramenta de luta” (SCI Moisés, 2015)

Essa defesa se manifesta na guerra, mas também pela própria ocupação do território. Portanto, ocupar, resistir e se autogovernar também é uma forma de (auto)defesa dentro das territorialidades indígenas a partir da relação com a Madre Tierra.

## 4.6 Geo-política das e dos de baixo, ou mundo onde caibam outros mundos

De nuestro dolor nació nuestra rabia, de la rabia nuestra rebeldía  
y de la rebeldía nacerá la libertad de los pueblos del mundo.  
Porque el corazón de nuestra madre tierra vive en el espíritu de nuestros pueblos.  
(Carta de apresentação do Congresso Nacional Indígena)

Voltando mais de um século no calendário, Octavio Paz Solórzano uma vez mais retrata com muito cuidado e riqueza de detalhes a construção revolucionária e o processo cotidiano em torno de Zapata e de seus companheiros, entre eles parte da trajetória de Pablo Torres Burgos, que lutou junto com o comandante na linha de frente, para quem enviou esta carta:

Había visto desaparecer varios pueblecillos antes florecientes, encantadores y exuberantes, bajo la garra implacable de las haciendas. Acatlipa había sido devorado por la hacienda de Temixco; el caserío se había convertido en un sembradío de caña de azúcar. ¡Hasta los cimientos habían desaparecido, y sus habitantes habían tenido que emigrar a otros lugares! Lo mismo había pasado con San Pedro y Cuauichinola, absorbidos por la hacienda del Hospital; Sayula por de San Vicente, y otros mucho más, por las haciendas cercanas, culminando la injusticia en el pueblo de Tequesquitengo, cuyos habitantes, indígenas labriegos, resistieron miserias y atroces sufrimientos. (PAZ SOLÓRZANO, 2012, p 49)

A mítica Revolução Mexicana trouxe não só o personagem de Emiliano Zapata, mas também realçou toda a força indígena campesina como protagonista. O avanço do liberalismo no México no século XIX, a formação do Estado-nação e a Constituição de 1857 como consequência desse processo, a Ley Lerdo e a entrada de capital estrangeiro também fortaleceram uma política de “desenvolvimento” da sociedade agrária mexicana, do caminho do progresso ao modelo ocidental moderno. Foi o início da retirada de direitos legais indígenas sobre as terras.

No seguimento da história, como vimos no capítulo 3, o EZLN surge em um momento geopolítico extremamente conturbado: do avanço das políticas desenvolvimentistas e privatistas pela agenda neoliberal<sup>89</sup>, do fim da representatividade da esquerda ancorada pela URSS, do surgimento de diversos blocos econômicos em todos os continentes impondo uma nova regionalização global.

Sob estas condições, a luta pela terra no México continuou e continua sendo em torno da r-existência indígena, como o Plan Ayala elaborado por Emiliano Zapata

---

<sup>89</sup> Talvez um fato emblemático tenha sido o Consenso de Washington, que representa essas políticas neoliberais, sobretudo, nos países latino-americanos.

e seus companheiros, e os Acordos de San Andrés, protagonizado pelo EZLN, fundamentando elementos políticos e sociais a partir de demandas históricas de luta por direitos e cultura indígenas garantidos constitucionalmente, que emergiram e seguiram nos cenários geopolíticos mexicanos e latino-americanos de despojo<sup>90</sup>, Consideramos, estes dois momentos históricos supracitados<sup>91</sup> como exemplos de relações geo-políticas,

É importante ressaltar a compreensão de geopolítica sem ignorar a perspectiva ratzeliana, ao contrário, concordamos com Moraes (2005) quando afirma a geografia de Ratzel como um “instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído” (MORAES, 2005, p. 18). E, portanto, atua como uma área da geografia construída a partir das relações da colonialidade do poder e do saber, do sentido do Estado e suas relações internacionais sob a moderno-colonialidade.

Compreendendo a dimensão das relações como premissa para a geopolítica, chamamos de geo-política das e dos de baixo, pois vai além do conceito clássico de geopolítica baseado nas relações Estado-nação - por seguinte, fora do circuito de políticas etnocidas<sup>92</sup> - mas como a própria contradição destas diversas des-territorializações e re-territorializações provocadas por estas políticas estabelecidas desde baixo em seu processo de r-existência.

Nessa geo-política, o EZLN nos coloca relações escalares entre diferentes lutas, influências e princípios éticos e políticos, calcadas na lógica de pensar as relações solidárias e articuladas em rede, abarcando outras territorialidades e lugares em diferentes formas de existir no mundo e de “um mundo que caibam muitos mundos”. Gutiérrez (2017) traz o exemplo do que representou a recuperação revolucionária de terras como prática política coletiva que possibilita pensar como uma geo-política:

La “recuperación revolucionaria de tierras” en la zona Selva Tzeltal, en la zona Selva Tzotz Choj y Selva Fronteriza convertirá a la “tierra recuperada” en una **categoría política** en tanto representa una acción

---

<sup>90</sup> Conforme vimos no capítulo 2 desta tese.

<sup>91</sup> E aqui vale reafirmar que existiram outros momentos muito importantes que precederam os Acordos de San Andrés, assim como serviram de inspiração, como o caso das Assembleias Populares de Oaxaca (APPO) que, por si só, dariam uma outra (e merecida) tese.

<sup>92</sup> Como etnocídio, tomamos a concepção de CLASTRES (2004), visto como projeto e essência praticado e executado pelo Estado, visando o fim das diferenças pelo extermínio do outro, do diferente (CLASTRES, 2004).

colectiva por redefinir **nuevas formas de territorialidad** para rehacer múltiples territorialidades hacia la libertad que conllevarán a las diversas formas autonómicas vinculadas a una misma iniciativa política: “Un mundo donde quepan muchos mundos”. (GUTIÉRREZ, 2017, p. 11, grifo meu)

Para apresentar essa geo-política das e dos de baixo a partir do EZLN, abordaremos em 4 partes: a primeira da leitura em escala mundial que o EZLN faz em torno de reflexões e análises de conjuntura e geopolítica partindo do período atual denominado de IV Guerra Mundial (IV GM) e também sobre as análises em torno da Hidra Capitalista, temática abordada e debatida por dezenas de pesquisadoras e pesquisadores, cientistas sociais, movimentos sociais, etc. e apresentada no Seminário da Hidra em 2015. A segunda é como isso reflete em Chiapas; a terceira são as relações estabelecidas com outras organizações como organismo desta geopolítica; e em quarto as organizações que atuam no sentido das redes de solidariedade.

#### **4.6.1 IV Guerra Mundial, globalização e a Hidra de Lerna.**

O contexto que trazemos dessa possibilidade de leitura é a partir do que o EZLN chama de IV Guerra Mundial, definido como o momento em que a sociedade global está vivendo, onde acontecem as relações geopolíticas atuais. Para o EZLN, o fim da II Guerra Mundial já marca o início da III Guerra Mundial e que seguirá até o final dos 80, caracterizada pela reorganização e conquistas de territórios, tendo como referência o fim da URSS, portanto, o fim do “mundo bipolar” e o início do processo de transformação do mundo em “unipolar”, marcando, então, o início do IV Guerra Mundial.

Para elementos de análise sobre o que caracteriza uma guerra, o SCI MARCOS (2003) destaca os elementos que diferenciam uma guerra mundial de outra ao longo da história: a estratégia, os atores, o armamento utilizado e as táticas. A partir das variáveis que permeiam uma guerra, existe uma em específico que vem se desenvolvendo com mais eficiência na IVGM, do ponto de vista estratégico: a informática e a comunicação. Essas são as ferramentas de territorialização desta lógica “unipolar”, com a vantagem do papel subjetivo e pseudodemocrático da comunicação, do acesso à internet, às tecnologias. Com estas ferramentas se desenvolve o mecanismo que opera a IV GM: a globalização.

Para o EZLN, a globalização tem como concepção teórica o neoliberalismo e, a partir desta leitura, ela age unicamente para a universalização do mercado (SCI

MARCOS, 2003b). No arcabouço da geografia, Santos (1994) também fala sobre a influência da técnica e da informação na lógica do mercado global, impondo uma determinada lógica de globalização, caracterizada pelo período do meio técnico-científico-informacional,<sup>93</sup> e os espaços, então, se organizam a partir de atores hegemônicos que detêm a técnica. Essa hegemonia, ainda dialogando com Santos (2000), é a própria expressão da condição totalitária que a globalização impõe ao mundo, do globalitarismo, a partir de seu modelo destrutivo imposto pelas nações de protagonizam a hegemonia.

Conseqüentemente, também vai ao encontro do que propõe González Casanova (2015), em que a globalização também representa uma recolonização, o controle de determinadas organizações, inclusive sobre o monopólio das armas. A globalização, por sua gênese, surge como método de homogeneização a partir do mercado global sob o mundo. Assim, à medida que vai ampliando as suas escalas, se impõe sobre as diferentes culturas, identidades, nações, terras e territórios, reordenando os diferentes territórios pela lógica de dominação dos “de cima”.

Si observan un mapamundi de este periodo -el final de la Tercera Guerra Mundial- y analizan los últimos ocho años, ha habido una recomposición, sobre todo en Europa, pero no sólo. Donde antes había una nación ahora hay muchas naciones, el mapamundi se ha fragmentado. Este es el efecto paradójico que está ocurriendo a causa de esta Cuarta Guerra Mundial. En lugar de que se globalice, el mundo se fragmenta y en lugar de que este mecanismo hegemonice y homogenice, van apareciendo cada vez más los diferentes. La globalización y el neoliberalismo están haciendo del mundo un archipiélago. Y hay que darle una lógica de mercado, organizar estos fragmentos en un común denominador. Es lo que nosotros llamamos “bomba financiera” (SCI MARCOS, 2003b, n.p)

A lógica de homogeneização da IVGM e da globalização também produz um paradoxo que chamam de “fragmentação”. Ou seja, a própria ideia de unipolaridade fragmenta a partir daquilo que é diferente, causando o efeito de exclusão e de visibilidade pela própria fragmentação dos territórios, criam-se, paradoxalmente, as resistências, ou seja, os inimigos aí “destruyen enemigos y se administra la conquista de estos territorios. En este sentido todos somos el enemigo por vencer: indígenas, no indígenas, observadores de los derechos humanos, maestros, intelectuales, artistas. Cualquiera que se crea libre y no lo está.” (MARCOS, 2003b, n.p.)

---

<sup>93</sup> Para Santos o MTCL vai iniciar na década de 70, o que não regularia com o início da IVGM conceituada pelo EZLN. Porém, esse fato não diminui a importância da contribuição para o tema.

Visto a complexidade dos inimigos, a IVGM vai agir por diferentes frentes, sendo a “guerra total” o conceito de guerra aplicado, onde o campo de batalha não está somente na esfera militar, compreendendo-se a esfera militar como representante da segurança nacional, mas ultrapassa as táticas, se utilizando, por exemplo, os meios de comunicação.

no es sólo una guerra en todos los frentes, es una guerra que puede estar en cualquier lado, una guerra totalizadora en donde el mundo entero está en juego. «Guerra total» quiere decir ahora: en cualquier momento, en cualquier lugar, bajo cualquier circunstancia. Ya no existe la idea de pelear por un lugar en particular; ahora la pelea se puede dar en cualquier lugar y momento; ya no hay una lógica de escalamiento del conflicto con amenazas, tomas de posición e intentos de reposicionarse. (MARCOS, 2003b, n.p.)

Uma maneira de executar esse conceito de guerra total é o despliegue rápido, traduzindo como “ação rápida”, a partir de uma grande acumulação de força militar em pouco tempo para desterritorializar toda e qualquer vida, não necessariamente militar e, nem necessariamente, dominar o território<sup>94</sup>. A lógica da destruição da vida se manifesta em destruir o lugar, criando diversas formas de combate e não só a armada, mas também o uso de tecnologias e comunicação, técnicas, consumo, cultura.

A partir daí, temos um elemento que age de forma muito complexa que o EZLN trás para a análise e alerta que é a Hidra Capitalista. Esse personagem do neoliberalismo é parte estratégica da IV GM, pois propõe compreender o capitalismo agindo tal qual a Hidra de Lerna, ou seja, atacando por diferentes lados com suas múltiplas cabeças; e uma cabeça, quando cortada, renasce, se regenera, voltando a atacar. Não é à toa que a analogia proposta pelas e pelos zapatistas alerta para o fato de que as muitas cabeças dependem muitas estratégias de combate, ou seja, muitas são as formas através das quais as relações de dominação e exploração se inserem e se perpetuam nas sociedades. Se há um elemento comum na atual configuração da acumulação capitalista na América Latina, é o fato de que ela se dá pela espoliação - ou despojo - dos chamados bens comuns, agora transfigurados em "recursos naturais", como um atentado (além da destruição dos bens comuns), a ameaça à existência populações tradicionais, camponesas, quilombolas e indígenas, privando-

---

<sup>94</sup> Como exemplo de “despliegue rápido”, o EZLN cita o caso da guerra dos EUA contra o Iraque.



as de seus territórios ancestrais, base de sua sobrevivência tanto em termos materiais quanto culturais e identitários (CÂMARA; SILVEIRA, 2018)

Figura 47 - Tela sobre a Hidra pintada por zapatistas.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016

Neste sentido, retomamos a dimensão do colonialismo que González Casanova (2007) explora a partir de suas das diferentes formas de operar nos territórios:

Nessas condições, fenômenos como o colonialismo operam em suas formas internacionais clássicas; nas intra-nacionais que aparecem com o surgimento dos Estados Nação que fizeram objeto de conquista povos vizinhos –como Inglaterra fez com Irlanda, ou como Espanha fez com o País Basco– o que vindo de uma história colonial depois das guerras de independência mantém com as antigas populações nativas as mesmas ou parecidas relações de exploração dos antigos colonizadores. E a elas acrescentam-se as empresas transnacionais e as regiões transnacionais controladas pela nova organização expansiva do complexo militar-empresarial dos Estados Unidos e associados internos e externos. A estreita articulação dessas forças é percebida cada vez mais pelas etnias, nacionalidades ou povos que enfrentam as oligarquias e burguesias locais, nacionais, internacionais e as empresas transnacionais. (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 450)

A partir dessa relação entre as diferentes escalas que opera a Hidra e as consequências do colonialismo, identifica-se os interesses que estão introjetados na “cabeça” da Hidra: em Chiapas: reservas de petróleo, gás natural, ouro e prata, cobre,

zinco, alumínio, silício, ferro e urânio. Ou seja, um lugar estratégico de riquezas naturais e uma “porta de passagem” entre os EUA e a América Central e do Sul.

La Sierra Madre del Sur conforma un importante obstáculo orográfico que impide la orientación de su infraestructura hacia el mar. Pero la más importante interconexión económica entre estas entidades se debe a la existencia de importantes cuencas petroleras en los municipios fronterizos del norte de Chiapas ubicadas en la llamada llanura costera del Golfo de México o de Tabasco. En función de tales explotaciones se han construido a lo largo de la frontera del estado numerosas carreteras secundarias, oleoductos, gasoductos, etc., que también contribuyen sustancialmente a la precipitación de la riqueza en dirección a esta frontera norte del estado. (CECEÑA; BARREDA, 1995, p. 5)

Um projeto emblemático de inserção da região sul e sudeste do México no circuito de exploração das transnacionais: o Plan Puebla-Panamá (PPP). Hoje com outro nome, este projeto foi oficializado em 2001, no governo ultraliberal do presidente Vicente Fox (PAN), e é considerado como uma continuação ou braço do NAFTA e da ALCA. Trata-se da construção de corredores de desenvolvimento ligados por eixos de transporte rodoviário, ferroviário e portuário, nos sectores de gás e de petróleo, assim como um megacorredor de comércio fluvial (LADOUCEUR, 2003) que atravessam uma região estratégica com abertura para o oceano Atlântico e para o oceano Pacífico, incluindo os países de Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Colômbia (desde 2006), República Dominicana (desde 2009) e os Estados do sul e sudoeste do México: Puebla, Veracruz, Oaxaca, Chiapas, Guerrero, Tabasco, Campeche, Yucatán e Quintana Roo.

El área del PPP es la más estrecha del continente y tiene por lo menos tres canales naturales, en el istmo de Tehuantepec (México), en Nicaragua y en Panamá, que facilitan el comercio interoceánico. Con más de un millón de km<sup>2</sup>, tiene 64 millones de habitantes, el 75% de los cuales es menor de 35 años. Hay una fuerte presencia indígena, sobre todo en Guatemala y en México, y un alto índice de pobreza: como contrapartida, la mano de obra es abundante y barata. Es un territorio rico en agua, con muchos lagos y ríos, y una topografía que facilita su uso para la generación de hidroelectricidad. La precipitación pluvial alcanza los 6.000 mm anuales y mantiene la media general de 2.380 mm. Contiene casi todos los ecosistemas conocidos, y por esa razón dispone de 11,9 millones de hectáreas de áreas naturales protegidas. La biodiversidad es bastante rica: entre las especies endémicas se cuentan 170 de mamíferos, 489 de reptiles, 109 de aves, 326 de anfibios y 16.098 de plantas superiores. (CECEÑA, 2017, n.p.)

Figura 48 - Mapa do projeto Plan Puebla-Panamá



Fonte: Ciepac

Ladouceur (2003) e Ceceña (2017) ao abordarem os aspectos geopolíticos deste tipo de projeto e as consequências para os povos da região, atentam para a crescente militarização desses corredores; o avanço e facilitação de políticas de privatização de recursos estratégicos para uso exclusivo de transnacionais, como água, petróleo, minério, floresta; implantação de corredores industriais, alterando as atividades econômicas regionais; com a proposta dos “proyectos verdes” (uma espécie de contrapartida ambiental) criaria mais 300 zonas protegidas que seriam administradas pelas direta ou indiretamente (através de ONG’s ou Fundações) pelas transnacionais.

Para além de Chiapas e dos territórios zapatistas, esta região é formada basicamente por indígenas que vivem da atividade rural das mais diferentes culturas e territorialidades, quase metade dos sessenta e quatro milhões de habitantes que povoam seus cem milhões de hectares vivem no campo e cerca de 40% trabalham na agricultura. (BARTRA, 2005, p.119). Ou seja, expropriaria milhares indígenas

campesinos de suas terras, comunitárias e individuais, desestruturaria movimentos migratórios sazonais em busca de emprego e desestabilizaria as economias regionais.

Os caminhos que levaram a implementação deste projeto é parte do *modus operandi* da própria Hidra Capitalista abordada pelo EZLN, ou seja, parte foi rechaçada pela população, mas foram ou estão sendo implementadas de outras maneiras ou por outros caminhos, como a própria alteração do nome de Plan Puebla-Panamá para Proyecto Mesoamérica<sup>95</sup> em 2008. Para termos a dimensão da complexidade geopolítica imbricada nessas distintas territorialidades e escalas, seguimos com o panorama trazido por Ceceña:

O Proyecto Mesoamérica também lançou a iniciativa Salud Mesoamérica, um fundo de assistência médica voltado à população mais pobre da região, especialmente mulheres e crianças. Os projetos são financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Banco Centro Americano de Integração Econômica (BCIE), pela Corporação Andina de Fomentos (CAF), pelo CFE-Bancomext, entre outras instituições. O Salud Mesoamérica recebe também doações das fundações Carlos Slim, Bill e Melinda Gates, e do governo da Espanha. ONGs dos países membros que acompanham o desenvolvimento do Proyecto Mesoamérica dizem se tratar de uma iniciativa de grandes potências econômicas, especialmente dos Estados Unidos, a fim de explorar os recursos naturais da região, muitas vezes em associação às iniciativas neoliberais vinculadas à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). As ONGs realizam campanhas de informação junto às comunidades indígenas, estudantes, ecologistas e defensores dos direitos humanos, discutindo o impacto dos projetos. (CECEÑA, 2017, n.p.)

Trouxemos o exemplo do PPP, também, foi muito debatido e rechaçado pelas comunidades locais dos países, sobretudo pelo Fórum Mesoamericano dos Povos (BARTRA, 2005) No caso do México, o papel do EZLN foi fundamental, pois reorganizou os movimentos indígenas e a sociedade civil. E é importante destacar que, naquele momento, não havia ainda os Caracóis e as JBG.

En el proyecto de fragmentación que se opera desde el gobierno (ésta es la verdadera agenda de los partidos políticos y los tres poderes de la Unión, no la que sale en la prensa), México se dividiría en 3: El norte, con sus estados incorporados a la lógica productiva y comercial de la Unión Americana; el centro, como proveedor de consumidores con mediano y alto poder adquisitivo; y el sur-sureste, como territorio a conquistar para la apropiación de recursos naturales que, en la destrucción globalizada, son cada vez más importantes: agua, aire y tierra (madera, petróleo, uranio... y personas). Siendo esquemáticos y lacónicos, tendríamos que el plan es hacer: del norte, una gran maquila; del centro, un gigantesco "mall"; y del sur-sureste, una gran finca." (SCI MARCOS, 2003b, p. 15)

---

<sup>95</sup> Site oficial do Proyecto Mesoamérica: <http://www.proyectomesoamerica.org/index.php>

O governo mexicano por muito tempo acusou o EZLN planejar construir uma Nação Maya, um movimento separatista (inclusive vinculando ao grupo separatista basco ETA). Essa estratégia foi uma tentativa de deslegitimar o posicionamento do EZLN e do CNI em relação ao Plan Puebla-Panamá. Em contrapartida, o EZLN organizava a Marcha del Color de la Tierra (abordada no capítulo 3 desta tese) e a Marcha de la Dignidad Indígena, que percorreu diversas cidades do México. Além disso, o EZLN também lançou como resposta o Plan La Realidad-Tijuana, articulado em torno de reivindicações nacionais como o direito à terra, ao trabalho e ao salário digno, à habitação, à saúde, à alimentação e à vestimenta, à educação, à dignidade da mulher, da infância e dos idosos (ORNELAS, 2005) com forte repercussão no cenário dos movimentos sociais, articulação de esquerda e, inclusive, chamando a atenção da própria ONU em relação às suas secretarias voltadas para a mulher e aos povos originários.

Así que, frente al "Plan Puebla Panamá" en particular, y en general contra de todo plan global de fragmentación de la Nación Mexicana, El Ejército Zapatista de Liberación Nacional lanza ahora el... "Plan La Realidad-Tijuana" (Realiti", porsus siglas).

El Plan consiste en ligar todas las resistencias en nuestro país y, con ellas, reconstruir desde abajo a la nación mexicana. En todos los estados de la federación existen hombres, mujeres, niños y ancianos que no se rinden y que, aunque no son nombrados, luchan por la democracia, la libertad y la justicia. Nuestro plan consiste en hablar con ellos y escucharlos.

El plan "La Realidad-Tijuana" no tiene presupuesto alguno, ni funcionarios, ni oficinas. Cuenta sólo con la gente que, en su lugar, en su tiempo y en su modo, resiste contra el despojo, y recuerda que la patria no es una empresa con sucursales, sino una historia común. Y la historia no es algo que sólo es pasado. Es también, y sobre todo, futuro. Como el Corrido del Caballo Blanco, pero en Sombra-Luz y saliendo un domingo de La Realidad (y no de Guadalajara), la palabra y el oído zapatista cruzará todo el territorio nacional, desde Cancún y Tapachula, hasta Matamoros y la Paz, llegará a Tijuana a la luz del día, pasará por Rosarito y no se echará hasta ver Ensenada. (SCI MARCOS, 2003, p. 18)

Visivelmente, o projeto de etnocídio e de guerra total em Chiapas é parte de um contexto que envolve um território de presença física e cultural indígena, de vulnerabilidade social (como parte deste mesmo projeto) e, estrategicamente, além de ser um Estado fronteiro, extremamente rico em recursos naturais.

Mais uma vez, essa lógica produz o diferente e “acaba” com ele. SCI Marcos (2013) narra um episódio ocorrido antes de 94 e como estes fatos vão se normalizando e vistos como um “processo inevitável”:

A miséria também aumentou e, com ela, a morte, sobretudo de crianças menores de 5 anos. Em função do meu cargo, me cabia checar por rádio centenas de povoados e não havia dia em que alguém não relatasse a morte de um menino, de uma menina, de uma mãe. Como se fosse uma guerra. Depois, entendemos que era, de fato, uma guerra. O modelo neoliberal que Carlos Salinas de Gortari comandou com cinismo e desenfado era para nós uma autêntica guerra de extermínio, um etnocídio, já que eram povos indígenas inteiros que estavam sendo liquidados. Por isso, nós sabemos do que falamos quando falamos da “bomba neoliberal”. (SCI MARCOS, 2003b, p. 63)

Desta maneira, a IV GM tem atores sob outras roupagens, não aquelas dos soldados posicionados nos *fronts*, de grandes batalhas épicas, muitas vezes em nações centrais. Eles partem de múltiplas escalas, da imposição do mercado versus a existência da humanidade, por isso, para o zapatismo, o inimigo para a IV GM é “gênero humano” (SCI MARCOS, 2013), em suas diferenças, identidades e territorialidades. No caso de Chiapas, além de estar inserido ao conceito de Guerra Total, onde todos os atores são relacionados, outra estratégia aplicada é o conceito de “extensão” ou “alargamento” do conflito. Logo, por não se tratar de um ataque direto e pontual às forças militares zapatistas, caracteriza<sup>96</sup>-se por ser uma Guerra de Baja Intensidad ou Guerra Irregular que tem como premissas o uso civil, “originalmente do lugar, dirigidos, assessorados e coordenados pelas autoridades militares da área de conflito.” (GALINDO DE PABLO, 2015, p. 194).

Esse tipo de guerra se caracteriza pelo ataque cotidiano, por vezes de forma sutil ou pelas ameaças constantes das formações paramilitares (que ganharam muita força desde 1994, como abordado no capítulo 3 desta tese) com alguns casos emblemáticos, como os genocídios de Acteal e Atenco, assim como o assassinato do Maestro Galeano.

Heidrich (2017) traz a relevância dos elementos dos vínculos territoriais e da dimensão do conflito a partir destes vínculos nas territorialidades locais.

À medida que a identidade e os imaginários correspondem a práticas que afetam algum sentido da permanência dos outros grupos, vai se vendo a imbricação que elas possuem com a localização, a extensão da presença e os usos associados. Se for possível ver cada um desses aspectos como a ligação de um grupo com o lugar, um vínculo, o conjunto deles expressa uma territorialidade própria. Como estamos vendo, a territorialidade para um não coincide exatamente com a do outro grupo. Duas manifestações podem decorrer, então: (a) coexistirem as territorialidades e (b) manifestarem conflito. Quando

---

<sup>96</sup> Tradução livre.

uma delas projeta-se afetando a projeção da outra (em mesmo plano), estabelece-se o conflito. (HEIDRICH, 2017, p. 35)

São nestes conflitos e nestas relações que se presentificam essa prática de Guerra total, ao se tratar de divergências políticas cotidianas como parte das territorialidades, como no caso dos partidistas e dos zapatistas. Esses conflitos são muito comuns no cotidiano, muitos exemplos são contados pelas e pelos zapatistas sobre conflitos que envolvem o uso de bens naturais comuns, assim como de infraestrutura, desde o uso de um corpo d'água ou de uma estrada de fins comuns, até de organizações paramilitares dentro da própria comunidade.

Em uma curva crescente, estes conflitos se materializam a partir da violência que aumenta na medida em que o EZLN se territorializa com mais força. A reaparição do movimento com a fundação das JBG e dos Caracóis em 2003 e o fortalecimento do CNI reergueu e rearticulou o movimento indígena mexicano sob a bandeira do autogoverno, reafirmou a autonomia como as únicas possibilidades de r-existência das diferentes geo-grafias, em todas as escalas.

Después de la reaparición del EZLN, 75 organizaciones indígenas de todo el país se reunieron en Chiapas. Defendieron los procesos de autonomía que se estaban ensayando y argumentaron (...) la autonomía era la alternativa. Hicieron su Plan Zapatista Reali-ti. El Consejo Guerrerense Indígena se puso a estudiar los Caracoles. En Veracruz (...) intencionaron crear JBG. Comunidades indígenas de Michoacán anunciaron que formarían 18 municipios autónomos. (...) veían las JBG como un excelente instrumento de democracia popular. Y algunos sindicatos ligados a la Convergencia Sindical y Social apoyaron la autonomía zapatista. (ALONSO, 2015, p. 185).

Essa geo-política das e dos de baixo a partir do EZLN não se constrói através de relações políticas e acordos com o Estado e sua burocracia, mas entende que o ataque às e aos de baixo é operado por este, mesmo dentro da doutrina neoliberal e de globalização, portanto, não pode ser ignorado. Assim, separamos dois pontos com que aparecem com suas especificidades:

- 1) a articulação geo-política desde diferentes territórios;
- 2) a articulação de redes de solidariedade.

São pontos que não se sobrepõem, não se anulam, ao contrário, se complementam.

#### **4.6.2 Geo-políticas de diferentes territórios, desde abajo y la izquierda: San Andrés, CNI, CIG e a Sexta.**

Sugerimos aqui quatro exemplos de momentos políticos que repercutiram essa geo-política desde baixo a partir da organização territorial, da autonomia, do autogoverno, das articulações anticapitalistas, partindo da escala local, do lugar, até pensar a escala global como uma representação da Madre Tierra. Para isso, retomamos de forma sintética os Acordos de San Andrés, o Congresso Nacional Indígena, a Sexta Declaração da Selva Lacandona e a La Otra Campaña.

Em 1913, em meio a Revolução Mexicana, Emiliano Zapata e seus companheiros elaboraram um documento histórico denominado Plan Ayala, já mencionado no capítulo 2 desta tese. Este documento trazia uma proposta constitucional que garantia e ampliava os direitos das e dos indígenas, sobretudo, na garantia de suas terras. O Comandante Zapata e seu Exército foram traídos, mesmo com a queda de Porfirio Díaz - e sua posterior morte - o porfiriato permaneceu nos interesses das oligarquias, sobretudo a militar, mas também clerical, latifundiária e com maior dependência do capital e da política internacional. As trocas de Díaz de por Madero, o golpe de Huerta, o golpe de Carranza, e até mesmo as relações e negociações dos villistas com o Estado no norte do país nunca deram conta das demandas que Zapata defendia no Plan Ayala. Assim, seguiram as oligarquias no processo de “dança das cadeiras” onde as e os indígenas com suas pautas seculares não tiveram espaço.

A partir desta memória, retomamos os Acordos de San Andrés como um marco representativo indígena dentro das pautas constituintes. Os Acordos, elaborados entre 1995 e 1996, congregaram debates e propostas construídas desde os povos, em um momento de instabilidade econômica e social mexicana e latino-americana: negociações, avanço da violência e do paramilitarismo, repressão e perseguição às bases de apoio zapatistas e apoiadoras e apoiadores. Relembramos que os Acordos surgiram como proposta de mesa de negociações para a paz entre o governo federal e o EZLN, sobretudo pelas 13 demandas zapatistas enunciadas no levante de 1994, e que se converteriam em projetos de lei que seriam levados pelo governo federal ao Senado, visando sua aprovação e inserindo-as à Constituição Federal mexicana como parte das políticas sobre Direitos Indígenas.

En materia de derechos y cultura indígenas no debe ser unilateral, debe incorporar los Acuerdos de San Andrés y reconocer así los



aspectos fundamentales de las demandas de los pueblos indios: autonomía, territorialidad, pueblos indios, sistemas normativos. En los Acuerdos se reconoce el derecho a la autonomía indígena y el territorio, conforme al convenio 169 de la OIT, firmado por el Senado de la República. (CCRI-CG do EZLN, 1998)

À medida que foram avançando as demandas por autonomia e autodeterminação, as traições (tal qual o Plan Ayala) também se manifestaram no processo de contrapropostas do governo e da falta de cumprimento dos protocolos estabelecidos para este acordo de paz. Ao ponto que o projeto enviado pela presidência da República para aprovação no Senado reduzia os direitos indígenas, limitava como “problemas” locais, retirava o conceito de “comunidade” e substituída por “localidade” e ainda “pretendia retirar o conceito de autonomia de todo o conteúdo referente à livre determinação, limitando-a a uma estrita interação entre as comunidades, a um assunto de redistribuição de gasto social” (CASTELLANOS GUERRERO; LÓPEZ Y RIVAS, 1997).

Os Acordos não foram finalizados, como referido no capítulo anterior, pelo menos por parte do Estado. Para as dezenas de povos e etnias indígenas que se organizaram em torno das mesas de debate o resultado foi um documento que cumpriu e cumpre o papel de Constituição, de autogoverno pluriétnico e prática democrática. Ou seja, ampliou as relações e decisões políticas entre diferentes territórios mesmo 25 anos depois. Outro ponto importante, é que reforçou a importância dos Acordos não como um pacto limitado à participação do EZLN e do governo federal como únicas partes desse processo, mas sim como o saldo de incansáveis debates sobre direitos e cultura indígena para além dos territórios zapatistas, abarcando diversas territorialidades dos povos indígenas:

Prácticamente todos los que quisieron hacerlo, la mayoría representados por sus autoridades legales y legítimas, acompañados de profesionistas de sus pueblos, quienes los orientaban en cuestiones técnicas y traducían el lenguaje político de la parte gubernamental. Fue un proceso para debatir la transformación del país. (LÓPEZ BÁRCENAS, 2016, p. 88)

Além disso, neste processo colocou em xeque as políticas indigenistas do Estado, pensadas desde fora, desde a perspectiva de “integrar” o indígena “atrasado” ao modelo de sociedade ocidental moderna-colonial e que, conseqüentemente, acaba com o caráter comunitário e étnico do indígena e da coletividade como sujeito histórico (HERNANDEZ; HERRERA, 1998).

Na dimensão do simbólico e do lugar, as negociações, em seu processo de elaboração, resultado e continuidade, ressaltaram vários mundos existentes. Aubry

(2011), como um dos intelectuais que participaram ativamente das mesas de negociação, relata a importância desta construção sobretudo sobre as línguas e a representação da memória, construído e publicado em versões bilíngues chuj, ch'ol, jacalteco, lacandón, mam, q'anjob'al, tseltal, tojolab'al, tsotsil, zoque.

Hubo la traducción a diez lenguas indígenas de Chiapas de Los Acuerdos de San Andrés. Resultó evidentemente una obra tan colectiva como los diálogos que nos obsequiaron –de hecho, unas tres docenas de traductores y sus coordinadores, más muchos invitados: desde luchadores no escolarizados, algunos totalmente analfabetos, hasta miembros de la Academia de la lengua. La primera evidencia mostró que el trabajo no consistía en sustituir palabras castellanas por otras zoques, tsotsiles, mames, etcétera, a veces sencillamente porque no las había –pues no se puede olvidar que estas lenguas fueron “congeladas” por la Colonia desde hacía cinco siglos por ser socialmente ilegítimas y juzgadas impropias para transmitir el pensamiento vivo, en evolución–, y luego porque no se trataba de sustituir un código semántico o sintáctico por otro, pues había que pasar de una lógica occidental –el español– a lenguas de otro universo cultural. (...) **Esta renovación lingüística se logró con el trabajo histórico de recuperación cualitativa de la memoria del proceso de producción de los Acuerdos, con el progresivo descubrimiento del significado histórico de los “pueblos originarios” en el sentido del Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo.** (AUBRY, 2011, p. 66, grifo meu)

As relações reforçadas e desde os Acordos de San Andrés articulou o Congresso Nacional Indígena em 1996, reafirmando a legitimidade dos Acordos como documento representativo das organizações indígenas, e ampliando os princípios éticos e políticos do Mandar Obedecendo para a esfera nacional.

Coletivamente construimos, abraçamos, defendemos e exercemos os acordos de San Andrés Sakamch'en de los Pobres como a constituição de nossos povos, porque representam a única forma de seguir existindo como povos que somos, são o nosso direito à livre determinação e autonomia, o que quer dizer de decidir sobre nossos território, nossas formas de nos organizar coletivamente e a forma que queremos construir nosso futuro. (CNI, 1996, n.p.)

Compõe atualmente o CNI os povos Amuzgo, Binnizá, Chichimeca, Chinanteco, Chol, Chontal de Oaxaca, Chontal de Tabasco, Coca, Comcac, Cuicateco, Cucapá, Guarijío, Ikoots, Kumiai, Lacandón, Mam, Matlazinca, Maya, Mayo, Mazahua, Mazateco, Mixe, Mixteco, Nahua, Ñahñu/Ñajtho/Ñuhu, Náyeri, Popolucá, Purépecha, Rarámuri, Sayulteco, Tepehua, Tepehuano, Tlapaneco,

Tohono Oódham, Tojolabal, Totonaco, Triqui, Tzeltal, Tzotzil, Wixárika, Yaqui, Zoque, Afromestizo y Mestizo.<sup>97</sup>

Em sua organização interna, o CNI se estrutura na assembleia geral de representantes dos povos como instância máxima, onde todas e todos decidem coletivamente sobre seus rumos, as campanhas, as articulações, as denúncias, etc.

Esas resistencias y rebeldías son formas de gobiernos propios en cada uno de nuestros territorios, son trabajos colectivos, son formas propias de seguridad y justicia, de agricultura y defensa de cultivos tradicionales, de formas propias de educación y comunicación. Esos modos de consenso, de acuerdos y propuestas civilizatorias, regidas por los 7 principios que nos rigen y que han dado respuesta precisa a graves problemas que aquejan no solo a nuestras regiones, sino al país entero, a los pueblos campesinos no indígenas a las sociedades en las ciudades, es nuestra propuesta a la nación entera. (CNI, 1996, n.p.)

Em junho de 2005, os zapatistas lançaram a Sexta Declaração da Selva Lacandona. Este foi o último documento lançado com referência às Declarações. Trata-se de um manifesto que busca “tocar el corazón de la gente humilde y simple, digna y rebelde” e, junto a isso, ajudar a articular as e os de baixo a partir da “aderência à Sexta” de organizações e indivíduos do mundo todo. A aderência, ou acordo, parte uma proposta de reflexão, leitura de conjuntura e um convite para lutar a partir de seis perguntas:

- ★ I - DE LO QUE SOMOS
- ★ II.- DE DONDE ESTAMOS AHORA
- ★ III.- DE CÓMO VEMOS EL MUNDO
- ★ IV.- DE CÓMO VEMOS A NUESTRO PAÍS QUE ES MÉXICO.
- ★ V.- DE LO QUE QUEREMOS HACER.
- ★ VI.- DE CÓMO LO VAMOS A HACER.

Pela dimensão que este documento ganhou, foram criadas duas comissões: a Comissão da Sexta Nacional e a Comissão da Sexta Internacional. No protocolo, ser aderente à Sexta significa ter acordo com as propostas, enviar uma carta respondendo às mesmas perguntas e encaminhar para todos os caracóis, para que chegue ao conhecimento das JBG<sup>98</sup>. Desta forma, busca avançar nas articulações políticas e

---

<sup>97</sup> Recomendamos acessar o Atlas de los Pueblos Indígenas de México, onde é possível encontrar um material muito rico sobre as diferentes etnias que vivem no México. <http://atlas.inpi.gob.mx>

<sup>98</sup> A segunda vez que estive em Chiapas, por ser militante da organização política Ateneu Libertário a Batalha da Várzea, levei, em nome do Ateneu, a carta com a proposta de aderência à Sexta. Como participei de um evento do EZLN no CIDECI, entreguei a carta para as JBG, que estavam presentes no evento.

sociais, mas sugerindo que isto não pode ser feito através do Estado e das relações políticas pelas vias partidárias.

E, então, também dissemos que queremos a democracia, a liberdade e a justiça para todos os mexicanos, ainda que nos tenhamos centrado mais nos povos indígenas. Porque nós do EZLN somos quase todos indígenas daqui de Chiapas, mas não queremos lutar só pelo nosso bem ou só pelo bem dos indígenas de Chiapas, ou só pelos povos indígenas do México, nós queremos lutar sim com todas as pessoas simples e humildes como nós, que passam por grande necessidade e que sofrem a exploração e os roubos dos ricos e de seus maus governos aqui no nosso México e em outros países do mundo. (...)

Foi então que nos demos conta de que o diálogo e a negociação com os maus governos do México foram em vão. Ou seja, não é conveniente que falemos com os políticos porque nem seu coração, sem sua palavra, agem direito, mas estão cheios de tramoias e soltam mentiras de que vão cumprir, mas depois não cumprem. (CCRI-CG do EZLN, 2005, n.p.)

A Sexta, por ser um documento político que busca articular as diferentes geografias em luta, possibilita essa geo-política das e dos de baixo a partir de uma lógica que propõe, coletivamente e individualmente, ao comprometimento ético e político a partir da autonomia e do Mandar Obedecendo para, assim, combater o neoliberalismo em escala global.

Após a apresentação pública da Sexta em 1 de janeiro de 2006 iniciou a segunda etapa deste momento de ampliação das relações políticas: La Otra Campaña, que se converte na socialização da Sexta Declaração (AUBRY, 2011), a partir da formação de uma caravana que percorreu o país com a presença do SCI Marcos.

La nueva etapa del movimiento zapatista conocida como La otra campaña ha centrado parte de su atención en la construcción de otros saberes y de otras formas de hacer/ser científicos sociales. Los zapatistas invitaron a grupos de intelectuales a participar en encuentros y discusiones, como la realizada en marzo de 2006 en Guadalajara, en enero 2007 en Oventik, y más recientemente en CIDECI-Unitierra, San Cristóbal de Las Casas, diciembre 2007. (MORA, 2011, p. 115)

Em 2006 estava ocorrendo as eleições presidenciais e do Congresso da União no México, tendo como principais atores Felipe Calderón buscando a permanência do PAN, Roberto Madrazo buscando o retorno do PRI à Presidência e de André Manuel López Obrador (PRD) como candidato que coligava setores da esquerda institucional.

A proposta da La Otra Campaña não se baseou em uma ação de “contra-campanha” eleitoral, mas de abrir um diálogo direto com indígenas de outros Estados,

trabalhadoras e trabalhadores, estudantes, idosos, etc, para pensar outras formas de fazer política baseado na Sexta Declaração da Selva Lacandona.

La Otra Campaña nacen en un momento muy especial de la vida política mexicana y latinoamericana: cuando la lucha social ha desgastado las formas más salvajes y los modos más radicales de aplicar el modelo neoliberal, y cuando los viejos y cansados partidos de la derecha empiezan a crujir y dan paso a fuerzas progresistas y de izquierda. No es este un problema nuevo para los movimientos, pero se viene agravando en las últimas décadas a medida que en unos cuantos países la resistencia popular ha llevado a la izquierda a ocupar parcelas del aparato estatal. (ZIBECHI, 2007, n.p)

Estes exemplos que trouxemos como uma proposta de leitura geo-política desde baixo são parte de momentos de articulações do EZLN com outras organizações que convergem em seus princípios éticos e políticos e que se ampliam, sobretudo pela Sexta. Todavia, não se limita às relações de solidariedade, mas passa a ser uma proposta multiterritorial, de territorializações múltiplas, não lineares.

O centro do projeto radica em construir as autonomias da alternativa a partir das bases, e em articular comunidades e coletividades autônomas decididas a resistir às políticas neoliberais que combinam repressão, cooptação e corrupção para a intimidação e a sujeição.” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 455)

Haesbaert (2004) nos permite essa possibilidade de leitura a partir da afirmativa que “toda territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios” (HAESBAERT, 2004, p.??) que desafiam técnicas, comunicação e territorialidades.

#### **4.6.3 Geo-políticas das redes de rebeldia e solidariedade**

Nas relações imbricadas nesta geo-política também acionam as redes de solidariedade e apoio nas mais distintas escalas e pelos mesmos mecanismos do horizonte ético e político zapatista nas relações de apoio, articulações, relações de produção com outras comunidades, cooperativas, sociedade civil. Retomamos o FRAYBA e o CIDECI como parte destas relações e agregamos a Escuelita Zapatista, como possibilidades de r-existência, interação, visibilidade e comunicação do EZLN com a sociedade civil.

Entre os zapatistas, o projeto de redes como projeto de governo que articula autonomias, materializou-se com a transformação recente de zonas de solidariedade em “municípios autônomos em rebeldia”, que não somente se articulam entre si mas também com o exterior, com a nação, e um pouco, por agora, com o mundo (González Casanova, 2003, p. 455).

## FRAYBA

Uma das instituições que têm uma forte relação com o EZLN é o FRAYBA. Como uma instituição de Direitos Humanos, não se limita ao EZLN, mas atende toda a população do Estado de Chiapas que esteja em situação de violação de direitos humanos. O FRAYBA recebe denúncias das mais diversas origens, mas, na maioria dos casos, estão ligadas às provocações, perseguições e ataques de setores do governo, militares e paramilitares.

Na entrevista que realizei com o coordenador Tomás, em 2017, foi possível conhecer um pouco mais e dimensionar a questão dos conflitos em Chiapas, sobretudo porque aumentaram significativamente após o levante de 1994. É neste cenário que vão se desdobrar as políticas repressoras de Estado (direta e indiretamente) voltadas para as comunidades indígenas mexicanas e onde atua o trabalho do FRAYBA.

Entonces la época de los 90 pues es clara como la estrategia de guerra de baja intensidad, el hostigamiento paramilitar, presencia militar fuerte y a partir del 2000 lo que nombramos con la “guerra integral de desgaste” sin la presencia militar, aunque sin el hostigamiento paramilitar pero sobretudo el dinero del estado para cooptar, para comprar. Y que según los Zapatistas pues también es como están programadas ... hasta que hagan en una acción de hostigamiento y de repente “calmense, aquí les va su proyecto, cuando se termina pues puede volver, regresar a esa dinámica.

Lo que hemos visto de noviembre para acá es que la realidad de repente empezó a haber patrullas militares cada dos días o cada día, incluso. Y precisamente por la propuesta de que se anide la candidatura de una mujer indígena y del consejo indígena del gobierno. Entonces todo día hay actividad que responda a esa lógica de contra insurgencia. No en una estrategia como la de los 90, pero si aquí estamos, además siguen habiendo campamentos en diferentes comunidades. Pero también la lógica de la presencia del ejército también corresponde a esta situación fronteriza, Chiapas como estado fronterizo con Guatemala (Trecho da entrevista realizada com Tomás, um dos coordenadores do FRAYBA, em janeiro de 2017, nas dependências do FRAYBA).

Nos últimos anos vem aumentando os registros de violações aos direitos humanos às comunidades indígenas no México, sobretudo por duas frentes principais: violência no contexto de megaprojetos e conflito de luta por terra (FRAYBA, 2016). No seu relatório de 2016, o FRAYBA contabiliza mais de 40 megaprojetos em execução, sendo que a maioria são de mineradoras, hidrelétricas, turismo e agronegócio, ainda sem concessão legal. No que diz respeito à legislação, o centro de direitos humanos relata que as leis que regulamentam este setor estão cada vez mais atreladas à escala municipal e estadual, saindo da alçada federal. Este fato é visto como uma estratégia

para facilitar a intervenção das empresas privadas e transnacionais nos governos locais, com o argumento do interesse social e ordem pública e, conseqüentemente, com as desapropriações, “también afecta la convivencia comunitaria deteriora aún más la confianza en las instituciones locales, estatales y federales; asimismo representa un grave atentado contra el medio ambiente” (FRAYBA, 2016, p. 14). Além disso, as comunidades sofrem perseguições e ameaças caso se oponham aos megaprojetos “Hay casos de asesinatos, tortura y encarcelamientos ilegales que implican violaciones a derechos como: a la vida, a la integridade física y psicológica, a la libetas personal y al debido processo” (Ibdem, p. 13).

## **CIDECI**

Ponto nodal de uma rede que conecta as comunidades zapatistas com sua extensa rede de apoios no Mèxico e no mundo, o Centro Indígena de Capacitação Integral Fray Bartolomé de las Casas - Universidad de la Tierra (CIDECI-UNITIERRA) é referência fundamental da geografia zapatista, tendo sido uma das sedes mais frequentes para os eventos nos quais a comandância zapatista acolhe apoiadores e apoiadoras para os diálogos em busca de um mundo onde caibam muitos mundos.

Criado em agosto de 1989, o CIDECI foi pensado como um componente para a solidificação do projeto denominado Sistema Indígena Intercultural de Educação não Formal, que vinha sendo desenvolvido desde 1983 sob a liderança de Raymundo Sánchez Barraza, ainda hoje a principal referência daquele espaço. Desde sempre, a proposta não era a de ser somente um centro para a população indígena, mas sim que fosse pensado e executado por essa população, no qual fossem postos em prática as suas formas de produção do conhecimento, tanto no sentido das técnicas e habilidades necessárias à vida nas comunidades, mas acima de tudo na forma de conceber-se a si mesmos como sociedades a partir de suas cosmovisões.

O CIDECI surgiu de uma proposta que se ampara em dois pilares. Em primeiro lugar, pelo reconhecimento da importância histórica dos espaços autônomos construídos pela resistência indígena ao longo dos séculos de colonização como componentes fundamentais para a preservação de suas cosmovisões e de seus usos e costumes. A isso se somava o legado deixado pelo pensador Ivan Illich e sua contribuição na filosofia da educação, incentivando a leitura crítica dos - e a ruptura com os - conceitos fundantes da modernidade ocidental.

O reconhecimento dessa potencialidade do CIDECI enquanto locus de produção de conhecimento e de uma reflexão social radical levou a que novas iniciativas surgissem no mesmo espaço, ampliando sua “oferta” inicial. Assim, nasciam o Centro de Estudios sobre Interculturalidad, a Universidad de la Tierra e o Centro de Estudio, Información y Documentación "Imanuel Wallerstein", todos eles espaços voltados à formação ampla, livre e gratuita para as comunidades indígenas do estado de Chiapas.

Desde o princípio, o CIDECI assumiu como condição essencial de seus trabalhos a autonomia frente ao Estado, por reconhecê-lo como peça-chave das condições e relações as quais o Centro buscava transformar. A busca por esse objetivo fez com que o espaço tenha buscado sempre uma gestão na qual alunos e alunas são partícipes de sua manutenção, permitindo assim que o centro sobreviva sem apoios estatais e sem a cobrança de mensalidades por parte daqueles e daquelas que frequentam as atividades ali promovidas.

Tanto o CIDECI quanto o FRAYBA têm como referência o Bispo Dom Samuel Ruiz,<sup>99</sup> Obispo emérito da Diocese de San Cristóbal de las Casas de 1959 até 1999. Dom Samuel, como ficou conhecido, teve sua trajetória inscrita da Teologia da Libertação e um papel decisivo nas lutas indígenas no México, sobretudo, a partir do primeiro Encontro Nacional Indígena de 1974, em Chiapas. Mediou diversos conflitos envolvendo o EZLN e o Estado e teve muito destaque junto às negociações dos Diálogos da Catedral e dos Acordos de San Andrés. Em um trecho de uma carta reproduzida pelo SIPAZ (2011), Dom Samuel dizia,

Los pobres y los pueblos indios, son exponente claro de la toma de conciencia de la identidad étnica y cultural opuesta a la homogenización, a la que nos conduce la globalización actual: ellos son los actores eficazmente presentes en la transformación de varios países del continente; ellos están inyectando una dosis de «valor comunitario» a un sistema infectado de un nocivo individualismo, ellos enarbolan la bandera de la dignidad humana y del derecho individual y colectivo, denegado por este sistema neo-liberal; ellos son el tronco que conserva la esperanza de la construcción de una sociedad alternativa, fundada en el reconocimiento y respeto a la diferencia, y son «el resto» que contiene una visión que mira la diversidad, como un conjunto de nuevas riquezas y potencialidades para el desarrollo humano. (DOM SAMUEL RUIZ, in SIPAZ, 2011, n.p.)

---

<sup>99</sup> Dom Samuel Ruiz faleceu em 24 de janeiro de 2011.



## ESCUELITA

Em 30 de dezembro de 2012, poucos dias depois de uma impactante manifestação que reuniu algumas dezenas de milhares de bases de apoio zapatistas nas ruas de San Cristobal de las Casas para uma marcha silenciosa, o EZLN lançava um comunicado de anúncio de seus próximos passos no qual anunciava: “retomaremos o contato com nossos companheiros e companheiras aderentes à Sexta Declaração da Selva Lacandona no México e no mundo<sup>100</sup>”. Era o pontapé inicial daquela que foi a única vez que as e os zapatistas abriram suas casas para a sociedade civil: a Escuelita Zapatista para la Libertad.

A Escuelita consistia na promoção da experiência de uma semana de convívio com as comunidades zapatistas ao longo da qual convidados e convidadas de todas as partes do mundo teriam a oportunidade de aprender sobre o pensamento e a ação em liberdade segundo o zapatismo, “seus acertos, seus erros, seus problemas, suas soluções”. A docência ficou a cargo das próprias bases de apoio, que acolheram os a as participantes não só em suas comunidades como em suas casas, para uma experiência letiva radicalmente distinta daquela a que fomos habituados no sistema educacional de matriz ocidental. Ao invés de salas de aula, de quadros ou projeções, as aulas aconteciam nos momentos de partilha das atividades cotidianas das comunidades, fosse na sementeira, na colheita, nos trabalhos, debates ou festejos coletivos.

Ainda assim, a Escuelita se fazia acompanhar de um conjunto de 04 cadernos de texto divididos nos seguintes temas: Governo Autônomo I, Governo Autônomo II, Participação das Mulheres no Governo Autônomo e Resistência. Porém, não se tratava de livros cuja leitura fosse a base da experiência proposta pel@s zapatistas. Como alertavam os comunicados prévios à Escuelita, o único requisito indispensável para a participação no encontro era a disposição para escutar.

A iniciativa teve alta receptividade, atraindo mais de 1.300 participantes de diferentes partes do mundo para a sua primeira edição, realizada em agosto de 2013, e levando à necessidade de abertura de uma “segunda turma” em dezembro daquele mesmo ano. A Escuelita inverteu papéis consolidados no imaginário ocidental, colocando na posição de maestras e maestros aquelas e aqueles que as estatísticas

---

<sup>100</sup> <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2012/12/30/el-ezln-anuncia-sus-pasos-siguientes-comunicado-del-30-de-diciembre-del-2012/>

oficiais classificam como sendo os de menor qualificação. Em comunicado, a comandância do EZLN refletia sobre esse tema com as seguintes palavras:

¿Por qué? ¿Será porque acaso intuyen, saben, conocen, que la luz no viene de arriba, sino que nace y se crece desde abajo? ¿Que no es producto de un líder, jefe, caudillo, sabio, sino del común de la gente? ¿Será que en sus cuentas lo grande empieza pequeño y lo que sacude al mundo cada tanto, inicia con apenas un murmullo, quedo, bajo, casi imperceptible? O tal vez imaginan cómo es el estruendo de un mundo cuando se desmorona. Tal vez saben que los mundos nuevos se nacen con los más pequeños.

###

O que diferencia o que chamamos de geo-política das redes de rebeldia e solidariedade das relações geo-políticas das citadas anteriormente, é a especificidade do envolvimento direto da r-existência dos territórios. A primeira traz iniciativas e articulações, de manutenção e organização territorial a partir do horizonte da autonomia, com a Sexta, CNI, Acordos de San Andrés, etc. A segunda se refere ao espectro das relações institucionais no campo que potencializa uma de rede de apoio e solidariedade. Nos exemplos trazidos, o CIDECI, FRAYBA e ESCUELITA, movimenta sujeitos e coletivos que não são, necessariamente, territorializados naqueles que prestam solidariedade, mas transitam nestas territorialidades.

El movimiento zapatista ha propuesto, desde el levantamiento, construir alianzas y coaliciones con diferentes actores políticos. La autonomía es un medio para reconfigurar las relaciones con ellos. Esta transformación requiere generar información y conocimientos para revertir jerarquías sociales que mantienen a los pueblos en condiciones de opresión y crear nuevas cartografías de resistencia colectiva. En ese sentido, modificar los métodos a partir de los cuales se recaba la información y transformar las dinámicas que se generan entre los involucrados, forman parte de estos objetivos más amplios. 108 (MORA, 2011, p.108)

Para concluir e trazendo um exemplo de como se operacionalizam essas relações, tive a oportunidade de participar da assembleia do V Congresso Nacional Indígena, no Caracol de Oventik em 2017. Esta assembleia tinha uma pauta muito específica, a decisão de criar uma instância de representatividade política desde o CNI, chamado Consejo Indígena de Gobierno (CIG). Para isso, seguindo as instâncias democráticas do Congresso, antes da assembleia final foram incansáveis e prolongados debates nas comunidades de todos os povos que compõem o CNI e que levaram sua decisão para esta instância que tem o papel de ratificar as decisões coletivas.

En el Quinto Congreso Nacional Indígena realizado en el mes de octubre decidimos llevar a cabo una consulta en todos los pueblos que integramos el CNI para decidir si se aceptaba en nuestras comunidades la propuesta emanada del CNI, para conformar un Concejo Indígena de Gobierno. El resultado de la consulta en diciembre del 2016 fue la aprobación de la propuesta, con la participación de 523 comunidades, de 25 estados del país y de 43 pueblos indígenas.

El CIG es la parte medular de la propuesta que el CNI hace al país y a los pueblos indígenas. Es la forma de cómo nos organizaremos nacionalmente desde abajo y a la izquierda para gobernar este país, desde la otra política, la de los pueblos, la de la asamblea, la de la participación de todas y todos. Es la forma en que cómo los pueblos nos organizamos para tomar las decisiones sobre los asuntos y problemas que nos competen a todas y todos. Es la otra forma de hacer política, desde la horizontalidad, desde el análisis y la toma de decisiones colectiva. (CARTA DO CNI, janeiro de 2017)

Entre as dezenas de bancos compridos de madeira enfileirados no galpão (que também funciona como auditório), se encontravam sentadas dezenas de autoridades indígenas, os “tercios compas”<sup>101</sup>, alguns observadores dos Direitos Humanos e algumas pessoas da sociedade civil. À mesa se encontravam representantes do CCRI-CG e algumas autoridades escolhidas para conduzir a assembleia e uma decisão foi histórica:

Ratificamos que nuestra lucha no es por el poder, no lo buscamos; sino que llamaremos a los pueblos originarios y a la sociedad civil a organizarnos para detener esta destrucción, fortalecernos en nuestras resistencias y rebeldías, es decir en la defensa de la vida de cada persona, cada familia, colectivo, comunidad o barrio. Somos la palabra colectiva de abajo y a la izquierda, esa que sacude al mundo cuando la tierra retiembla con epicentros de autonomía.

Na mesma assembleia foi deliberado que a partir daquele momento da fundação do CIG, o CNI indicaria uma mulher indígena, que cumpra os critérios de falar sua língua e viver em sua comunidade, para representar o CIG nas eleições presidenciais de 2018, com uma candidatura independente. Assim, a declaração do V Congresso Nacional Indígena, anuncia:

Acordamos nombrar un Concejo Indígena de Gobierno con representantes hombres y mujeres de cada uno de los pueblos, tribus y naciones que lo integran. Y que este concejo se proponga gobernar este país. Y que tendrá como voz a una mujer indígena del CNI, o sea que tenga sangre indígena y conozca su cultura. O sea que tiene como vocera a una mujer indígena del CNI que será candidata

---

<sup>101</sup> Os Tercios Compas são as e os zapatistas que cumprem o papel de imprensa zapatista. Este termo foi criado pelo Comandante Tacho, após a morte do Maestro Galeano. Os Tercios Compas surgem a partir de uma crítica (que se tornou uma demanda) do EZLN aos meios de comunicação pagos, que subestimaram a morte do Maestro Galeano. Os Tercios Compas fazem parte, principalmente, da juventude zapatista, cuida da parte da comunicação, imprensa, rádio, mídia.

independiente a la presidencia de México en las elecciones del año 2018. (CNI, 2017, n.p)

Em maio de 2017 foi anunciado o nome de María de Jesús Patrício, conhecida como Marichuy<sup>102</sup>, para representar o CIG como *Vocera*, ou seja, porta-voz. Mulher indígena *nahua* da região de Jalisco, defensora da medicina tradicional e de sua comunidade. O processo dificultoso de legitimação de uma candidatura independente no México, a pouca verba disponível e um acidente grave envolvendo Marichuy e sua equipe em meio a campanha, fez com que sua candidatura não lograsse o registro oficial para disputar as eleições.

El prodigioso recorrido de Marichuy a partir de octubre de 2017 empezó a mostrar algunos acotamientos del camino. Se logró, ante todo, uno de los propósitos de la iniciativa: en esos meses se dio más visibilidad a los conflictos de los pueblos indios que en los diez años anteriores y su situación se instaló en el centro del debate nacional. Al mismo tiempo, animó un viento organizativo, particularmente entre jóvenes, que se aglutinaron desde muy diversos puntos del espectro ideológico y social para encontrarse en un empeño común.

(...) El “efecto Marichuy” hizo, ante todo, evidente el alto grado de racismo y sexismo que se manifestaron desde octubre de 2016 y que abarcaron todos los puntos del espectro ideológico. No hay nada nuevo en su existencia, pero en estos meses se perdió toda discreción y se hizo evidente que esos rasgos, característicos de la sociedad moderna y del estado-nación democrático, son en México mucho más extensos y profundos de lo que se creía. (ESTEVA, 2018, p. 23)

## 4.7 Relato de campo - 2ª parte

### **Festival Comparte Por La Humanidad - 21 de julho e 12 de setembro de 2016.**

O I Festival Comparte por La Humanidad foi na minha segunda ida a campo. O Comparte, como é chamado, teve como característica trazer as artes, em todas as suas expressões como uma ferramenta fundamental para a transformação social a partir das e dos de baixo. Como é marcante nos eventos convocados pelo EZLN, o Comparte partiu de três convites: i) convidar os artistas de todo mundo que se identificam com o zapatismo para ir ao CIDECI fazer a sua apresentação no festival. ii) convidar as pessoas do mundo para assistir no CIDECI as dezenas de

---

<sup>102</sup> Sobre Marichuy, por si só, todo o processo e a representatividade dela na organização e representativa dos povos indígenas reunidos no CNI já daria um trabalho à parte. Felizmente, existem muitos relatos e trabalhos que testemunharam a caminhada de Marichuy durante o processo eleitoral até os dias de hoje. Para mais informações oficiais sobre Marichuy e as ações dentro do CIG, sugere-se acessar: <http://www.congresonacionalindigena.org/category/el-andar-del-cig-y-marichuy/page/5/>

apresentações planejadas, executadas e representadas pelas e pelos zapatistas, iii) Reunir estas duas partes e articular a luta anti-capitalista através das artes.

O Comparte, como desejado, teve a participação de milhares de pessoas do mundo inteiro, todos os dias, durante horas, palcos e espaços artísticos se espalhavam pelas salas de aula, galpões, capela, auditórios e espaços abertos do CIDECI. Dezenas de bancas ocupavam os gramados, com coletivos e organizações políticas de diversas partes do mundo vendendo camisetas, livros, cartazes, artesanatos, cd's e se misturavam com artesões locais, indígenas não-zapatistas que frequentemente vendiam seus artesanatos pelas ruas de San Cris também estavam ali, cooperativas de mulheres zapatistas, dos Caracóis, dos Tercios|Compas, vendiam todo tipo de artesanato, café passado, café em pó, camisetas serigrafadas, calçados, CD's. O circo, os shows, teatros, fantoches, artistas plásticos, esculturas, grafites, saraus, oficinas de serigrafia, deixavam ainda mais colorido o espaço deste centro de (auto)educação.

Figura 50 – Fotos do Comparte (CIDECI e Caracol Morélia).



Fonte: Renata Ferreira da Silveira: julho de 2016.

Figura 49 - Fotos do Comparte no CIDECI

À esquerda, oficina de serigrafia. Centro, placa indicativa. À direita: oficina de malabares.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – julho de 2016.

Mesmo com todos os símbolos de esperança e rebeldia que estavam grafados e materializados naquele espaço, trazendo cores em dias ensolarados, o esquema de segurança não nos deixava esquecer que estávamos em um território de conflitos e que aquele evento também era parte das territorialidades traçadas pelos zapatismo, portanto, a segurança também era fundamental. Este momento se enunciava na entrada no CIDECI, onde só pessoas identificadas e com a apresentação do crachá (quando chegávamos, fazíamos o credenciamento) acessavam, a segurança era feita pela equipe de organização do evento, composta por apoiadores locais, educandos do CIDECI e por zapatistas.

Ainda sobre a temática de segurança, é importante pontuar que todas e todos zapatistas ficam de passamontañas ou paliacates quando estão fora dos seus territórios ou estão em algum evento público, ou seja, quando estão vulneráveis devido à exposição. Importante destacar que o forte esquema de segurança que envolve, principalmente, o CCRI-CG nestes eventos públicos e em deslocamentos. Dentro do CIDECI, quando a Comandância precisava se deslocar do auditório principal, onde faziam suas falas, até o alojamento onde se encontravam, formavam-se corredores de milicianos e milicianas zapatistas que protegiam a passagem da comandância e vedavam qualquer acesso a eles. Isso pôde ser visto por mim nos três eventos que estive presente no CIDECI e que tinha a presença da Comandância.

Ao mesmo tempo, estas figuras lendárias que compõem a Comandância e a Subcomandância, o Subcomandante Insurgente Galeano e o Subcomandante Insurgente Moisés despertam curiosidade e admiração em muitos indígenas que, sequer, tinham tido a possibilidade de estar tão próximos da CCRI-CG, sobretudo as crianças. Durante as mesas das atividades que aconteceram no CIDECI, no Semillero e no Conciências, o CCRI-CG participava das mesas fazendo falas e mediando e, todos os dias, algum Subcomandante fazia sua exposição. Minutos antes do encerramento das mesas, muitas crianças ficavam porta por onde saía o CCRI-CG, de guarda, esperando eles saírem, como superastros, para tirar uma foto com “os Sups” ou, pelo menos, tocar neles. A reprodução zapatismo desde 1983 possibilitou a renovação de três gerações que já nasceram no autogoverno autônomo. São jovens e crianças que cresceram escutando as histórias do EZLN, mas que nunca haviam conseguido ver seus heróis de tão perto. Além disso, as aparições públicas do CCRI-CG são muito pontuais e necessitam de muito planejamento e, da mesma forma, faz

que muitas e muitos zapatistas nunca tenham escutado ou visto ao vivo a Comandância e a Subcomandância e, neste caso, também os mais velhos.

Voltando ao Comparte, um dia antes de terminar, o CCRI-CG informou que as delegações de zapatistas que viriam das suas comunidades e que iriam fazer as apresentações no CIDECI não poderiam mais se deslocar. Como envolvia o transporte de muitas pessoas por ônibus saindo de todas as comunidades zapatistas, as JBG informaram que as comunidades não iriam mais porque não se sentiam seguros e, além disso, ainda envolvia o transporte de idosos e crianças pequenas e, um ponto que eu não havia pensado, existe uma diferença climática nas regiões onde estão as comunidades zapatistas e este fato pesou no momento de decidir se iam ou não ao CIDECI, sobretudo para os mais idosos.

Em compensação, informaram que então fariam o Comparte com as apresentações das e dos zapatistas, mas nos próprios Caracóis. Então, o EZLN e as JBG abriram os Caracóis para os participantes do evento, ou seja, para a sociedade civil e todas e todos que estavam no Comparte. Como muitas pessoas foram ao evento com passagem de ida e volta comprada, não poderiam estender a estadia por mais dez dias para viajar pelos Caracóis e tiveram que retornar para as suas casas em outros estados do México e outros países e continentes.

Felizmente pude fazer esta viagem pelos Caracóis, onde ficamos alojados nas escolas, galpões e até mesmo dentro de uma clínica zapatista dentro do Caracol. Tive a oportunidade de ir em um dos carros que acompanhava o comboio que fazia a segurança do CCRI-CG entre os Caracóis. Este carro pertencia a querida companheira Diana Itzu Luna, que nos guiou junto com seu companheiro Daniel, e mais três pessoas: eu (brasileira), um casal de uruguaios e uma argentina, ou seja, cinco pessoas em um carro por aproximadamente 10 dias deslocando entre as montanhas chiapanecas.

Acompanhar a Comandância entre os Caracóis durante estes dias foi, sem dúvida, uma experiência única. Obviamente, como todas e todos ou outros, não tivemos acesso a elas e eles, mas, de alguma forma, estávamos próximos e fazendo a proteção. Tínhamos que acompanhar os horários de saída deles e algumas orientações como “não parar na estrada para nada, nem para as necessidades (fisiológicas)” o que, naturalmente, propiciava um clima de tensão e, ao mesmo, prazer de estar ali.

Quando chegávamos aos Caracóis, as e os zapatistas recebiam a Comandância com corredores humanos que se estendiam por dezenas de metros e os saudavam com palmas enquanto a van e o comboio entravam. Uma das coisas mais impressionantes é que, até metade daquela semana, o planejamento era de que todas as apresentações artísticas aconteceriam no CIDECI e, como foi transferido para os Caracóis, as e os zapatistas tiveram que montar uma estrutura de evento em cada Caracol, com alojamento, “comedores”, alimentação, banheiros, palco, iluminação, etc., em poucos dias. E conseguiram.

O primeiro Caracol que fomos foi Oventik, essa era a terceira vez que eu ia lá, mas a primeira que havia tantas e tantos zapatistas. Este Caracol tem aproximadamente 5 hectares e, no final da tarde e início da manhã uma névoa encobria todo o Caracol, por estar alocado numa área íngreme, uma estrada de aproximadamente 100 metros acompanha a descida desde a entrada até o local onde fica a quadra de basquete (em todos os Caracóis têm quadra de basquete, esporte bastante usual no México), onde se encontrava o palco. Por todo este caminho se passa pelas sedes dos MAREZ, da JBG, pelas cooperativas, no caso de Oventik pela Clínica de Saúde Autônoma Zapatista, a Escuela Secundária, “bodegas” (pequenos armazéns), etc.

Figura 51 - Fotos do Comparte, em Oventik.

À esquerda, um Tercio Compa. Ao centro, sociedade civil assistindo as atividades. À direita, fachada da tenda dos Tercios Compas.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira



No mesmo dia, já quase noite, partimos para o Caracol La Realidad, onde ficamos dois dias (2 e 3 de agosto). Este Caracol fica em uma região alta, por isso demos muitas voltas em uma estrada densa de selva. Como já era noite pesava sobre nós a questão da segurança nas estradas, sobretudo porque em um momento da larga viagem, em uma curva um pouco mais fechada, nos deparamos com alguns homens saindo do meio da selva e jogando cacos de vidros e alguns artefatos que pareciam pregos visando parar o nosso carro. Mesmo com alguma insegurança, seguimos reto sem parar e, por sorte, nada aconteceu. Diana nos contou que eram partidistas que estavam observando a movimentação dos zapatistas e que, provavelmente, iriam nos roubar ou nos ameaçar como uma espécie de “recado” para o EZLN. Chegamos em La Realidad, os companheiros zapatistas nos esperavam e fizeram nosso credenciamento, nos alojaram em uma sala de aula de madeira e seguimos por dois dias no Caracol, assistindo as mais diversas apresentações.

Figura 52 - Fotos do Comparte, em La Realidad.

A esquerda, apresentação de grupo musical zapatista. A direita, sociedade civil e zapatistas assistindo peças de teatro.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016.

No Caracol La Garrucha, tivemos a oportunidade de nos hospedarmos na Clínica Comandanta Ramona. Essa clínica em específico tem atuação muito voltada para a saúde da mulher, sobretudo a saúde reprodutiva e ginecológica. Cabe ressaltar que o acesso à saúde nestas regiões, zapatistas e não-zapatistas, sempre foi extremamente precário, assim como todo o Estado de Chiapas. Em relação à saúde da mulher, essas políticas eram inexistentes. Foi a partir do momento em que se instalou essa clínica que muitas mulheres tiveram acesso pela primeira vez na vida a um acompanhamento preventivo ginecológico. Os motivos para essa lacuna são diversos, indo desde a falta de acesso, até a “vergonha” de ir a uma consulta médica

ginecológica ou mesmo de conversar sobre o tema, como no exemplo relatado por uma jovem zapatista, explicando os motivos de sua avó e sua mãe nunca terem ido a uma dessas consultas. A Clínica Comandanta Ramona pasosu a ser frequentada por muitas mulheres da região tanto as zapatistas quanto as “partidistas”. Essas duas clínicas funcionam dentro dos Caracóis, mas a terceira clínica visitada durante nossos trabalhos de campo (já mencionada anteriormente), em La Realidad, fica fora das dependências do Caracol.

Figura 53 - Zapatistas assistindo peças de teatro no Comparte, Caracol La Garrucha.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira - setembro de 2016.

Dia 6 saímos de La Garrucha em direção ao Caracol Morelia. Este Caracol tem uma especificidade: não é muito grande em área como os outros, mas, aproximadamente 1quilômetro a frente fica a “sede campestre” do Caracol, chamada Sede 17 de Novembro, oriunda de uma fazenda que foi retomada em 1994 - ainda existe a casa da família do fazendeiro, obviamente desocupada. Em uma parte do terreno fica uma construção mais nova onde funciona uma escola autônoma, onde ficamos alojadas e alojados. Em frente, mais uma quadra de basquete.

A vista do alojamento, mais ou menos 200 metros de distância, dava para uma construção de um palco enorme com uma faixa simples e chamativa com os dizeres “Felicidades compañeras y compañeros!”. Ou seja, tive a sorte de participar da maior festa do calendário zapatista, a festa de aniversário dos caracóis zapatistas. Em 10 de agosto, no Caracol Morélia, se formou a comemoração da fundação do autogoverno zapatista, 14 anos dos Caracóis e das Juntas de Bom Governo. Este

evento tem como tradição ser comemorado em todos os Caracóis com a presença das e dos zapatistas dos MAREZ de cada região. Como estávamos no Comparte, houve a locomoção de muitos e muitas zapatistas de todas as regiões, presença de todo o CCRI-CG, Subcomandante Galeano e Moisés, apresentações, recitais e baile que entrou a madrugada até o amanhecer.

Figura 54 - Comparte, em Morélia



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016.

Das memórias mais bonitas foi ver dezenas e dezenas de zapatistas bailando, sem máscaras, alegres, sem qualquer tipo de droga. E então, algumas coisas me chamaram a atenção, em Morélia tem uma população muito jovem, muitos adolescentes. A questão de gênero também é muito presente, foi possível ver casais ou situações de relações homoafetivas entre zapatistas. Diana me confirmou dizendo que Morélia, de fato é onde tem a população muito jovem e que, ainda que seja um debate em construção e que necessita de avanços, a questão de gênero e de sexualidade está nas pautas internas zapatistas, impulsionada pela juventude.

Infelizmente não pude continuar a viagem até o último Caracol, o Roberto Barrios, pois estava com a passagem marcada de volta ao Brasil para o outro dia. Mesmo assim, foram dias intensos e cansativos, mas que a adrenalina e a expectativa me renovavam ao estar em contato com centenas de zapatistas das mais diferentes idades e etnias.

As apresentações denunciavam o passado e o presente dos povos originários do México e do mundo e, como sempre, nos convidavam a articular, tecer formas de luta e, importante, a maioria das apresentações foram feitas por jovens. A maioria que assistia não idade o suficiente para ter passado por aquilo que elas e eles contavam com tanta propriedade. A rebeldia, a digna raiva, estava em cada fala, em cada rosto, que carregava a cor dos povos que se abraçam como zapatistas, as diferentes etnias e costumes. Nos momentos das apresentações, como estavam sendo filmadas e seriam publicadas, as e os zapatistas se recobriam com o passamontañas ou o paliacate, o que também se tornava um momento interessante. Por exemplo, em uma situação em La Realidad, estavam todos a vontade, sem nenhum adorno e, de repente, escutei algumas palavras em tzotzil ou tzetal e, num ato que parecia coordenado, centenas de zapatistas, entre mulheres, homens, crianças, idosos e idosas colocaram os seus adornos de segurança e que, como diriam os próprios zapatistas “não ter rosto nos torna iguais”.

Figura 55 - Comparte, em Morélia.

À esquerda, apresentação de teatro da quadra. À direita, Tercios Compas fazendo a cobertura e transmissão.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – setembro de 2016

Foram dias de apresentações e de vivências naqueles territórios, com arte e música, peças de teatro 100% zapatistas que chegavam a durar 2 horas, na cancha de basquete, abaixo de um sol desolador esperando a noite amenizar.

Outra bela lembrança foram dois poemas recitados por um grupo de estudantes da secundária zapatista que falava sobre geografia. Após a apresentação, esperei o pessoal descer do palco e perguntei a eles se poderiam me passar os poemas pra eu copiar, expliquei sobre o que eu estava estudando e que seria uma honra poder colocar aqueles poemas como parte da tese. Eles ficaram muito felizes, como um reconhecimento, e na verdade eu estava...sem palavras, as expectativas, a esperança, a referência de luta, de repente, estavam ali manuscritas nas minhas mãos. Pediram para eu esperar um pouco e reescreveram dois poemas e me entregaram, com a letra delas e deles, com o coração, com a palavra, com vontade e rebeldia. Talvez tenha sido minha melhor “coleta de campo” desta pesquisa. Estes poemas são os que abrem a tese.

### **Consciências por la Humanidad**

Em dezembro de 2016 retornei ao México para assistir aquele seria, aparentemente, a sequência dos eventos que começaram com o Semillero El Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista, em setembro de 2015 e que abordou a perspectiva mais das análises e possibilidades a partir das ciências humanas. O segundo nesta mesma perspectiva, mas a partir das artes, o Comparte por la Humanidad, em julho e agosto e 2016. E o terceiro, o qual me refiro agora, voltado para a discussão com as ciências “da natureza”, o Consciências por la Humanidad, que ocorreu entre os dias 26 de dezembro de 2016 até 04 de janeiro de 2017, no CIDECI.

Nesta ida a campo me programei para um mês, cheguei no dia 16 de dezembro e fiquei até o dia 16 de janeiro. Além de participar do evento, me planejei para realizar a atividade de Observadora de Direitos Humanos do FRAYBA e as entrevistas.

Sobre o Consciências, foi minha terceira no CIDECI e a dinâmica do evento foi bem próxima ao que foi o Semillero. A crítica, no entendo, passava também ao distanciamento das ciências físicas e da natureza ao debate social, o chamamento era claramente este, fazer a crítica e autocrítica e buscar a articulação e pensar as ciências a partir das e dos de baixo. Para isso, seguiram sequências de mesas de debates mediadas pelas e pelos zapatistas durante os dias do evento, em dois turnos.

Debates em torno da física, química, da agroecologia, astronomia, método científico, conhecimento público e privado, recursos energéticos, ecologia, preencheram estas e manhãs e tardes de intensos debates. Ecologia como ciência e como um componente de diferentes cosmovisões.

Figura 56 - Turma de alunas e alunos zapatistas assistindo o Consciências, no CIDECI.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – dezembro de 2016

### **Acampamento FRAYBA**

Em janeiro de 2017 participei como Observadora de Direitos Humanos através do programa Brigadas Civiles de Observación (BriCOs), que acontecem nos Acampamentos Civis pela Paz em Chiapas, organizado pelo FRAYBA.

Para ser observadora é necessário ser indicado ou ter o aval algum movimento/organização que participa do FRAYBA, no meu caso fui com indicação das e dos companheiros do ELCOR - Red contra la Represión, Espacio de Lucha contra el Olvido y la Represión en Chiapas-México. O processo de participação como brigadista é, inicialmente, participar de *un taller*, uma reunião, com os coordenadores do FRAYBA junto com todas e todos que participarão das Brigadas nos diferentes acampamentos. Nesta reunião nos foi apresentado os territórios em que o FRAYBA realiza esta ação e também onde escolhemos para onde ir.

Naquele momento, existiam quatro territórios que estavam em observação constante devido aos conflitos e ataques sofridos pelas forças militares e paramilitares. Nos explicaram quais eram os conflitos e quais as condutas como

observadores que deveríamos ter, assim como um acordo informal de sigilo das informações e dos acontecimentos. Nos cabia, portanto, seguir minuciosamente as orientações e, posteriormente, escrever um relatório a ser entregue. Os territórios apresentados foram:

- ★ No município de Chenalló, nos territórios onde estão Las Abejas Acteal, movimento comunitário pacifista que iniciou a toma da de terras em 1992 e que, em 1994 apoiaram o EZLN, mas não a luta armada. Lembrando que em 1994 e 1995 foi o período de crescimento da paramilitarização e, uma das consequências da contra insurgência ficou conhecido como o Massacre de Acteal, relatado no capítulo 2 desta tese.
- ★ Crustón, também é um território não-zapatista, mas que, assim como Las Abejas, são aderentes à Sexta Declaração da Selva Lacandona. Este território é rico em ouro e sofre muito assédio das mineradoras onde os conflitos contra os indígenas é financiado pelas mineradoras desde 2007.
- ★ Balneário Água Clara/ Água Azul, é um território zapatista que faz fronteira com a Guatemala. Está sobre ataques influenciados pelo interesse de investimento em turismo naquela região e ação dos paramilitares é, principalmente, pela CIOAC-H.
- ★ La Realidad, onde o acampamento fica em frente ao Caracol La Realidad, município oficial de Las Margaritas. Os conflitos começam na década de 90, ainda sobre o governo Zedillo, em que o exército cercou e ocupou a cidade por 7 meses em busca do então Subcomandante Insurgente Marcos, o exército e os paramilitares foram acusados de atear fogo contra tendas e casas, assassinaram e violaram mulheres e crianças. E, em maio de 2014, foi onde assassinaram o Maestro, também pela CIOAC-H em que destruíram também a escola autônoma e a clínica autônoma, episódio definitivo para o EZLN abordado no capítulo 4 desta tese.

Escolhi ficar em La Realidad. Para este acampamento fomos como equipe de brigadistas eu, Maga e Davi, uma argentina e um argentino da região do Chaco e Lorena, uruguaia militante dos direitos humanos. Nos passaram os materiais, telefones de emergência, nossas tarefas como observadores e protocolos de segurança a serem seguidos.

No outro dia nos encontramos no ponto de onde saem as vans de San Cristóbal de Las Casas, tomamos uma vã até o município de Comitán. Lá, pegamos um taxi até

o centro de Las Margaritas, uma cidade interiorana que centraliza a parte urbana da região. Em Las Margaritas pegamos uma Kombi que faz parte da cooperativa de serviços públicos geridos pelos zapatistas na região, o sistema de transporte por vans. Nos alertaram que erámos para estarmos atentas e atento em pegar o transporte dos “compas”, pois o outro, como um concorrente, pertence justamente à CIOAC-H, grupo paramilitar já citado anteriormente nesta tese.

Encontramos a van no local de saída e falamos que estávamos indo como brigadistas, nos cumprimentaram com bastante alegria e falaram um pouco sobre a região.

Na nossa van anotei um fato que me chamou atenção, o seguinte diálogo entre crianças com menos de 10 anos e eu.

Menino falou para a menina: “Mira, la combi de la Cioac”

Ela respondeu “Pero la nuestra és zapatista!”, com ares de orgulho.

Logo passamos por umas obras na estrada e perguntei para o menino (que a essa altura já estava quase no meu colo, porque a kombi estava com lotação máxima) “Qué están haciendo?” E ele respondeu “no sé, son los traidores partidistas”.

Seguimos o caminho de selva fechada e úmida, de curvas que encantavam e que assustavam e de uma paisagem cercada por símbolos e penhascos.,

O acampamento é cercado, mas com bastante circulação de zapatistas da região, pois é por ali que acessam a escola e o rio. Somente zapatistas entram no acampamento.

Víamos toda a movimentação da escola, pois estávamos no lado, um pequeno riacho nos separava. Além disso, o banheiro que elas usavam era o mesmo que nós usávamos no acampamento. Esse é um ponto curioso, porque a todo momento as vão ao banheiro para nos ver.

Na escola as crianças vão chegando devagar, não usam uniforme, as vezes nem sapatos. Ao invés de mochilas, usam bolsas artesanais “a tira colo” ou levam o material na mão, muitas ainda levam os irmãos menores. Ao chegarem, o promotor de educação (um jovem zapatista) reúne as crianças e começam a limpar e organizar a escola e o pátio, daí entram e se organizam nas classes. A progressão das séries não é por idade, mas sim pela “capacidad”, vão aprendendo e passando para outras fases. Como dito anteriormente, o sistema de educação zapatista tem autonomia das comunidades sobre seu funcionamento.



Tomávamos banho no rio e fazíamos comida em um fogão a lenha improvisado, não tínhamos geladeira e nossa cama era uma barraca grande ou dormíamos nas redes, que nós mesmos levávamos. O barulho era basicamente do riacho, das mulheres batendo as roupas nas pedras, das galinhas ciscando e das crianças na escola.

Figura 57 - Acampamento Brico.



Fonte: Renata Ferreira da Silveira – janeiro de 2017.

As crianças já eram nossas visitantes diárias, inclusive porque a Maga desenhava muito bem, então fazia desenho com elas. Também recebíamos a visita matinal das mulheres zapatistas da comunidade acordavam cedo para nos levar o pozol e dezenas de tortillas para nos alimentar durante o dia. Além da presença diária de Esteban e, às vezes, Victor, dois zapatistas responsáveis pelos acampamentos dos Bricos.

Esteban sempre vinha e ficava muito tempo conversando, contando no zapatismo, de 1994, dos MAREZ, etc. Todos os dias tínhamos aulas com ele. Nos falava que a palavra é uma arma, que a apresentação dos milicianos nos eventos é para fazer memória a luta de 1994 e mostrar que ainda estão em guarda.

Uma das falas mais marcantes de Esteban foi quando nos contou que sua irmã resolveu casar-se com um partidista e que, por isso, “saiu da família”, que não mantém contato com ela e encerrou “Soy 100% zapatista, para mi, se la persona no és 100% zapatista no me sirve”, com uma cara muito desconfiada, mas muito simpática.

O simpático compa Esteban nos contou histórias de outras pessoas que passaram por ali, diferentes nomes e nacionalidades que rendiam piadas, piadas zapatistas. E que em um dia havia 5 *campamentistas* mulheres que se diziam “femi... feministas, yo creo”.

Victor também nos contou do falecido Galeano, momento em que enchia seus olhos de lágrimas, e que existem muitas provocações com os partidistas, que inclusive querem cobrar pedágio para acessar o rio ou a estrada.

Nos falou sobre La Realidad, da escola autônoma e da clínica Comandante Pedro e, em uma tarde, nos levou para conhecer a clínica e entrar na escola (que até então a gente só via por fora). Nos explicou que naquela região tem 3 tendas para geração de renda para o EZLN, uma é para o Caracol, outra para as mulheres, uma para o povo. Diga-se de passagem, íamos nesta tenda complementar as refeições do dia.

Também nos contou que morava ali perto e que trabalhavam de domingo a domingo, acordavam as 4 da madrugada para trabalhar na *milpa*, na região optaram por plantar somente 5 coisas, a *maiz*, o feijão, frutas, café e galinhas (que tinham uma linha colorida no pescoço para identificar cada família). Que na região havia umas 70 famílias - e 100 partidistas - zapatistas que tinham 2 kombis da cooperativa de transporte público, os caminhões da JBG, que também faz o transporte da JBG e dos coordenadores, assim como que nas assembleias quase sempre todas as famílias participavam porque todo mundo gosta das coisas “bem claritas”.

Sobre o sistema de justiça, Esteban e Victor falaram que qualquer problema com justiça se pagava com trabalho e deram como exemplo destas situações como briga em família ou se algum compa não quis cumprir sua tarefa no coletivo, mas que a maioria é caso algum compa ingira bebida alcoólica.

Em uma noite estávamos fazendo a guarda e resolvemos improvisar uma pizza com as tortillas. De noite não tínhamos luz nenhuma, só do fogo do fogão e as nossas lanternas. Nessa noite, a única luz que tinha era do meu celular e o silêncio que nos constrangia em arriscar qualquer palavra. Um dos momentos mais marcantes, quase mágicos (termo não muito adequado em uma tese de doutorado) foi quando um compa zapatista que fazia a guarda da sacada da escola e outro que estava do outro lado do rio, com uma vela acesa, começaram a cantar o hino zapatista.

### Quadro 13 – Hino Zapatista

#### HIMNO ZAPATISTA

Ya se mira el horizonte  
 Combatiente zapatista  
 El camino marcará  
 A los que vienen atrás

Vamos, vamos, vamos, vamos adelante  
 Para que salgamos en la lucha avante  
 Porque nuestra Patria grita y necesita  
 De todo el esfuerzo de los zapatistas

Hombres, niños y mujeres  
 El esfuerzo siempre haremos  
 Campesinos, los obreros  
 Todos juntos con el pueblo

Vamos, vamos, vamos, vamos adelante  
 Para que salgamos en la lucha avante  
 Porque nuestra Patria grita y necesita  
 De todo el esfuerzo de los zapatistas

Nuestro pueblo dice ya  
 Acabar la explotación  
 Nuestra historia exige ya  
 Lucha de liberación

Vamos, vamos, vamos, vamos adelante  
 Para que salgamos en la lucha avante  
 Porque nuestra Patria grita y necesita  
 De todo el esfuerzo de los zapatistas

Ejemplares hay que ser  
 Y seguir nuestra consigna  
 Que vivamos por la patria  
 O morir por la libertad

Vamos, vamos, vamos, vamos adelante  
 Para que salgamos en la lucha avante  
 Porque nuestra Patria grita y necesita  
 De todo el esfuerzo de los zapatistas

No rio se lavavam os alimentos para moer, teve um dia que ajudamos/aprendemos com uma companheira a lavar o café e descascar os grãos. Nos contou que o café é moído e cooperado na cooperativa de mulheres zapatistas e que era vendido nas tendas da região.

Uma noite fazíamos a guarda em frente ao acampamento de noite, um pouco a espreita, e tivemos um momento de tensão com a passagem do comboio dos

militares pela estrada principal da comunidade (onde também fica o acampamento), a partir daí é que temos que entrar em ação como brigadistas e nos fazer visíveis, assim como tirar muitas fotos e registros. Assim o fizemos. Importante, a parte da segurança do Caracol e do próprio acampamento é feito pelos zapatistas, para nós, civis, cabe fazer registros de tensionamentos e se fazer visíveis, sem fazer muito contato.

A relação com a sociedade civil nacional e internacional acontece em diversas frentes, são muitas as formas de apoio e de solidariedade ao zapatismo, porém, pela própria demanda de segurança e da leitura de guerra total, são necessários protocolos. Por exemplo, para uma pessoa entrar em um Caracol, seja para visitação, seja para apresentar um projeto ou doa o individual ou coletiva, deve se apresentar primeiro ao Caracol, onde a demanda será encaminhada para a instância específica e, dependendo do caso, da reunião e aprova o de toda a JBG. Importante ressaltar que chegar na entrada no Caracol não significa que vai conhecê-lo, isso depende muito da conjuntura de segurança e, caso seja possível conhecer, é estritamente necessário o acompanhamento de algum zapatista durante todo o tempo.

Em conversas com as e os zapatistas mantidas durante as experiências de campo, foi relatado que estes casos de aderentes fora dos MAREZ acontecem por diversos motivos, por exemplo, quando alguém que pertence a uma família zapatista se casa com outra pessoa que é de uma família não zapatista, dependendo da família, esse novo "núcleo familiar" sair  do MAREZ, pois um dos seus integrantes não   zapatista. Vale citar um exemplo relatado pelo base de apoio Esteban durante uma tarde de conversas no acampamento, quando contava que sua irmã havia se casado com um "*partidista*", mas que na família deles, por convic o, são era aceita "*gente cien por ciento zapatista*". Assim, sua irmã foi morar na casa da família do marido e desde então eles não mantinham mais contato, ainda que as casas fossem próximas

Se por um lado as discontinuidades dos territórios zapatistas podem se tornar um "obstáculo" nas rela oes mais diretas, por outro lado, as territorialidades estabelecem vínculos que suprem as discontinuidades. E uma das expressões destes vínculos está na cultura zapatista. Enquanto espaços político-culturais comunitários, nos Caracóis também abrigam as festas que reúnem os MAREZ na comemora o de datas importantes para o calendário zapatista, como o 1  de janeiro, dia do levante de 1994; o 17 de novembro, data de funda o do EZLN; os aniversários dos Caracóis e das JBG, em 10 de agosto. Nas quadras poliesportivas acontecem campeonatos entre os MAREZ com ligas de basquete e de futebol, nas modalidades

feminino, masculino, mas, principalmente, misto. Ao acabar cada edição do Comparte nos Caracóis, havia festas, e nesses momentos as e os zapatistas ficavam à vontade, sem passamontañas ou paliacates, com muita música e muita dança. Em um dos trabalhos de campo realizados no âmbito desta pesquisa, tivemos a oportunidade de acompanhar os festejos pelo aniversário de 13 anos da fundação dos Caracóis Zapatistas e das JBG, mais especificamente em Morélia. O evento de aniversário reuniu zapatistas de todas as regiões, com palco, bandas e dança até o amanhecer. Segundo relato de um compa, é nestes eventos que, geralmente, se formam os futuros casais, pois oportuniza que jovens se conheçam e interajam. Ou seja, um momento das sociabilidades zapatistas que faz parte destas relações comunitárias mais próximas.

Existem alguns elementos importantes destes eventos aos quais devemos dedicar nossa atenção: 1) nesses momentos onde as e os zapatistas estão mais à vontade, o esquema de segurança em torno do Caracol é reforçado. A segurança é feita por milicianas e milicianos, ou por compas treinadas e treinados pelas forças de autodefesa; 2) o álcool e as drogas são estritamente proibidos<sup>103</sup> pelas e pelos zapatistas, desde as suas casas, até o uso ou comércio nos Caracóis; 3) há uma quantidade muito grande de jovens. Em Morélia, na ocasião relatada, possivelmente metade das e dos zapatistas que estavam ali, entre centenas de participantes, eram jovens e em grande parte adolescentes. O que coloca uma perspectiva, a partir da visualização de uma pirâmide etária hipotética, de reprodução do zapatismo.

#### **4.8 A Geograficidade, o Caracol e o Espelho como/contra o método.**

Este subcapítulo representa, por assim dizer, uma “primeira conclusão”, uma vez que buscamos apontar três dimensões desta tese que só foram possíveis de se alcançar porque fizemos todo o caminho da tese. Portanto, neste sentido, é uma conclusão. Estas três dimensões são a geograficidade do social, abordada no início da tese como parte da metodologia; e duas metáforas trazidas pelas e pelos zapatistas: o Caracol e o Espelho.

Retomamos a proposta de geograficidade do social de Porto-Gonçalves (2002), como aporte para a “nossa lente” enquanto geógrafas e geógrafos, assim como a premissa de que “é preciso considerar, sempre, a tríade –Território, Territorialidade e

---

103 Esse tema será retomado adiante.

Territorialização. Um mesmo espaço apropriado e constituído por uma determinada sociedade contém, sempre, territorialidades distintas” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 143).

E trazemos Freyre (1987) para auxiliar o diálogo, que nos atenta para as ações antidialógicas como uma forma de manipulação da história pelo dominador, seja na omissão da própria história ou na tese do “encurtamento” do tempo ou pela estagnação ideológica liberal imposta pela teoria do “fim da história”<sup>104</sup>. Neste sentido, o espaço se contrapõe como ação dialógica, como testemunha do tempo no espaço e como potência das r-existências das territorialidades desde baixo.

Porto-Gonçalves atenta que a geograficidade vai além das condições naturais impostas pela própria lógica moderna do que consideramos “natureza”, instituída por processos sociais-históricos (CASTORIADIS, 1982)

É preciso considerar aqui que a geograficidade vai além das condições naturais, como é aceito nas ciências sociais. Com certeza, a natureza faz parte da materialidade que constitui o espaço geográfico. E aqui não se admite uma distinção, tão cara ao pensamento dualista dicotomizante, entre o material e o simbólico. Consideramos, ao contrário, que os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.230).

Reivindicar a existência e a identidade do maiz, do pozol, do passamontaña, dos territórios coletivos, das línguas, da geo-grafia das e dos de baixo é defender uma geograficidade que se constrói a partir da luta. Ou seja, da apropriação e sentido que se dá às coisas, em resistência e r-existência, reapropriação e rebeldia. Essa r-existência não acontece de forma linear, porque é construída sob outras racionalidades, portanto, outras epistemes. Entendemos, assim, que a dimensão da **geograficidade se coloca como uma possibilidade de método.**

Como visto até agora, na representação do Caracol está o próprio zapatismo, como representação do movimento de ir e voltar, espiral de tempos e espaços assimétricos e próprios. Assim, o Caracol vai e volta dentro das comunidades, no autogoverno, num ininterrupto movimento de espaço-tempo.

Por mais que se tente periodizar a história do EZLN, principalmente a partir de algumas datas que são consideradas marcos na história zapatista (como o 1 de janeiro, as declarações, os aniversários, os calendários), existe um histórico de

---

<sup>104</sup> Ver FUKUYAMA, 1992.

construção que funciona também a partir de outras racionalidades, diversas, plurais, por isso o Caracol também pode ser visto como representações do espaço e do tempo.

Trouxemos aqui um compilado, a partir do desenvolvimento desta pesquisa, onde articulamos como voltas em um caracol. E, mais uma vez, atentamos que não é uma relação de voltas lineares e/ou hierárquicas, são articuladas e muitas vezes se destacam ou se retraem nos diferentes momentos ou situações conjunturais, ou seja, da ascensão do protagonismo das mulheres, do avanço da autonomia e do autogoverno, dos momentos de silêncio e exposição e até mesmo nos momentos de maior violência e/ ou ataques das forças de contra-insurgência.

#### **4.8.1 As voltas do Caracol**

##### **★ Madre Tierra: a terra e o território**

A Madre Tierra é a dimensão central do zapatismo, justamente porque ultrapassa o próprio zapatismo, pois agrega diferentes tempos em diferentes territorialidades ao longo da história da vida. A vida, neste sentido, não se limita a vida humana, mas o pulsar coletivo de todos os que compõem a terra e a Terra, a dimensão comunitária e coletiva de reprodução da vida em toda a sua complexidade e em diferentes cosmovisões, em suma, “la inexistente separación entre seres humanos y naturaleza, ser/estar con la Madre Tierra desde cada pueblo, milpa, sujetos colectivos” (GUTIÉRREZ, D. I, 2017, p 9).

A Madre Tierra também passa a ser uma representação da *pareja* terra e território, uma vez que o território não é externo à presença humana e a terra é a condição de existir, portanto, o território também. Nesta linha, o EZLN é parte e depende da existência da terra para existir, pois se manifesta no território, nas territorialidades.

Partiendo del principio relacional de los pueblos indígenas: saber escuchar, saber cumplir y destinar la palabra; ser guardianes/as de la Madre Tierra como acto de saberle corresponder. Ejercer el derecho a la vida y restablecer el vínculo con y desde la Madre Tierra; es decir hacer de la revolución un hacer colectivo y cotidiano. (GUTIÉRREZ, 2017, p. 10)

A Madre Tierra, como terra e território, se manifesta:

- Na existência devido ao plantio de comida, tanto para o consumo familiar, como para troca e para a produção visando a autonomia financeira.
- No espaço edificado, demarcando símbolos e simbologias, como nos caracóis, nas oficinas, nas escolas, nas clínicas.
- Na demarcação política da própria terra, como no caso da autonomia e das terras coletivas com ou sem a garantia da Constituição Federal.
- O estatuto ético e político do zapatismo expresso no Mandar Obedecendo como pacto de normas coletivas pela Madre Tierra.
- Como apresentou o SCI Moisés, durante o Semillero afirmando que o trabalho coletivo também é a Madre Tierra

Fundamentalmente, a terra faz sentido por ser Madre Tierra, ou seja, a geradora da vida, a dimensão espiritual e **feminina** da terra. E, como “espiritual”, trazemos a reflexão de Slvyá Marcos (2011) ao afirmar:

La “espiritualidad indígena” no es asunto de iglesia, de devoción personal o de creencias individuales. Es aquello que unifica e identifica a las colectividades; que les da una cohesión. Es lo que se recupera de los ancestros, lo que dota de sentido a sus luchas políticas y sociales. No es, en definitiva, una religión institucional. (MARCOS, 2011, p 140)

E, “feminina” pela representação matriarcal, da reprodução da vida-terra-território.

### ★ Tempo, história, memória e identidade

Enquanto componente desta geograficidade, a dimensão da memória, como já afirmamos, é fundamento. Não somente para situar no tempo, mas também como carga da consciência de luta e rebeldia que constrói o zapatismo no seu cotidiano.

Assim, as relações que se estabelecem formam e nos colocam a identidade territorial como uma chave, visto que é “definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta” (HAESBAERT, 1999, p. 172) ao mesmo tempo que desafia o poder homogeneizante do multiculturalismo. Outra consequência, é que afasta ideologicamente de uma leitura clássica do indígena como ser retrógrado, sobretudo no campo da esquerda a partir da leitura do proletariado, do trabalhador fabril e sindicalizado como único agente revolucionário.



### ★ Autogoverno e autonomia

O autogoverno e a autonomia zapatista se manifestam superando a lógica das instâncias de governo como agente de poder em um território delimitado tradicionalmente. Por se constituir na escala 1:1, como parte orgânica de um tecido social, o autogoverno se expande nas instâncias que o compõem: no CCRI-CG, nas Juntas de Bom Governo, nos Caracóis, nos MAREZ, nas comunidades, nas casas e nos corpos. Assim, possibilitam a re-territorialização da autonomia.

Na leitura proposta da geograficidade, o autogoverno e a autonomia zapatista também se expandem por todas as espirais, sobretudo na inserção da ética e da cultura indígena em todas as dimensões do autogoverno, como motor das territorialidades. Assim, se enraíza o autogoverno zapatista, chamado de Bom Governo, representado por um sistema que vai da soberania das assembleias das comunidades, do local, até as JBG (regional), a partir do consenso e da democracia na gestão dos territórios.

### ★ A razão e a força

Neste ponto, a razão e a força se manifestam como a dimensão da resistência e da unidade, enquanto um movimento com objetivos bem estabelecidos coletivamente no seu processo autonômico, ético e político. Dessa forma, o EZLN logrou solidificar internamente a relação do setor militar com a democracia dentro de todas as instâncias internas do movimento, assim demonstra a dimensão da política como parte da coletividade inserida nestas territorialidades em r-existência.

O trabalho coletivo, o pensamento democrático, a sujeição ao acordo da maioria são mais do que uma tradição na zona indígena, têm sido a única possibilidade de sobrevivência, de resistência, de dignidade e de rebeldia” (Subcomandante Insurgente Marcos, 1994, descobrir a fonte).

Na relação razão e força, o processo de desmilitarização, onde o papel do exército é guardar os territórios e não exercer poder é uma expressão do Mandar Obedecendo. A própria lógica de "exército" compreende a necessidade contínua de estar sob estado de defesa em diferentes governos, em todas as escalas, que passaram pela existência do zapatismo, das tentativas de diálogos e das retaliações.

### ★ Geo-política dos de baixo - Mundo que caibam outros mundos

Nesta “volta” da geo-política desde baixo, são características as relações entrelaçadas, entre os acordos, articulações, projetos de mundo, solidariedade para fora, a partir e com o EZLN. Dessa forma, quando as e os zapatistas nos falam de “um mundo onde caibam outros mundos” também se contrapõe, geo-politicamente, à globalização, à IV GM, à Hidra e nos oferece alternativas cambiantes no comércio, no consumo, na cultura, na economia, na saúde, na educação. Ou seja, uma proposta de articulações a partir dos diferentes mundos e isso a globalização e o neoliberalismo não permite; não permitindo, se combate.

Ao mesmo tempo, reinventam as escalas, sem deixar de denominá-las, necessariamente, pelos seus códigos usuais, como local, global, regional, mas ressignificam estes códigos a partir das suas geo-grafias. Assim, como atribuem valor simbólico e redimensionam a importância da escala 1 por 1, pouco usual na cartografia tradicional, mas base das relações éticas e políticas do zapatismo. COLOCAR O COLONIALISMO INTERNO.

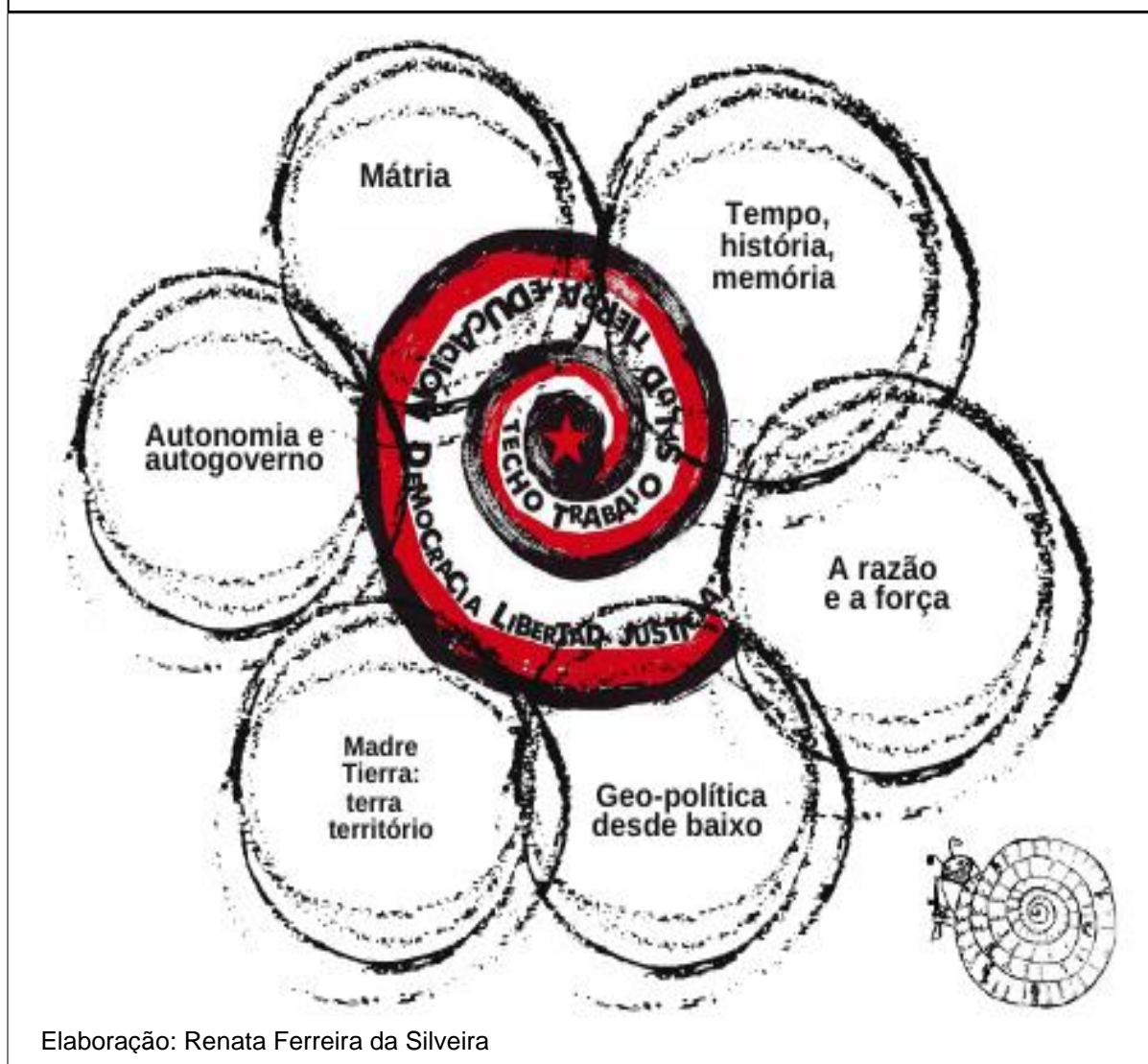
### ★ Matriarcalizar

Muito mais do que trazer um aspecto da geo-grafia zapatista, é possível a questão das mulheres do zapatismo talvez seja a chave da existência do zapatismo, uma vez que a mulher, mais que uma questão gênero, é o próprio processo de que vai na raiz da colonialidade, de retomar as cosmovisões e cosmovivências a partir da Madre Tierra e do desenvolvimento da autonomia.

A ruptura com o patriarcado, enquanto sistema, é fundamental para a construção de um “outro mundo” nas mais diversas escalas dos tecidos sociais. E daí trazemos para esta “volta do Caracol”, o que Gutierrez (2016, 2017) nos traz para compreender o zapatismo a partir da “mirada del tejido”, como representação e expressão societal coletiva construída e tecida pelas mulheres zapatistas, nos ressignificando a noção de Matria sobrepondo o modelo linear e opressor da Pátria. Essa linearidade caracterizada pela sociedade patriarcal se faz responsável por tirar as possibilidades de outros tipos de sociedades, mais plurais e sobre outra racionalidade. Para a autora, é o oposto ao tecido complexo e rizomático de uma sociedade pós-patriarcal, onde “recuperar y defender organizadamente formas societales tradicionales de matriz matriarcal, y a la vez construir y recrear un arte que emerge del vínculo amoroso por la vida. (GUTIÉRREZ, 2016, p. 332)

A potencialidade matriarcal da reprodução da vida não se restringe a ter ou não ter filhos, mas reproduzir a vida na sua diversidade de manifestações, como nos costumes, nos ensinamentos, na reprodução do zapatismo. Durante os trabalhos de campo pude assistir diversas mesas coordenadas e compostas por zapatistas. Mas a mais forte, sem dúvida, foi uma dedicada às diferentes gerações de mulheres zapatistas, de como a vida se reproduz na autonomia.

**Quadro 14 – Representação da Geograficidade do caracol**



#### 4.8.2 Contra o método: o espelho

O espelho, enquanto um objeto inanimado, tem a função de refletir exatamente aquilo que está a sua frente. Em sua metáfora, o zapatismo nos traz o espelho como uma possibilidade de se ver e ver o mundo.

O texto a seguir se chama A História das Palavras e foi publicado em 30 de dezembro de 1994. É um texto longo para uma citação ou uma epígrafe, mas não poderíamos deixar de trazê-lo, mesmo neste formato, uma vez que nos coloca uma primeira definição daquilo que buscamos como “espejo” nesta tese.

La lengua verdadera se nació junto con los dioses primeros, los que hicieron el mundo. De la primera palabra, del fuego primero, otras palabras verdaderas se fueron formando y de ellas se fueron desgranando, como el maíz en las manos del campesino, otras palabras. Tres fueron las palabras primeras, tres mil veces tres se nacieron otras tres, y de ellas otras y así se llenó el mundo de palabras. Una gran piedra fue caminada por todos los pasos de los dioses primeros, los que nacieron el mundo. Con tanta caminadera encima, la piedra bien lisita que se quedó, como un espejo. Contra ese espejo aventaron los dioses primeros las primeras tres palabras. **El espejo no regresaba las mismas palabras que recibía, sino que devolvía otras tres veces tres palabras diferentes.** Un rato pasó así los dioses aventando las palabras al espejo para que salieran más, hasta que se aburrieron. Entonces tuvieron un gran pensamiento en su cabeza y se dieron en su caminadera sobre otra gran piedra y otro gran espejo se pulieron y lo pusieron frente al primer espejo y aventaron las primeras tres palabras al primer espejo y éste regresó tres veces tres palabras diferentes que se aventaron, con la pura fuerza que traían, contra el segundo espejo y éste regresó, al primer espejo, tres veces tres el número de palabras que recibió y así se fueron aventando **más y más palabras diferentes que se aventaron, con la pura fuerza que traían contra el segundo espejo y éste regresó, al primer espejo, tres veces tres el número de palabras que recibió y así se fueron aventando más y más palabras diferentes los dos espejos. Así nació la lengua verdadera. De los espejos nació.**

Las tres primeras de todas las palabras y de todas las lenguas son democracia, libertad, justicia.

«**Justicia**» no es dar castigo, es reponerle a cada cual lo que merece y cada cual merece lo que el espejo le devuelve: él mismo. El que dio muerte, miseria, explotación, altivez, soberbia, tiene como merecimiento un buen tanto de pena y tristeza para su caminar. El que dio trabajo, vida, lucha, el que fue hermano, tiene como merecimiento una lucecita que le alumbre siempre el rostro, el pecho y el andar.

«**Libertad**» no es que cada uno haga lo que quiere, es poder escoger cualquier camino que te guste para encontrar el espejo, para caminar la palabra verdadera. Pero cualquier camino que no te haga

perder el espejo. Que no te lleve a traicionarte a tí mismo, a los tuyos, a los otros.

«**Democracia**» es que los pensamientos lleguen a un buen acuerdo. No que todos piensen igual, sino que todos los pensamientos o la mayoría de los pensamientos busquen y lleguen a un acuerdo común, que sea bueno para la mayoría sin eliminar a los que son los menos. Que la palabra de mando obedezca la palabra de la mayoría, que el bastón de mando tenga palabra colectiva y no una sola voluntad. **Que el espejo refleje todo, caminantes y camino, y sea, así, motivo de pensamiento para dentro de uno mismo y para afuera del mundo.**

De estas tres palabras vienen todas las palabras, a estas tres se encadenan las vidas y muertes de los hombres y mujeres verdaderos. Esa es la herencia que dieron los dioses primeros, los que nacieron el mundo, a los hombres y mujeres verdaderos. Más que herencia es una carga pesada, una carga que hay quienes abandonan en mitad del camino y la dejan botada nada más, como si cualquier cosa. **Los que abandonan esta herencia rompen su espejo y caminan ciegos por siempre, sin saber nunca más lo que son, de dónde vienen y a dónde van. Pero hay quienes la llevan siempre la herencia de las tres palabras primeras, caminan siempre como encorvados por el peso de la espalda, como cuando el maíz, el café o la leña ponen la mirada en el suelo.** Pequeños siempre por tanta carga viendo siempre para abajo por tanto peso, los hombres y mujeres verdaderos son grandes y miran para arriba. Con dignidad miran y caminan los hombres y mujeres verdaderos, dicen.

Pero, para que la lengua verdadera no se perdiera, los dioses primeros, los que hicieron el mundo, dijeron que había que cuidar las tres primeras palabras. Los espejos de la lengua podían romperse algún día y entonces las palabras que parieron se romperían igual que los espejos y quedaría el mundo sin palabras que hablar o callar. Así, antes de morir para vivir, los dioses primeros entregaron esas tres primeras palabras a los hombres y mujeres de maíz para que las cuidaran. Desde entonces, los hombres y mujeres verdaderos custodian como herencia esas tres palabras. Para que no se olviden nunca, las caminan, las luchan, las viven...

Para ampliar e elucidar estos significados, incorporamos también un trecho retirado do texto La Hora de los Pueblos Índios (2001), o qual o SCI Marcos faz seu histórico discurso na Praça do Zócalo, na Cidade do México, na Marcha del Color de la Tierra, em 2001:

Aquí estamos para vernos y mostrarnos, para que tú nos mires, para que tú te mires, para que el otro se mire en la mirada de nosotros,  
 Aquí estamos y un espejo somos.  
 No la realidad, sino apenas su reflejo.  
 No la luz, sino apenas un destello.  
 No el camino, sino apenas unos pasos.

No la guía, sino apenas uno de tantos rumbos que al mañana conducen. (CCRI-CG DO EZLN, 2001, n.p.)

A metáfora se apresenta no encaminhamento final desta tese porque representa o exercício de se ver, saber que é um reflexo e, a partir deste reflexo, se transformar e expandir. Se fôssemos representar graficamente, faríamos um caracol, num movimento entre escalas que se permeiam, que vão e voltam na história, nas instâncias políticas. Imaginemos colocar em frente a um espelho uma imagem de uma espiral e, nesta mesma espiral, outro espelho. Seriam reflexos de voltas infinitas, por mundos diversos, diferentes geo-grafias que, como disse SCI Marcos na citação de abertura desta tese “esto es tan otro y tan grande que no cabe en la geografía de arriba”. Portanto, reflexo das diferentes territorialidades em r-existência, em suas relações e princípios éticos e políticos. Nesse sentido, o zapatismo apresenta como parte desta metodologia de reflexo para se compreender enquanto movimento, enquanto sociedade, enquanto parte de um tecido.

É deste reflexo do espelho que trazemos a ideia do “contra” o método<sup>105</sup>, da “auto-mirada”, visto que não significa ser contra as metodologias, mas este movimento de reflexo possibilidade de enxergar para fora da verticalidade e da linearidade tantos dos setores de movimentos sociais, quanto da ciência, quanto das formas de existir, que se concebem sob matrizes coloniais.

Portanto, a geograficidade do caracol como um método de leitura para ler a geo-grafia zapatista, onde cada volta, cada espiral, caracteriza o zapatismo como um movimento extremamente propositivo territorialmente e nos possibilita pensar como movimento e como método a partir da sua geograficidade e, cria, pelo seu próprio reflexo, o processo pedagógico de aprendizagem e desaprendizagem.

Da mesma forma, podemos identificar três grandes dimensões que agem em uma relação dialética nesta forma caracol e que, portanto, movimentam de forma pedagógica o concreto, como parte do empírico e da abstração, são elas: a Madre Tierra como articuladora dos lugares, do pertencimento ancestral e político; o EZLN articula as territorialidades, conecta territórios, age conjuntamente a partir da autonomia e do autogoverno; e o Mandar Obedecendo articula os princípios éticos e políticos coletivos de democracia, autonomia, resistência e r-existência.

---

105 Quando falamos em “contra o método” nos remete à importante obra e contribuição de Paul Feyerabend para a ciência, intitulada *Contra o Método*. Sem nos desfazermos da relevância da obra do filósofo austríaco, trazemos aqui a metáfora do espelho, pensada pelo zapatismo.

Ya antes, en alguna ocasión, he hablado de la importancia que tiene para nosotros la memoria. Y, en consecuencia, la muerte por olvido era (y es) para nosotros la peor de las muertes. Yo sé que sonará apocalíptico, y que más de uno buscará algún dejo martiriológico en lo que digo, pero, para ponerlo en términos llanos, nos encontramos entonces frente a una elección, pero no entre vida o muerte, sino entre un tipo de muerte y otro. La decisión, colectiva y consultada con cada uno de los, entonces, decenas de miles de zapatistas, es ya historia y originó ese destello que fue la madrugada del primero de enero de 1994.

Subcomandante Insurgente Marcos

## **CONCLUSÃO: “O tempo não para”, portanto, o espaço também não.**

Entre os (des)caminhos que essa tese nos proporcionou até aqui, destacam-se dois elementos a serem considerados com o caráter de uma pretensa conclusão. Importante ressaltar que ambos não são partes separadas, mas sim aspectos possíveis de um mesmo encaminhamento. O primeiro deles volta-se ao que o zapatismo nos mostra de sua geografia a partir de suas territorialidades, com destaque para algumas categorias e dimensões de análise que se conformaram durante a pesquisa. O segundo caminho é o da necessidade e das possibilidades de se pensar a geografia, enquanto campo do saber, em suas bases epistêmicas e políticas, a partir das e dos de baixo, como exemplo da geo-grafia zapatista. Algumas categorias, relacionadas, nos apresentam chaves para ver um “otro mundo posible”: colonialidade, o colonialismo interno, o território, a escala, a geo-política, o lugar, outras racionalidades baseadas a partir e desde outra epistemes que potencializam a nossa mirada nestas construções de saberes.

O zapatismo nos apresenta que não é só um movimento social, mas sim outra forma de organização autônoma e autogovernada, a partir de relações construídas sobre outras territorialidades. Assim, também reafirmam o caráter antissistêmico por apresentar uma organização complexa que, ao mesmo tempo não impõe uma metodologia/cartilha anti-capitalista, mas nos apresenta possibilidades a partir da geografia de cada grafia das e dos de baixo, sem um modelo verticalizado dos movimentos sociais clássicos, mas dando lugar à autonomia e preceitos éticos e políticos comprometidos com “um mundo onde caibam outros mundos”.

Em 1994, mostraram ao mundo um outro México, denunciando a lógica globalizante e neoliberal de reformas estruturais, de privatização de terras comunais, que vendia um México promissor e que “rumava” ao “desenvolvimento” brindado com a assinatura do TLC. Mais do que isso, reinseriu a pauta indígena, com a luta pela terra, nas agendas políticas mexicanas, destacando uma população que se reproduzia às margens, submetida e cooptada pelas políticas assistencialistas.

Os zapatistas mostram que r-existir é resistir culturalmente também contra as políticas integracionistas, de construção do “semi-índio”, ou que se propõem a tirar o índio da história e da geografia. Políticas estas que sustentam o aumento da violência contra as comunidades indígenas por parte do Estado através de todos seus braços, entre eles e em destaque o dos megaprojetos. Refutou o multiculturalismo, a narrativa do “fim da história” e do “fim dos territórios”, assim como desafiou a esquerda institucional em sua necessidade histórica em “proletarizar” o sujeito indígena.

Trata-se de relações de poder que estão sendo construídas nos territórios zapatistas, nos movimentos antissistêmicos, da sua multiterritorialidade e da sua territorialidade como componente imbricado em escalas, lugares, paisagens e geografias. Como decorrência deste processo, enquanto “espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território unifuncional proposto pela lógica capitalista hegemônica.” (HAESBAERT, 2008, p. 20).

Essa construção traz a memória inscrita no cotidiano das escuelas, dos Caracóis, das artes pintadas e expressadas de todas as formas, a partir do maíz, do pozol, das diferentes cosmovisões que convergem no espaço e no tempo como parte dos costumes e tradições, mas também a necessidade de mantê-la como uma dimensão constituinte e fundamental das lutas emancipatórias, assim como um “embasamento teórico” da construção destas lutas. E memória, enquanto dimensão do tempo, é, necessariamente, uma dimensão da geograficidade, portanto, parte da geo-grafia das e dos de baixo, ou seja, não é o lugar que ficou no passado, é o lugar onde se construíram as territorialidades, ou a dimensão do tempo onde se processam as des-re-territorializações.

As e os zapatistas nos colocam em sua geo-grafia que terra e território não são espaço de uso econômico de exploração, mas de reprodução da vida, da territorialidade na raiz (metaforicamente e literalmente, sobretudo ao retomarmos a expressão “sin raíz no hay país”), portanto, sem a terra não há vida. Ao reivindicar a terra e território como Madre Tierra, reafirmam a legitimidade de conceber os territórios



desde e a partir das e dos indígenas, para o México e para o mundo. Além disso, a Madre Tierra também nos desafia a necessidade de se pensar sociedades pós-patriarcais, sobretudo como a negação da sociedade linear e cartesiana do sistema patriarcal imposta pela modernidade. Essa imposição caminha de forma crescente, desde os grandes centros urbanos, até os mais distantes territórios ancestrais, destruindo povos e mundos, tal qual a Hidra.

O EZLN, a partir das JBG e dos MAREZ, reafirma o território como representação e representante do poder coletivo com muito destaque para a dimensão do lugar, do pertencimento ao território e sua identidade, como base material e simbólica, colocando o lugar como uma categoria política fundamental para o autogoverno. As funções e cargos, a rotatividade, os tempos dos cargos, os direitos e os deveres, a dimensão ética e política do Mandar Obedecendo na organicidade zapatista, por serem tão simples, se tornam tão complexos. Outro elemento fundamental que aparece é o papel da educação e da saúde como mecanismos de reprodução do zapatismo e da vida digna indígena desde diferentes cosmovisões, na cultura, nas línguas. O processo de construção do EZLN, desde a clandestinidade até os dias atuais, mostra o crescimento da autonomia em sua dimensão política, financeira e territorial, e, por consequência, a solidez das instâncias do autogoverno. Estas instâncias, como os MAREZ e as JBG, se tornam uma ampliação das territorialidades zapatistas. Não por acaso vemos como os ataques da contra-insurgência se direcionam para estes setores, pois estão diretamente relacionados na reprodução da rebeldia zapatista.

Por ser uma condição de resistência e r-existência, a razão e força vai ser a expressão da relação do caráter guerrilheiro, de estrutura militar, com a dimensão comunitária e democrática, na qual não são forças opostas, mas que se destacam mais ou menos em diferentes momentos conjunturais. As e os zapatistas crescem sabendo que estão em um contexto de guerra, muito bem elaborado e absorvido pela coletividade zapatista a partir da tese da IV Guerra Mundial. Portanto, de alguma maneira, mesmo as bases de apoio zapatistas são parte do exército. Inclusive porque a própria autonomia e o autogoverno são formas de (auto)defesa, colocando a resistência autônoma como a manutenção destes territórios comunitários e coletivos.

A geo-política desde baixo também nos coloca as possibilidades de multiterritorialidades zapatistas, pois se amplia e amplia sua voz nas relações com outros movimentos sociais, coletivos, setores religiosos, políticos, estudantis, de

direitos humanos, etc. O EZLN, em sua territorialidade zapatista, se organiza em territórios-zona, mas também em territórios-rede, como proposta de movimento anti-capitalista.

Assim, nos desafia para uma geo-política desde baixo que se territorializa e se fortalece na medida em que cria, organiza ou potencializa redes de solidariedade e de geo-grafias desde baixo. Aprofunda, portanto, uma multiterritorialidade de autonomias a partir da compreensão que o EZLN, isolado, não acabaria com as relações impostas pela geo-grafia dos de cima. Assim, se multiterritorializa, em suas relações simbólico-políticas com as e os de baixo, se manifesta na sua concepção de globalização, pensada a partir da lógica de um caracol, *del votán*, onde a comunidade pensa o internacional, pensa a escala global, calcada na diversidade das lutas e das diferentes “geografias e calendários”, a partir de suas próprias leituras conjunturais e, claramente, propondo algo novo. O EZLN nos atenta que este mundo novo, ou este mundo onde caibam outros mundos, não precisa ser formado por territórios contínuos, mas precisa se enxergar como uma “grieta”, expressada em mais uma metáfora que simboliza as resistências, as grietas en los muros.

Para as e os zapatistas, a política, o território e a vida digna tem a mesma dimensão e estão interligados, se expressam no Mandar Obedecendo como uma prática zapatista que contribui para pensar metodologias desde baixo, das relações da casa, das assembleias, das relações comunitárias como espaço da política e das decisões coletivas, na horizontalidade, onde o *caminar preguntando* trás o sentido de movimentar-escutar-dialogar como uma ação emancipatória.

A autonomia e o autogoverno só existem, no caso zapatista, porque existe o território, não como um determinante, mas porque estas relações se realizam no espaço, ou seja, também nos coloca a necessária chave territorial. Para isso, elaboramos uma proposta de leitura a partir desta chave, que chamamos de geograficidade do caracol, utilizando a metáfora do caracol, onde as voltas sobrepostas nas espirais compõem diferentes dimensões do zapatismo, que se interconectam como elos de uma corrente. Daí, então, nos coloca em um desafio epistemológico, uma vez que coloca o arcabouço teórico da geografia sob racionalidades outras, sobre outras bases éticas e políticas, é pensar as territorialidades a partir da Madre Tierra.

O zapatismo aborda um termo muito necessário: a desaprendizagem. Esta deve ser compreendida também como um processo pedagógico libertador, no ato de

desaprender conceitos que nos foram ensinados a partir da nossa matriz europeia. Daí, então, a ação de retomar e escutar, aprender a partir da lógica comunal, dessas outras matrizes societárias, como um percurso de desaprendizagem, significa descolonizar a geografia enquanto campo do conhecimento.

**Por uma geografia desde baixo, ou, por uma geografia onde caibam outras geo-grafias.**

Sob a consigna “La tierra es de quien la trabaja”, em 1911, Emiliano Zapata já afirmava a terra como lugar onde se vive, se alimenta e se produz de forma coletiva, portanto, territorialidades que se forjaram a partir de outras racionalidades. Estas racionalidades se constituíram fundamentalmente sobre a questão das terras ejidales, mas também começando pela invasão da Coroa espanhola, desterritorializando pueblos, e que seguiu na Constituição de 1857, ao permitir que essas terras coletivas pudessem ser vendidas, ou seja, Zapata já falava sobre território e sobre lugar.

E, neste momento, nos debruçamos para o segundo caminho que esta tese apontou, a emergência de uma geografia desde baixo. A geografia pensada enquanto campo do conhecimento, da academia, da sala de aula, do arcabouço teórico e metodológico. Para isso, apontamos a necessidade da descolonização para que consigamos enxergar a geografia que se forja desde baixo, sobretudo quando visto como expressão das contradições do espaço a partir do sistema-mundo moderno colonial, de relações de poder e domínio que são parte da instituição da sociedade. Essa obviamente não é uma condição nova para as e os de baixo, pois é a própria condição secular de resistência territorial ao modelo colonial e patriarcal.

Devemos (re)ver as outras geografias, que sempre existiram, mas muitas vezes apagadas no/do saber acadêmico/científico. A geografia, portanto, deve ter como eixo a produção do conhecimento como exercício democrático, e para isso é imperativo pensar a partir da crítica à racionalidade imposta pelo sistema mundo-moderno colonial e de suas contradições.

A leitura decolonial nos permite um exercício de superação da geografia calcada desde as bases positivistas e até a perspectiva crítica forjada nos padrões eurocentrados, sem, necessariamente, negar sua contribuição histórica e sociológica. Ao contrário, ela lê, conjunturalmente, a necessidade de se olhar para as nossas sociedades a partir de sua racionalidade própria, para a história por vezes

negligenciada pela esquerda institucional, a história do lugar e de suas diferentes cosmovisões. Ou seja, um mundo onde caibam outros mundos.

A Terra, o planeta, para além da concepção globalizante construída sobre a invasão de territórios, é também de Abya Yala, de Pachamama, de Madre Tierra, portanto, devem ser consideradas como espaços em disputa, que emergem em conflitos de territorialidades. Na lógica colonialidade do saber, estes conflitos foram apagados pela organização do espaço mundial voltada para a Divisão Territorial do Trabalho, pelas relações globais impostas e vistas como única alternativa de conceber a sociedade como ela está/é. Como consequência, é neste escopo de sociedade que se forma e se forja o conhecimento científico, portanto, colonizado e em disputa. Neste sentido, é necessário fazer o enfrentamento político como ação de responsabilidade de pensar e fazer uma geografia contra-hegemônica, dialogando com outras geografias e, sobretudo, o enfrentamento ao epistemicídio (SANTOS; MENESES, 2010).

Dentro da ciência não podemos mais pensar a geografia (ou qualquer outra ciência social, que se presume como ferramenta de análise da sociedade) a partir de uma linearidade oriunda da branquitude europeia e patriarcal, na qual institucionalizou, através do Estado Moderno, o que Clastres (2004) caracteriza como etnocídio, e que se reproduz mesmo dentro do campo da esquerda. Aí o Estado age no aparelhamento dos movimentos sociais e populares, engessamento e controle político de políticas públicas, estratégias de alianças com diferentes partidos e setores que ocorrem, não em prol da diversidade política, mas para manter um projeto de poder.

Pensar a geografia desde baixo torna mais urgente a dimensão espacial como ferramenta de transformação, assim como refuta, veementemente, o fim dos territórios, pois retoma a memória, reivindica sua história e suas territorialidades. Portanto, acreditamos que qualquer leitura do espaço, só pode ser admitida se for descolonizadora. Dentro desta geografia, o espaço se faz testemunha e aquilo que não está no papel, nos livros e até mesmo na produção acadêmica ou gestão do estado, o espaço nos conta.

Nos desafia aos exercícios de superar a geografia física *versus* geografia humana, incorporar o conhecimento dos lugares a partir de seus aspectos físicos é fundamental, a “selva”, a relação **Madre Tierra** é colocada em diferentes cosmovisões, não pode ser relegada como um “segundo plano”, ou como algo externo à composição destes territórios. A relação com a terra é outra.

Precisamos reescrever, “re-grafar” a nossa geografia, do campo do conhecimento, a partir daquelas e daqueles que estiveram à margem da sociedade e, conseqüentemente, da academia. Nas e nos de baixo está a própria potência de ruptura com estas relações, vistos, a partir da geograficidade, como parte das contradições dos processos históricos de des-re-territorialização. Portanto, deve ser considerado como uma categoria de pensamento e método, deixando de ser “objeto” ou mera “consequência”, onde, inclusive, acabamos nos apoiando e naturalizamos estas relações de poder e domínio na academia. Precisamos construir nossa epistemologia a partir de outras epistêmes.

Aubry (2005) se refere aos zapatistas nesta citação, mas poderia ser de qualquer outro: “es el momento de hacer escuchar su palabra, no desde los espacios sistémicos (pues la lógica de éstos es perpetuar el sistema), sino desde el ámbito antisistémico del sujeto histórico, es decir *desde abajo*” (AUBRY, 2005, p. 205).

Então, as e os zapatistas nos colocam a metáfora do Caracol, onde cada povo, cada sujeito, cada uma ou cada um que seja ou que esteja com as e os de baixo, tenha seu próprio Votán. Esta metáfora se transforma em metodologia e esta pode ser aplicada em qualquer dimensão da vida, da sociedade. Nos ensina, esta metodologia, enquanto pesquisadoras e pesquisadores, que não olhemos de cima para não sermos ou não nos transformarmos “nos de cima”, mas que nos voltemos sempre ao nosso Votán.



## BIBLIOGRAFIA

AUBRY, Andrés. **Chiapas a contrapelo**. Una agenda de trabajo para su historia en perspectiva sistémica, Editorial Contrahistorias/Centro de Estudios, información y documentación Immanuel Wallerstein/Universidad de la Tierra, Chiapas, 2005.

AUBRY, Andrés. Otro modo de hacer ciencia. Miseria y rebeldía de las ciencias sociales. In: BARONNET, Bruno; MORA BAYO, Mariana; STAHLER-SHOLK, Richard. **Luchas “muy otras”**: zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas. México: UAM-X:CIESAS: UACH, 2011, p. 59-78.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. O que são os movimentos antissistêmicos? **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Dourados, v. 7, n. 13, jan-jun. 2013.

ALKMIN, Fabio. **Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México**. 195 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALONSO SÁNCHEZ, J.; ALONSO REYNOSO, C. **Em busca de la libertad de los de abajo**: La demoeleuthería. Ed Universidad de Guadalajara: Guadalajara, México. 2015.

ALVES, Henrique Napoleão. Considerações acerca da importância histórica da Constituição do México de 1917. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1272, dez. 2006. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9324>. Acesso em 11 de janeiro 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Élisée Reclus**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

BARTRA, Armando. **De rústicas revueltas**: añoranza y utopía en el México rural. Proceso agrario en Bolivia y América Latina. La Paz: CIDES-UMSA, Plural Editores, 2003.

BARTRA, Armando. Mesoamericanos: reanimando uma identidade coletiva. In: **Hegemonias e emancipações no século XXI**. CECEÑA, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Julio 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/07\\_bartra.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/07_bartra.pdf) Acesso em 25 de abril de 2019.

BERRUECO GARCÍA, Adriana. **Antonio Díaz Soto y Gama, abogado de la revolución mexicana**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2020.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-194.

CDHFBLC - CENTRO DE DERECHOS HUMANOS FRAY BARTOLOMÉ DE LAS CASAS. **Los Caminos de la Resistencia**. Chiapas, 2016. Disponível

em:<https://frayba.org.mx/los-caminos-de-la-resistencia-informe-frayba/> Acesso em: 06 setembro 2018

CDHFBLC - CENTRO DE DERECHOS HUMANOS FRAY BARTOLOMÉ DE LAS CASAS. **La Política Genocida en el conflicto armado en Chiapas Reconstrucción de hechos, pruebas, delitos y testimonios San Cristóbal de Las Casas**. Chiapas: 2005. Disponível em: [https://frayba.org.mx/historico/archivo/informes/050201\\_la\\_politica\\_genocida\\_en\\_el\\_conflicto\\_armado\\_en\\_chiapas.pdf](https://frayba.org.mx/historico/archivo/informes/050201_la_politica_genocida_en_el_conflicto_armado_en_chiapas.pdf). Acesso em 23 setembro 2020.

CDHFBLC - CENTRO DE DERECHOS HUMANOS FRAY BARTOLOMÉ DE LAS CASAS. **Acteal: entre el Duelo y la Lucha**. Informe Frayba. San Cristobal de las Casas (México): Faryba, 1998b. Disponível em: <https://frayba.org.mx/acteal-entre-el-duelo-y-la-lucha/>. Acesso em 23 setembro 2020.

CDHFBLC - CENTRO DE DERECHOS HUMANOS FRAY BARTOLOMÉ DE LAS CASAS. **Acteal: Camino a la Masacre**. 1998a. Disponível em: <https://frayba.org.mx/camino-a-la-masacre/>. Acesso em: 02 junho 2020

CÂMARA, Marcelo Argenta; CATTANEO da Silveira, Dilermando; SILVEIRA, Renata Ferreira da. (Orgs.). **Geografias das R-existências**. Ponta Grossa (PR): Monstro dos Mares, 2021.

CÂMARA, Marcelo Argenta, SILVEIRA, Renata F. **A autonomia frente à hidra capitalista: aportes da experiência Zapatista** In: Revista GEOgraphia Niterói, Universidade Federal Fluminense, vol. 20, n. 42, 2018: jan./abr.

CÂMARA, Marcelo Argenta. **A descolonização do território: o papel das territorialidades na construção de um novo pacto territorial na Bolívia**. 2012. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CÂMARA, Marcelo Argenta. **Movimentos sócio-territoriais e a construção de territorialidades contra-hegemônicas na Bolívia**. Clacso, 2013.

CARVALHO, Giane Carmem Alves de. Lutar pelo quê? Reflexões sobre os rumos dos movimentos antissistêmicos. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n.25, p.153-169, 2008.

CASTELLANOS GUERRERO, Alicia; LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. **Autonomías y movimiento indígena en México: debates y desafíos** Alteridades, vol. 7, núm. 14, 1997, pp. 145-159 Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa Distrito Federal, México.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto II**. Os Domínios do Homem. Rio: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Iná Elias de. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Olhares Geográficos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CECEÑA, Ana Esther. Plan Puebla Panamá (Verbete). **Enciclopédia Latino Americana**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/es/entradas/p/plan-puebla-panama>. Acesso em 20 julho 2019

CECEÑA, A. E., BARREDA, A. **Chiapas y sus recursos estratégicos**, Chiapas, n. 1, México: IIEc, UNAM-Ediciones ERA, 1995, p. 53-99.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2004.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Constituição Mexicana de 1917**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/mex1917.htm>. Acesso em: 18 Nov 2020.

COSTA, Maria Luiza Calim de Carvalho. O mapa de cabeça para baixo. **Anais do World Congress on Communication and Arts**. São Paulo, April 17 - 20, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134669/ISSN2317-1707-2011-01-01-193-197.pdf?sequence=1> Acesso em: 22 Mar 2021.

COTLER, Julio. Nuevos desafíos para la consolidación de la democracia en América Latina. **América Latina**: o desafio da democracia nos anos 90. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

CRUZ, Valter do Carmo, OLIVEIRA, Denílson Araújo de. (Orgs). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

DEL POPOLO, Fabiana. Los pueblos indígenas en América (Abya Yala): desafíos para la igualdad en la diversidad, **Libros de la CEPAL**. Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2017.

DUSSEL, Enrique. **1492**: el encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidade. La Paz: UMSA, Plural Editores, 1994. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/otros/20111218114130/1942.pdf>. Acesso em: 14 Jan 2019

ELIZONDO, J. Rodrigo Moreno. El movimiento estudiantil-popular de 1968 y la recomposición de las organizaciones políticas de izquierda. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**. Ciudad de México, Año lxxiii, n. 234, sep.-dic. 2018, p.239-264



ESTEVA, Gustavo. **Nuevas formas de la revolución**. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México: Ediciones Cideci-Unitierra, Chiapas, 2013.

ESTEVA, Gustavo. "Más allá de la tormenta". **Revista CoPaLa**. Año 3, número 6, julio-diciembre 2018, pp. 7-27. ISSN: 2500-8870. Disponible em: <http://fi-admin.bvsalud.org/document/view/87drk>. Acesso em 29 outubro 2021

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo**: el programa de investigación de modernidad/colonialidad Latinoamericano. Tabula Rasa, 2003, p. 51-86.

FALS BORDA, Orlando. Es posible una sociología de la liberación y Por un conocimiento vivencial. **Ciencia propia y colonialismo intelectual**. Los nuevos rumbos. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FUENTES, Waldo Lao. **Autonomía indígena**: el caso del reconocimiento de la autonomía regional en Nicaragua y de la resistencia autónoma del movimiento Zapatista en México. 2019. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FUNDACIÓN SOLIDARITAT. Militarización y guerra sucia em Chiapas. Universidad de Barcelona. Disponible em: <http://www.solidaritat.ub.edu/observatori/esp/chiapas/analisis/militar.htm>. Acesso em 20 agosto 2019.

GALINDO DE PABLO, Adrián. El paramilitarismo en Chiapas: Respuesta del poder contra la sociedad organizada. **Polít. cult.** 2015, n.44, p.189-213. Disponible em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/polcul/n44/n44a9.pdf>. Acesso em: 29 de Outubro de 2021.

GENNARI, E. **EZLN**: passos de uma rebeldia. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Crisis terminal del capitalismo o crisis terminal de la humanidad". In: **El Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista** - Tomo II. México: 2015.

GONZÁLEZ ESPONDA, J., PÓLITO BARRIOS, E. **Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista**, Chiapas, n. 1, México: IIEc, UNAM-Ediciones ERA, 1995, p. 101-123.

GUTIÉRREZ, Diana I.L. **Una verdadera revolución agraria con y desde la Matría**. La organización de mujeres zapatistas. Chiapas, México. Polis. n. 47, oc. 2017. Disponible em: <http://journals.openedition.org/polis/12468>. Acesso em: 13 maio 2019.

GUTIERREZ, Diana. I. **Sociedades Otras**: recuperación, reconfiguración y resignificación territorial en México. Aproximaciones a la expresión territorial zapatista en Chiapas (2000-2016). Tese de doutorado em Estudos Sociais Agrarios. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.

GUTIÉRREZ, Diana I.L. El arcoíris terrestre como universal posible desde el zapatismo. **Revista Argumentos**. México: UAM- XOCHIMILCO, Año 26, n. 73, set.-dez. 2013.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. HEIDRICH, Álvaro; COSTA, Benhur; PIRES, Cláudia; UEDA, Vanda. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas e Porto Alegre: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008, p. 19-36.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Geographia, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 2007, 19-46.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério.. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 169-190.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

Harvey, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Vínculos Territoriais – Discussão Teórico Metodológica pra o Estudo das Territorialidades Locais. **GEOgraphia**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. ISSN: 15177793 (eletrônico). Vol. 19, No. 38, 2017, jan/abr.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do Latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2000.

HERNANDÉZ, Navarro Luis y HERRERA, Vera Ramón (ORGs.). **Acuerdos de San Andrés**, Era, México, 1998.

INMUJERES. Instituto Nacional de las Mujeres. **Mujeres en Cifras**. México, DF: Año 3, Número 3, 15 de marzo de 2017. Disponível em: [http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos\\_download/BoletinN3\\_2017.pdf](http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos_download/BoletinN3_2017.pdf). Acesso em 15 abril 2019

INMUJERES. Instituto Nacional de las Mujeres. **Desigualdad en Cifras**. Inseguridad en espacios públicos. México, DF: Año 2, Número 4, 15 de abril de 2016. Disponible em: [http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos\\_download/BoletinN4\\_2016.pdf](http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos_download/BoletinN4_2016.pdf). Acesso em 15 abril 2019

INMUJERES. Instituto Nacional de las Mujeres. **Desigualdad en Cifras**. Unión temprana o matrimonio infantil. México, DF: Año 2, Número 3, 15 de marzo de 2016. Disponible em: [http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos\\_download/BoletinN3\\_2016.pdf](http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos_download/BoletinN3_2016.pdf). Acesso em 15 abril 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, GEOGRAFÍA – INEGI. **Encuesta Intercensal 2015**. Disponible em: <https://www.inegi.org.mx/programas/intercensal/2015/>. Acesso em 16 de outubro de 2020

INTERNATIONAL LAND COALITION (ILC). **La concentración de la propiedad de la tierra en América Latina**: una aproximación a la problemática actual. Peru: ILC, 2011.

JÁUREGUI Bereciartu, Gurutz. **Contra en Estado-nación**: En torno al hecho y la cuestión nacional. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1988.

LAFONT, Robert. **La Revolución Regionalista**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1971.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponible em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/lander1.rtf> Acesso em: 20 Julho 2019.

LÓPEZ BÁRCENAS, Francisco. Los Acuerdos de San Andrés, proceso constituyente y reconstitución de los pueblos indígenas. **El Cotidiano**, México, n. 196, mar-abr. 2016, p. 87-94.

LÓPEZ BÁRCENAS, Francisco. **¡La tierra no se vende!** Las tierras y los territorios de los pueblos indígenas en México. México: COAPI/IMDEC/TOSEPAN/CECCAM, 2015, Disponible em: <https://colsan.repositorioinstitucional.mx/jspui/bitstream/1013/519/1/La%20tierra%20no%20se%20vende.pdf> Acesso em: 27 julho 2019.

LOPÉZ Y RIVAS, Gilberto. **Autonomía de los pueblos indígenas y zapatismo en México**. México: Ocean Sur, 2014.

MARTÍNEZA ESPINOZA, Manuel Ignacio. Las juntas de buen gobierno y los caracoles del movimiento zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno RIPS. **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, Santiago de Compostela, v. 5, n. 1, 2006, p. 215-233.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.

MATÍNEZ Cárdenas, Leticia; MORADO, Macías, César; ÁVILA Ávila, J.Jesus. **La Guerra México-Estados Unidos**. Su impacto en Nuevo León. México, DF: Senado de la República, 2003.

MIGNOLO, Walter. Un paradigma otro: colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico”. In: **Historias locales-diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. pp. 19-60. Madrid: Akal, 2003.

MILLAN, Moria. **Moira Millán persevera contra o ‘terricídio’ na Argentina**. In revista Prensa Latina. Publicado em 25 de abril de 2021. <https://www.prensalatina.com.br/2021/04/25/moira-millan-persevera-contra-o-terricidio-na-argentina/>  
Acesso em 10 de janeiro de 2022.

MORA, Mariana. Producción de conocimientos en el terreno de la autonomía. La investigación como tema de debate político. In: **Luchas “muy otras”**. Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas, de Bruno Baronnet, Mariana Mora Bayo y Richard Stahler-Sholk, número 16 de la Colección Teoría y Análisis de la DCSH de la UAM-Xochimilco, 2011.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia?** São Paulo: Brasiliense, 1991.

MOREL, Ana Paula Massadar. **Terra, autonomia e ch'ulel**: aprendizados na educação zapatista. 2018. 248 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

MUÑOZ Ramires, Gloria. EZLN El Fuego y la Palabra,: 20 y 10, el fuego y la palabra. **Revista Rebeldia**. México: La Jornada Ediciones. 2003

NUNES, Américo. **As Revoluções do México**. Editora Perspectiva, São Paulo/SP, 1980.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. 1989 In: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed\\_norm/@normes/documents/publication/wcms\\_100907.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@normes/documents/publication/wcms_100907.pdf). Acesso em: 14 Junho 2020

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

ORNELLAS, RAUL. **A autonomia como eixo da resistência zapatista**. Do levante armado ao nascimento. 2005

OXFAM. **Desterrados: tierra, poder y desigualdad en América Latina**. 30 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org/es/informes/desterrados-tierra-poder-y-desigualdad-en-america-latina> Acesso em: 25 de abril de 2020.

PAZ SOLÓRZANO, Octavio. **Emiliano Zapata**. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Geografia e de Diversidade: contribuição para um diálogo de saberes. **Revista Interdisciplinar Sulear**: Edição Especial Dossiê SULEar. Belo Horizonte: EDUEMG/Unidade Acadêmica Ibiritê, Ano 2, No. 2 (Setembro/2019), p. 49-55.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico / organização Valter do Carmo Cruz, Denílson Araújo de Oliveira. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, 388 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Por una geografía desde abajo. In: **V Congreso de Geografía de Universidades Públicas**. Neuquén, Argentina: Departamento de Geografía de la Universidad Nacional del Comahue, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190103/2017%20-%20Por%20Uma%20Geografia%20Desde%20Abajo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abril 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios na América Latina/Abya Yala**. México, DF: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, Maio de 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ana Ester Ceceña. (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 151-197.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In.: SEOANE, Jose (Org.) **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O Latifúndio Genético e a R-existência Indígena-Camponesa. **GEOgraphia**. Niterói: UFF, 2002. Vol. 4, No. 8, p.30-44.

PRADO, Adonia Antunes. O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 20 abril 2003: 144-174.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005a. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf). Acesso em: 11 Outubro 2020

QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Dossiê América Latina**. ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol. 19, n.55, 2005b.

QUIJANO, Aníbal. **Modernidad, identidad y utopía en América Latina**. Lima: Sociedad y Política Ediciones, 1988. In: <http://www.reduii.org/cii/sites/default/files/field/doc/Modernidad%20Identidad%20y%20Utopia%20America%20Latina%20OCR-Anibal-Quijano.pdf>. Acesso em 20 Julho 2021.

QUINTERO Weir, Jose Angel. **Fazer Comunidade**: notas sobre o território e territorialidade a partir do sentir-pensar indígena na bacia do Lago de Maracaibo - Venezuela. Porto Alegre: DERIVA, 2018

QUINTERO Weir, Jose Angel. **Reflexiones para la construcción autónoma de la educación indígena**. Zulia, Venezuela: Ediciones La Guarura, 2011.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/43099.pdf>. Acesso em: 12 fevereiro 2021.

ROCHA, Otávio Gomes. Reflexões sobre a etnicidade da luta pela terra no México entre o capitalismo e o colonialismo. **Revista Pegada**. vol. 19. n.2. maio-agosto/2018 Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5590> Acesso em 30 de março de 2020

ROZENTAL, Manuel. Indianizarnos. Armonizar el pensamiento y la práctica frente a la hidra capitalista. In: EZLN. El Pensamiento Crítico frente a la Hidra Capitalista.

SAMIS, Alexandre. **A Revolução Mexicana: Ricardo Flores Magón**. São Paulo: Editora Imaginário, 2003.

SANDOVAL ÁLVAREZ, Rafael. **Formas de hacer metodología en la investigación**: reflexividad crítica sobre la práctica. Guadalajara, México: Grietas Ediciones, 2016.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio técnico-científico informacional**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008 (1994).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000

SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos sociais e geografia**: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011. 345 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construyendo las Epistemologías del Sur**: para un pensamiento alternativo de alternativas. 1a Ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Antologia\\_Boaventura\\_Vol1.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Antologia_Boaventura_Vol1.pdf). Acesso em 17 de janeiro de 2020.

SILVEIRA, Renata F. **Autogestão e Geografia: os territórios no viés das resistências**. 108 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVEIRA, Renata F. Apontamentos sobre as territorialidades zapatistas. In: **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. São Paulo: PROLAM/USP, 2016. Disponível em: [https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/SILVEIRA\\_SP01-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf](https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/SILVEIRA_SP01-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf). Acesso em 15 agosto 2021

SILVEIRA, Renata F. Reflexões para pensar uma geografia dos e das de baixo. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**. Universidade Estadual de Goiás: v. 9 n. 1 (2020). Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/9965>. Acesso em 14 outubro 2020.

SIPAZ – Servicio Internacional por La Paz. **Mas allá de Chiapas** – El legado de Don Samuel Ruiz García (1924-2011). Chiapas, 2011. <https://www.sipaz.org/articulo-mas-alla-de-chiapas-el-legado-de-don-samuel-ruiz-garcia-1924-2011/>. Acesso em 29 outubro 2021

SIPAZ - Servicio Internacional por La Paz. **Chiapas**: fechas claves. 2000. Disponível em: <https://www.sipaz.org/1994/>. Acesso em 13 de março de 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, 320 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77 – 116.

SUERTEGARAY, Dirce. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Nº 12, maio 2005.

VAINER, Carlos Bernardo. Escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro: UFRJ, Ano XV, No 2, Ago-Dez 2001 / Ano XVI, No 1, Jan-Jul 2002

VESENTINI, J. W. Apresentação, in LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, Papyrus, 1988, pp. 7 - 13.

HERNANDEZ, Daniel. Feliz Aniversário de 20 Anos, Zapatistas! In: **VICE REVISTA**. 2004. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/78z4w4/feliz-aniversario-de-20-anos-zapatistas>. Acesso em 29 de outubro de 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de Transição? Uma visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema-Mundo. In: CHESNAIS, François. **Uma Nova fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar las ciencias sociales**. Ed. Siglo XXI, México, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos. 1974

WALSH, Catherine. “Gritos, Gretas e Semeaduras de Vida: Entretences do Pedagógico e do Colonial”. In: SOUZA, Sueli Ribeiro Mota; SANTOS, Luciano Costa (Orgs.). **Entre-Linhas: Educação, Fenomenologia e Insurgência Popular**. Salvador: EDUFBA, 2019.

ZIBECHI, Raúl. **Tiempos de colapso**. Los pueblos en movimiento. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2020.

ZIBECHI, Raúl. **Movimientos sociales en América Latina**: El “mundo otro” en movimiento. Colección Primeros pasos. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2017. 164p.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones. América Latina en movimiento**. Lima: Programa Democracia y transformación global: Fondo Editorial de La Facultad de Ciencias Sociales – UNMSM, 2007.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones**. América Latina en movimiento. Lima: Programa Democracia y transformación global; Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2007.

## BIBLIOGRAFIA ZAPATISTA

ARTEMIO. EZLN. Depoimento. **Gobierno Autónomo II**. Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según l@s Zapatistas”. Chiapas, 2013

CCRI-CG do EZLN, **Carta de las zapatistas a las mujeres que luchan en el mundo**. Chiapas, feb 11, 2019. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2019/02/11/carta-de-las-zapatistas-a-las-mujeres-que-luchan-en-el-mundo/>. Acesso em 25 de maio 2019.

CCRI - CG do EZLN, **L@s zapatistas y la Otra**: los peatones de la historia. Introducción y Primera Parte: los Caminos a la Sexta. 17 de setembro de 2006



Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2006/09/17/las-zapatistas-y-la-otra-los-peatonos-de-la-historia-introduccion-y-primer-parte/>  
Acesso em 25 de maio de 2019

CCRI - CG do EZLN. **Sexta Declaração da Selva Lacandona**. 2005. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2005/06/30/sexta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: Acesso em agosto de 2014.

CCRI - CG do **EZLN Zócalo, Subcomandante Marcos: es la hora de los pueblos indios**. 2001 Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/11/zocalo-subcomandante-marcos-es-la-hora-de-los-pueblos-indios/>. Acesso em 25 de maio 2019

CCRI - CG do EZLN. **Convocatoria a la Consulta Internacional por el reconocimiento de los derechos de los pueblos indios y por el fin de la guerra de exterminio** - 1999 Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1999/01/17/convocatoria-del-ezln-a-la-consulta-internacional/> Acesso em: 17 maio 2018

CCRI - CG do EZLN, **Quinta Declaração da Selva Lacandona**, 1998. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1998/07/17/v-declaracion-de-la-selva-lacandona/> . Acesso em: 05 abril 2016

CCRI-CG do EZLN, **Sobre la situación de indígenas zapatistas, perseguidos, asesinados y desalojados de sus tierras en el municipio de San Pedro de Chenalhó, Chiapas**. 1997. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1997/12/12/sobre-la-situacion-de-indigenas-zapatistas-perseguidos-asesinados-y-desalojados-de-sus-tierras-en-el-municipio-de-san-pedro-de-chenalho-chiapas/> Acesso em: 03 junho 2019

CCRI do EZLN, **Clausura del Foro Nacional Indígena** (1996). Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/09/clausura-del-foro-nacional-indigena/>  
Acesso em: 07 maio 2019

CCRI - CG do EZLN. **Quarta Declaração da Selva Lacandona**. 1º de janeiro de 1996a. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 05 abril 2016

CCRI-CG do EZLN, **Convocatoria del EZLN para la Consulta Nacional e Internacional - 8 de junho de 1995**. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/06/08/convocatoria-del-ezln-para-la-consulta-nacional-e-internacional/> Acesso em: 16 março 2021

CCRI-CG do EZLN, **Sobre la Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna en Chiapas**. 11 de março de 1995b. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/03/11/sobre-la-ley-para-el-dialogo-la-conciliacion-y-la-paz-digna-en-chiapas/> Acesso em: 14 abril 2018

CCRI - CG do EZLN. **Tercera Declaración de la Selva Lacandona.** 1º de janeiro de 1995a. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/01/01/tercera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 05 abril 2016

CCRI - CG do EZLN. **Creación de Municipios Autónomos,** Enlace Zapatista. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/19/creacion-de-municipios-autonomos/>

CCRI - CG do EZLN. **Ruptura del Cerco,** 19 de dezembro de 1994. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/19/ruptura-del-cerco/> . Acesso em: 22 abril 2020

CCRI - CG do EZLN, **Medidas que harían posible una tregua estable.** 1994f Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/17/medidas-que-harian-posible-una-tregua-estable/> Acesso em: 21 março 2021

CCRI - CG do EZLN., **Parte da Guerra 1, 2, 3, 4 e 5.** 11 e 19 de dezembro de 1994e. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/11/parte-de-guerra/> <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/19/parte-de-guerra-2/> <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/19/parte-de-guerra-3/> <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/19/parte-de-guerra-4/> <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/19/parte-de-guerra-5/> Acesso em: 17 junho 2020

CCRI - CG do EZLN. **Sobre la consulta: para todos todo, nada para nosotros.** 10 de junho de 1994 Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/sobre-la-consulta-para-todos-todo-nada-para-nosotros/>. Acesso em: 25 outubro 2016

CCRI - CG do EZLN. **Sobre el programa de lucha de la CND.** - 1994d. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/10/06/sobre-el-programa-de-lucha-de-la-cnd/>. Acesso em: 17 março 2017

CCRI - CG do EZLN. **Segunda Declaración da Selva Lacandona.** 10 de junho de 1994c. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/segunda-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 05 abril 2016

CCRI - CG do EZLN. **Al pueblo de México: hablaron los hombres verdaderos, los sin rostro.** Mandar obedeciendo. 26 de fevereiro de 1994b. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/26/al-pueblo-de-mexico-hablaron-los-hombres-verdaderos-los-sin-rostro-mandar-obedeciendo/>. Acesso em: 13 setembro 2016

CCRI - CG do EZLN. **Primeira Declaração da Selva Lacandona.** 1º janeiro de 1994a. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 05 abril 2016

CCRI - CG do EZLN. **Ley de Impuestos de Guerra.** 31 de dezembro de 1993.

Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-de-impuestos-de-guerra/> . Acesso em: 14 julho 2016

CCRI - CG do EZLN **Ley de Derechos y Obligaciones de los Pueblos en Lucha**. 31 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-de-derechos-y-obligaciones-de-los-pueblos-en-lucha/> . Acesso em: 14 Julho 2016

CCRI - CG do EZLN. **Ley de Derechos y Obligaciones de las Fuerzas Armadas Revolucionarias**. 31 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-de-derechos-y-obligaciones-de-las-fuerzas-armadas-revolucionarias/> Acesso em: 14 Julho 2016

CCRI - CG do EZLN. **Ley Agraria Revolucionaria**. 31 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-agraria-revolucionaria/> . Acesso em: 14 Julho 2016

CCRI - CG do EZLN. **Ley Revolucionaria de Mujeres**. 31 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-revolucionaria-de-mujeres/>. Acesso em: 15 Julho 2016

CCRI - CG do EZLN. **Ley de Reforma Urbana**. 31 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-de-reforma-urbana/> Acesso em: 15 agosto 2018

CCRI - CG do EZLN. **Ley del Trabajo**. 31 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-del-trabajo/> . Acesso em: 15 agosto 2018

CCRI - CG do EZLN. **Ley de Industria y Comercio**. 31 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-de-industria-y-comercio/>. Acesso em: 20 agosto 2018

CCRI - CG do EZLN. **Ley de Seguridad Social**. 31 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-de-seguridad-social/> . Acesso em: 20 agosto 2018

CCRI - CG do EZLN. **Ley de Justicia**. 31 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-de-justicia/> Acesso em: 13 setembro 2016

CEFERINO. EZLN. Depoimento **Gobierno Autónomo I**. Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según l@s Zapatistas”. Chiapas, 2013.

EZLN. **L@s zapatistas y la Otra: los peatones de la historia**. Introducción y Primera Parte: los Caminos a la Sexta. Chiapas, 2006. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2006/09/17/lz-zapatistas-y-la-otra-los-peatones-de-la-historia-introduccion-y-primera-parte/>)” Acesso em: 20 agosto 2018

EZLN. **Creación de Municipios Autónomos.** Enlace Zapatista. Chiapas, 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/19/creacion-de-municipios-autonomos/>. Acesso em: 20 agosto 2018.

COMISIÓN SEXTA DEL EZLN. **Informe sobre trabajos preparatorios de La Otra Campaña.** 2 de agosto de 2005. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2005/08/02/ezln-informa-sobre-trabajos-preparatorios-de-la-otra-campana-la-cita-es-en-territorio-del-caracol-de-la-garrucha/> Acesso em: 14 setembro 2020

COMISIÓN DE LA SEXTA DEL EZLN. **Acciones en apoyo a compañeros de Atenco.** 2006. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2006/05/03/urgente-acciones-en-apoyo-a-companeros/> Acesso em: 14 setembro 2020

CONGRESO NACIONAL INDÍGENA I. **Consejo Indígena de Gobierno - o que é o cni?** Disponível em: <http://www.congresonacionalindigena.org/concejo-indigena-de-gobierno/> Acesso em: 21 março 2021

CONGRESO NACIONAL INDÍGENA. **Manifiesto Indígena del Primero de Mayo (2001).** Disponível em: <http://www.congresonacionalindigena.org/2017/01/23/congreso-nacional-indigena-manifiesto-indigena-del-primero-de-mayo-mexico-1o-de-mayo-de-2001/> Acesso em: 02 dezembro 2020

CONGRESO NACIONAL INDÍGENA. **Declaración del V Congreso Nacional Indígena.** Chiapas, 2017. Disponível em: <http://www.congresonacionalindigena.org/2017/03/27/declaracion-del-v-congreso-nacional-indigena/>. Acesso em 14 julho 2020.

COMANDANTA ESTHER - CCRI-CG do EZLN. **Discurso de la Comandanta Esther en la tribuna del Congreso de la Unión.** Chiapas, 2001. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/28/discurso-de-la-comandanta-esther-en-la-tribuna-del-congreso-de-la-union/> Acesso em: 14 julho 2020:

COMANDANTA RAMONA - CCRI-CG do EZLN. **Otra vez le pedimos al pueblo de México que no nos olvide.** Chiapas, 1995. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/02/25/comandanta-ramona-otra-vez-le-pedimos-al-pueblo-de-mexico-que-no-nos-olvide/> Acesso em: 22 maio 2017

COMANDANTE ABRAHAM. EZLN: 20 y 10, el fuego y la palabra In: MUÑOZ, Gloria Ramirez. **Revista Rebeldía.** La Jornada Ediciones.Mexico, D.F2003

COMANDANTE GUILHERMO. **Palabras del comandante Guillermo en la inauguración del Aguascalientes de Oventik.** 1995. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/12/28/palabras-del-comandante-guillermo-en-la-inauguracion-del-aguascalientes-de-ovantik/> Acesso em: 15 abril 2016

COMANDANTE ISAAC. **CCRI - CG**: Hay en nosotros un solo rostro y un solo pensamiento. Nuestra palabra camina con verdad. Entrevista **La Jornada**. Blanche Petrich y Elio Henríquez, I. 3 e 4 de fevereiro de 1994.  
Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/03/entrevista-con-la-jornada-ccri-cg-hay-en-nosotros-un-solo-rostro-y-un-solo-pensamiento-nuestra-palabra-camina-con-verdad/>. Acesso em: 25 maio 2019

COMANDANTE JAVIER. **CCRI - CG**: Hay en nosotros un solo rostro y un solo pensamiento. Nuestra palabra camina con verdad. Entrevista **La Jornada**. Blanche Petrich y Elio Henríquez, I. 3 e 4 de fevereiro de 1994.  
Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/03/entrevista-con-la-jornada-ccri-cg-hay-en-nosotros-un-solo-rostro-y-un-solo-pensamiento-nuestra-palabra-camina-con-verdad/>. Acesso em: 25 maio 2019

COMANDANTE MOISÉS. **CCRI - CG**: Hay en nosotros un solo rostro y un solo pensamiento. Nuestra palabra camina con verdad. Entrevista **La Jornada**. Blanche Petrich y Elio Henríquez, I. 3 e 4 de fevereiro de 1994.  
Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/03/entrevista-con-la-jornada-ccri-cg-hay-en-nosotros-un-solo-rostro-y-un-solo-pensamiento-nuestra-palabra-camina-con-verdad/>. Acesso em: 25 maio 2019

DOROTEO, EZLN. Depoimento. **Gobierno Autónomo II**. Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según I@s Zapatistas”. Chiapas, 2013

ELOISA. EZLN. **Participación de las Mujeres en el Gobierno Autónomo**. Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según I@s Zapatistas”. Chiapas, 2013

EZLN, **Seis Declaraciones de la Selva Lacandona y otros escritos**. Ediciones Éon, México/DF, 2016.

EZLN. **Gobierno Autónomo I**. Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según I@s Zapatistas”. Chiapas, 2013.

EZLN. **Gobierno Autónomo II**. Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según I@s Zapatistas”. Chiapas, 2013

EZLN. **Participación de las Mujeres en el Gobierno Autónomo**. Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según I@s Zapatistas”. Chiapas, 2013

EZLN. **Resistencia Autónoma**. Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según I@s Zapatistas”. Chiapas, 2013

FANNY, EZLN. Depoimento. **Resistencia Autónoma**. Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según I@s Zapatistas”. Chiapas, 2013

GABRIEL, EZLN. Depoimento. **Gobierno Autónomo II**. Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según I@s Zapatistas”. Chiapas, 2013

GUADALUPE. EZLN. **Participación de las Mujeres en el Gobierno Autónomo.** Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según l@s Zapatistas”. Chiapas, 2013

LORENA. EZLN. Depoimento. **Resistencia Autónoma.** Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según l@s Zapatistas”. Chiapas, 2013

MARCOS, Subcomandante Insurgente. Entrevista sobre los Orígenes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. In: **Revista Contrahistorias:** la otra mirada del clio. Año 10, Segunda serie, nº 20, Marzo – agosto de 2013.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Chiapas: La Treceava Estela:** Comunicados de la muerte de los “Aguascalientes” y el nacimiento de los “caracoles” zapatistas. – EZLN 2003a.  
Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-primera-parte-un-caracol/> Acesso em: 15 setembro 2020

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **¿Cuáles son las características fundamentales de la IV Guerra Mundial?** 1 de fevereiro de 2003b.  
Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/02/01/cuales-son-las-caracteristicas-fundamentales-de-la-iv-guerra-mundial/>  
Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

MARCOS, Subcomandante Insurgente - **EZLN. Habla Marcos.** Entrevista con Gabriel García Márquez. 25 de março de 2001. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/25/entrevista-con-gabriel-garcia-marquez/> Acesso em: 14 setembro 2020

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **El sueño zapatista.** In: LE BOT, Yvon. Ed. Plaza & Janés. Barcelona, 1997.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **EZLN.: Nos hemos estado preparando en la montaña desde hace diez años.** 4 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/04/subcomandante-marcos-nos-hemos-estado-preparando-en-la-montana-desde-hace-diez-anos/>) Acesso em: 14 setembro 2020

PEDRO MARÍN, EZLN. Depoimento. **Gobierno Autónomo I.** Cuaderno de texto de primer grado del curso de “La Libertad según l@s Zapatistas”. Chiapas, 2013.

RAUL. EZLN: 20 y 10, el fuego y la palabra In: MUÑOZ, Gloria Ramirez. **Revista Rebeldía.** La Jornada Ediciones.Mexico, D.F2003

## VÍDEOS

**EZLN 20 y 10, el fuego y la palabra.** Documentário. 2003. México. Roteiro: Gloria Muñoz Ramírez. Doreção: Revsita Rebeldía. Música: Alberto Cortés, Ramón Vera Herrera. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ysne5iPFfJQ>. Acesso em 13 setembro 2014

**Comandanta Ramona, Mujeres que Luchan.** 2018. 1 vídeo (4m48s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cArq3X24aFA>. Acesso em 14 setembro 2020

